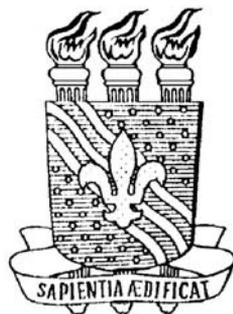


SÆCULUM
REVISTA DE HISTÓRIA

Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal da Paraíba

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Campus Universitário - Conjunto Humanístico - Bloco V
Castelo Branco - João Pessoa - Paraíba - CEP 58.051-970 - Brasil
Fone/ Fax: +55 (83) 3216-7339 - E-Mail: <dhistoria@cchla.ufpb.br>
Web Site: <<http://cchla.ufpb.br/ppgh/>>



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor: Rômulo Soares Polari
Vice-Reitora: Maria Yara Campos Matos

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Pró-Reitor: Marcelo Sobral da Silva

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Lúcio Flávio Vasconcelos
Vice-Diretora: Sandra Regina Moura

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe: Jaldes Reis de Meneses
Sub-Chefe: José Jonas Duarte da Costa

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Elio Chaves Flores
Vice-Coordenadora: Regina Célia Gonçalves

COMISSÃO DE EDITORAÇÃO - SÆCULUM

Carla Mary S. Oliveira
Elio Chaves Flores
Monique Cittadino (presidente)
Regina Célia Gonçalves
Regina Maria Rodrigues Behar
Ricardo Pinto de Medeiros

SÆCULLUM
N° 12 Jan/ Jun. 2005
ISSN 0104-8929
REVISTA DE HISTÓRIA

Copyright © 2005 - DH/ PPGH/ UFPB

ISSN 0104-8929

Capa, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Carla Mary S. Oliveira

Ilustração das Vinhetas: Albretch Dürer, “*Moça Lendo*” (detalhe), 1501; desenho a grafite e nanquim castanho sobre papel; 16,1 x 18,2 cm; Boymans-van Beuningen Museum, Rotterdam, Holanda.

Impresso no Brasil - Printed in Brazil

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Paulo Resende (UFPE)
Carlos Fico (UFRJ)
Durval Muniz de Albuquerque Jr. (UFRN)
Ernesta Zamboni (UNICAMP)
Gisafran Mota Jucá (UFCE)
Joana Neves (UFPB)
João Antônio de Paula (CEDEPLAR)
João José Reis (UFBA)
Jorge Ferreira (UFF)
Leonardo Guimarães Neto (CEPLAN)
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB)

Maria de Lourdes Janotti (USP)
Martha M^a Falcão de C. e M. Santana (UFPB)
Mauro Guilherme P. Koury (UFPB)
Pedro Paulo Funari (UNICAMP)
Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB)
Sandra Jatahy Pesavento (UFRGS)
Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS)
Teresa Negrão (UnB)
Tereza Baumann (MN-UFRJ)
Valdemir Zamparoni (UFBA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **Biblioteca Central - Universidade Federal da Paraíba**

S127 Saeculum - Revista de História, ano 11, n. 12 (2005).
- João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2005.

ISSN 0104-8929

Semestral

176 p.

BC/UFPB

CDU 93 (05)

Sumário

Editorial 7

ARTIGOS

Plutarco e a participação feminina em Esparta 11
Maria Aparecida de Oliveira Silva

A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América Portuguesa - um balanço historiográfico 22
Gustavo Acioli

As diversas pontas da Estrela de Davi: os judeus na História Social de Pernambuco - século XVII 38
Marcelo Mac Cord

Cá estou outra vez em cena: diálogos políticos nas 'Scenas Comicas' de Francisco Correa Vasques 52
Silvia Cristina Martins de Souza

Utopia e modernismo conservador no romance 'Cummunká' de Menotti Del Picchia 65
Gilson Leandro Queluz

Apontamentos sobre o pensamento de Carl Schmitt: um intelectual nazista 76
Cândido Moreira Rodrigues

O nacionalismo dos skinheads brasileiros 95
Alessandro Bracht

Edward Said: a crítica literária e a operação historiográfica 112
Alarcon Agra do Ó

História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface 128
José D'Assunção Barros

As fundações historiográficas da turismologia 142
Elio Chaves Flores

RESENHA

Revelando a religiosidade viking 167
Johnni Langer

Normas para publicação 173

Agradecimentos 175

EDITORIAL

Sæculum chega a seu décimo segundo número com mais uma novidade: a partir de agora, torna-se semestral. Depois de reinventar-se visualmente, com uma nova identidade gráfica, a revista agora se consolida ainda mais como um espaço plural, aberto aos variados campos de pesquisa e do fazer histórico.

Se surgiu como um periódico local, que dava voz e vez a docentes e alunos do Curso de Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, ainda nos idos de 1995, esse estigma hoje já não mais existe. Transformada em publicação científica não só do Departamento de História, mas também do nascente Programa de Pós-Graduação em História da UFPB criado há cerca de um ano, já faz algum tempo que *Sæculum* divulga trabalhos de pesquisadores de todos os cantos do Brasil, sobre os mais variados temas, com os mais diversos recortes temporais, espaciais e teóricos.

Esta edição, que ora chega às mãos do leitor, é uma prova dessa pluralidade e, também, das multiplicidades implícitas no ofício do historiador: saindo da mulher espartana sob a visão de Plutarco, presente no artigo de Maria Aparecida de Oliveira Silva, o leitor é levado para o mundo colonial da América Portuguesa - com o estudo historiográfico sobre o tabaco e a economia colonial de Gustavo Acioli e a presença judia no Pernambuco seiscentista descrita por Marcelo Mac Cord - e daí é arrebatado ao último quartel do Rio de Janeiro oitocentista e sua cena teatral e jornalística, através do acurado artigo de Silvia Cristina Martins de Souza. O modernismo conservador (e aparentemente paradoxal) de Menotti Del Picchia no Brasil pós-22 está no trabalho de Gilson Leandro Queluz sobre o romance 'Cummunká', enquanto a polêmica sempre atual da intolerância política aparece na análise de Cândido Moreira Rodrigues sobre o intelectual nazista Carl Schmitt. O absurdo da intolerância aparece mais uma vez no artigo de Alessandro Bracht, que esmiúça o nacionalismo radical dos skinheads e suas práticas cotidianas no Brasil contemporâneo. Quase que como contraponto a esses dois trabalhos, Alarcon Agra do Ó analisa as possibilidades abertas por Edward Said - intelectual para quem a necessidade de tolerância entre Ocidente e Oriente sempre foi a tônica de seus trabalhos - para o ofício do historiador. Já José D'Assunção Barros discorre sobre alguns aspectos da Nova História Política ao longo do século XX, especialmente aqueles relacionados à imagem e ao discurso e seus desdobramentos sobre as diversas modalidades da História em nossos dias. Abordando uma área ainda vista por muitos pesquisadores como de somenos importância - o Turismo - Elio Chaves Flores discorre sobre as relações entre

História, Historiografia, Turismo e Patrimônio, abrindo instigantes possibilidades para o aprofundamento de pesquisas neste campo ainda tão árido na academia brasileira. Por fim, voltando ao universo medieval dos vikings, Johnni Langer resenha a tradução brasileira de *Deuses e mitos do norte da Europa*, de Hilda Davidson.

Saltos de anos, décadas, séculos entre um tema e outro, entre um objeto e outro, entre um artigo e outro: as páginas de *Sæculum* servem para nos lembrar de como é fugidia a matéria com que lidamos... A História se faz, justamente, com essas mudanças, com esse multifacetado universo que nos fascina e intriga e que, felizmente, instiga-nos cada dia, mais e mais, a mergulhar em novas pesquisas neste vasto oceano. E é esse o convite que fazemos, mais uma vez, ao leitor destas páginas.





PLUTARCO E A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ESPARTA

Maria Aparecida de Oliveira Silva¹

Para a compreendermos a visão plutarquiana no tocante à participação feminina em Esparta, faz-se necessária uma digressão sobre o modo como os escritos anteriores aos de Plutarco transmitiram a imagem da mulher espartana. De acordo com os relatos dos antigos, a mulher espartana era livre para circular na cidade e recebia a educação estatal destinada a atender às necessidades do seu meio social. Essa mulher desempenhava a relevante função social de gerar filhos robustos e corajosos, ao passo que a mulher ateniense mantinha-se confinada em sua casa, aprendendo com as mulheres mais próximas, em geral a mãe, como administrar o lar e desenvolver as atividades domésticas, tais como; tecer, fabricar utensílios de cerâmica e cuidar dos filhos. Contudo, esses modelos sustentados pelos antigos encontram-se incompletos, o que dificulta nossa interpretação da história da mulher grega no mundo antigo.

O século IV a.C., período do qual dispomos de maior informação sobre a mulher espartana, representou uma fase de transição entre a prosperidade do século V e a decadência do sistema políade no terceiro século antes de Cristo². Com efeito, no decorrer desse século, as cidades de Atenas e Esparta vão perdendo gradativamente o poder que exerciam sobre seus aliados para a Macedônia de Alexandre, o Grande. Atentos aos acontecimentos, os pensadores gregos da época: Platão, Aristóteles e Xenofonte escreveram livros que objetivavam alertar aos cidadãos sobre os males responsáveis pela derrocada da cidade-estado, bem como sugerir novas formas de organização da sociedade na tentativa de solucionar seus problemas. Os escritos desses filósofos são permeados de informações a respeito da realidade política, econômica e social das cidades de Atenas e Esparta. A realidade cidadina é o objeto de estudo deles fato que torna possível recuperarmos certas informações sobre a participação feminina na Grécia antiga.

Os escritos de Platão remetem à necessidade de inclusão da mulher no funcionamento da pólis. Para o filósofo, a mulher deve receber a mesma educação ministrada ao homem, qual seja, o ensino da música, ginástica e também da guerra (*República*, 452a). A cidade idealizada por Platão responsabiliza a mulher pelo funcionamento da pólis, e ainda garante ao sexo feminino a igualdade de condições na organização social, política e econômica da cidade-estado. As idéias de Platão sobre o aproveitamento do potencial feminino demonstram a preocupação do

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP. E-mail: <madsilva@usp.br>.

² BANDINELLI, R. B. *Storia e civiltà dei Greci: la crisi della polis*. Milano: Bompiani, 1990, p.7.

filósofo em manter a independência da pólis, principalmente com relação aos que exigiam grandes quantias por seus serviços na defesa da cidade.

Note-se que a cidade-estado grega do século IV sofre com a perda constante de seus cidadãos nas guerras. Os resultados aparecem nas dificuldades políticas tanto internas quanto externas, agravadas pela falta de dinheiro (Idem, 458e). Platão demonstra-se preocupado com a escassez de cidadãos, a solução encontrada pelo filósofo foi fazer com que homens e mulheres partilhassem o dever de zelar pelo funcionamento da cidade-estado. No pensamento platônico a mulher grega deve ser educada nas mesmas condições que o homem, para “*terem em comum as habitações e as refeições, sem que tenham qualquer propriedade privada, estarão juntos, e, ficando misturados, quer nos ginásios, quer no resto da sua educação, creio que por uma necessidade natural serão compelidos a unirem-se entre si*” (458c)³. As palavras do filósofo demonstram a separação social dos espaços dedicados ao homem e à mulher.

Acrescenta Platão “*é preciso que os homens superiores se encontrem com as mulheres superiores o maior número de vezes possível, e inversamente, os inferiores com as inferiores, e que se crie a descendência daqueles, e a destes não*” (459d)⁴. Platão pretende a formação de uma elite governante, gerada a partir de famílias especiais que respondam pela produção de governantes. A escolha dos melhores respeita a capacidade de aprendizado dos iniciados na filosofia, revelando a noção de saber acumulado, como notou Burkert, para os gregos antigos, a formação de um indivíduo dependia da educação recebida pelos membros de sua família⁵.

A cidade de Aristóteles segue as leis da natureza, o homem une-se a mulher obedecendo às regras naturais da reprodução, um não pode existir sem o outro, pois deve haver a continuidade de ambos os gêneros (*Política*, 1252a). A superioridade do cidadão do sexo masculino lhe confere a autoridade suprema sobre os demais membros da sociedade (1252b). Aristóteles vê na convivência entre a comunidade das mulheres e a comunidade dos homens um dos elementos de tensão dentro da sociedade (1253a). A solução para o impasse encontra-se na educação das mulheres e dos filhos segundo a forma de Governo, Aristóteles lembra que as mulheres constituem a metade das pessoas livres da cidade (1259b), portanto, uma cidade que não controla suas mulheres tem meia cidade fora do domínio das leis. A lei é, assim, a substância espiritual comum da sociedade, expressa sob forma concreta, atuando como força coesiva e reúne o poder soberano da sociedade comandada por homens cidadãos⁶.

No século IV a.C., Xenofonte também escreve sobre o modelo cidadão mais conveniente para a supressão das dificuldades inerentes a esse período. Contudo, demonstra sua preferência pelo modelo espartano como podemos verificar nos

³ PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

⁴ PLATÃO, *A República*.

⁵ BURKERT, W. *Religião grega na época clássica e arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 181.

⁶ BURKERT, *Religião grega...*, p. 44.

elogios tecidos às Leis de Licurgo encontrados em sua obra. Essas leis, instituídas no período arcaico, teriam garantido a harmonia interna da sociedade espartana por intermédio de uma educação estatal voltada para as necessidades de Esparta (*Constituição dos lacedemônios*, VII, 5). De acordo com as Leis de Licurgo, as mulheres e os homens devem receber a mesma educação até os sete anos de idade, passada essa fase, há a distribuição das funções sociais dos cidadãos, conforme sua idade e sexo, cada qual tem seu espaço previamente determinado. Aos homens cidadãos destinam-se os cuidados com a guerra e as políticas interna e externa, às mulheres é reservada a prática de exercícios físicos que visavam à procriação de filhos robustos (I, 4).

Da análise dos modelos propostos pelos pensadores, concluímos que eles não refletem a realidade das cidades gregas, apenas indicam em suas exposições quais os elementos propagadores de tensão social. Desse modo, as considerações dos pensadores do século IV a.C. permitem a visualização da problemática que cerca a cidade-Estado grega dessa época. O primeiro problema perceptível refere-se à falta de homens cidadãos que possam controlar o funcionamento da cidade, a carência de homens estimula, ainda, a insubordinação feminina, além de tornar vulnerável a segurança da cidade. As perdas econômicas com as guerras aparecem como outro óbice ao crescimento da cidade-Estado grega, dado que a privação de recursos gerava conflitos entre os vários segmentos sociais.

O quadro desordenado apresentado pela cidade encontra nas leis um expoente institucional apropriado para estabelecer mudanças nos costumes dos cidadãos. Nesse contexto, a mulher revela-se como um foco de tensão social, daí a importância que as leis gregas conferem preceitos relacionados com o espaço feminino. A preocupação dos homens em educá-las, nos moldes do regime político da cidade propicia o questionamento sobre as atitudes femininas ensejadoras da inquietação masculina. No entanto, dispomos de poucos elementos para responder às dúvidas a esse respeito, os relatos predominantemente masculinos remetem-se às realidades política e econômica da cidade, ou seja, privilegiam o espaço público reservado ao homem⁷.

A vida cotidiana relatada nas peças de teatro, nas poesias e na cultura material permite a confrontação de informações com as fontes descritas neste trabalho, viabilizando a reconstrução de alguns aspectos da condição feminina dentro da sociedade sob a perspectiva do homem. O olhar masculino sobre os dados acerca da participação feminina na Grécia antiga exige do pesquisador a reflexão a respeito das conclusões dos antigos sobre as ações femininas na sociedade. É preciso ressaltar que as imagens produzidas também são oriundas do pensamento masculino, pois o homem seleciona o tema de sua arte conforme os valores socialmente aceitos⁸.

As diferenças políticas e econômicas entre as cidades de Atenas e Esparta incitam os estudiosos a acentuar a dessemelhança no sistema educacional feminino. Assim,

⁷ DUBY, G. PERROT, M. Introdução. In: DUBY, G. PERROT, M. *História das mulheres: a antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 7.

⁸ FRANCASTEL, P. *Pintura e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 13.

as mulheres atenienses são educadas para a vida doméstica, instruídas a cuidar dos escravos, zelar pelos filhos, tecer, fiar e participar dos festivais religiosos. Diversamente, as mulheres espartanas encontram-se distantes. O objetivo desse afastamento da vida familiar era aproximá-los das necessidades políticas da cidade. As espartanas dedicam-se à prática de exercícios físicos ao lado dos homens, circulam livremente pela cidade-estado, estimulam por intermédio de diálogos a coragem masculina e, principalmente, fornecem novos cidadãos através da procriação⁹.

Inventores da história política, os gregos não se preocuparam em relatar a vida social da cidade-estado, dificultando ao historiador a compreensão de sua vida privada¹⁰. Portanto, as informações privilegiam o espaço público por ser um lugar delimitado pelos homens em detrimento do espaço privado adstrito às mulheres. Dessa forma, a história das mulheres na Antigüidade depara-se com a limitação das informações que também carregam o filtro discriminatório do olhar masculino¹¹. As imagens construídas em torno das mulheres ateniense e espartana provavelmente refletem o imaginário masculino em relação à constituição política da cidade-estado. A mulher platônica não encontra correspondente na história grega, apesar de alguns autores sustentarem a relação entre os preceitos contidos na *República* e nas *Leis* e os adotados na cidade de Esparta. Nesse sentido, Jaeger assinala que Platão “ao preconizar a educação estatal, tinha presente o exemplo espartano”, ou seja, o filósofo ateniense tinha em mente o modelo educacional de Esparta¹².

Em Aristóteles, a construção de um modelo de cidade harmoniosa está pautada em sua realidade cognitiva sobre o modelo cidadão empregado em Esparta, Creta e Corinto, o autor tinha por escopo alertar aos atenienses sobre as falhas no seu sistema de Governo. Quanto à Esparta, Aristóteles relata a influência feminina atribuída ao fato de dois quintos das terras espartanas estarem em poder delas no século IV a.C. (*Política*, 1272a). Para o filósofo, isso ocorrera em virtude das falhas na educação espartana, em seu ponto de vista, os homens de Esparta recebem ordens diretas das mulheres por não terem sido capazes de educá-las conforme as leis de Licurgo (1270a). Na opinião do filósofo, os espartanos se desviaram do sistema político que adotaram porque sua constituição não estava de acordo com o tipo de governo da cidade (1271b). Aristóteles descreve a corrupção nos diversos segmentos da sociedade espartana, não responsabiliza a mulher pela derrocada do sistema políade, porém, reconhece nelas um forte poder de persuasão.

As características apontadas por Aristóteles em relação à mulher espartana demonstram a preocupação do filósofo em evitar que o mesmo ocorra na cidade de Atenas, contudo, as informações de Aristóteles podem não corresponder à

⁹ REDFIELD, J. O homem e a vida doméstica. In: VERNANT, Jean-Pierre. (org.) *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1993, p. 157.

¹⁰ AUSTIN, M. & VIDAL-NAQUET, P. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1986, p.15.

¹¹ VIDAL-NAQUET, P. Escravidão e ginococracia na tradição, no mito, na utopia. In: VERNANT, J.P. & VIDAL-NAQUET, P. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Campinas: Papyrus, 1989, p. 127.

¹² JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 767.

realidade, é válido ressaltar que muitas assertivas dos antigos estão permeadas de rivalidade devido à oposição existente entre Atenas e Esparta. Já Xenofonte apresenta o regime político arcaico espartano como o melhor modelo cidadão e os espartanos são aconselhados por ele a retomar a educação instituída por Licurgo (*Constituição dos lacedemônios*, XIV, 9). Segundo Xenofonte, as funções estavam divididas conforme a idade e o sexo dos cidadãos (VI, 2), homens e mulheres recebem a mesma educação até os sete anos de idade, depois os homens passam a tratar dos assuntos da guerra e as mulheres da administração da casa e da manutenção de um exército forte por meio da procriação. Quanto à desordem causada pelas influências femininas nas decisões tomadas na cidade de Esparta, como apontara Aristóteles, Xenofonte não faz uma referência a qualquer ação contrária das mulheres espartanas a harmonia da cidade.

A historiografia contemporânea divide-se em duas correntes quanto à análise da participação feminina em Esparta durante o período clássico. Os autores, que utilizaram como referência os relatos dos escritos filo-atenienses¹³, vêem a participação feminina em Esparta como uma interferência negativa para a cidade, enquanto os outros, que empregaram as fontes filo-lacônicas¹⁴ que destacam a sua indispensável participação na manutenção da ordem cidadina. Contudo, o mais interessante é notar que a historiografia moderna pauta-se ora no que fora afirmado por Aristóteles que os espartanos não tinham controle sobre as ações de suas mulheres (*Política*, 1270a-c) e ora no relatado por Plutarco que afirma não ser verdade como pretende Aristóteles, que depois de tentar educar as mulheres Licurgo desistiu em virtude de sua insubordinação às leis (*Licurgo*, 14).

Ao analisarmos as biografias espartanas escritas por Plutarco como se se tratassem de um conjunto, encontraremos nelas a história das mulheres aristocratas de Esparta desde o período arcaico até o período helenístico. As contradições relativas à participação feminina em Esparta encontram em Plutarco uma lógica. Nas biografias relativas ao período clássico, Plutarco retrata a corrupção crescente em Esparta, porém, as mulheres ainda conservam alguns elementos da educação arcaica e passam a aconselhar os homens em suas decisões políticas no intuito de impedir a entrada da corrupção. Contudo, nas biografias do período helenístico o autor relata as influências das mulheres na rede de corrupção da cidade e relaciona o abandono da antiga educação com a decadência espartana. Na visão plutarquiiana o abandono da educação instituída por Licurgo, no caso das mulheres, ocorreu devido à excessiva liberdade que lhes era oferecida, fato que o legislador

¹³ Ver, por exemplo, as interpretações de FINLEY, M. I. *Aspectos da antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. _____. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. NAPOLITANO, M. L. *Le donne spartane e la guerra: problemi di tradizione*. *Aion*, n. 9, 1987, p. 127-144. SISSA, G. *Greek virginity*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

¹⁴ Ver CARTLEDGE, P. *The Spartans: the World of the Warriors-Heroes of Ancient Greece*. New York: Overlook, 2003. OLIVA, P. *Esparta e sus problemas sociales*. Madrid: Akal, 1983. POMEROY, S. *Goddesses, whores, wives, and slaves*. New York: Schocken, 1995. _____. *The Women of Sparta*. New York: Routledge, 2002. _____. (ed.) *Women's history & ancient history*. Chapel Hill/London: University of North Carolina Press, 1991. POWELL, A. *Athens and Sparta: constructing Greek political and social history from 478 B. C.* London/ New York: Routledge, 1996.

não considerou quando elaborou a constituição espartana (*Comparação de Licurgo e Numa*, III, 3).

A história das mulheres não interessava aos primeiros pesquisadores modernos. Então, eles desconsideraram a crítica de Plutarco à constituição licúrgica no que tange à educação destinada à parcela feminina da população cidadina. Plutarco identificou nas leis de Licurgo uma falha em relação à educação feminina, deduzindo que, em virtude da demasiada liberdade conferida às espartanas, o legislador não anteviu os danos que as mulheres más, incapazes de reproduzir o belo, poderiam causar:

“Então, por um lado, Numa empenhou-se mais em manter a vigilância das jovens para que continuassem femininas e com os ornamentos. Por outro lado, Licurgo deixou-as totalmente com asas e não-femininas, sendo o tema dos poetas.” (*Comparação de Licurgo e Numa*, III, 3)¹⁵

No entanto, Plutarco discorda de Aristóteles quanto ao modo como ocorreu o desregramento feminino na sociedade. Aristóteles atribuía tal fato ao descuido das leis de Licurgo com a mulher em Esparta:

“A despreocupação com a conduta das mulheres não é menos nociva à prosperidade do Estado do que à felicidade das cidades. Como o homem e a mulher fazem parte da família, é de se esperar que o Estado esteja dividido em dois, metade homens, metade mulheres; donde se segue que todo Estado em que as mulheres não têm leis está na anarquia pela metade. É o que acontece na Lacedemônia. Licurgo, que pretendia enrijecer seu povo com todos os trabalhos penosos, só pensou nos homens e não prestou nenhuma atenção nas mulheres. Elas se entregam a todos os excessos da intemperança e da dissolução.” (*A Política*, II, VI, 5-6)¹⁶

Mas, Plutarco assim manifestou-se sobre a questão:

“Não aconteceu, pois, como disse Aristóteles, que Licurgo tentou trazer as mulheres para a harmonia, mas desistiu, porque não podia conter o excesso, a licenciosidade e o poder feminino por causa das muitas guerras de que os homens participavam.” (*Licurgo*, XIV, 1)

A história de Esparta desperta a atenção desde a antiguidade pela singularidade de suas instituições, enquanto Atenas negocia seus escravos, Esparta invade territórios vizinhos e transforma sua população em servos conhecidos por *hilotas*. Além do hilotismo, os espartanos mantêm propriedades estatais de grandes proporções, ao passo que em Atenas há o predomínio de pequenas propriedades. A existência de modelos políticos distintos explica-se pela autonomia da cidade-

¹⁵ As passagens das biografias plutarquianas foram traduzidas pela autora a partir do texto grego estabelecido por Bernadotte Perrin.

¹⁶ ARISTÓTELES. *A política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Estado grega e pela educação - a condutora dos ensinamentos políticos. Nesse sentido, o tratamento dispensado à mulher grega encontra-se diferenciado, a mulher ateniense aparece descrita nos relatos antigos reclusas em suas casas - o *oikos*, enquanto a mulher espartana exercita-se em público com vestes curtas.

Ressaltamos que o caso da mulher espartana desperta a curiosidade dos estudiosos devido às contradições dos fatos e das opiniões acerca de sua efetiva participação na sociedade. No século V a.C. o comediógrafo Aristófanes retrata em sua peça *Lisístrata* a robustez de Lampito, uma mulher espartana dotada de grande vigor físico. Enquanto no século IV a.C. Xenofonte escreve a *República dos Lacedemônios* relatando a educação rígida da mulher espartana. Na obra o autor destaca os exercícios físicos praticados pelas mulheres com a finalidade de obter filhos fortes e sadios. Por outro lado, no mesmo século, Aristóteles descreve na *Política* a desordem causada pelas mulheres na cidade em virtude de sua recusa à educação em conformidade com as leis cidadinas.

As biografias de Plutarco sobre os reis espartanos retratam as mulheres desde o período arcaico até o período helenístico. A importância de seus relatos não se restringe apenas ao seu conteúdo histórico, mas principalmente pela coleta de informações feita por Plutarco. As biografias resultam da leitura de obras conhecidas de nossa época, bem como revelam pensamentos de escritores dos quais não temos obras completas, dessa maneira, Plutarco torna-se indispensável ao estudo da mulher na Grécia antiga.

Sobre o período arcaico da história espartana, Plutarco relata que após a morte de seu irmão, o legislador torna-se rei. Contudo, sua cunhada estava grávida, sendo o seu filho herdeiro natural ao trono espartano, então assim que nasceu Carilau “a alegria do povo” (*Licurgo*, III, 1), Licurgo deixa o posto de monarca para o sobrinho e parte para conhecer a legislação dos cretenses e dos egípcios, pois o legislador pretendia reformular as leis espartanas, uma vez que reconhecia em Esparta a desordem e a anarquia predominantes (*Idem*, IV, 1-6). Assim, Licurgo, quando retornou à cidade, instituiu leis visando inaugurar um regime completamente novo. Estabeleceu o senado e o eforato; a partilha das terras; a proibição da circulação de moedas de ouro e prata; instituiu as *sissitias* (banquetes públicos), solicitou ainda que essas leis não fossem escritas, elas deveriam ser inseridas nos costumes espartanos por meio do processo educativo.

A educação dos meninos era um aprendizado de obediência, desde seu nascimento pertenciam ao Estado, que lhes inculcia valores relacionados à guerra. Os homens somente poderiam deixar o exército aos sessenta anos de idade. Quanto às meninas, cabia-lhes a prática de exercícios físicos nas corridas, na luta, no lançamento do disco e do dardo com o único objetivo de formar mulheres capazes de gerar filhos robustos. Além disso, os exercícios físicos diminuía o sofrimento da mulher no momento da concepção.

A transição entre o período clássico e o helenístico da história espartana é retratada na biografia de Agesilau (444-360 a.C.). O biografado não era o herdeiro natural ao trono espartano, por isso recebeu a educação espartana comum, na qual aprende apenas a obedecer. Segundo Plutarco, a legislação isentava dessa educação rígida os futuros reis (*Agesilau*, I, 1). A morte do irmão permitiu-lhe a

ascensão ao trono, a educação fizera de Agesilau um rei sem autoridade que dependia de acordos políticos para governar Esparta. Para manter-se no poder, o rei inicia uma série de batalhas no intuito de obter riquezas, com isso demonstra suas virtudes guerreiras para manter a autoridade, e ainda, consegue organizar recursos para contratar mercenários para o seu exército. O reinado de um homem, cuja educação não era a adequada para desempenhar sua função, como descreve Plutarco, indica a natureza dos problemas gerados em Esparta. A ausência do rei na cidade colaborava para a insatisfação popular assim como propiciava a formação de grupos interessados no poder.

Quanto às mulheres desse período, Plutarco demonstra a alteração dos valores. O próprio rei Agesilau permanece atento às preferências de sua esposa, que, como ele, também não recebera a educação apropriada para ser rainha. Ela era de origem plebéia, pois era irmão de Lisandro um rico comerciante dono de uma grande frota de navios na cidade de Esparta. A irmã de Agesilau, conhecida por Cinisca, foi vencedora de uma corrida de quadrigas em Olímpia, fato que evidenciou a riqueza particular dela, bem como a projeção de uma mulher espartana no cenário grego (*Agesilau*, XX, 1). Apesar do distanciamento dos governantes em relação à educação instituída por Licurgo, Plutarco demonstra que as mulheres do povo ainda mantêm os valores contidos na educação arcaica de Esparta.

O período helenístico é retratado em duas biografias: Ágis e Cleômenes, ambos do século terceiro antes de Cristo. O primeiro tentou reinstaurar em Esparta a educação arcaica na qual fora criado, no entanto, Ágis, ao tomar o poder na cidade, vivencia uma realidade diferente daquela experimentada por seus antepassados. Na desordem espartana a mulher encontra seu espaço ampliado, se outrora sua participação restringia-se à geração de filhos robustos, nos termos da Lei de Epitadeu, é alcançada a condição de herdeira de terras. A mãe e a avó de Ágis, as mulheres mais ricas de Esparta, intervinham nos assuntos políticos da cidade. Conforme relata Plutarco, elas teriam sido a causa do insucesso de Ágis em restaurar o antigo sistema (*Ágis*, VII, 4).

Cleômenes, o sucessor de Ágis, não pertencia a nenhuma das duas casas reais de Esparta: Ágidas e Euripôntidas. Ascendeu ao trono por ter desposado a mulher de Arquidamo - irmão de Ágis - e herdeira de uma vasta riqueza (*Cleômenes*, I, 2-3). No reinado de Cleômenes, várias mulheres ocupavam posição de destaque na sociedade espartana. As alianças de Cleômenes com Agátis, sua mulher, e com Cratesicléia, sua mãe, fizeram-no rico e poderoso o suficiente para eliminar os éforos e se autoproclamar, juntamente com seu irmão, reis de Esparta. Conforme relata Plutarco, essa foi a primeira vez que duas pessoas da mesma casa reinaram em Esparta. No século terceiro antes de Cristo, sob o reinado de Cleômenes, as mulheres representavam uma força política e econômica incomum no mundo grego. Ao comparar o êxito de Cleômenes ao fracasso de Ágis percebe-se que a interferência feminina foi decisiva em ambos os casos.

Antes de concluir a análise da ótica plutarquiana sobre a participação feminina em Esparta, faz-se necessário esclarecer algumas questões que permearam as interpretações da historiografia moderna acerca de sua história. A primeira delas

apareceu em Glotz, que verificou a existência de uma tradição romântica da história espartana oriunda da espartomania nascida na escola socrática¹⁷. Influenciado pelas idéias de Glotz, Ollier vislumbrou nas interpretações realizadas pelos gregos desta sociedade a presença de idealizações que resultariam na criação da chamada “miragem” espartana¹⁸.

Glotz atribuiu a Plutarco a inserção do romance de Esparta dentro da narrativa histórica de suas personagens espartanas. Conforme Glotz, a ausência de critérios frente aos documentos em que aparecem relatos da história da cidade teria levado Plutarco a reproduzir a fantasia de uma educação estatal. Ollier prossegue a discussão aderindo à tese de que Plutarco não possuía a análise crítica de um historiador e, com isso, tornou-se o último idealizador de Esparta.

As peculiaridades dos espartanos despertaram a atenção dos escritores anteriores à tradição socrática, o que pode ser observado em Homero, quando, nos versos da Odisséia, relata a participação de Helena nos assuntos tratados por Menelau:

*“Senta-se Helena em poltrona provida de um belo escabelo,
vira-se para o marido e de tudo procura informar-se:
‘Ó Menelau, de Zeus grande discípulo, sabemos, acaso, quem se gloriam
de ser esses homens, que a casa nos chegam?
Minto, ou verdade enuncio? A falar me compele a vontade
Entre quaisquer dos mortais – sou tomada de espanto indizível -
Tanto como o filho do grande Odisseu este aqui se parece,
Digo Telêmaco, que no palácio ainda infante deixara
Ele, o valente, no tempo em que vós, os Aqueus, lutastes
Sob as muralhas de Tróia por causa de minha cegueira.’
Disse-lhe, então, Menelau, em resposta, o de louros cabelos:
‘Penso, ó mulher, de igual modo a respeito, do que conjeturas’
(Odisséia, IV, vv.136-155)¹⁹*

Percebemos que, desde Homero, a mulher espartana foi vista como influenciadora das decisões políticas da cidade. Contudo, esta idealização não recebeu o mesmo tratamento crítico nas interpretações de Ollier e de Glotz, pois, sobre as mulheres, ambos reafirmaram o descrito pela mesma tradição literária grega²⁰, que foi

¹⁷ GLOTZ, G. *Histoire Grecque: des origenes aux guerres mediques*. Tome première. Paris: Presses Universitaires de France, 1926, p. 336-339.

¹⁸ OLLIER, F. *Le mirage spartiate: étude sur l’idealisation de Sparte dans l’antiquité Grecque de l’origine jusqu’aux cyniques*. Paris: Boccard, 1933, p. 1-13.

¹⁹ HOMERO. *Odisséia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

²⁰ As conclusões de Ollier sobre a educação feminina em Esparta coincidem como as propostas por Glotz, este afirmou que as mulheres espartanas ocupavam um lugar especial na sociedade, comparando sua influência à masculina. Ver Glotz, *Histoire Grecque...*, p. 360 e Ollier, *Le mirage spartiate...*, p. 28. Sobre s efeitos da miragem espartana nas interpretações da historiografia moderna, ver : SILVA, M. A. O. O mistério da miragem: a mulher na história de Esparta. In: FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C. & SILVA, G. J. *Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 241- 258.

responsável pela criação da miragem ou do romance espartanos. Ollier também está de acordo com Glotz sobre os três elementos que comporiam o romance espartano; a existência de Licurgo, a constituição espartana e as empresas de Ágis e Cleômenes.

A singularidade de Plutarco em registrar a história da cidade de Esparta em forma de biografias não foi percebida pela bibliografia especializada. Isso deve-se, por um lado, à aceitação da teoria do romance-miragem e por outro, à dissociação entre biografia e História. Podemos asseverar que Plutarco narrou a história de Esparta desde a sua era arcaica até o período helenístico sendo a única fonte a registrar, dentro de um lapso temporal tão longo, tamanho volume de informações sobre essa cidade.

Plutarco escrevia suas biografias para um público conhecedor da história de vida de cada personagem. Todos foram importantes na história de suas cidades, ou seja, eram pessoas notórias que a memória coletiva conservava. É possível conjecturar que a pura invenção de fatos levaria a narrativa plutarquiiana ao descrédito do leitor. Provavelmente pode existir nas fontes utilizadas alguns relatos fantasiosos sobre a cidade espartana. Em suma, se há o romance ou a miragem, não foi Plutarco quem os criou, ele foi mais um dentre aqueles que, seguindo a tradição, viram em Licurgo o criador do regime espartano.

Não vemos em Plutarco a idealização, o romance ou a invenção da história espartana, mas uma intenção de datar e historicizar o nascimento da cidade reconhecida por suas qualidades militares. Para a tradição literária grega, o sistema espartano foi interpretado como o resultado da instituição de um conjunto de leis transformadoras da ordem social. Assim, ao escrever a biografia de Licurgo, Plutarco conferiu historicidade ao legislador e suas leis, situando no tempo e no espaço o surgimento de uma nova cidade: a Esparta de Licurgo.

A biografia da Esparta de Licurgo foi narrada através da história de vida de seus cidadãos mais ilustres. Nelas Plutarco expressou sua preocupação em analisar as causas da derrocada de um sistema social que propiciara a hegemonia espartana na Grécia. Ao interpretar a vida de seu biografado no espaço público, Plutarco fundiu a história do indivíduo na de sua cidade. Assim, para a identificação da história de Esparta, nas biografias plutarquiianas, é preciso ler as vidas dos espartanos em ordem cronológica, qual seja, Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis e Cleômenes. Lidas nessa seqüência, elas revelam como Plutarco viu a história arcaica, clássica e helenística da cidade.

Este papel fundante atribuído à instituição de novas leis é um tema recorrente no pensamento heleno. Continuando o debate de Platão, Aristóteles e Políbio, Plutarco estudou a constituição espartana ao longo de sua história, identificando os motivos de sua decadência. Plutarco pensou a história de Esparta, como pensavam seus antecessores, através da história de sua constituição. Portanto, ao ser o último a romancear ou a inventar uma miragem, Plutarco analisou a cidade espartana sob uma perspectiva oriunda da tradição grega, sem criar, mas recriando a miragem ou o romance espartanos.

RESUMO

As conhecidas conclusões de Ollier sobre a educação feminina em Esparta, corroboradas por Glotz, encontraram respaldo nos escritos plutarquianos. O curioso é que ambos atribuíram a Plutarco a criação de uma miragem espartana responsável pela idealização da cidade. Apesar das críticas desses autores à visão plutarquiana, eles consideraram que a mulher ocupava um lugar especial na sociedade, conforme relatara Plutarco. Tal interpretação permeia grande parte da produção acadêmica moderna sobre a participação feminina em Esparta. Nesse sentido, demonstramos, neste artigo, que a intenção de Plutarco não era idealizar, romancear ou inventar uma história espartana, mas datar e historicizar o nascimento de uma cidade reconhecida por suas qualidades militares.

Palavras-Chave: Plutarco; Esparta; Mulher Espartana.

ABSTRACT

Ollier's widely known conclusions about women's education in Sparta are shared by Glotz. Both authors ascribed to Plutarch the invention of a Spartan mirage responsible for the idealization of the city. Despite the criticism of both authors regarding Plutarch's view, they agreed that women had a special role in society, as pointed out by Plutarch. Such an interpretation permeates most of modern academic work on women's role in Sparta. This paper aims to demonstrate that Plutarch's objective was not to idealize, to romanticize about or to invent a Spartan history but to deal as history the beginnings of a city well-known for its military skills.

Keywords: Plutarch; Sparta; Spartan Woman.

A ASCENSÃO DO PRIMO POBRE: O TABACO NA ECONOMIA COLONIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA - UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO -

Gustavo Acioli¹

Entre as tantas variedades de vegetais oriundos da América que se tornaram difundidos pelo mundo após o contato e conquista do Novo Mundo pelos europeus, talvez nenhum tenha alcançado tanto prestígio, a despeito de seus detratores de então e os de agora, quanto o tabaco. Havia pelo menos três tipos desta erva, cada um correspondendo, grosso modo, às zonas geográficas da América. Não tardou para que, após ter sido levado para o Velho Mundo por seus viajantes, colonos e enviados oficiais, a “erva santa” passasse a ser largamente consumida pelos europeus de todas as camadas sociais, seja na forma de rapé, de mascar ou como fumo, assim como aparece, tão naturalmente, fazendo as delícias de um Hans Castorp (e os seus *Maria Mancini*) ou de um Pável Ivánovitch Tchítchicov².

A América portuguesa foi um dos maiores produtores deste gênero tropical desde o século XVII, tendo sido sua exportação uma das principais fontes de renda do Estado português e uma peça importante na reprodução da sociedade escravista. Ainda assim, o tabaco faz o papel de primo pobre na historiografia nacional, embora conte com textos fundamentais que dele se ocuparam parcial ou totalmente. Nas linhas que se seguem, apresento um breve balanço da historiografia que tem por tema a economia do tabaco no período colonial, destacando as formulações e hipóteses que as obras, já clássicas, trouxeram e os aprofundamentos e respostas que a historiografia posterior acrescentou ao tema³.

Elegemos as relações de produção como eixo central desta revisão, isto é, o regime de mão-de-obra e de propriedade/posse e uso da terra na fumicultura colonial que, a nosso ver, apresenta-se como o ponto mais relevante das abordagens do tema na historiografia. Esse recorte tem seu quê de arbitrariedade, mas se justifica

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Este artigo é um dos frutos de minha participação no Programa de Formação de Quadros Profissionais do Cebrap, de 2002 a 2004, onde contei com bolsa da CAPES. Aproveito para agradecer ao Prof. Dr. Fernando Novais e à Prof^a Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini as sugestões e críticas ao texto integral debatido no Cebrap, dos quais me beneficieei na revisão de alguns aspectos do texto, sem que a ambos, claro, se devam as deficiências que possam persistir.

² Nos referimos, aqui, aos heróis de, respectivamente, a *Montanha Mágica* de Thomas Mann e de *Almas Mortas* de Nikolai Gógol.

³ É necessário dizer que este apanhado não se pretende exaustivo mas, antes, segue um critério de escolha das obras consideradas por nós mais relevantes. Convém, ainda, acrescentar que apesar de ter conhecimento de dissertações e teses sobre o tema, a algumas, infelizmente, não tive acesso.

pela maior coerência da exposição. O texto está dividido em duas partes, correspondendo a cada etapa de aprofundamento da questão, seguidas de uma conclusão que não pretende mais que apontar um caminho possível de continuidade para o estudo do tema.

A sementeira: pontos de partida

Em lugar de seguir uma ordem estritamente cronológica, preferimos começar por um texto que colocou com clareza e precisão os caminhos que eram necessários à pesquisa histórica seguir para dar conta do papel do tabaco na economia colonial luso-brasileira e dentro das dimensões do império português. Num breve artigo de 1968, José Roberto do Amaral Lapa ressaltava a importância do gênero na história econômica da América portuguesa mas, não obstante, constatava “*que a literatura científica que há sobre o assunto, sob o ponto-de-vista histórico, é singularmente pobre. Por outro lado, a documentação a seu respeito, conservada nos arquivos brasileiros [...] é excepcionalmente rica*”⁴.

Lapa apontou quais aspectos ainda careciam de pesquisa aprofundada, que levassem ao conhecimento da fumicultura colonial além das preciosas informações, antigas em mais de dois séculos e meio, legadas por Antonil⁵. As questões à espera de repostas consistiam no comércio de tabaco brasileiro com a Europa, África e Oriente, seu transporte e flutuação dos preços, bem como os “*problemas relacionados com os mercados consumidores*”, isto é, os “*usos e aplicações do tabaco*” nos continentes citados. A relação entre tráfico de escravos e comércio de tabaco nas costas ocidentais da África também reclamava atenção⁶.

Na esfera da produção, careciam ainda de esclarecimentos, segundo o autor, aspectos “*ligados à mão-de-obra nas áreas de produção, isto é, suprimento, colaboração dos escravos e do trabalho livre*”, assim como

*“questões como a do regime de divisão, aproveitamento e propriedade da terra e também ao tamanho das fazendas de tabaco ou ao caráter democrático da cultura que pode ser feita em pequenas áreas e por pessoas e famílias de poucos recursos.”*⁷

Salientava, como se vê, o predomínio das pequenas propriedades na cultura do tabaco, conhecidas por *lavouira dos pobres* ou de *fundo de quintais*. Como questão central estipulava uma relação entre o comércio de escravos e a cultura do tabaco de qualidade inferior, propondo assim uma conexão entre circulação e produção⁸. Chamou a atenção para o desconhecimento da *vida social na zona fumageira*, para a disputa entre a mandioca e o tabaco, na qual as autoridades se punham do

⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 6-7, jun. e dez. 1968, p. 83.

⁵ LAPA, Esquema..., p. 84, nota 2; cf. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1948 [1711], p. 151-154.

⁶ LAPA, Esquema..., p. 84-85.

⁷ LAPA, Esquema..., p. 84-85.

⁸ LAPA, Esquema..., p. 84-85.

lado daquela e ressaltou a complementaridade entre a fumicultura e a pecuária, como exceção no agro colonial, além de aspectos relativos à administração e o comércio do gênero⁹.

O mesmo autor voltou a tratar do assunto pouco depois, avançando respostas às questões que o mesmo havia colocado. No artigo “O tabaco brasileiro no século XVIII”¹⁰, retoma os pontos que já salientara, com base numa *Memória* de Joaquim de Amorim Castro¹¹ e outros documentos e textos coevos daquele¹².

Reitera o predomínio da pequena propriedade, cultivada por pequenos plantéis de escravos e com mão-de-obra familiar, do que decorre a precária condição econômica dos fumicultores, às voltas com os constrangimentos oriundos da dependência de crédito provido por atravessadores¹³. A disputa entre as autoridades e os plantadores em torno do plantio de tabaco em lugar da mandioca recebe novas referências que a reiteram¹⁴.

Os aspectos que efetivamente aprofunda, contudo, são os pertinentes ao tratamento que a planta recebe durante seu sazonalamento e o beneficiamento que as folhas de tabaco recebiam, bem como a importância da associação entre a pecuária e a fumicultura, particularmente na fertilização da terra por adubo animal, prática que considera excepcional na agricultura colonial¹⁵. Veremos que, de acordo com documentos de fins do século XVIII, o uso de adubo animal não era a regra, mesmo na fumicultura. A afirmação de Lapa fia-se na descrição de Amorim Castro que, assim como a de Antonil, é provável que se atenha mais às condições ideais que às efetivamente praticadas¹⁶.

A autocrítica de seu trabalho, não obstante alguns avanços, faz com que Lapa conclua expondo os limites do mesmo e fazendo um quase apelo ao aprofundamento ainda necessário sobre a economia fumageira “*que permitirá mesmo a síntese que se faz necessária para a visão global da economia na colônia*”¹⁷.

⁹ LAPA, Esquema..., p. 86-89.

¹⁰ LAPA, J. R. do Amaral. O tabaco brasileiro no século XVIII. *Studia*, Lisboa, n. 29, 1970; republicado como: Um agricultor ilustrado do século XVIII. In: LAPA, J. R. do Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 141-186, edição que citaremos.

¹¹ CASTRO, J. de Amorim. Memória sobre as espécies de tabaco que se cultivam na vila da Cachoeira, 1788. In: LAPA, *Economia colonial*, p. 187-213; cf. também CASTRO, J. de A.. Manufatura do tabaco, 1788. In: LAPA, *Economia colonial*, p. 215-29.

¹² Principalmente o DISCURSO Preliminar, Histórico, Introdutivo, com Natureza e Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. XXVII, 1906, p. 283-348.

¹³ LAPA, *Economia colonial*, p. 158, 184-5.

¹⁴ Incluindo um Alvará (1701) que proibiu a criação de gado dentro de dez léguas das margens dos rios; LAPA, *Economia colonial*, p. 167-9.

¹⁵ LAPA, *Economia colonial*, p. 158, 163-7, 171-5 e 185.

¹⁶ Sobre *Cultura e Opulência...* de Antonil, cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 1999.

¹⁷ LAPA, *Economia colonial*, p. 186.

Dentre tais questões, umas mais e outras menos já haviam recebido algum tratamento em obras contemporâneas ou que precederam aos artigos citados acima. Os pontos que, até então, maior atenção mereceram, foram os relativos ao comércio do tabaco, sobretudo rumo à África, ficando por aprofundar as demais sendas delineadas por Lapa. Assim, trataremos de indicar os avanços sobre o estudo do tema no que diz respeito ao predomínio da produção em pequena escala na fumicultura, primeiro nos trabalhos concluídos até os anos 1960 e, depois, naqueles que direta ou indiretamente aceitaram o desafio de elucidar os aspectos ressaltados por Lapa no que diz respeito à produção.

De saída, verificamos que apenas uma outra obra de cunho acadêmico, além das de Lapa, tratou exclusivamente do tabaco brasileiro antes da década de 1970. A dissertação de Maria da Conceição J. F. Cheis, *O Tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no séc. XVII*¹⁸, é bastante abrangente, embora com maior destaque ao comércio e organização da administração e arrecadação do tabaco. Deu pouca atenção às relações de produção na colônia, apesar de avançar alguns pontos interessantes sobre a pobreza dos lavradores em Pernambuco e uso de mão-de-obra indígena no Maranhão¹⁹. As demais obras que incluíram a fumicultura e/ou comércio de tabaco da América portuguesa, fizeram-no dedicando atenção parcial ao tema, embora com conclusões relevantes, que viriam subsidiar a análise das pesquisas ulteriores.

É o caso do terceiro estudo de Caio Prado Júnior, por demais conhecido para que entremos em detalhes a seu respeito. Seu caráter inovador na abordagem da história do Brasil já foi salientado por vários autores²⁰. Apenas desejamos reiterar aqui um dos pontos centrais de *Formação do Brasil Contemporâneo*²¹, a saber, a relevância dada às relações de produção no Brasil colônia²². As páginas dedicadas à cultura do tabaco não fogem a esta regra: Prado Júnior analisa o regime de

¹⁸ CHEIS, Maria da Conceição J. F. *O tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no séc. XVII*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967 (Dissertação de Mestrado em História).

¹⁹ CHEIS, *O tabaco do Brasil...*, p. 36-51.

²⁰ Cf. RODRIGUES, José Honório. *Notícia de vária história*. [Rio de Janeiro]: São José, 1951, p. 96 e ss.; (o mesmo autor tece considerações menos lisonjeiras na mesma obra, p. 117-8); IGLÉSIAS, Francisco. Introdução: um historiador revolucionário. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *História*. Organizado por Francisco Iglesias. São Paulo: Ática, 1982, p. 21-32. Para Iglésias, *Formação* é um dos “três pilares da historiografia econômica brasileira”, junto com Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil de 1936* e Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, de 1959. IGLÉSIAS, Introdução..., p. 29; cf. também NOVAIS, Fernando. Caio Prado: historiador. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 2, jul. 1983, p. 66-70.

²¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Brasil colônia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961 [1942].

²² Sobre a centralidade do escravismo na formação econômica e social colonial na obra de Prado Jr., cf. IANNI, Octavio. A dialética da história. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal*: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: UNESP; Brasiliense; 1989, p. 66, 69-71; para uma consideração que vê como insuficiente a análise do papel da escravidão em Prado Júnior, cf. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988, p. 3.

mão-de-obra e de uso da terra, apontando, de um lado, uma particularidade da fumicultura e, de outro, sua integração ao regime geral²³.

A peculiaridade da fumicultura na América portuguesa consistia na produção realizada com pequenos plantéis de escravos e em pequenas unidades fundiárias, o que a singularizava frente à *plantation* açucareira. No entanto, tal como esta, a produção fumageira era, no entender do autor, de “caráter” escravista, por não dispensar o uso de escravos em todas as etapas de produção.

A reduzida dimensão dos plantéis e das áreas dedicadas à fumicultura (os ‘sítios’) é explicada por Prado Júnior por seu aspecto, pode-se dizer, técnico. A necessidade do cuidado individual com cada uma das plantas (o que se chama de ‘cultura de jardinagem’) não permitia ganhos de escala em sua produção, o que inviabilizava a exploração do tabaco no regime de *plantation*. Esta mesma técnica é apontada pelo autor como a única exceção ao regime predatório de uso da terra, pautado pela baixa tecnologia e cultura extensiva, cujo maior exemplo é o da produção açucareira. Na cultura do tabaco usava-se de adubo, o que preservava a terra, além dos cuidados para melhorar a qualidade e produtividade das plantas. Portanto, a fumicultura era, a um só tempo, uma exceção e uma comprovação do regime econômico colonial. Já vimos que estes dois últimos pontos - a produção em pequena escala e a prática de fertilização da terra - foram reafirmados por Lapa.

Das sementes aos rolos: a especialização historiográfica sobre o tabaco

A primeira contribuição ao estudo específico do tabaco brasileiro veio de uma historiadora norte-americana, Catherine Lugar, autora de uma tese²⁴ sobre os comerciantes da Bahia colonial. Aqui, porém, nos restringiremos a um artigo seu, *The Portuguese Tobacco Trade and Tobacco Growers of Bahia in the Late Colonial Period*, publicado numa coletânea²⁵. Fazendo uso de documentos publicados e manuscritos, a autora buscou contabilizar as exportações de tabaco da América portuguesa para a África ocidental e para Portugal e deste para a Europa, contudo, apenas para a segunda metade do século XVIII e primeira do XIX. Tratou de temas já analisados pelos autores que já citamos, acrescentando dados mais minuciosos acerca dos produtores de tabaco no Recôncavo baiano.

Os documentos arquivísticos compulsados pela autora permitiram-lhe lançar luz sobre a “vida social” dos fumicultores, mas deixando na sombra, por falta de elementos, os fatores produtivos. De acordo com registros locais dos lavradores de tabaco feitos em Cachoeira (1798-1814) por ordem de Lisboa, a autora concluiu que o produtor “típico” era “*branco, casado, e vivia em sua fazenda situadas numa das três paróquias mais próximas à cidade*” (ou vila) de Cachoeira²⁶.

²³ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 147-9, para os dois parágrafos que se seguem.

²⁴ LUGAR, C. *The Merchant Community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. Ann Arbor, 1980.

²⁵ LUGAR, C. *The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period*. In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (ed.). *Essays concerning the socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Florida: University Press of Florida, 1977, p. 26-70.

²⁶ LUGAR, *The Portuguese tobacco...*, p. 60-1; no original: “*the ‘typical’ grower of Cachoeira was white, married, and lived on his farm situated in one of the three parishes closest to town*”.

A autora ressalta, por fim, os constrangimentos legais ao comércio de tabaco, seja para a metrópole, seja para a Costa da Mina, como o principal motivo de descontentamento dos produtores de tabaco dos campos da Cachoeira. Assim como Verger viu na rivalidade entre os comerciantes residentes na capital do Estado do Brasil e os metropolitanos um dos fundamentos da ruptura política com a metrópole²⁷, para Lugar aquelas dificuldades fizeram com que os fumicultores se constituíssem num “grupo na sociedade colonial que era extremamente consciente de sua exploração pela ‘camarilha’ de monopolistas de Lisboa e provavelmente para sentirem-se traídos pelo Governo português”²⁸.

Sobre o regime de mão-de-obra e de terras, a autora procurou demonstrar que os limites aos ganhos de escala (hipótese de Prado Júnior) determinaram o predomínio da produção de tabaco em pequenas propriedades, assim como o baixo custo dos insumos necessários à fumiicultura facilitou o acesso de homens pobres livres a esta lavoura. Pretende, contudo, que o predomínio de pequenos produtores neste ramo só se consolidou ao longo da década de 1830, quando a produção se concentra no beneficiamento do tabaco em folha²⁹.

Quanto ao regime de propriedade e uso da terra, as listas de registro dos fumicultores indicaram que pelo menos metade dos produtores não eram donos das terras em que plantavam e que a maioria produzia em terras de salão ou arenosas (impróprias para a cana de açúcar), sendo que cerca de metade dos fumicultores fazia uso de fertilizantes³⁰. Já sobre a utilização de escravos, Lugar nada pode acrescentar efetivamente, mantendo a suposição de que os mesmos eram geralmente empregados nas lavouras de tabaco, sobretudo no beneficiamento, tarefa especializada e árdua³¹.

Em dois estudos publicados nos anos 1980, Stuart Schwartz, apesar de não se restringir ao tabaco, fez afirmações contundentes a respeito do regime de mão-de-obra predominante na lavoura fumageira do Recôncavo baiano colonial. No primeiro deles, sobre *plantations e periferias* no agro colonial brasileiro³², o autor contabilizou a crescente participação de agricultores pardos na lavoura do tabaco

²⁷ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 12, 310-12 [1968].

²⁸ VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 69; no original: “Tobacco growers were one group in colonial society who were extremely conscious of their exploitation by a clique of Lisbon monopolists and likely to feel betrayed by the Portuguese government”.

²⁹ VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 33-5; O exercício consiste em calcular, a partir de um valor médio de produção por escravo, segundo relatos de época, e para a área mínima necessária para o plantio, os valores subseqüentes de produtividade, também segundo relatos coevos, para fazendas com 12, 18 e 30-40 escravos e a correspondente área de terra.

³⁰ VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 57-65.

³¹ VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 55, 57; sobre as etapas da produção do tabaco, do plantio ao beneficiamento, cf. ANTONIL, *Cultura e opulência...*, p. 151-4; VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969, p. 197-9; DISCURSO Preliminar, p. 322.

³² SCHWARTZ, Stuart. *Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750*. In: BETHELL, Leslie (ed.). *História de América Latina* - vol. 3: América Latina Colonial: economia. Barcelona: Crítica, 1990, p. 191-259; publicado originalmente in. BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin American*. v. II, Colonial Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

baiano, atestando a menor participação relativa de escravos neste ramo. No entanto, rejeitou terminantemente a idéia de que se tratasse de uma produção baseada na pequena propriedade não escravista³³.

Num outro estudo, publicado no Brasil como *Segredos Internos*³⁴, que alcançou merecido reconhecimento³⁵, Schwartz apresentou novos elementos que reiteravam aquela afirmação. De acordo com dados de apenas três propriedades agrícolas do Recôncavo, o autor conclui ser ilusório falar de produção camponesa neste ramo do agro baiano colonial, devido à média de 16 escravos por sítio, supondo, assim, que os lavradores de fumo detinham mais escravos que os de mandioca³⁶. Estas considerações estão de acordo com a tese central de Schwartz, na qual toma “os aspectos sociais da produção” como núcleo de análise. A escravidão, embora considerada como “parte de uma estrutura mais abrangente de relações sociais e econômicas”³⁷, é dominante na produção açucareira, sendo a forma de relação de produção que dá o tom às demais, mesmo onde os escravos são em menor contingente ou ausentes, hierarquizando os proprietários e os não proprietários³⁸.

A nosso ver, o mais completo trabalho sobre o tabaco na economia luso-americana deve-se ao historiador francês Jean Baptiste Nardi, fruto de sua tese de doutorado parcialmente publicada no Brasil na década de 1990. Em *O fumo brasileiro no período colonial*³⁹ encontramos pesquisas e análises aprofundadas e fundamentadas em ampla gama de documentos. Como indica o subtítulo do estudo, a pesquisa tentou equacionar as questões referentes aos três principais aspectos da economia do tabaco na América portuguesa e no âmbito do império português. A abordagem, digamos, global do assunto se deve à percepção pelo autor de que “o trinômio lavoura-comércio-administração mencionado no subtítulo deste livro forma, no caso do fumo luso-brasileiro, um conjunto de elementos indissociáveis”⁴⁰.

³³ SCHWARTZ, Brasil colonial..., p. 221-222.

³⁴ SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (edição original: *Sugar plantations in the formation of Brazilian society - Bahia 1550-1835*. Cambridge University Press, 1984).

³⁵ Vejam-se as resenhas de OLIVEIRA, Francisco de; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Engenho de Sempre. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 24, julho, 1989, p. 193-202; para Alencastro, “o livro revoluciona a história econômica e social do período colonial”; OLIVEIRA & ALENCASTRO, Engenho de sempre, p. 197.

³⁶ OLIVEIRA & ALENCASTRO, Engenho de sempre, p. 357-358, 362.

³⁷ OLIVEIRA & ALENCASTRO, Engenho de sempre, p. 10.

³⁸ Em outro texto, o autor reitera que: “Eu pessoalmente continuo descrente da idéia que nega a posição social preeminente do setor escravista exportador da economia como motor da vida colonial, sua razão de ser e sua condição de melhor entendimento de seu desenvolvimento histórico”. SCHWARTZ, S. B. *Mentalidades e estruturas sociais no Brasil: uma resenha coletiva. Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, dez. 1999, p. 134.

³⁹ NARDI, J. B. *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996. Do mesmo autor, publicou-se também: *O fumo no Brasil-colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Col. “Tudo é História”, vol. 121). Creio que a publicação de sua tese dispensa o recurso a este opúsculo.

⁴⁰ NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 20.

Nardi reafirmou a região de Cachoeira como o centro da produção fumageira, o que já se sabia desde Prado Júnior, mas forneceu os números de sítios ou fazendas de tabaco localizados em cada uma das freguesias da região⁴¹. Vejamos, então, quais as principais contribuições de seu estudo aos demais aspectos do tema.

Em primeiro lugar, no que toca à lavoura, assim como Catherine Lugar, procurou definir o perfil sócio-econômico dos lavradores de tabaco, embora com ênfase na feição dos fatores produtivos: regime de mão-de-obra e de propriedade/uso da terra. Tal como aquela autora, Nardi só pode contar com informações do último quarto do Setecentos e, da mesma forma, o registro de lavradores de que lançou mão nada trazia a respeito da propriedade ou não de escravos pelos fumicultores arrolados, nem das dimensões das fazendas. Baseado no *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Cachoeira*, chegou à conclusão de que uma “fazenda-tipo” de tabaco compunha-se de “lavrador livre, branco, casado”, com “família de sete pessoas; rendeiro”, dono de “quatro escravos”, cultivando 4,2 tarefas (cerca de 2 ha.) de terra de “solo de areia ou salão, sem uso de esterco de gado”, cuja produção anual era de 232 arrobas de fumo⁴².

O perfil aproxima-se do elaborado por Lugar, de que já tratamos, com duas importantes exceções: no tocante à propriedade da terra e ao uso de fertilizante animal. Este segundo aspecto poderia ser considerado de somenos, não fosse a insistência sobre esta peculiaridade positiva da fumicultura frente à *plantation* nos demais pesquisadores. Lugar, inclusive, faz da adubagem uma das razões para a fixação do pequeno produtor à terra.

Ao assinalar o predomínio do arrendamento entre os fumicultores, Nardi denota a posição modesta destes produtores. Neste sentido, torna-se relevante também a ocorrência de arrendamentos entre parentes, o que poderia indicar a estabilidade de transmissão da posse e/ou uso da terra entre os fumicultores, caracterizando a condição de camponeses destes produtores⁴³. Por outro lado, a constatação de distintos perfis de posse e uso da terra neste ramo, na mesma região, por cada um dos pesquisadores revela, talvez, certa instabilidade da condição daqueles produtores⁴⁴.

Assinale-se, contudo, que Nardi buscou superar as lacunas (as mesmas encontradas por Lugar) das fontes por meio de estimativas indiretas para o tamanho das propriedades e dos plantéis de escravos nelas utilizadas. No primeiro caso, dividiu a produção total de tabaco de dois lustros pelo número de fazendas registradas no mesmo período, multiplicando o resultado pela produção média por

⁴¹ Suas freguesias em ordem decrescente de produção no último quarto do séc. XVIII: S. José de Itapororocas, S. Gonçalo do Campo, N. Sra. da Cachoeira, S. Pedro de Muritiba, Outeiro Redondo e S. Estevão de Jacuípe; NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 36-41.

⁴² NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 59-61, 69.

⁴³ Sobre esta condição para a definição do campesinato, cf; CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979, p. 52.

⁴⁴ Salvo se trate de imprecisões das próprias fontes; o período coberto pelas fontes consultadas por Catherine Lugar é maior (1774-1835) que o das compulsadas por Nardi (1783-1799), mas os registros utilizados por Lugar são majoritariamente do último quarto do séc. XVIII.

tarefa (de acordo com testemunhos do século XVIII). No segundo caso, também operando com testemunhos coloniais - acrescidos com dados historiográficos - estima o número de escravos 'disponíveis' para a fumicultura nos campos da Cachoeira⁴⁵, dividindo-os pelo número de lavradores registrados⁴⁶.

Mesmo diante da natureza conjectural de seus dados, Nardi não hesitou em afirmar que “ao contrário do que em geral se escreveu sobre o assunto, a lavoura de fumo caracterizava-se pelo minifúndio”⁴⁷, no que está de acordo com boa parte dos autores que tocaram neste ponto. E ainda que, em relação à propriedade de escravos, os fumicultores estavam “entre os moradores e os lavradores de mandioca”⁴⁸. Mas [...] podemos assimilar nossos fumicultores a estas duas categorias”⁴⁹.

Deixemos um pouco o Recôncavo e passemos ao “Nordeste oriental”, ou melhor, à capitania geral de Pernambuco, para tratarmos de um estudo solitário, o único a abordar com profundidade a fumicultura na região. De autoria de Guillermo Palacios, *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud em Brasil em la época de la Revolución industrial*⁵⁰, originalmente apresentado como tese em Princeton, trata da expansão do campesinato na faixa leste da capitania de Pernambuco e suas anexas, ao longo do século XVIII. Uma das teses centrais da obra é resumida pelo autor da seguinte forma:

*“se la producción de tabaco en la primera mitad del siglo XVIII no estaba basada en la agricultura campesina, la agricultura campesina de esa época estaba, ella sí, muy probablemente basada en el tabaco.”*⁵¹

A disseminação da produção de tabaco entre os lavradores pobres da região se deveu a um conjunto de fatores, segundo Palacios, que podem ser divididos em mercantis, institucionais e estruturais. A demanda negreira por tabaco, estimulada pelas minas, assim como alavancou a produção no Recôncavo, abriu a oportunidade para a oferta de um gênero exportável produzido com baixo custo pelos produtores familiares do Nordeste oriental. Essa oferta foi estimulada e teve seu escoamento garantido pelos *comissários volantes*, fornecedores de produtos europeus e traficantes de escravos com pouco capital, responsáveis pelo contrabando de cativos da Costa da Mina na região⁵². O peso do aparelho

⁴⁵ Os que restam depois subtraídos os escravos aplicados na produção de açúcar do Recôncavo; os dados sobre o total de escravos do Recôncavo são de SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 356-68.

⁴⁶ SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 60-61, p. 69.

⁴⁷ SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 69.

⁴⁸ Segundo as informações elaboradas por SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 357-8 sobre estas 'categorias'.

⁴⁹ NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 61.

⁵⁰ PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud em Brasil em la época de la Revolución industrial*. México, D. F.: Colegio de México/ Fondo de Cultura, 1998. Já há tradução em português pela Editora da UnB, 2003.

⁵¹ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 35-36.

⁵² PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 37-38, p. 65-68, p. 107.

⁵³ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 41-2, 67-8, 111.

administrativo sobre o Recôncavo, que regulamentava e tributava o comércio de tabaco baiano, teria estimulado a produção *livre* em outras regiões, em especial Pernambuco, Alagoas e Paraíba⁵³, que contou com as terras ‘liberadas’ pela proibição da pecuária até dez léguas do litoral.

Por fim, o fator mais importante, porque concernente à tese central do autor, é que a emergência da fumicultura campesina na região em foco se deveu ao recuo da cana-de-açúcar, devido à crise em que sua economia mergulha na primeira metade do século XVIII, abrindo uma “brecha” no sistema de *plantation* que permitiu a ocupação de terras férteis pelo produtor familiar, o camponês⁵⁴.

Chama a atenção, contudo, o fato de Palacios desconhecer o trabalho de Jean-Baptiste Nardi, o que limita suas referências, quanto ao Recôncavo, a Catherine Lugar e Stuart Schwartz, atribuindo a fumicultura baiana exclusivamente à produção escravista⁵⁵.

O último trabalho a entrar neste balanço também se deve a um historiador norte-americano e, igualmente, é resultado de sua tese de doutorado. Trata-se de *Um contraponto baiano* de Bert J. Barickman⁵⁶. O título é uma paráfrase de *Contrapunteo cubano* do sociólogo Fernando Ortiz⁵⁷, cujo ponto central é explorado por Barickman em relação à Bahia colonial, a saber, o contraste entre a *plantation* açucareira e a fumicultura no perfil de propriedade e uso dos fatores produtivos.

Barickman retoma a clássica teoria da fronteira aberta⁵⁸ nas zonas de colonização como ponto de partida para explicitar a possibilidade de desenvolvimento de um setor agrícola em pequena escala no Recôncavo baiano, que se ampliou no período colonial tardio, que o autor caracteriza como uma “*economia escravista madura*”⁵⁹. As terras não exploradas pela cultura açucareira, sobretudo as de solo de areia e salão, quedaram-se abertas ao cultivo pelos agricultores de pequenas posses, com plantéis reduzidos de escravos em fazendas ou sítios de área modesta. Foi o que se deu nos Campos da Cachoeira e área

⁵⁴ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 33, 51-2, 105-7, 109-10. A concepção de uma brecha camponesa da qual lança mão deve-se a Sidney Mintz; cf. MINTZ, S. *From Plantations to Peasantries in the Caribbean*. In: _____; PRICE, Sally (ed.). *Caribbean contours*. 3rd ed. Baltimore: John Hopkins University Press, 1989, p. 131-133.

⁵⁵ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 35, 66, 334.

⁵⁶ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵⁷ ORTIZ, F. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*. Barcelona: Ariel, 1973.

⁵⁸ De seu autor original, E. Gibbon Wakefield, que falava de uma *hollow frontier* ou “fronteira oca”; BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 221-2; sobre Wakefield, cf. os célebres comentários de K. Marx. *O capital: crítica da Economia Política*. Livro 1, vol. II. 12. ed. Trad. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 884-98.

⁵⁹ Quanto à defesa da validade da abordagem do período para análise de conjunto da economia colonial, cf. FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 87-91, que remete aos estudos de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais e Ciro F. Cardoso.

vizinhas⁶⁰. Em Cruz das Almas, por exemplo, 60% dos sítios tinham menos de 40 ha, enquanto o engenho médio do Recôncavo tinha 481 ha⁶¹.

Com base em inventários⁶², constatou a ampla disseminação da propriedade de escravos no Recôncavo, seja nas lavouras de mandioca, na produção açucareira ou na fumicultura. Apesar da ubiqüidade da mão-de-obra escrava no Recôncavo, a concentração da propriedade nas freguesias onde predominava o cultivo do tabaco era entre 30 e 50% menor que nas freguesias açucareiras. Naquelas, a parcela escrava da população representava de $\frac{1}{5}$ a $\frac{1}{3}$ da total, contra $\frac{1}{2}$ a $\frac{2}{4}$ nas freguesias açucareiras⁶³.

O plantel médio de escravos dos fumicultores era de 6,5 cativos, o que os coloca acima dos roceiros de mandioca (4,4-4,8). Esta média, contudo, oculta a efetiva distribuição da propriedade escravista na região, uma vez que apenas de 1,7% dos proprietários possuíam plantéis com 40 ou mais escravos e que cerca de $\frac{1}{5}$ a $\frac{1}{3}$ (de acordo com a freguesia) dos escravos estavam concentrados em plantéis com menos de 5 cativos. Em comparação, em S. José do Iguape, grande produtora de açúcar, $\frac{2}{3}$ dos mancebros estavam concentrados em contingentes de mais de 40 escravos, sendo que, nas freguesias do açúcar, os 10% mais ricos detinham entre 50% e 75% dos escravos⁶⁴.

A valorização do tabaco em folha nas primeiras décadas do século XIX, como já chamara a atenção Catherine Lugar, abriu espaço para produtores ainda mais modestos, uma vez que não necessitavam das instalações de beneficiamento do tabaco em rolo, levando à maior participação de “camponeses” nesta lavoura. Foi o que se verificou na freguesia de São Gonçalo dos Campos, maior produtora de tabaco da região, onde, em 1835, cerca de 65% dos lavradores não tinham um escravo sequer⁶⁵. Barickman chama a estes pequenos produtores com mão-de-obra estritamente familiar de “camponeses”, o que os distingue daqueles que usavam, ao lado do trabalho familiar, a mão-de-obra cativa (voltaremos a este ponto na conclusão).

A conclusão central do autor, como já adiantamos, reside na reiteração do argumento de que a existência de uma fronteira aberta nas regiões açucareiras

⁶⁰ Área duplamente de fronteira no último quarto do séc. XVII, por não ser propícia à cana-de-açúcar e por ter tido sua ocupação dificultada pelos ataques de grupos indígenas aos povoados, dando origem às primeiras investidas de paulistas a soldo do governo-geral; cf. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Edusp; FAPESP, 2002, p. 107-16

⁶¹ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 186-8.

⁶² O autor reconhece os limites deste tipo de fonte, que tende a deixar de fora os produtores mais pobres, que nada ou quase nada possuíam a ser inventariado; BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 245-6.

⁶³ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 214-7.

⁶⁴ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 214-5, 237-41; cf. também SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 359-60.

⁶⁵ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 245.

não só permitia, mas tornava necessária à reprodução da economia colonial a presença da produção em pequena escala de alimentos⁶⁶.

A produção de tabaco não se restringiu às mencionadas regiões, mas fez-se presente em outros pontos da América portuguesa. A produção no Maranhão, embora mencionada pelos contemporâneos, permanece virgem no que diz respeito à exploração historiográfica. Pelo que se pode depreender da documentação, foi sempre modesta⁶⁷. A fumicultura também medrou no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais, que igualmente ainda reclama maiores estudos. Nardi faz menção à produção nestas duas capitanias, mas não se ocupa delas com a mesma profundidade que dedica à Bahia (exceto quanto ao contrato do tabaco do Rio de Janeiro)⁶⁸.

Conclusão: novas sementes (híbridas)

Os dois primeiros historiadores que tratamos abordaram a fumicultura no período colonial de forma abrangente, um afirmando sua inserção nos quadros mais amplos do “sentido” da colonização e limpando o campo onde outras sementes viriam a brotar, enquanto o outro colocava hipóteses e lançava questões que se revelaram frutíferas. Os pesquisadores do segundo momento que definimos buscaram, uns, fazer o ciclo completo, sazonalizando cada um de seus estágios: produção, comércio e administração, outros, aprofundando a análise das relações de produção na fumicultura.

No que diz respeito às hipóteses ou teses assumidas em cada um dos estudos creio que podem ser resumidas numa questão central: o papel da produção em pequena escala na economia da América portuguesa. Desde Caio Prado Júnior, passando por seu mais ilustre epígono, Fernando Novais, a presença de pequenos produtores livres na colônia era tratada como se efetivando às margens da *plantation*. A fronteira aberta favorecia a arregimentação de dependentes (*agregados, moradores*)⁶⁹ mas não a de mão-de-obra livre a baixo custo, o que levou, entre outros fatores, ao predomínio do trabalho compulsório⁷⁰. Por outro lado, na fronteira desenvolveu-se a pequena lavoura de alimentos, subsidiária da “grande lavoura”

⁶⁶ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 167-8, 207-9; a mesma tese encontra-se em FRAGOSO, *Homens de grossa aventura...*, p. 27-8, 144-7.

⁶⁷ CHEIS, *O tabaco do Brasil...*, p. 38-49; NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 45-50.

⁶⁸ NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 287-314.

⁶⁹ Para uma consideração da condição marginal e, a um só tempo, subordinada do homens pobres livres em São Paulo, mas com tendência à generalização para o restante do Brasil, cf. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

⁷⁰ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 37-9, 117; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 100-3; claro que, neste último, a tese da “fronteira aberta” não é fator explicativo fundamental do escravismo na colônia; cf. NOVAIS, *Portugal e Brasil...*, p. 92-103. Para uma consideração da “fronteira aberta” ou o “free land framework” como fator explicativo central do escravismo na América, cf. SOLOW, Barbara L. *Slavery and Colonization*. In: SOLOW, B. L. (ed.). *Slave and the rise of the Atlantic System*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 3, 21-42.

exportadora, mais voltada, contudo, ao abastecimento urbano que ao das fazendas escravistas, auto-suficientes⁷¹.

Embora este não seja nosso ponto central, deve vir à baila pela razão que apenas no setor de abastecimento do mercado interno, que Caio Prado Júnior chama de “agricultura de subsistência”, é que se supunha ter medrado a pequena propriedade não escravista⁷². Apesar deste autor ter apontado a possibilidade da produção em pequena escala na fumicultura, considera-a escravista, como já assinalamos, enquadrando-a na “grande lavoura” exportadora⁷³.

Pelo que já vimos aqui, creio que está suficientemente demonstrado o predomínio da produção de tabaco em pequena escala⁷⁴. A despeito do caráter exportador deste ramo, foram os plantadores modestos, produtores diretos, com poucos escravos ou sem eles, que geraram a maior parte do tabaco exportado por Salvador e Pernambuco.

Como entender estas características da fumicultura que lhe dão caráter *híbrido*, no sentido que Jacob Gorender chamou-o, ao combinar mão-de-obra familiar e escrava⁷⁵ e no que se enfatiza aqui, isto é, ao combinar produção em pequena escala e exportação? Uma resposta a esta questão foi dada por Prado Júnior e, ao meu ver, não se acrescentou nenhuma outra hipótese relevante desde então. Dizia aquele pioneiro de nossa historiografia econômica que os baixos custos envolvidos na montagem de uma lavoura de tabaco e do beneficiamento do produto abriam a possibilidade de seu cultivo pelo agricultor familiar. Além do mais, havia a possibilidade de “terceirizar” o beneficiamento, o que dispensava os gastos com a mão-de-obra escrava e alguns apetrechos. Outra tese sua, da qual também falamos, consiste nos limites aos ganhos de escala na fumicultura⁷⁶, devido ao trabalho intensivo requerido por cada uma das plantas do tabaco, o que inviabiliza a ocupação de escravos (ao menos em plantéis médios e grandes), que se torna onerosa.

Os demais autores que se ocuparam deste ponto ou contentaram-se em testar as (hipó)teses de Prado Júnior ou não levantaram o problema. As colocações do autor explicam satisfatoriamente o porque do predomínio da produção de tabaco em pequena escala, mas não o porquê da reiteração da condição desfavorecida destes pequenos produtores, os quais, apesar do acesso a um dos “canais de

⁷¹ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 136-7, 153-5.

⁷² PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 154.

⁷³ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 149.

⁷⁴ Ao menos na segunda metade do Dezoito na Bahia e no segundo e terceiro quartéis deste século em Pernambuco.

⁷⁵ GORENDER, *O escravismo colonial*, p. 85-6.

⁷⁶ Este aspecto técnico pode ser confirmado na fumicultura das colônias anglo-americanas do sul: Virginia e Maryland; cf. CARR, Lois G.; MENARD, Russell R.. Land, labor, and economics of scale in early Maryland. *The Journal of Economic History*, v. 49, n. 2, jun. 1989, p. 410.

acumulação”⁷⁷ da economia colonial, não lograram ascender social e economicamente⁷⁸.

Por outro lado, a combinação de mão-de-obra familiar com a compulsória numa mesma unidade produtora de pequena escala, voltada não para o abastecimento interno em alimentos, mas para um produto exportado, levanta algumas questões. Como classificar estes produtores: são camponeses ou senhores de escravos e, portanto, suas unidades são escravistas? Se seguirmos João Luís Fragoso, que tratou, entre outros pontos, da produção de alimentos na América portuguesa (e sua vinculação às estruturas do escravismo), poderíamos chamá-los “camponeses”⁷⁹. Bert J. Barickman, por sua vez, considera que aqueles que possuíam pequenos plantéis de escravos, ou mesmo um único, compartilhavam com os grandes senhores o escravismo, admitindo, por outro lado, que o produtor direto com um escravo em quase nada se diferenciava do produtor estritamente familiar, no que toca ao nível sócio-econômico⁸⁰.

Parece-nos, enfim, que, não obstante os grandes avanços registrados na historiografia sobre o tabaco na América portuguesa, que permite verificar a ascensão do primo pobre do açúcar - este de rica fortuna bibliográfica - é possível formular dois problemas. Primeiramente, resta por definir melhor a natureza da pequena produção familiar aliada à mão-de-obra escrava na fumicultura e a permanência da condição dos lavradores de tabaco como os primos pobres dos produtores de açúcar, uma vez que se tratavam de dois gêneros exportáveis, sendo o primeiro elemento indispensável para a reprodução da economia açucareira, visto ser moeda⁸¹ no trato escravista na costa ocidental africana⁸².

Segue-se, em segundo lugar, a suposição de que é nesta conexão entre a reprodução da economia escravista e a lavoura de tabaco que reside o segredo

⁷⁷ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 77-8, 105-7.

⁷⁸ Uma comparação entre os fumicultores da Virgínia e Maryland, dentre os quais saíam os “pais fundadores” dos EUA, e os da América portuguesa revela-se marcadamente contrastante; sobre a formação sócio-econômica dos primeiros, cf. KULIKOFF, Alan. *Tobacco and slaves: the development of southern cultures in the Hesapeake, 1680-1800*. North Carolina: University of North Carolina, 1987, p. 06-08, 44 et passim; sobre a formação social e política da aristocracia na Virgínia, cf. BOORSTIN, Daniel J. *Os americanos: a experiência colonial*. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 97, 102-4, 106-9.

⁷⁹ FRAGOSO, *Homens de grossa aventura...*, p. 122-3, 136-8.

⁸⁰ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, p. 250.

⁸¹ Ou “pseudo-moeda”; cf. ROMANO, Ruggiero. *Mecanismo y elementos del sistema económico colonial americano, siglos XVI-XVIII*. México, DF: El Colegio de México/ Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 421-2; termo adequado ao “balbucio monetário” das “mercadorias-moeda”; cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Tomo I. Lisboa: Cosmos, 1970, p. 365-6; talvez, ainda, devêssemos falar em “meio de troca” em lugar de “pseudo-moeda”; cf. WEBER, Max. *Economia e sociedade*: vol. 1. 4. ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 45-8.

⁸² Prado Júnior já havia assinalado esta relação, cujo estudo aprofundado deve-se a GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1950], p. 177-9, 189-90, 199-200; e VERGER, *Fluxo e refluxo...*, p. 19, 21, 34, 56.

das questões que levantamos. J. Galloway⁸³ já havia proposto algo neste sentido, no que foi contestado por Schwartz, para o qual a relação entre fumicultura e açúcarocracia não estava demonstrada⁸⁴. Alencastro, por sua vez, dá razão àquele, na medida em que “*a conexão do açúcar, do tabaco e do tráfico era tecida pelas mãos dos negociantes baianos*”⁸⁵.

Percebe-se, portanto, a artificialidade do recorte das relações de produção sem relacioná-las à circulação, que aqui se justificou em virtude da exposição e para evidenciar esta lacuna. Os nossos autores, porém, não tiraram as implicações da unidade entre circulação e produção, exceto Guillermo Palacios, que atribuiu ao comércio de contrabando, com pequenos capitais, entre outros pontos, o estímulo à difusão da produção de tabaco em pequena escala, como vimos. Por outro lado, ao analisar a relação entre esta produção familiar e a *plantation* afirma que “*nada tiene que ver con una supuesta articulación ‘estructural’*”, enfatizando mais a dependência da lavoura escravista da camponesa que a recíproca e uma autonomia relativa da pequena produção⁸⁶.

Nardi, não obstante a preciosa avaliação do comércio negreiro da Bahia mediante o uso do tabaco, não oferece uma abordagem que vincule à forma que tomou a fumicultura ao escravismo colonial. Preferimos concluir, juntamente com Schwartz, que “*(...) a posição central das grandes propriedades e do setor exportador para o entendimento da formação socioeconômica do Brasil, bem como as formas que uma constelação de relações sociais - mesmo fora da escravidão - foram moldadas pelo escravismo e muitas vezes pela realidade dos latifúndios*”⁸⁷. Para nós, assim, este constitui um aspecto fundamental para a análise da fumicultura luso-americana colonial. Estes, porém, são assuntos para uma outra oportunidade.

⁸³ GALLOWAY, J. Nordeste do Brasil, 1700-1750: reexame de uma crise. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, abr.-jun. 1974, p. 92-3.

⁸⁴ SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 168, nota 114.

⁸⁵ OLIVEIRA & ALENCASTRO, *Engenho de sempre*, p. 201.

⁸⁶ PALACIOS, *Cultivadores libres...*, p. 32, 62-3

⁸⁷ SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 135.

RESUMO

Apesar da importância do tabaco para a economia colonial da América portuguesa, o papel desempenhado por este gênero, sua produção e comércio não mereceram a atenção que o açúcar recebeu da historiografia. Constituindo-se, por um lado, no segundo maior gênero de exportação do Estado do Brasil, até fins do século XVIII e fonte de avultadas receitas para o Estado, e sendo, por outro, o único produto colonial que combinava a produção em pequena escala, com ou sem escravos, e a exportação do produto beneficiado. O balanço que aqui fazemos tem por eixo central a caracterização das relações de produção, incluindo o regime de mão-de-obra e o de propriedade/ posse e uso da terra, aspectos que, combinados à exportação, singularizaram a fumiicultura no agro colonial.

Palavras-Chave: Historiografia Econômica; Tabaco; Brasil Colônia.

ABSTRACT

At despite of the importance of the tobacco for the Portuguese America colonial economy, the role played by that commodity, their production and trade, it hasn't draw the attention which the sugar received by historiography. It became, at one hand, the second major exportation commodity of State of Brazil, up to 18th century ends, and bulky revenues source, and, at another hand, to be the only colonial commodity which combined the small scale production, with or without slaves, and the exportation of the improved output. The balance that we make here has as main point the relations of production characterization, including the labor regimen and that of ownership/tenure and the land use, features that, combined with exportation, singularized the tobacco culture in the colonial fields.

Keywords: Economic Historiography; Tobacco; Colonial Brazil.

AS DIVERSAS PONTAS DA ESTRELA DE DAVI: OS JUDEUS NA HISTÓRIA SOCIAL DE PERNAMBUCO - SÉCULO XVII -

Marcelo Mac Cord¹

Um breve passeio pela antiga Rua dos judeus: uma introdução poética e diletante

Tínhamos uma bela sexta-feira de verão na cidade do Recife. Depois de um dia quente e ensolarado, a noite estava estrelada e fresca. Seguíamos da residência estudantil, no *campus* da UFPE, para o “Recife Antigo”. Área portuária desde os tempos coloniais, o bairro nos sugere lembranças da época do mercado de escravos, das prostitutas do porto e do comércio de açúcar. Após o projeto de reorganização urbana, no início da década de 1990, alguns de seus equipamentos arquitetônicos foram redirecionados ao turismo e lazer. Ao chegarmos na localidade, portanto, existiam variadas opções de divertimento. Ficamos na badalada Rua da Moeda, lugar dos intelectuais *descolados*, e já conversávamos sob os efeitos de algumas garrafas de cerveja.

Na roda em que nos achegamos quase todos eram historiadores - de formação eclética e espírito etílico. Sendo assim, o assunto não poderia deixar de ser, também, o passado das mazombas paragens duartinas. Ao sabor de mais cervejas fluíram algumas narrativas, toda poesia e muitas memórias produzidas em e sobre Pernambuco. Nossa conversa encontrava, na Rua da Moeda, ambiente favorável em meio à aura daquele casario antigo. Falávamos, sem qualquer compromisso acadêmico, e sob muitas gargalhadas, sobre Maurício de Nassau, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Peter e Frans Post, Lenine, Praieira, João Cabral de Melo Neto, Joaquim Nabuco, Confederação do Equador etc.

De repente, em tom solene e inesperado, quase dramático, alguém pediu a palavra. Tomando os fervorosos “debatedores” de assalto, um dos “componentes da mesa” falou emocionado sobre a possível primeira sinagoga das Américas - fundada no século XVII. Apesar de existir alguma referência bibliográfica sobre o templo judaico recifense, somente naqueles anos de 1990 a arqueologia urbana havia encontrado prováveis indícios de sua presença. Isto foi possível, segundo os especialistas, a partir de antigos mapas e plantas baixas da cidade maurícia, produzidos no tempo dos flamengos. Finalmente, nosso “palestrante” afirmava que estas pesquisas foram há pouco “reveladas” aos recifenses.

¹ Doutorando em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas.

Interrompendo-o imediatamente, intrigados com a informação, perguntamos mais sobre o assunto. Percebendo nossa perplexidade, o colega pediu a notinha do boteco e pagamos a conta. Ele continuou a conversa dizendo que contaria esta história em outro lugar. Levantamos e saímos. Agora, seguíamos para a Rua do Bom Jesus - via com bares mais convencionais e caros. Chegando ao endereço de referência cristã, fomos direto à placa que encerra seu nome. Na cerâmica bem trabalhada e pintada manualmente, feita por artistas plásticos locais, lemos: *Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus, 1636-1654*. Disse nosso colega que nesta rua, ainda segundo os especialistas, teria sido fundado o referido templo judaico. Levou-nos até um sobrado, a velha sinagoga, que também possuía outra plaquinha indicativa.

A designação “antiga Rua dos Judeus” foi colocada no logradouro público em 1992, no processo de reordenamento urbano que já tivemos oportunidade de citar. A placa foi feita e instalada, enfim, com a chancela do prefeito da cidade do Recife e do Presidente do Centro Israelita de Pernambuco². A presença do poder público, e de uma das mais representativas entidades da *comunidade judaica*³, deu ao evento, certamente, grande simbologia - além de pompa e circunstância. Depois de mais algumas discussões, sobre a presença do “povo escolhido” em terras pernambucanas, deixamos a conversa de lado e seguimos alguns maracatus de baque-virado até o Marco Zero - lugar onde teria sido iniciada a ocupação do atual Recife, hoje conhecido como “Recife Antigo”.

É sobre esta confluência de memórias, suas tensões institutivas e seus sentidos múltiplos, que tomadas como matéria-prima de nosso texto, serão o ponto inicial de nossa argumentação.

A grande e (des)conhecida comunidade judaica em Pernambuco: entre história e memória

Alguns anos se passaram, depois daqueles dias em que, também, fazíamos pesquisas documentais para a dissertação de mestrado. De qualquer forma, por mais que não tivéssemos trabalhado com o tema “judeus” em plagas maurícias, ficamos relativamente interessados em conhecê-lo melhor. Neste artigo, obviamente, não tivemos a menor pretensão de esgotar o objeto em foco. Também afastamos quaisquer intenções de trazer novidades, documentais e/ ou bibliográficas, que contribuam com novos estudos. Na verdade, tivemos a oportunidade de estudar um pouco o referido assunto e, assim, conhecer mais outro importante aspecto da historiografia sobre Pernambuco - lembrando que este estado comportou nosso recorte espacial tanto no mestrado, quanto agora, no doutorado.

O desconhecimento que revelamos, há alguns anos, sobre a forte presença judaica na história social do Recife, não é algo assim tão aterrador para os mais

² SILVA, Leonardo Dantas da. Uma comunidade judaica na América Portuguesa. *RIHGB*, Rio de Janeiro, IHGB, n. 159, 1998, p. 71.

³ Deixaremos, durante o trabalho, a expressão “comunidade judaica” em destaque. No momento mais apropriado, quando analisarmos a problemática da identidade e do estranhamento no *mesmo*, explicaremos de forma mais pormenorizada a opção pelo destaque.

contemporâneos historiadores do tema “judeus”. Mesmo porque, sabemos, o assunto foi pouco explorado, de forma crítica, por especialistas. Além disto, quando se encontra alguma referência sobre o tema, ela é quase sempre indireta. Ressaltamos que informações de *natureza* memorialista são mais comuns. Entre elas, podemos incluir a placa da antiga rua dos judeus e a indicação da suposta primeira sinagoga das Américas. Apesar de raros, os referidos elementos simbólicos são muito representativos, pois, como mesmo afirma Jacques Le Goff, “o povo hebreu é o povo da memória por excelência”⁴.

Três perguntas agora não querem calar. Por que existiu, nos anos de 1990, um movimento sistemático para que lembrássemos dos judeus pernambucanos? Por que deveríamos lembrar deles? Conseqüentemente, por que eles foram esquecidos? As possíveis respostas, talvez, estejam no conflito ideológico entre o passado colonial holandês e a tradição tridentina portuguesa. Na verdade, algum aprofundamento nas respostas é impossível aqui, pois a pesquisa necessária vai além das possibilidades deste artigo. De qualquer forma, os pesquisadores sociais sabem, assim como propõe Michael Pollak (quando discute a questão da memória coletiva), que o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir necessariamente ao esquecimento, traz em si a possibilidade de se (re)construir os discursos históricos⁵.

A (re)elaboração da memória coletiva pernambucana se dá, obviamente, quando existem oportunidades de se (re)escrever a história local. O movimento contrário, obviamente, também é possível. A recente valorização dos marcos patrimoniais do “Recife Antigo”, cremos, se fazem bússolas de viagem para prováveis navegantes da história. Eles são pequenos pontos de luz, lembranças que se fazem indícios. Sendo assim, observamos que tanto a restauração da provável sinagoga seiscentista, quanto a instalação da placa *Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus, 1636-1654*, feitas na década de 1990, são elementos de profunda reflexão. Eles podem sinalizar, à sociedade local, a possibilidade de se criar novas versões na (re)escrita histórica pernambucana - seja ela de viés social, cultural, econômico ou político.

Devemos também atentar, contudo, para as situações em que os marcos comemorativos⁶ (estejam eles ligados ao patrimônio material ou imaterial) contribuem para cristalizar como absolutas e/ou imóveis algumas “tradições inventadas”⁷. Da mesma forma que os marcos comemorativos dão visibilidade aos atores sociais, também acabam reiterando conseqüentes *naturalizações*

⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 444.

⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 03-15.

⁶ Por marcos comemorativos podemos entender moedas, medalhas, selos de correio, monumentos, placas de parede, placas comemorativas de mortos ilustres etc. LE GOFF, *História e memória*, p. 464.

⁷ Eric Hobsbawm entende por “tradições inventadas” um “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. HOBBSAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 09.

históricas. Em torno das questões e dos problemas consorciados aos marcos comemorativos, temos a existência de tensas relações entre história e memória. Aqui, lembramos dos trabalhos de Pierre Nora. Ao construir o conceito de *lugares de memória*, que pressupõe a demarcação (material ou imaterial) da visibilidade e legitimidade simbólica do grupo, o autor aponta para certas formas de mitificação do passado⁸.

A implementação oficial de *lugares de memória* judaicos no “Recife Antigo”, portanto, por mais que ofereça visibilidade ao tema “judeus”, também pode deixar o passado da *comunidade judaica* mitificado. Pode-se criar, com os marcos comemorativos da antiga rua dos judeus, uma linha de tranqüila continuidade entre passado e presente. Desta forma, teríamos a ingênua impressão de que a história social se daria através da simples apresentação (e não da representação) dos objetos patrimoniais (materiais ou imateriais). Sendo assim, os *lugares de memória* judaicos do “Recife Antigo”, representados por sua suposta sinagoga e por sua placa indicativa do logradouro público, estariam vulneráveis a todos os usos e manipulações sociais⁹.

Os usos e as manipulações sociais da memória judaica, por exemplo, são encontrados na tese do brasilianista Jeffrey Lesser. Sua pesquisa se debruça sobre a “Questão Judaica” no Brasil novecentista¹⁰. Mesmo que o autor não se refira ao Recife seiscentista, ou especificamente acerca dos *lugares de memória*, seu trabalho é excelente material comparativo. Além disto, Jeffrey Lesser faz boa discussão historiográfica sobre a visibilidade do tema “judeus”, quando o recorte espacial das investigações foi a América-Latina. Percebemos, no seu livro, a constante luta identitária da *comunidade judaica* (que imigrou para a América do Sul, vítima das perseguições feitas por fascistas e nazistas na Europa) para desconstruir estereótipos consolidados no imaginário brasileiro¹¹.

⁸ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, 1993, p. 13.

⁹ NORA, Pierre. Entre memória e História..., p. 09.

¹⁰ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia, preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

¹¹ Lembramos aqui, por exemplo, de Gilberto Freyre. O autor faz forte associação, entre genética e comportamento, quando o assunto são os judeus. Não podemos esquecer que o intelectual pernambucano foi contemporâneo do processo migratório analisado por Jeffrey Lesser. Sendo assim, Gilberto Freyre representa, de forma aguda, o ambiente intelectual do período em que foram construídos fortes estereótipos sobre a *comunidade judaica*. Corroborando velhos preconceitos sobre a presença comercial e financeira dos judeus em Portugal e no Brasil, afirma: “*Técnicos da usura, tais se tornaram os judeus em quase toda parte por um processo de especialização quase biológica que lhes parece ter aguçado o perfil no de ave de rapina, a mímica em constantes gestos de aquisição e de posse, as mãos em garras incapazes de semear e de criar. Capazes só de amealhar*”. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 35. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999, p. 226. Até hoje, sabemos, o imaginário coletivo sobre o judeu assume alguns das caracterizações supra. Surgindo como agiota, especulador e avaro, o judeu é assim representado, por exemplo, em programas humorísticos da TV.

A caracterização dos judeus como *caixeiros e rufiões* e das judias como *polacas*, ressaltamos, pode ser incluída nos velhos clichês que foram construídos sobre estes imigrantes. Tais categorias sociais fizeram com que grande parte dos judeus, recém-chegados, fossem qualificados como “não-brancos” - o que os tornava iminente “perigo social”. Os outros, mais antigos no país, ou seus descendentes, eram reconhecidos, ainda de forma pejorativa, como “não-negros”¹². Fica evidenciado, neste momento, que a marca histórica do regime senhorial e escravocrata brasileiro foi eminente no processo classificatório. Se os judeus não carregavam o estigma de *ser negro*, ao mesmo tempo não possuíam a distinção de *ser branco*. Concluímos que eles foram jogados em alguma espécie de limbo, ou seja, em alguma forma de “não-lugar” social¹³.

O que mais nos interessa, na tese de Jeffrey Lesser, são os bons indicativos para o questionamento do que é *ser*, de forma purista, judeu. O autor, durante sua argumentação, vai lentamente desconstruindo o mito da homogeneidade identitária da *comunidade judaica* no país - pelo menos, no que concerne ao seu recorte temporal. Além das percepções dos grupos sociais não-judaicos sobre quem era idealmente o “judeu”, como vimos acima, Jeffrey Lesser vai deixando clara também a construção “interna” de diferenças ideológicas entre sionistas e não-sionistas, as distinções sociais entre judeus oriundos da Europa Central e Oriental e a discriminação cultural feita ao idioma ídiche frente ao hebreu. Sendo assim, o trabalho do brasilianista consegue tecer filigranas, mais cotidianas, sobre as vivências judaicas no Brasil novecentista. Isto foi possível porque o autor questionou o silenciamento das diferenças que existem no *mesmo*.

Rua do Bom Jesus versus Rua dos Judeus?

O problema da identidade e as perspectivas sobre seus limites

Para Jeffrey Lesser, o silenciamento das diferenças entre os judeus no Brasil, perspectiva ainda hegemônica, seria fruto de dois vetores historiográficos mais tradicionais. A grande marca distintiva, no primeiro deles, é a forte homogeneização da *comunidade judaica* nas pesquisas latino-americanas sobre o tema. Segundo o autor, este quadro foi resultante do trabalho de historiadores nativos do continente, originados e criados fora da *comunidade judaica*, e que observaram os judeus como *outro*. Tais autores fariam “história judaica” sem considerá-la parte integrante

¹² LESSER, *O Brasil e a questão judaica...*, p. 27.

¹³ Algo semelhante foi vivido pelos argelinos na França metropolitana novecentista. Por estarem vinculados aos estigmas do colonizador, na própria MetrÓpole, os argelinos não conseguiram (e tão pouco a eles foi permitido) se integrar de forma plena no *corpus* social francês. Ao mesmo tempo, para incrementar o processo de “desenraizamento” cultural, estavam longe de casa e de suas tradições. Sendo assim, segundo Abdelmalek Sayad, acabaram vivendo uma espécie de “não-lugar” social. SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Editora da USP, 1998. Tratando de outro contexto sócio-político, Gilberto Velho afirma que os imigrantes de origem portuguesa, nos EUA novecentista, “oscilavam entre o cultivo da *memória e de uma identidade lusas e o projeto de inserção no american way of life*. Dentro dessa ambigüidade sofriam discriminação em vários contextos”. Esta também seria uma forma de “não-lugar”. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 35.

do *mundo* social latino-americano. Ou seja, a “história judaica” estaria separada das histórias nacionais. O outro vetor analítico, que também garantiu generalizações mais grosseiras sobre a *comunidade judaica* brasileira, surgiu quando os judeus passaram a ser artífices da sua própria história. Segundo Jeffrey Lesser, os historiadores judeus tradicionais somente privilegiaram, nas suas narrativas, espaços geopolíticos com maiores concentrações da sua gente. Onde não encontramos grandes contingentes populacionais de imigrantes judeus, portanto, houve a manutenção de silenciamentos historiográficos - o que se pôde sentir no caso latino-americano¹⁴.

Tendo em vista tais considerações, podemos depreender que o espanto que nos tomou há alguns anos, ao saber da mais recente visibilidade histórica da *comunidade judaica*, no Recife, teve suas raízes no contexto historiográfico supra. Podemos concluir que aquele estranhamento inicial, por nós vivido, no passado recente, foi fruto da distinção tradicionalmente construída entre as histórias judaica e latino-americana. Se preferirmos esmiuçar mais, podemos falar em história brasileira ou pernambucana ou recifense. Foi por causa de percepções como as nossas que o brasilianista Jeffrey Lesser negou, em seus estudos, as muralhas divisórias que conseguiram separar os pretensos dois *mundos*, judaico e não-judaico, de maneira absoluta¹⁵. Este cuidado, na sua ótica, é fundamental.

Creemos que a utilização de critérios historiográficos comparativos, levando em conta alguns entrecruzamentos entre as produções judaicas e não-judaicas (mesmo com recortes espaciais, sincrônicos e diacrônicos diversos), nos auxilie a reconsiderar velhos jargões. Como mesmo afirma Marc Bloch, “não há verdadeiro conhecimento sem um certo teclado de comparação”¹⁶. Agora, qual a *natureza* desta comparação? O que se pretende com a comparação? Apesar da referência ao fundador dos *Annales*, ratificando a importância de se cotejar dados, vamos de encontro à fundamentação de sua perspectiva comparativa. Assim como o sociólogo Emile Durkheim, Marc Bloch propõe a comparação como instrumento para se encontrar substâncias. Estas acabam por criar categorias como “autêntico”, “típico”, “atípico”, “endógeno” e “exógeno”. Observando o objeto de pesquisa “judeus”, cremos que tal ótica não seja salutar nas relações entre a *comunidade judaica* e a complexidade do *corpus* social.

Partindo da possibilidade de se relativizar as categorias analíticas apriorísticas, acima descritas, duas questões básicas perdem sentido interpretativo. A primeira delas seria se a melhor versão dos eventos, que envolve o tema “judeus”, tem origem judaica. Aqui, recairíamos naqueles velhos jargões que propõem que a “história negra” seria melhor escrita por negros, que a “história das mulheres” seria melhor escrita por mulheres ou que a “história dos judeus” seria melhor escrita por judeus. A outra questão, da mesma forma ingênua, propõe que o “distanciamento” epistemológico do sujeito da pesquisa, de identidade não-judaica,

¹⁴ LESSER, *O Brasil e a questão judaica...*, p. 21.

¹⁵ LESSER, *O Brasil e a questão judaica...*, p. 21.

¹⁶ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 6. ed. Lisboa: Europa-América, s.d., p. 41.

porque pretensamente não afetado pelo objeto de estudo, daria maior isenção à pesquisa. Não precisamos nos deter nestes debates, já tão explorados pela historiografia.

Ainda tendo em vista as pretensas e absolutizantes polarizações entre os mundos judaico e não-judaico, Jeffrey Lesser afirma que elas acabaram criando categorias sociológicas fundamentalistas. Geradoras de intolerância, porque excludentes, tais perspectivas e vieses interpretativos fomentaram o fortalecimento de (pre)conceitos que criaram “judeofóbicos”, “anti-semitas” e “filo-semitas”¹⁷. Apesar disto, dos extremismos que separam artificialmente os atores sociais, é claro que existiram (e existem) diferenças entre eles. Encontramos, certamente, especificidades históricas, étnicas, políticas, religiosas e culturais entre membros da *comunidade judaica* e de outros grupos. Contudo, lembramos que tais especificidades são construídas – fruto da pluralidade social e das vivências cotidianas. Elas não podem ser consideradas fenômenos naturais.

Em torno disto, segundo Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, pesquisadores franceses das relações étnicas, o que entendemos por especificidades culturais, ou seja, por diferenças entre os grupos humanos, “*implica sempre um processo de seleção de traços culturais dos quais os atores se apoderam para transformá-los em critérios de consignação ou de identificação*”¹⁸. Além disto, para se criar a própria identidade, é necessário aos agentes que construam a noção da diferença. Ou seja, a concepção do que seria o *outro* parte sempre do nosso universo cultural. Portanto, o *outro* é produto do *mesmo*. Este, por conseguinte, só se constituiu como tal porque instituiu aquele. O *outro* e o *mesmo*, enfim, surgem na mesma operação intelectual.

Com tais considerações, temos consciência de nossa aproximação com os estudos antropológicos. Sabemos que o debate com a antropologia é fundamental para os historiadores sociais da cultura. Segundo Heinz-Gerhard Haupt, devemos reduzir ao máximo as “*insularidades*” que, porventura, possam existir nos estudos relativos às ciências humanas e sociais¹⁹. Mais do que isto, segundo Hans Medick, na verdade, “*a prática da investigação abandonou por completo a diferenciação teórica que deveria separar a História da Antropologia*”²⁰. A palavra de ordem, para o historiador alemão, não é mais a interdisciplinaridade, mas a transdisciplinaridade. Creio que tal perspectiva seja fundamental quando pensamos nas relações entre cultura e história. O autor ainda pergunta como podemos, hoje, calcular com precisão matemática e absoluta os limites que separam os ramos do conhecimento social.

¹⁷ LESSER, *O Brasil e a questão judaica...*, p. 21.

¹⁸ POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 129.

¹⁹ HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento da História comparada. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ FGV, 1998, p. 205-216.

²⁰ MEDICK, Hans. ‘Missionários num barco a remos’? Modos etnológicos de conhecimento como desafio à história social. *Ler História*, Lisboa, ISCTE, n. 6, 1985, p. 88.

Outra importante contribuição da antropologia, que foi apropriada pelos estudos históricos relativos ao campo cultural, vem de Clifford Geertz. Ele nos deixa o legado da “descrição densa”. O que seria isto? Ao fazer descrições minuciosas, de seu objeto de estudo, o pesquisador romperá com a tradição apriorística de se codificar regularidades. Ou seja, na posse dos dados e resultados de pesquisa, afastará suas interpretações de quaisquer pretensões totalizantes. Deve-se tomar o cuidado de não torná-las modelo para outros casos. Com tal proposta, o autor não nega que faremos generalizações, mas elas ocorrerão sempre dentro do caso estudado. Nunca a partir dele²¹. Sendo assim, ao estudar quaisquer objetos, na ótica de Clifford Geertz, o pesquisador social fará “*uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjecturas e não a descoberta do Continente do Significado e o mapeamento da sua paisagem incorpórea*”²². Ou seja, em poucas palavras, a pesquisa social sempre fugirá das teorizações prontas e matematizantes.

A proposta de Clifford Geertz nos faz recordar de outro importante intelectual. Negar a hegemonia dos apriorismos é uma forma bastante singular de se proclamar a miséria da teoria, como faz o historiador inglês E. P. Thompson. No seu ensaio intitulado “A Peculiaridade dos Ingleses”, o autor afirma que “*se não há lugar para ela [a peculiaridade] no modelo, é o modelo que deve ser abandonado, ou refinado*”²³. Tendo em vista a referida citação, qual é a relação entre o problema dos modelos e este artigo? Ao entrar, mesmo que tangencialmente, nas práticas e estratégias da “gente da nação”²⁴ que viveu em Pernambuco, no século XVII, queremos entender um pouco a diversidade e a singularidade dos atores que a compunham. Neste sentido, desconstruir estereótipos é fundamental. É por este motivo que, no início do trabalho, deixamos a categoria *comunidade judaica* em destaque. Esta seria uma forma de se tentar relativizar o que parece absolutamente homogêneo.

Pernambuco seiscentista e as diversas pontas da Estrela de Davi: entre judeus, cristãos-novos e marranos

As ponderações feitas, até aqui, são importantes para que entendamos duas questões referentes à “gente da nação”. A primeira delas, a percepção de suas formas de identificação e visibilidade social. A outra, a compreensão de seus códigos de auto-reconhecimento. Vale apontar que não devemos entender a categoria “judeu”, quer na diacronia, quer na sincronia, como algo “natural” ou imóvel. Sendo assim, devemos nos preocupar com especificidades históricas, sociais, econômicas e culturais muito precisas. Como anunciamos no título do trabalho, no nosso caso, estamos circunscrevendo Pernambuco como recorte espacial. O

²¹ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 36.

²² GEERTZ, *A interpretação das culturas*, p. 30-31.

²³ THOMPSON, E. P. *A peculiaridade dos ingleses e outros ensaios*. *Textos Didáticos*, n.10, v.1, 1998, p. 31.

²⁴ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco - 1542-1654*. Recife: Massangana, 1989.

recorte temporal, o século XVII. Período de dominação colonial português e holandês, a temporalidade em quadro é extremamente rica para visualizarmos diversas práticas e estratégias sociais. As que nos ocupam, e estamos sendo propositadamente redundantes, têm como agentes os diversos judeus residentes em terras duartinas.

Assim como em algum outro momento do texto, ratificamos que este artigo tem a pretensão de indicar caminhos investigativos. Não é possível, aqui, sem quaisquer aprofundamentos empíricos, construir um discurso relevante sobre a presença judaica em Pernambuco, no século XVII. De qualquer forma, a partir das poucas indicações documentais (primárias ou secundárias) que conseguimos coligir, são possíveis algumas inferências. Estas, cremos, apontam para promissoras possibilidades analíticas. Aos prováveis leitores deste texto, temos a intenção de que seus resultados se assemelhem aos indícios encontrados pelo caçador de Carlo Ginzburg. Como pegadas na lama, esperamos que no futuro estas linhas ajudem “a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis”²⁵.

Para situar factual e cronologicamente um pouco mais nosso objeto de estudo, desenharemos um pequeno quadro histórico da relação entre a Coroa Portuguesa e os judeus - quer na Metrópole, quer na Colônia. Gostaríamos de ressaltar que tais dados foram compulsados em bibliografia memorialista. Desta forma, então, sua apresentação está sujeita a todo tipo de crítica intelectual. Assumindo as prováveis distorções, sigamos em frente. Em 1492, os reis católicos espanhóis expulsaram os judeus sefardins de seus domínios. Parte dos exilados se refugiou em Portugal, em busca, entre outros fatores, de maior liberdade religiosa. Entretanto, poucos anos depois, em 1497, D. Manuel, rei português, obrigou o batismo e a conseqüente conversão da “gente da nação”. Foi criada, neste momento, a conhecida figura do “cristão-novo”. Aqueles que, porventura, não adotassem e professassem a religião católica romana, seriam perseguidos e/ou expulsos do reino lusitano²⁶.

A partir daí a situação cotidiana dos “cristãos-novos”, obviamente, comportou grandes tensões cotidianas. Não seria de uma hora para outra, ou por causa da necessária obrigatoriedade de culto, que tradições milenares seriam esquecidas em prol do cristianismo. Segundo o *pernambucanista* Leonardo Dantas da Silva, mesmo pretensamente cristianizados em Portugal, alguns judeus seguiram praticando às escondidas rituais da Lei Mosaica e foram acusados de práticas judaizantes. Portanto, nos anos que se seguiram ao de 1497, ainda podemos detectar estratégias de manutenção das antigas tradições, por parte da “gente da nação”. Contudo, a partir do ano de 1536, com a implementação do Tribunal do Santo Ofício, como sabemos, o cercamento às heterodoxias e aos “falsos” e “pecaminosos” atos religiosos foi mais radical e intolerante²⁷.

²⁵ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 151.

²⁶ SILVA, Uma comunidade judaica..., p. 49.

²⁷ SILVA, Uma comunidade judaica..., p. 49.

O novo acirramento da perseguição aos judeus, na Península Ibérica, forçou novos fluxos migratórios - ocorridos dentro da própria Europa, Marrocos, Egito ou em direção ao Novo Mundo. Já no ano de 1537, com o Tribunal do Santo Ofício em pleno funcionamento, observamos a fixação de muitos judeus na Antuérpia, sob a proteção de Carlos V. Alguns “cristãos-novos” oriundos de Portugal, mas ligados aos ócios e negócios, foram autorizados por Henrique V, da França, a se instalarem em seus territórios. Eles *deram “origem aos grupos conversos de Bordéus, Baiona, Tolosa, Nantes, Ruão”*²⁸. Em 1590, ainda sofrendo algumas perseguições em território francês, apesar de relativa aquiescência oficial, acabaram se fixando com maior estabilidade social em Amsterdam e Hamburgo. “*Outros, porém, movidos pela aventura e pela possibilidade de enriquecimento fácil, vieram tentar a sorte no Brasil, onde chegaram a integrar uma considerável parte da população, estimada em 14% na capitania de Pernambuco*”²⁹.

A presença de “cristãos-novos” na Capitania de Pernambuco pode ser observada, no século XVI, a partir de documentação de duas *naturezas*. A primeira delas é relativa aos processos de doação de terras (como a que foi feita, em 1542, tendo como beneficiários Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira). A outra é concernente aos registros das “denúncias” feitas aos visitantes do Santo Ofício (que estiveram em Olinda entre os anos de 1593 e 1595³⁰). Em ambas, observamos que os judeus conquistaram vários espaços da vida social. Entre outras ocupações, podemos encontrar senhores de engenho, mercadores, onzeneiros, rendeiros na cobrança dos dízimos e exportadores de açúcar³¹. Além disto, também percebemos diversos aspectos de suas vidas cotidianas. Por exemplo, quanto às práticas judaizantes, assunto relevante no dia-a-dia da “gente da nação”, “*os depoimentos dão conta da presença do casal Diogo Fernandes e Branca Dias, responsáveis pela instalação de uma sinagoga em terras do engenho Camarajibe*”³². Segundo José Antonio Gonsalves de Melo, além da vigilância sobre as práticas de judaísmo, encontramos outros tipos de denúncias relativas ao pretenso caráter herético e ímpio dos judeus. Entre eles, os que narram:

*“que um cristão-novo urinava diariamente sobre um crucifixo, ou a história de outro cristão-novo que em certa procissão distribuía doces aos figurantes, favorecendo porém os que representavam os soldados romanos e o Judas e não o Cristo de cruz às costas”*³³.

²⁸ SILVA, Uma comunidade judaica..., p. 50.

²⁹ SILVA, Uma comunidade judaica..., p. 50.

³⁰ MELLO, J. A. G., *Gente da nação*...

³¹ SILVA, Uma comunidade judaica..., p. 50.

³² SILVA, Uma comunidade judaica..., p. 52. Embora os denunciados já estivessem mortos, na época da Visitação, alguns de seus descendentes foram implicados no processo. Apesar de presos e levados aos cárceres da Santa Inquisição, em Lisboa, nenhum deles foi condenado à morte na fogueira.

³³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks/ UniverCidade, 2001, p. 239.

É claro que registros como estes foram feitos sob o calor da Santa Inquisição. Tomando Michel Foucault como comparativo, podemos entender os depoimentos como um sistema de coerção, onde se constituíram domínios “a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas”³⁴ sobre os judeus. Ou seja, os inquisidores buscaram produzir e instituir, na percepção dos denunciadores, o judeu como herege - o que efetivamente ocorreu. Sendo assim, a polarização teológica entre “cristãos-novos” e tradicionais católicos romanos foi o mote das denúncias quinhentistas em Pernambuco. Entretanto, para além da questão religiosa, sabemos que as denúncias também foram feitas com outras motivações. Entre elas, possivelmente, temos a tentativa de tirar de mãos judias o controle dos principais negócios da colônia – como “o comércio a retalho, a venda de açúcar, os contratos para cobranças de impostos, a venda de negros, a corretagem”³⁵ etc.

Creemos que um ponto de ruptura, com a absoluta demonização de judeus e “cristãos-novos”, surgiu quando os holandeses tomaram Pernambuco³⁶. É bastante comum encontrarmos relatos de que, neste período da história social pernambucana, a questão religiosa judaica não foi o principal mote classificatório e/ou discriminatório dos neerlandeses. Até mesmo porque, segundo José Antonio Gonsalves de Mello, os autores da época diziam que “foram os judeus os principais instigadores da aventura brasileira da Companhia das Índias Ocidentais”³⁷. Além disto, indo de encontro aos preceitos ideológicos dos reinos ibéricos e da Igreja Romana, os Estados Gerais dos Países Baixos lançaram um regimento, ainda em 1629, onde se determinava a liberdade de consciência. O texto afirma “que não sejam molestados ou sujeitos a indagações em suas consciências ou em suas casas particulares”³⁸ quaisquer indivíduos em terras de soberania holandesa.

Por causa da maior flexibilidade religiosa promovida pela administração holandesa, em relação aos judeus, nas Índias Ocidentais (em comparação com as determinações do Santo Ofício no tempo da dominação portuguesa), percebemos dois interessantes movimentos. No primeiro, emblemático, alguns “cristãos-novos” que já viviam no Nordeste, desde os tempos de domínio lusitano, “revelaram-se, com o livre exercício da religião, marranos: circuncidaram-se e mudaram os nomes,

³⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996, pp. 69-70.

³⁵ MELLO, J. A. G., *Tempo dos flamengos...*, p. 271.

³⁶ Segundo Evaldo Cabral de Mello, a presença holandesa no Brasil pode ser dividida em três fases. A primeira, marcada entre os anos de 1630, quando ocorreu a invasão de Pernambuco, e 1637, quando as tropas fiéis ao rei português seguiram rumo à Bahia. A segunda, compreendida entre os anos de 1637 e 1645, englobou o proeminente governo de João Maurício de Nassau (1637-1644). A última, quando ocorreu a longa guerra de restauração, entre os anos de 1645 e 1654, “terminou com a capitulação do Recife e das últimas praças-fortes inimigas e com a liquidação definitiva da presença holandesa no Nordeste”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 15.

³⁷ MELLO, J. A. G., *Tempo dos flamengos...*, p. 240.

³⁸ MELLO, J. A. G., *Gente da nação...*, p. 212-213.

*passando a usar outros mais caracteristicamente israelitas*³⁹. O segundo movimento, também gerado pelo regimento de livre consciência, transformou o Brasil Holandês em importante ponto de confluência de imigrantes judeus. Observamos a chegada daqueles que tanto fugiram da Santa Inquisição, quanto os que buscavam melhores condições de vida. Entre os recém imigrados, “*alguns teriam vindo como soldados ou como empregados da Companhia*”⁴⁰. É curioso notarmos que, contrariando os velhos estereótipos sobre os judeus, muitos dos que chegaram eram pobres. Corroborando esta afirmativa, encontramos alguns relatos, nas fontes, onde muitos judeus pobres se enforcaram para escapar de credores ou que, pelo mesmo motivo, fugiram⁴¹.

A maior liberdade de consciência, certamente, também permitiu a visibilidade de algumas diferenças entre a “gente da nação”. Anteriormente, no período de dominação portuguesa, cremos que esta percepção foi dificultada. A Visitação do Santo Ofício em terras brasílicas construiu, sob o rótulo “cristão-novo”, a pretensa homogeneidade da *comunidade judaica*. É claro que a “uniformidade” foi instituída através de muitos silenciamentos e interditos. Contudo, apesar da operação discriminatória implementada pela Igreja Romana, imaginamos que a presença hegemônica de sefardins ibéricos, tanto na colônia, como na Metrópole, colaborou para a vigência da referida homogeneização. Com o posterior domínio holandês muitos ashkenazim, que imigraram da Polônia e Alemanha para os Países Baixos, em consequência da guerra dos Trinta Anos (1618-1648), também se fizeram presentes em paragens pernambucanas – dando maiores matizes ao que seria entendido como *judeu*⁴².

No cotidiano pernambucano, sefardins e ashkenazim começaram a criar atritos mútuos. Os primeiros dominaram muitos postos de comando, ligados a administração colonial, durante a dominação portuguesa. Portanto, criaram uma espécie de elite “cristã-nova”. Além disto, também levaram algumas vantagens nas disputas diárias com os ashkenazim, entre outros motivos, por conhecerem as línguas e os costumes da colônia. Em contrapartida, apesar da pouca experiência com as coisas pernambucanas, os ashkenazim tinham maior proximidade e a simpatia dos holandeses - que também nutriram antipatia aos sefardins, por conta da sua origem ibérica. As relações entre judeus de origens diferenciadas foi tão conflituosa, segundo José Antonio Gonsalves de Mello, que “*em protestos coletivos contra judeus sefardim constam nomes de possíveis ashkenazim*”⁴³.

Vale ressaltar, aqui, a plasticidade das formas de auto-reconhecimento entre os judeus (na comparação entre as colonizações holandesa e portuguesa). Encontramos, pelas ruas do Recife, sefardins, ashkenazim, “cristãos-novos” e marranos convivendo com a diversidade nos espaços do Brasil Holandês.

³⁹ MELLO, J. A. G., *Tempo dos flamengos...*, p. 259.

⁴⁰ MELLO, J. A. G., *Tempo dos flamengos...*, p. 259.

⁴¹ MELLO, J. A. G., *Tempo dos flamengos...*, p. 275.

⁴² MELLO, J. A. G., *Tempo dos flamengos...*, p. 258.

⁴³ MELLO, J. A. G., *Tempo dos flamengos...*, p. 259.

Obviamente, tais formas identitárias não foram fechadas em si mesmas. Elas poderiam se cruzar, dependendo do jogo entre os atores sociais. Contudo, apesar das dissensões que certamente existiram, tornando os judeus mais ou menos próximos (em interesses, perspectivas ou posições políticas), uma coisa não deixou de ser familiar: seus patriarcas, suas festas religiosas, seus ritos. É por isto que falamos, no título deste artigo, nas pontas da Estrela de Davi. Encontramos, nesta singela metáfora, a unidade na diversidade - ou, se preferirmos, a diversidade na unidade.

Conclusão

Nos últimos momentos do domínio holandês, apesar das disputas internas e das diferenças entre os membros da *comunidade judaica*, algo muito importante ocorreu na cidade do Recife. Na sinagoga da Rua dos Judeus, casa de debates e de orações, marcantes celebrações foram realizadas no período. Elas tinham como mote a conjuntura e os contextos em que viviam seus membros em meados dos seiscentos. Entre outras, as mais fervorosas sublinhavam o perigo de uma nova diáspora. Havia uma sombra real sobre a *comunidade judaica*, fruto das novas e mais agudas ofensivas portuguesas à Cidade Maurícia⁴⁴. Em 1654, enfim, Olinda foi retomada pelo Rei de Portugal e a nobreza da terra teve suas posses restituídas. A diáspora virou realidade. A Guerra de Restauração chegava ao fim e, com ela, também, a Rua dos Judeus. Este espaço urbano foi definitivamente devolvido, de forma simbólica, ao universo católico romano. Rebatizada, a agora Rua do Bom Jesus apagaria com sucesso, e por alguns séculos, as antigas memórias do tempo dos flamengos.

As (re)apropriações da memória coletiva, discutidas até aqui, nos fazem, mais uma vez, retomarmos as nossas memórias pessoais – como fizemos na introdução deste artigo. Ao retornarmos ao “Recife Antigo”, alguns anos depois daquelas cervejas, das conversas informais com os amigos, do céu estrelado, da admiração ao velho casario, algo interessante ocorreu. As posteriores leituras, que permitiram a escrita deste texto, foram centrais em nossa mudança de percepção do espaço urbano em questão. O “Recife Antigo” não era algo em si, mas um *locus* a todo momento reapropriado e resignificado. Ao revisitarmos a rua do Bom Jesus, antiga rua dos Judeus, fica evidente, na denominação do logradouro, uma guerra de sentidos e memórias que se propuseram hegemônicas na história social de Pernambuco. Isto vai ao encontro do que Roland Barthes chamou de “*a oposição, a alternância e a justaposição de elementos marcados e não marcados*”⁴⁵ que constituem a cidade como um discurso. Este processo fica evidente quando tomamos a presença judaica em paragens duartinas.

⁴⁴ SILVA, Uma comunidade judaica...

⁴⁵ BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 184.

RESUMO

Este artigo levanta algumas questões sobre a presença judaica durante o advento do Brasil Holandês. Buscamos focar, principalmente, a manipulação da identidade étnica da “gente da nação” em situação de ruptura social. Acreditamos que a conquista neerlandesa possibilitou maior visibilidade, e tensão, entre as diferentes experiências sociais da “gente da nação”. Percebemos, como desdobramento, diversidade na unidade. Ao mesmo tempo, observamos os usos da memória desta mesma presença judaica no tempo presente.

Palavras-Chave: Judeus; Brasil Holandês; Pernambuco.

ABSTRACT

This article raises some issues about the Jewish presence during the time Brazil was under Dutch control. We aimed mainly at “the people of the nation” ethnic identity handling in a social disruption situation. We believe the Dutch conquest enabled a greater visibility, and tension among the “people of the nation’s” different social experiences. We realized, as a consequence, a diversity in the unity. At the same time, we observed the uses of memory of the same Jewish presence in the present time.

Keywords: Jews; Dutch Brazil; Pernambuco.

CÁ ESTOU OUTRA VEZ EM CENA: DIÁLOGOS POLÍTICOS NAS ‘SCENAS COMICAS’ DE FRANCISCO CORREA VASQUES¹

Silvia Cristina Martins de Souza²

“Cá estou outra vez em cena.

Um pouco mais animado, é verdade, porém, talvez mais chôcho do que quinta-feira.

Se minha estréia não foi feliz, creio que, pelo menos, se pode dizer não foi mal recebida. Será pretensão de minha parte? Não sei; o que é verdade, é que os apertos de mão foram sem conta, os parabéns sem número, e a minha profecia realizada; ouvi soar em todos os cantos da cidade:

- O Vasques é folhetinista!

Não o sou, confesso; venho apenas contar, conforme puder, o que for acontecendo durante a semana.

Sei que esta missão está confiada a melhores penas; há quem se ocupe desta crônica com muito mais vantagem, ao passo que eu tenho apenas o prestígio do palco. Quem vai ler, calcula a maneira porque poderei inflexionar o meu folhetim, e a frase fria, sem nexos, que deixo cair da pena, por cima do papel, toma vida, cor e apresenta-se tal qual deve ser no teatro fantástico do cérebro do leitor.”

Com estas palavras o ator e dramaturgo Francisco Correa Vasques abriu seu artigo do dia 25 de outubro de 1883, publicado na *Gazeta da Tarde*, periódico no qual exerceu a função de folhetinista durante nove meses. Do dia 18 de outubro de 1883 até o dia 17 de abril de 1884 seus artigos foram publicados sem regularidade semanal, quando então sofreram uma interrupção, só reaparecendo no dia 17 de julho de 1884, quando foi publicado o último folhetim de um conjunto que soma ao todo 22 textos³.

¹ Este texto apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Os Rumores de um Silêncio: o ator e dramaturgo Francisco Correa Vasques (1839-1892)”, que desenvolve na Universidade Estadual de Londrina desde 2003.

² Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Autora de *As Noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)* (Campinas: Editora da Unicamp, 2002) e de *O palco como tribuna: uma interpretação de ‘O Demônio Familiar’, de José de Alencar* (Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003).

³ Não consta do acervo da Biblioteca Nacional, o exemplar da *Gazeta da Tarde* do dia 18 de outubro de 1883, o que nos impossibilitou localizar o primeiro folhetim da série. No espaço ocupado pelas *Scenas Comicas* começou a ser publicado o romance-folhetim *Pedro, o espanhol*, de José do Patrocínio, a partir do dia 5 de abril de 1884 e o último folhetim assinado por Vasques saiu na segunda página do jornal. O fato de o autor não haver se despedido dos leitores nos leva a pensar que não estava programada a interrupção da série. Procópio Ferreira organizou uma publicação destes folhetins que consta do seu *O Ator Vasques*. Todavia, dos 22 folhetins que compõem a série, Procópio Ferreira só reproduziu 11, alguns deles parcialmente.

A série de artigos do Vasques, intitulada *Scenas Comicas*, era do tipo variedades⁴, que Martins Pena tão sugestivamente denominou, na década de 1840, “*sarrabulho lítero-jornalístico*”, isto é, uma revisão semanal de um *pout-pourri* de assuntos, publicada num espaço geográfico específico do jornal: o rodapé da primeira página⁵. Seus textos, porém, guardam algumas peculiaridades em relação a outros do gênero publicados em praticamente todos os grandes jornais da Corte a partir da segunda metade do século XIX. Estas peculiaridades já podem ser percebidas no próprio título escolhido para a série, sugerindo o prolongamento, na imprensa, de um trabalho de caricaturista dos usos e costumes fluminenses, que Vasques vinha realizando com sucesso nos tablados por quase três décadas.

É também sugestiva, neste sentido, a expressão “Cá estou outra vez em cena”, utilizada por este folhetinista para abrir o segundo artigo da sua série, expressão esta que foi tomada de empréstimo para título deste artigo. Se, por um lado, ela servia para dar continuidade à série, já que Vasques estreara na semana anterior, por outro lado ela também poderia ser tomada num outro sentido: o de que a imprensa transformava-se, para o Vasques, em um novo “palco” em que começava a atuar, transformando-se em mais um espaço de intervenção por ele utilizado para debater questões do seu tempo sem colocar-se, contudo, em contradição com sua vocação para o tablado.

Naquele ano de 1883, quando completava 36 anos de atividade artística, Vasques já podia considerar-se um ator e autor de sucesso⁶. Entre os anos de 1856 e 1857⁷ iniciara sua carreira de ator, especializando-se em atuações cômicas. De 1858, com apenas 19 anos, quando encenou seu primeiro texto dramático, a cena cômica *O Sr. José Maria assombrado pelo mágico*, até sua morte, em 1892, Vasques escreveu um total de 59 cenas cômicas, que encontraram grande receptividade junto ao público⁸.

⁴ Para maiores informações sobre o folhetim ver: MEYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵ Ver MEYER, *Folhetim...*, p. 58.

⁶ Os ecos deste prestígio chegaram a ser ouvidos em Portugal, onde Vasques foi comparado a Taborda, o ator cômico mais aplaudido naquele país. Ver, para o assunto, o jornal lisboeta *O Contemporâneo*, ano de 1882, número 114.

⁷ No folhetim do dia 29 de novembro de 1883, escrito sob forma de carta ao imperador, Vasques mencionaria que Pedro II, assíduo freqüentador dos teatros da Corte, acompanhara todas as fases de sua carreira, que iniciara em 1856. No discurso proferido por Valentim Magalhães, lido no enterro do Vasques e publicado na *Gazeta de Notícias* no dia 11 de dezembro de 1892, este escritor observaria que Vasques lhe dissera, poucos dias antes de morrer: “*Durante 35 anos - 35 ... disse-me ele há dias, quando vim visitá-lo, e o disse com os olhos de saudades mal podendo articular as palavras - 35 anos este homem fez rir*”. Ver FERREIRA, Procópio. *O Ator Vasques*. Rio de Janeiro: MEC/ FUNARTE, s/d. Levando em consideração tais informações, fornecidas pelo próprio Vasques, somos levados a concluir que sua carreira profissional teve início entre os anos de 1856 e 1857.

⁸ Vasques escreveu, ainda, quatro paródias, a saber: *Orfeu na Roça*; *Orfeu na Cidade*; *Rainha Crinoline*; *Geralda*, *Geraldina* e *Faustino*, que alcançaram grande sucesso; e dois dramas - *A Honra de um Taverneiro* e *Lágrimas de Maria* - que, diferentemente de seus textos cômicos, não alcançaram sucesso junto ao público. Depois de encenadas, as cenas cômicas do Vasques eram publicadas sob forma de literatura de cordel e vendidas a 500 réis na casa do próprio autor ou na bilheteria dos teatros onde ele atuava.

Vasques foi, sem dúvida, um dos expoentes da dramaturgia brasileira voltada para este gênero dramático, dominando com competência sua fórmula bastante peculiar. As cenas cômicas eram geralmente monólogos escritos em prosa⁹, que abordavam um determinado assunto a partir da costura de elementos diversos. Dentro desta “receita” existiam algumas convenções artísticas típicas do gênero, tais como o recurso à paródia e à sátira; a presença constante da música, aproveitando melodias de domínio dos habitantes da cidade; o convite à participação simbólica dos espectadores na encenação e a abordagem de assuntos do cotidiano, particularmente os que mobilizavam as conversas entabuladas nas ruas do Rio de Janeiro. As cenas cômicas, enquanto gênero dramático, apresentavam uma outra peculiaridade: eram encenadas em palcos teatrais e picadeiros circenses, tanto no Brasil quanto na Europa, o que as tornava bastante populares entre as platéias mais heterogêneas¹⁰.

No que diz respeito à produção dramática do Vasques neste gênero, alguns temas foram constantemente por ele visitados, tais como a vida teatral da Corte; os tipos populares que transitavam pelas ruas da cidade; os acontecimentos risíveis, que mobilizavam a atenção da população, assim como assuntos mais sérios, como a guerra do Paraguai e a Questão Christie. Creio ter sido um dos segredos da dramaturgia por ele produzida esta dependência íntima do texto à matéria histórica do seu tempo; o interesse quase que jornalístico pelos assuntos do cotidiano e o tom brincalhão e, simultaneamente, crítico, por ele utilizado, transformando seu teatro numa forma de exposição do jogo das relações da própria sociedade na qual buscava fonte de inspiração.

Este mesmo talento pode ser percebido na série de folhetins da *Gazeta da Tarde*, na qual se acotovelam questões, tais como a greve da Guarda Urbana; a campanha abolicionista; o carnaval; a falta de água constante na cidade do Rio de Janeiro; o entrudo e, como não podia deixar de ser em se tratando de alguém tão envolvido com as artes cênicas, a vida teatral e as pessoas com ela envolvidas no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.

No trecho do artigo do dia 25 de outubro de 1883, reproduzido no início deste artigo, Vasques procurava refletir sobre o papel que passara a assumir na imprensa ao enfatizar a sensação de surpresa causada na capital do Império quando se descobriu ser ele o folhetinista da *Gazeta da Tarde*. Como dito anteriormente, a série teve início no dia 18 de outubro, mas apenas no dia 13 de novembro, os leitores daquele jornal receberam do seu proprietário - José do Patrocínio -, uma explicação dando conta da escolha de Vasques para esta função.

⁹ Até onde foi possível confirmar, apenas três cenas cômicas do Vasques foram escritas para serem encenadas por dois atores: *O Graça e o Vasques*; *O Vasques e o Valotte* e *Nova Reforma de Secos e Molhados*. *O Selo da Roda* e *Variações de Flauta* foram escritas em verso. Através de pesquisas que venho realizando no *Jornal do Comércio*, no *Diário do Rio de Janeiro* e na *Gazeta de Notícias*, pude localizar, até o momento, a encenação de 66 textos teatrais do Vasques.

¹⁰ Ver, para o assunto: SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As Noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. Ver também: SILVA, Ermínia. *As múltiplas linguagens da teatralidade circense: Benjamim de Oliveira e o circo-teatro no Brasil no final do século XIX e início do XX*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2003 (Tese de Doutorado em História).

Segundo Patrocínio, por ter de ausentar-se temporariamente da Corte para consultar documentos para finalizar o seu romance-folhetim *Pedro, o espanhol*; por precisar submeter-se a um tratamento de saúde e por desejar tomar algumas medidas visando modificar seu jornal, deixava a *Gazeta da Tarde* sob a tutela de alguns amigos. Serpa Júnior ficou encarregado dos negócios do jornal; João Clapp passou a atuar na direção da propaganda; a Luiz de Andrade foi entregue a chefia da redação, sendo o mesmo coadjuvado por Júlio de Lemos, Gonzaga Duque Estrada, Ennes de Souza e André Rebouças; Campos Porto, Dias da Cruz e Leite Ribeiro responsabilizaram-se pela reportagem e

“A parte amena e literária da Gazeta da Tarde, acompanhando a redação no seu mérito, prende a simpatia pública pelos nomes de Cardoso de Menezes e o imortal ator F.C. Vasques e da distinta escritora que atualmente publica o romance Aurélia.”¹¹

Como se vê, pesou para a indicação do nome de Vasques o seu “mérito” e a sua “simpatia pública”, conquistados após um longo período de atuação nos palcos, o que demonstra uma boa estratégia por parte de José do Patrocínio, bem como sua crença em uma concepção, bastante generalizada no período, sobre o papel que o folhetim exercia como chamariz de um jornal.

Não vou me ater a ressaltar a importância da qual o folhetim foi revestido como espaço jornalístico no séc. XIX, uma vez que vários autores já vêm se incumbindo de resgatar a relevância deste gênero literário como parte significativa do estudo da palavra impressa e como força atuante no âmbito da história¹². Desejo apenas sublinhar que, do momento do seu aparecimento na imprensa periódica brasileira, ocorrido nos anos 1850, e daí por todo o séc. XIX, o folhetim foi se firmando como espaço propício ao divertimento, à informação, ao comentário e à crítica e, nesta trajetória, transformando-se na viga mestra dos jornais¹³.

Quando em 1874 a *Gazeta de Notícias* inaugurou o sistema de vendas avulsas dos jornais no Rio de Janeiro, visando a ampliação do público leitor, teve início uma verdadeira reviravolta no jornalismo fluminense. Os periódicos, anteriormente vendidos em locais como livrarias e estabelecimentos comerciais, passaram a ter

¹¹ *Gazeta da Tarde*, 13 de novembro de 1883. Se revesavam, neste mesmo espaço, a série *Scenas Comicas*, do Vasques; o romance folhetim *Aurélia*; a *Semana Musical*, de Cardoso de Menezes e a *Semana Política*, assinada por alguém sob o pseudônimo Júlio Verne.

¹² Para uma discussão atualizada sobre o uso dos folhetins como espaço de intervenção política ver: CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. M. (orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; NEVES, Margarida de Souza (org.). *Seminário História e Crônica*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2001 (trabalho não publicado); CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. In: _____. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, s. d.; BALABAN, Marcelo (org.). *Instantâneos do Rio de Janeiro*: Bastos Tigre. Campinas: Mercado das Letras, 2003; PEREIRA, Leonardo A. de M. *Bilhetes postais*: Coelho Neto. Campinas: Mercado das Letras, 2002; *Cadernos AEL, Literatura e Imprensa no século XIX*, Campinas, UNICAMP, n. 16/17, 2002.

¹³ Tanto esta informação é procedente que nem mesmo o Diário Oficial, fundado em 1862 por Pedro II, dispensou o folhetim. Nele foram publicados, por exemplo, *Lusbela*, de Joaquim Manuel de Macedo, assim como *Os Miseráveis*, com tradução de Justiniano José da Rocha.

maior circulação, o que fez com que jornais de pequena tiragem, ligados a grupos políticos, perdessem espaço para as grandes folhas.

Para a efetivação deste desejo de ampliação do público algumas modificações estruturais tiveram que ser implementadas nos periódicos, dentre elas a preocupação com a abordagem de assuntos que chamassem a atenção de leitores bastante heterogêneos. Foi no bojo destas transformações que a função dos folhetinistas tornou-se essencial, pois a eles passou a caber a tarefa de despertar o interesse de leitores pouco acostumados aos meandros dos debates políticos e literários. Assim, cada vez mais escritores de renome foram pagos para fazer crescer as tiragens dos jornais, combinando a assiduidade de profissionais com a graça de diletantes¹⁴.

Por outro lado, não é despropositado sugerir que a indicação de seu nome fosse vista pelo Vasques como oportunidade de abertura de portas que lhe permitissem o acesso a um espaço que lhe fora sempre negado, em função mesmo do papel que a imprensa exerceu nas trajetórias de vida dos homens de letras no Brasil oitocentista. Na sociedade brasileira oitocentista, o ingresso na carreira política requeria, como passaporte, uma educação formal ilustrada transformando-se esta no caminho mais seguro, seguido de perto pela imprensa, para adentrar-se a esferas políticas mais amplas¹⁵.

Desta noção Vasques demonstrou estar ciente, ao afirmar que a “missão” de folhetinista, que acabara de assumir, estava “confiada a melhores penas”, enquanto ele só contava a seu favor com o “prestígio dos palcos”. *Mise-en-scène* constitutiva de uma estratégia jornalística? Jogo de retórica? Acredito que um pouco de tudo isto sem ser apenas isto. Passados mais de quarenta anos da primeira aparição do folhetim na imprensa carioca, e já sendo ele considerado parte nobre do trabalho jornalístico, era interessante para qualquer letrado assinar uma coluna em um jornal na qual pudesse discorrer sobre os assuntos que melhor lhe aprouvessem.

A série *Scenas Comicas*, todavia, não trazia a chancela de um homem de letras, mas sim de alguém que se encontrava à margem das trajetórias percorridas por uma elite letrada, composta por homens “bem nascidos” e “bem educados”¹⁶. Isto nos leva a pensar que a escolha do nome do Vasques para folhetinista da *Gazeta da Tarde* não deve ter recebido aprovação incondicional por parte dos leitores, em função da sua própria trajetória de vida, ainda que ele se apressasse em afirmar que foram vários os cumprimentos e as congratulações recebidos.

Mulato nascido no seio de uma família humilde, filho natural de Benedita Correa Vasques, Francisco Correa Vasques e seus dois irmãos - Martinho e Bernardino -, tiveram uma vida simples e pouco acesso à educação formal como, de resto, foi

¹⁴ Ver PEREIRA, Leonardo A. de M. *O Carnaval das Letras: os literatos e as histórias da folia carioca nas últimas décadas do século XIX*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1993 (Tese de Doutorado em História).

¹⁵ Ver, para o assunto: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

¹⁶ As expressões “bem nascidos” e “bem educados” são aqui utilizadas com o sentido de definir um conjunto de homens pertencente às elites brasileiras, muito mais no sentido político do que sentido estrito da riqueza econômica.

comum entre os homens livres pobres na sociedade senhorial escravista brasileira. Em 1851, com doze anos, Vasques terminou o curso elementar no Colégio Marinho e empregou-se na Alfândega do Rio de Janeiro. Durante um certo período, que não foi possível precisar, foi membro da Guarda Nacional, servindo no primeiro batalhão da freguesia do Santíssimo Sacramento¹⁷. Certo é que em 1857 estaria atuando na Companhia do Teatro São Pedro de Alcântara, empresariada por João Caetano, na qual seu irmão Martinho já trabalhava como ator cômico.

O palco foi a ocupação a que Vasques se dedicou com assiduidade atuando como ator e autor até sua morte, motivada por um câncer. Como tantos outros atores da época, e em função das dificuldades financeiras vivenciadas pelas companhias dramáticas, que freqüentemente deixavam de pagar os salários ou fechavam suas portas por falência, Vasques fez parte do elenco de diversas empresas teatrais, assim como chegou a criar a sua própria, que funcionou na Fênix Dramática, de 1868 a 1870, quando então passou a ser dirigida por Jacinto Heller, com quem Vasques continuou a trabalhar nos anos seguintes.

Provavelmente foi a consciência das limitações impostas pela sua trajetória profissional que levou Vasques a definir a atividade que passava a exercer na *Gazeta da Tarde* como sendo não a de um crítico especializado, mas a de um diretor de uma companhia dramática imaginária, que contava com a ajuda do “*teatro fantástico do cérebro do leitor*” para coadjuvá-lo na empreitada que deveria levar a cabo. E é neste ponto que, a meu ver, reside a diferença entre este folhetinista e outros que atuaram na imprensa periódica do seu tempo, qual seja, o de uma formação profissional que o levava a lançar mão de uma maquinaria do palco na elaboração de seus textos jornalísticos. Uma rápida passagem de olhos pelos folhetins *Scenas Comicas* nos permite perceber serem eles pródigos em passagens nas quais o autor mergulha seus leitores em situações típicas do tablado, tais como jogos de palavras, *coups de théâtre* múltiplos, personagens tipificados, crítica bem humorada, tudo isto permeado por um impecável senso de corte e de suspensão dos assuntos.

Existe um outro ponto digno de nota nestes textos, para o qual nos chama atenção o próprio folhetinista ao observar, neste mesmo folhetim do dia 23 de outubro de 1883, que:

“A minha posição na imprensa tem causado a muitos de meus amigos uma certa inquietação; ainda a poucos dias encontrei-me com um deles que me disse assustado:

- Vasques , que é isto? Repara no que estás fazendo? Não te metas na política, olha que a tua posição no teatro não te permite falar em semelhante bruxaria! Vê lá!

Não se assustem, portanto, os meus camaradas, eu de política [não quero sentir] nem o cheiro, primeiro porque nunca pude entender essa geringonça e, segundo, porque pertença a um único partido – o público que frequenta os teatros, - é a ele que devo tudo, é pois a ele que me entrego de corpo e alma. Além disso ainda há uma outra circunstância

¹⁷ Esta informação encontra-se no folhetim do dia 25 de outubro de 1883.

que me afasta completamente desse caminho. Nascido nesta terra, brasileiro de quatro costados, guarda nacional do primeiro batalhão da freguesia do Santíssimo Sacramento onde paguei para {[ilegível]} durante seis anos, não sou qualificado, não tenho foros de cidadão.”

Não se iluda, porém, o leitor com as palavras deste folhetinista. Apesar de uma aparente sensação de descompromisso, presente em sua fala, é sintomático que ele tenha se preocupado em afirmar que seus artigos se voltariam apenas para o mero divertimento e o riso, assim como é discutível aceitar, sem maiores questionamentos, este seu propalado propósito de isenção política. Afinal, é inevitável que um autor se expresse através de seus textos, ainda que o próprio Vasques tenha se apressado em sublinhar não entender desta “geringonça” chamada política e não querer sentir da mesma sequer “o cheiro”. Tal afirmação se torna ainda mais passível de descrédito quando constatamos vir a mesma seguida de uma ácida crítica à política eleitoral da época, que privava alguns “brasileiros de quatro costados”, como ele, de “foros de cidadão”, por não serem considerados qualificados para exercer o direito de voto¹⁸.

Vasques referia-se, com esta observação, à Lei Saraiva (1881), que veio acabar com as eleições primárias de votantes pobres, ao proibir o voto do analfabeto e elevar o censo mínimo para 400\$000, reduzindo drasticamente o eleitorado de 1,2 milhão de eleitores para menos de 140.000¹⁹. A Lei Saraiva, por outro lado, coincidiu com fenômenos importantes da formação das classes trabalhadoras livres às vésperas do abolicionismo e com uma fase estratégica da economia do país, com a penetração de capitais estrangeiros; com novas fontes de crédito e investimento; com o crescimento econômico ligado ao mercado internacional do café; enfim, com uma série de elementos que incidiram diretamente sobre as condições de vida das populações mais pobres do Império. Dentre os setores em expansão no período estava o de diversões públicas, particularmente o dos teatros, que passavam a ser vistos como um negócio lucrativo, levando à implantação paulatina de um mercado regido por princípios comerciais próprios, transformando o palco em local de confrontos e tensões advindos das relações de produção dentro e fora do espetáculo. Foi neste clima de transformações e incertezas que cercavam o ofício por eles exercido que os atores teatrais passaram a buscar formas de organização para proteção e amparo social, num movimento similar ao experimentado por outras categorias profissionais tais como sapateiros, cabeleireiros, marceneiros, apenas para citar alguns²⁰.

¹⁸ Ver, sobre o assunto: DIAS, Maria Odila L. Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império (1824-1881). In: FREITAS, Marcos Cézar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.

¹⁹ Os dispositivos criados pela Lei Saraiva tinham em vista restringir o poder político dos potentados locais mas, na sua fórmula final, só veio beneficiar os proprietários e excluir grande parte da população votante pobre do processo eleitoral, nelas incluso os atores dramáticos, devido à incerteza de suas rendas.

²⁰ Cláudio Batalha observa, para o período, que houve um crescimento significativo das associações mutualistas operárias a partir de 1870, o que leva a crer que os trabalhadores livres vinham

Como membro atuante da comunidade artística da Corte, Vasques conhecia de perto todas as questões e expectativas que a mobilizavam. Nada mais natural, então, que seus folhetins estivessem recheados de temas de interesse do seu meio profissional o que, de resto, vem reforçar a noção de que sua atuação na imprensa estava informada por uma postura política efetiva. Foi a política, enfim, o assunto de fundo destas *Scenas Comicas*, nas quais seu autor demonstrou habilidade para abordar de maneira crítica questões candentes de seu tempo, como já vinha fazendo através de sua dramaturgia, utilizando-se de uma arma que sabia habilmente manejar - o humor.

O envolvimento de Vasques com questões de natureza política, todavia, não era algo novo. Data dos anos 1860 sua primeira investida no sentido de contribuir para organizar os atores dramáticos em defesa seus interesses. Seu nome foi um dos que constou da tentativa de criação do Montepio dos Atores Dramáticos, naquele ano, uma associação que tinha por objetivo socorrer artistas desempregados ou doentes, bem como auxiliar suas viúvas e contribuir para seus enterros²¹. Não foi possível confirmar se este projeto vingou ou não. Independente disto, só o fato do nome do Vasques constar da lista dos nomes que a ele se agregaram é suficiente para reforçar o argumento que vimos procurando defender. Por outro lado, se for levado em conta que, no início da década de 1860, o governo imperial tomou medidas para regularizar a formação de diferentes associações com o objetivo sujeitá-las a leis específicas que autorizassem seu funcionamento e seus estatutos, podemos sugerir que os atores dramáticos estavam atentos para tais novidades e procuraram desde cedo articular-se para defender seus interesses num contexto mais amplo de organização de sociedades de trabalhadores com características semelhantes²².

Em 1883, Vasques voltaria a defender idéias semelhantes, e sua atuação pode ser parcialmente acompanhada através da leitura dos seus folhetins. No artigo do dia 27 de novembro de 1883, Vasques daria um “puxão de orelhas” no ator Xisto Bahia criticando-o por desaparecer, sem maiores explicações, na hora da realização de um espetáculo teatral, tendo de ser substituído às pressas por outro ator. Para Vasques, tal procedimento, além de desrespeitoso para com o público, contribuía para arruinar a imagem dos atores dramáticos como um todo, levando-os a ser tornarem alvo de críticas e de condenações. Tal estado de ânimo, concluiria Vasques, dificultava a defesa da causa da “classe artística” junto à sociedade²³.

No folheto do dia 17 de dezembro daquele mesmo ano, Vasques investiria na mobilização dos atores e na sensibilização da opinião pública para a defesa de um projeto: a criação de um jaziço perpétuo para os atores dramáticos. Para levar

paulatinamente crescendo em número e procurando organizar-se para salvaguardar alguns direitos. Ver: BATALHA, Cláudio H. de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, n. 10/11, 1999.

²¹ *Jornal do Comércio*, 16 de setembro de 1860.

²² Ver as leis de número 1083, 2686 e 2711, em: *Coleção das Leis do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860.

²³ *Gazeta da Tarde*, 21 de novembro de 1883.

a cabo seus planos, Vasques lançou mão de uma estratégia de grande apelo: dar para o jazigo o título “Monumento João Caetano”, ator conhecido e querido pelas platéias fluminenses desde inícios do século XIX.

No dia 20 de dezembro de 1883, Vasques lançaria um apelo aos empresários teatrais para que se preocupassem com a segurança física dos seus atores evitando que se repetisse um acontecimento lamentável que tivera lugar dias antes no Teatro das Novidades: o acidente sofrido por uma pequena atriz que despencara das bambolinas quando representava o papel de um anjo na peça *A Cabana de Belém*, encontrando-se a mesma “amarrada com barbantes até que lhe seque a cola que lhe deve consertar os braços e as pernas”. Vasques finalizava seu folhetim dirigindo um apelo ao empresário Batista para que, de outra vez, fosse mais cuidadoso e não deixasse “os anjos caírem assim com tanta facilidade”²⁴.

No folhetim do dia 13 de dezembro de 1883, Vasques voltaria à cena, desta feita para condenar a “indolência” dos próprios atores e a pouca importância que davam a assuntos de seu interesse, a ponto de a Sociedade Protetora dos Artistas Dramáticos, fundada em 1870, ser praticamente desconhecida²⁵. Segundo Vasques, esta atitude de descaso, da qual o desconhecimento da referida sociedade era exemplar, transformava os atores nos verdadeiros culpados por grande parte dos problemas com os quais se defrontavam, tanto que só via um meio de reverter este processo: “É preciso, portanto, que a classe se reúna (...) Temos trabalhado tanto para enobrecer os outros, é justo que façamos alguma coisa em prol de nossa classe”²⁶.

Ainda que sejam em número significativo os folhetins que abordam assuntos de natureza política na série *Scenas Comicas*, apenas um deles - o de 6 de março de 1884 - será analisado neste artigo por ser elucidativo da forma como Vasques assumiu determinada posição na luta para defender os interesses do seu meio profissional, num momento em que o teatro passou a ser visto um negócio lucrativo, transformando o palco num campo de diálogos e confrontos entre os diferentes agentes envolvidos com a produção dos espetáculos.

Neste folhetim, Vasques menciona a efetivação daquilo que denominou “*contrato monopólio*” assinado entre os quatro maiores empresários teatrais da Corte. Segundo ele,

²⁴ *Gazeta da Tarde*, 20 de dezembro de 1883.

²⁵ *Coleção das Leis do Império* - tomo XXX. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870.

²⁶ *Gazeta da Tarde*, 13 de dezembro de 1883. A Sociedade Protetora dos Artistas Dramáticos foi fundada em 1870, composta por um número limitado de artistas e de outras categorias profissionais ligadas ao teatro. Tinha por finalidade socorrer seus associados e empregá-los quando estivessem desempregados. A condição para ser associado era ser livre, de bom comportamento e exercer atividades ligadas à arte dramática. Em 1877, esta associação mudou os estatutos e o nome, passando a chamar-se Associação Beneficente dos Artistas Portugueses excluindo, como a nova denominação o indicava, as representações dramáticas de seus objetivos “por haver a prática demonstrado ser inexecutável tudo que diz respeito a dramático”, e por restringir o acesso à mesma apenas aos indivíduos de origem portuguesa. Esta modificação pela qual passou a associação parece vir confirmar a observação feita por Vasques no seu folhetim.

“A 8 de março de 1884, à uma hora da tarde, reuniram-se as potências teatrais: S.M. Jacintíssima I; S.M. Souza Braguíssima I; S.M. Braguíssima I; S.M. Braguíssima II, para celebrarem entre si um tratado de aliança ofensiva e defensiva.

Os quatro obrigam-se em primeiro lugar a medirem-se na imprensa pela mesma bitola.

*Pela sua parte cada um obriga-se: S.M. Jacintíssima a não dizer mais que as peças que sobem à cena como foram nos bufos; S.M. Souza Braguíssima, a não alinhar as ditas sem ponto; S.M. Braguíssima I, a retirar as alusões ao Mandarin; S.M. Braguíssima II, que não vive de cantiga, a continuar na mesma.” [grifos no original]*²⁷

Neste texto, de tom explicitamente satírico, Vasques dialoga com interlocutores historicamente identificáveis aos quais seus leitores, que acompanhavam as notícias teatrais pelos jornais e/ ou assistiam aos espetáculos nos teatros, não devem ter tido dificuldade de identificar. Vasques remetia-se aos quatro maiores empresários teatrais da Corte do período, a saber, Jacinto Heller, Souza Bastos, Luiz Braga Júnior e Dias Braga, os três primeiros diretores de companhias que privilegiavam gêneros do teatro musicado, isto é, operetas, revistas e mágicas, dando preferência a textos de dramaturgos estrangeiros. O último deles, “S.M. Braguíssima II” - o empresário Dias Braga - era considerado pela crítica teatral da época o único dentre os quatro que insistia em privilegiar dramas escritos por autores brasileiros, um gênero dramático considerado “sério” pelos críticos. Arthur Azevedo chegou mesmo a referir-se a Dias Braga como “aquele em cujo espírito mais trabalha a idéia de nacionalização do teatro”, pois “por gosto não faria representar uma peça estrangeira”, o que, todavia, fazia com que se defrontasse com prejuízos financeiros freqüentes, já que o público, na visão deste crítico, preferia o teatro musicado e os repertórios estrangeiros²⁸.

Estes quatro empresários dividiam a cena e disputavam as platéias palmo a palmo, o que muitas vezes os levou a apresentar montagens pouco cuidadas e parcamente ensaiadas, ou a utilizarem-se de métodos bem pouco ortodoxos de concorrência, tais como fazer alusões públicas nada lisonjeiras aos espetáculos montados pelos seus concorrentes. Enfim, tudo leva a crer que, naquele contexto e na visão daqueles empresários, qualquer expediente era válido quando a questão era garantir uma parcela do público para sua empresa.

Observe o leitor, ainda, que Vasques publicou este folhetim no dia 6 de março, mas nele menciona que a referida reunião para celebrar a “aliança ofensiva e defensiva” ocorrera no dia 8 de março, o que significa que o folhetim provavelmente foi escrito para ser publicado após a consumação do acordo, o que só ocorreu no dia 10 de março. Por outro lado, seu texto deixa claro que os planos destes empresários já eram de conhecimento público antes mesmo de serem efetivados e que ele, Vasques, estava bem informado sobre o assunto o que, de resto, não chega

²⁷ *Gazeta da Tarde*, 6 de março de 1884

²⁸ *A Notícia*, 22 de dezembro de 1898.

a surpreender, sendo ele membro do elenco da empresa de Jacinto Heller desde 1870 e amigo íntimo deste empresário. Cabe mencionar, ainda, que por ocasião da assinatura do contrato foi lavrada uma escritura pública de obrigação no Juízo Comercial da Segunda Vara do Rio de Janeiro, sem que dele tenha participado Dias Braga, provavelmente porque os maiores concorrentes eram os três outros empresários, cujos repertórios eram similares²⁹.

As cláusulas deste contrato dispunham sobre assuntos tais como a não concorrência entre os empresários que o firmavam; a definição de um teto salarial para os atores, particularmente os de renome; a obrigatoriedade de contratos escritos entre estes últimos e as empresas, bem como o tempo de vigência dos mesmos. Uma das cláusulas, todavia, tornou-se motivo de muita discussão. Vasques faria menção a ela no seu folhetim ao dizer que, dentre as “*diversas versões que circula[v]am pela cidade*”, uma afirmava que

“(...) estes senhores reuniram-se e formaram entre si um contrato monopólio, por exemplo:

O artista descontente que se despedir do teatro, não encontrará trabalho; não será recebido por nenhuma das outras três, senão daí a seis meses ou um ano.

Se eu desse crédito a semelhante notícia, palavra de honra que ia já fazer parte do Club dos Libertos de Niterói, e pedir ao meu amigo Clapp para tratar da minha liberdade.

*Se isso fosse verdade, já os meus colegas se teriam levantado como um só homem, para derrubarem a realeza monopolista e proclamarem a república teatral; porém a notícia cheira-me a 1 de abril, é pulha e pulha graúda.” [grifos no original]*³⁰

Transcrevo, a seguir, a cláusula do “contrato monopólio” na íntegra, para que se possa melhor avaliar a questão:

*“1. Eles outorgantes obrigam-se a não contratar, admitir ou empregar o artista ou empregado que se tenha despedido de qualquer das empresas. Excetuando-se os casos (a) de acordo entre o artista e o empresário (b) de dar-se lapso de um ano da data da despedida. Está entendido que esta cláusula não cogita da reentrada do artista na mesma empresa (c) de ser a despedida por falta de pagamento de seus ordenados por 2 meses consecutivos. Entende-se por empregados os que forem diretamente [contratados] pela empresa.”*³¹

²⁹ Juízo Comercial da Segunda Vara Civil do Rio de Janeiro, n. 305, caixas 6887 e 6888, Arquivo Nacional.

³⁰ *Gazeta da Tarde*, 6 de março de 1884.

³¹ *Escritura de mútua obrigação com multa que fazem entre si Jacinto Heller, Luiz Braga Júnior e Antônio de Souza Bastos, Rio de Janeiro, 10 de março de 1884, em Ação ordinária movida em processo civil contra Jacinto Heller por Luiz Braga Júnior e Antônio de Souza Bastos em 1884 no Juízo Comercial da Segunda Vara Cível (n. 305, cxs. 6887 e 6888, Arquivo Nacional).*

A cláusula era, sem dúvida, problemática, pois incidia diretamente sobre a vida de atores acostumados a firmar contratos verbais com os empresários e a com eles negociar seus vencimentos com ampla margem de liberdade, bem como a desligar-se das empresas a qualquer momento e sem aviso prévio, caso o combinado nos acordos não fosse cumprido ou caso recebessem propostas salariais mais atrativas, sem que qualquer penalidade incidisse sobre seus atos. Entende-se, assim, que o caráter “defensivo” da tal aliança levava em conta apenas os interesses dos empresários, colocando os atores em uma situação bem pouco confortável. Ficam inteligíveis, também, os termos empregados por Vasques no seu folhetim, no qual comparava os atores a escravos, que precisavam de pessoas que atuassem a seu favor para garantir sua liberdade.

Difícil saber até que ponto as diferentes versões veiculadas antes da assinatura do contrato podem ter contribuído para alimentar um clima de animosidade entre atores e empresários que tomou corpo naquele contexto. Certo é que a tentativa de “cartelização”³² destes empresários, que procuravam impor regras no setor dos teatros, revelava a intenção de controlar uma fatia de mercado em grande crescimento e bastante lucrativa, através da imposição de um “modelo” que pretendia regular as relações de trabalho naquele novo contexto. Ao assim proceder, eles procuravam eliminar antigas práticas que haviam permitido, até aquele momento, que as ações ocorressem dentro de um relativo consenso. Não estranha, portanto, que esta tentativa de mudança encontrasse resistência, tanto por ser considerada desfavorável aos atores, quanto por quebrarem um certo equilíbrio anterior. Torna-se compreensível, também a reação do Vasques ao referido acordo, ao mencionar que, caso a versão que circulava fosse verdade, “já os seus colegas se teriam levantado como um só homem para derrubarem a realza monopolista”. Em outras palavras, nosso folhetinista parecia sugerir que, caso tal versão fosse confirmada, só restaria aos atores um alvitre: unir-se para defender seus interesses.

Tais interpretações não parecem despropositadas se levarmos em conta que meses após a assinatura do contrato, Souza Bastos e Braga Júnior entraram com um processo na justiça pedindo que o mesmo fosse cancelado. A resposta dada por Jacinto Heller ao referido pedido revelaria o conflito nele latente: as atrizes Rose Merrys e Hermínia Adelaide, que tinham trabalhado para ele, saíram de sua empresa para serem contratadas pelos outros dois empresários por ordenados superiores aos que constavam do “*contrato monopólio*”³³.

O caso teve desdobramentos na justiça e dentre as testemunhas arroladas por Heller estava o ator Adelino Augusto Pereira Guimarães, que mencionou, no seu depoimento, que todas as informações que detinha sobre o ocorrido lhe foram fornecidas por algumas pessoas do meio artístico, dentre elas o ator Vasques.

³² O termo é tomado de empréstimo a MENCARELLI, Fernando Antônio. *A voz e a partitura: teatro musical e diversidade cultural no Rio de Janeiro (1868-1908)*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2003 (Tese de Doutorado em História).

³³ Ação ordinária movida em Processo Civil, ano de 1884, Juízo Comercial da Segunda Vara, n. 305, caixa 6887 e 6888, Arquivo Nacional.

A menção ao nome de Vasques, neste processo, é sugestiva, pois vem não apenas confirmar sua participação em uma rede informal de notícias que circularam sobre o assunto, assim como serve para reforçar nossa hipótese de que Vasques, ao atuar na imprensa periódica, encontrava-se em local apropriado para dar visibilidade a assuntos de interesse da “classe artística”. Se for levado em consideração, ainda, os outros folhetins em que temas relativos aos problemas vivenciados no cotidiano pelos atores foram contemplados, e que a postura do nosso folhetinista tenha sido sempre a de tentar convencer seus colegas no sentido de unir-se para agir em benefício próprio, poderíamos dizer que Vasques conhecia muito bem esta “geringonça” chamada política.

RESUMO

Este artigo toma a literatura como testemunho histórico utilizando alguns folhetins escritos por Francisco Correa Vasques para a *Gazeta da Tarde*, entre os anos de 1883 e 1884, com o objetivo de analisar as relações entre literatura, discurso jornalístico, história e cotidiano.

Palavras-Chave: História; Literatura; Folhetins; Política.

ABSTRACT

This article takes the literature as historical testimony using some feuilletons written by Francisco Correa Vasques, for the *Gazeta da Tarde*, among the years 1883 and 1884, intends to analyze the relations between literature, journalistic narrative, history and everyday life.

Keywords: History; Literature; Feuilleton; Politics.

UTOPIA E MODERNISMO CONSERVADOR NO ROMANCE ‘CUMMUNKÁ’ DE MENOTTI DEL PICCHIA

*Gilson Leandro Queluz*¹

Em 1938, Menotti Del Picchia publicou seu romance *Cummunká*, onde narra o fado de uma “bandeira moderna”, organizada pelo jornal *O Rebate*. A entrada “civilizadora” seria o estopim de uma reação por parte dos habitantes do sertão, os índios. A intertextualidade é tecida através de irônicas inversões. Enquanto seus romances de aventuras anteriores - *República 3000* e *Kalum* - tematizavam duas cidades utópicas compostas de descendentes de europeus, isoladas de um mundo exterior habitado por “selvagens”, em *Cummunká* a utopia é a própria sociedade nativa, representada pela tribo dos Xavantes.

Ao mesmo tempo em que Menotti Del Picchia compartilhava com seus companheiros do movimento modernista o desejo de ruptura com o campo literário tradicional, sua participação foi marcada pelo paradoxo, entre ordem e transformação. Paradoxo também presente em suas atividades políticas, pois ao mesmo tempo em que desempenhou os papéis de deputado estadual e chefe da redação política do Correio Paulistano, órgão oficial do PRP, pertenceu, juntamente com Plínio Salgado, à ala reformista do partido. Quando da cisão do movimento modernista, Menotti coerentemente participou do conservador Grupo da Anta, em 1929. Segundo Antônio Celso Ferreira, entre os verde-amarelos,

*“a redescoberta da nacionalidade, perseguida no modernismo enquanto ruptura com as convenções em diferentes pontos de vista, ganhou na nova vertente sentido unívoco de retorno à tradição e a ordem, com sérias implicações políticas.”*²

O período entre 1930-1938, quando escreveu os seus “romances de aventura”³, caracterizou-se para Picchia por um profundo desencantamento da realidade, motivado pelas suas conexões com o *establishment* da República Velha⁴, deposta pela Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas. A forte oposição de Picchia à

¹ Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

² FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001, p. 329.

³ PICCHIA, Menotti Del. *Cummunká*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. Escreveu em 1930, *República 3000*, e em 1936, *Kalum*. Neste artigo adotaremos, exclusivamente, para as citações do romance *Cummunká*, a abreviatura CMK, seguida da página respectiva, entre parênteses.

⁴ Para dados biográficos sobre Menotti Del Picchia, ver: PICCHIA, Menotti Del. *A longa viagem* - vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

nova realidade política foi expressa através de sua participação no Serviço de Propaganda da derrotada Revolução Paulista de 1932.

Provavelmente este ambiente político ajude a explicar a atmosfera de seus “romances de aventura”. Através deles, nas palavras de Picchia, “*procurei afugentar do espírito esses trágicos episódios entregando-me a volúpia de imaginar coisas absurdas que fizessem sentido pelo menos como hipóteses de um mundo maravilhoso*”⁵. Utopias marcadas, ao mesmo tempo, por um desejo absoluto de racionalidade colado a um sentimento de melancolia e opressão, pela vontade de geometrização das relações humanas e por um romantismo contumaz, desinstitucionalizador das mesmas relações. Menotti opta por converter sua atividade literária em “*móvel importante da luta em torno da imposição de uma interpretação do mundo social a um público emergente*”⁶. Interpretação profundamente marcada pelo diálogo com o pensamento autoritário de direita.

No contexto pré II Guerra Mundial, de proliferação de doutrinas nacionalistas como o integralismo, de transformações na política nacional com o Estado Novo⁷. Em um momento em que segundo Antônio Celso Ferreira, “*A república paulista das letras, em suas distintas e entrecruzadas manifestações, buscava novos conteúdos simbólicos e respostas utópicas, numa época em que o antigo edifício social brasileiro parecia ameaçado pela crise internacional, iniciada especialmente desde a Primeira Guerra*”⁸, a análise do romance *Cumunká* pode auxiliar na visualização das teias invisíveis de idéias translúcidas sobre utopias, identidades nacionais e modernismos conservadores.

A construção da identidade nacional nos romances de aventuras/ utópicos

A opção pelo romance de aventuras⁹ se coaduna com o objetivo de Menotti em realizar uma literatura para o público infanto juvenil, dentro de uma realidade editorial, onde os “*livros de aventuras, os romances policiais, os idílios de amor improvável no estilo ‘flor de laranjeiras’, as biografias romanceadas eram os gêneros*

⁵ PICCHIA, Menotti Del. *Kalum*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p. 04.

⁶ MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. 92.

⁷ Para uma visão geral do período entre 1930 e 1945 ver: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucilia de Almeida (orgs.). *O tempo do nacional Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Col. “O Brasil Republicano”, v. 2).

⁸ FERREIRA, A *epopéia bandeirante*, p. 268.

⁹ O gênero do romance de aventuras é caracterizado pelas suas três funções temáticas, “*com a inserção do mundo da aventura atingia-se, em primeiro lugar, o abrangente interesse narrativo, que facilitava ao leitor o difícil caminho através do labirinto das teorias filosóficas, imagens e relações humanas, encerradas em um romance*”. Em segundo lugar, “*a centelha de simpatia pelos humilhados e ofendidos que se sente por todas as aventuras dos miseráveis afortunados e dos enfeitados salvos*” e por último “*o empenho em inserir a exclusividade no próprio seio do cotidiano, em fundir num todo, segundo o princípio romântico, o elevado com o grotesco e, através de uma transformação imperceptível, levar as imagens e os fenômenos da realidade cotidiana aos limites do fantástico*”. GROSSMANN, *apud* BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 103.

de maior vendagem”¹⁰. Esta área literária, composta majoritariamente por obras de estrangeiros, é objeto nos anos 30, de um esforço de “substituição da importação de bens simbólicos” do qual Menotti é um dos protagonistas. Propondo realizar uma literatura leve, Picchia intenta nas obras, discutir simultaneamente pesadas questões filosóficas e políticas, como as relações entre tecnologia e política, a política das paixões, a cultura industrial/ cultura de massas, o projeto civilizatório - sem afastar do seu texto o público jovem. Neste sentido, é fundamental construir sua república ideal, realizando “um livre passeio pelo universo da fantasia no qual o impossível pode se tornar verossímil”¹¹. Ao se aproximar do fantástico, o autor desvanece as fronteiras do real, cria não-lugares, nos apresenta utopias do viver. Os romances de aventura transformam-se em romances utópicos¹².

A dinamização do romance de aventura/ romance utópico se dá na apropriação e transcrição de discursos como o do projeto civilizatório, e o da relação entre sertão/ cidade. Discursos componentes dos sistemas ideológicos constituídos¹³, idéias pelas quais vagam os heróis dos romances na aventura de construção/ transformação das identidades. Porém, é na interação plena entre ideologia do cotidiano e sistemas ideológicos constituídos, que Menotti Del Picchia, abre espaço para a construção de um novo eu utópico do herói, aquele que já não é mais fluxo da memória, recordação de si, mas sim plenitude relacional. Aquele que no ambiente de crise forja um novo ser ao abandonar o Brasil artificial/ Brasil urbano e ingressar no Brasil real/ Brasil rural, estabelecendo as bases de uma nova identidade calcada no nacionalismo cultural.

O romance *Cummunká* constitui-se em espaço de circulação de discursos, marcados por ambigüidades, violentos conflitos e interações entre civilização e barbárie, progresso científico e tecnológico, artificialidade e natureza, tédio/vazio de ser e plenitude de existir, imprensa e massas. Discursos onde pululam ferozes

¹⁰ MICELI, *Intelectuais...*, p. 76.

¹¹ PICCHIA, Menotti Del. *Kalum*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p. 04.

¹² Acerca da proximidade entre romance de aventuras e romances utópicos, Bakhtin nos lembra, ao abordar o tema da sátira menipéia - local de nascença do romance de aventuras e do romance utópico - que ela teria, entre suas particularidades, a incorporação de “elementos da utopia social, que são introduzidos em forma de sonhos ou viagens a países misteriosos; às vezes a menipéia se transforma diretamente em romance utópico”. BAKHTIN, *Problemas...*, p. 118. Visão compartilhada por Robert Elliott, que afirma: “utopia e sátira são ancestralmente ligadas na celebração de Saturno, um deus que reina sobre o paraíso terrestre, mas que também pela sua preocupação com a melancolia, doença e morte torna-se o patrono dos satíricos renascentistas (...) Sátira e utopia não são realmente separáveis, um crítica o mundo real em nome de algo melhor, a outra uma construção esperançosa de um mundo que pode ser”. ELLIOTT, Robert C. *The shape of Utopia*. Chicago: University of Chicago Press, 1970, p. 24. O elemento utópico combina-se organicamente com todos os outros elementos desse gênero, entre eles a experimentação moral e psicológica, o fantástico experimental, o universalismo filosófico, o elemento cômico, a liberdade de invenção do enredo e filosófica, as situações extraordinárias, a combinação do fantástico livre e do simbolismo, com o naturalismo de submundo, cenas de escândalo e de excentricidade, uso de gêneros intercalados, a publicística e a multiplicidade de estilos. BAKHTIN, *Problemas...*, p. 20.

¹³ BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002, p. 91-92.

ironias e inversões. Constante no romance é a presença, em suas múltiplas faces, do pensamento nacionalista autoritário de direita desenvolvido nas primeiras décadas do século XX. Como veremos, alguns dos seus princípios comuns identificados por Boris Fausto, “a defesa de uma ordem autoritária, a repulsa ao individualismo em todos os campos da vida social e política, o apego às tradições, o papel relevante do Estado na organização da cidade”, a defesa de “uma modernização do país de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não controladas”¹⁴, a identificação das massas populares com o instintivo e o irracional e a visão positiva do sertão em contraste com a visão negativa da cidade, compõem como estruturantes da lógica discursiva do romance *Cummunká*.

Ironias autoritárias e cultura de massas

Se considerarmos a característica da ironia, em relação à articulação entre enunciador e enunciatário, como um modo de conciliação de subjetividades, na perspectiva de que há um compartilhamento de saberes, veremos que,

*“o ironista supõe seu auditório capaz de reconstruir convenientemente e ao mesmo tempo, a citação e a contestação (...) Mais que qualquer outro, o discurso irônico convoca seu enunciatário, exige dele uma construção intepretativa complexa, sobre a base de uma confiança postulada por E1 [enunciador irônico]. O acordo realiza então, á maneira de um entendimento secreto- de uma convivência- a solidariedade implícita dos sujeitos. É assim que paralelamente à exclusão de E2 [vítima] a ironia visa a constituição de um consenso semântico e a partir daí, de uma comunidade enunciativa.”*¹⁵

Jennifer Wager-Lawlor nos indica ainda a importância da ironia para a utopia, pois a

*“abordagem irônica oferece a dupla consciência que possibilita a renegociação do próprio sentimento de ser e do ser em sociedade. Isto indica a relação profunda da utopia com o modo irônico, interessada que está nas descontinuidades, na simultânea visão dupla-ambígua, que os modos irônicos trazem... As cenas da ironia oferecem olhadelas nas potencialidades utópicas.”*¹⁶

A tentativa de constituição com o leitor, “de uma conciliação de subjetividades”, ocorre num primeiro momento com a descrição/construção discursiva de um

¹⁴ FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.15 e p. 46. Para um estudo comparativo do pensamento dos intelectuais autoritários do Brasil e da Argentina, ver: BEIRED, Jose Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*. São Paulo: Loyola, 1999.

¹⁵ BERTRAND *apud* BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 109-110.

¹⁶ WAGER-LAWLOR, Jennifer. The play of irony: theatricality and utopian transformation in contemporary women's speculative fiction. *Utopian Studies*, vol. 13, n. 1, 2002, p. 114-115.

cenário/contexto supostamente naturalizado entre enunciador e enunciatário, neste caso a cidade grande, representando a enfasiada cultura industrial, a civilização ocidental, vítima maior da ironia que percorre o texto.

A invenção da “bandeira moderna” foi obra do proprietário do Jornal “O Rebate”, Gualtério. Afogado em dívidas, com redatores e especialmente com o judeu Schneider, decide criar uma “espetacularidade” para salvar as finanças. Gualtério comenta “Negócios são negócios, Jacinto. O jornalista não vende sapatos, vende idéias” (CMK, p. 87).

Seguindo o princípio contíguo, que a verdade é a “estupidez quotidiana”, Gualtério transmuta-se em criador. Resolve criar, “uma entrada como nunca se imaginou: com aparelhos científicos os mais modernos, rádio em contínua comunicação com o Rebate, enfim a sincronização dos lances heróicos dos bandeirantes na selva com a trepidação dos leitores nos asfaltos da cidade...” (CMK, p. 18-19).

A bandeira moderna constitui-se em paródia irônica da epopéia bandeirante. As bandeiras, centrais para a constituição da identidade paulista, do imaginário social paulista¹⁷, ao assumirem características modernas/ tecnológicas, ao explicitarem mesmo seu caráter de tradição reinventada, acabam por identificar-se com a civilização urbana, conseqüentemente, como veremos, impotentes perante a vitalidade dos sertões.

Tais criações eram baseadas em uma sólida concepção sobre a identidade do público leitor do jornal. Para Gualtério o “público é uma criança que quer brincar com brinquedos sangrentos...Dê-lhes incêndios, guerras, homicídios e ele baba-se de contente” (CMK, p. 87). Concepção reelaborada diversas vezes, mas sempre convergindo para a visão comum, “o público que comprava o Rebate evadia-se, por suas páginas, da metrópole mecânica. Tomava banhos verdes de solidões vegetais” (CMK, p. 82). Neste esforço educador das massas, a imprensa aproximava-se dos interesses do Estado que a recebia na pessoa do presidente (CMK, p. 235-236). A inversão está presente novamente: a imprensa representante simbólico-real da cultura de massas, saber cultural estereotipado a ser desnaturalizado é apresentado em seu esforço de constituição de identidades da massa amorfa. O desnudamento do papel da grande imprensa, por Picchia, é coerente com a intolerância generalizada contra a *mass media* que percorrerá todo o romance. Como nos relembra Umberto Eco, na polêmica contra a cultura de massas comparece “a desconfiança ante o igualitarismo, a ascensão democrática das multidões, o discurso feito pelos fracos contra os fracos, o universo construído não segundo as medidas do super-homem, mas do homem comum”¹⁸. No desprezo dirigido a cultura de massas encontra-se mesmo uma postura elitista e aristocrática “contra as massas”.

Tendo em vista a lógica dos contrários que permeia o discurso irônico, no romance a teorização filosófica consistente sobre a cultura de massas é realizada

¹⁷ Para uma discussão das bandeiras como centrais para a constituição do imaginário social paulista, ver: FERREIRA, A *epopéia bandeirante*.

¹⁸ ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 36.

pelos xavantes. Temos aqui a não coincidência do discurso consigo mesmo. Assumindo como pressuposto contextual, o não-domínio dos discursos da filosofia ocidental pelos xavantes, - presentes no imaginário coletivo dos leitores, como selvagens, sem cultura, inferiores e anteriores à civilização ocidental - a apropriação, contestação e produção discursiva realizada pelos indígenas, é característico da interdiscursividade irônica¹⁹. Desta forma as citações reiteradas, aos pensamentos e obras de ícones da cultura ocidental como Nietzsche, Spengler, Comte e Freud entre outros, pelos indígenas provoca no leitor um efeito de deslocamento, de presentificação em outros contextos, conduzindo a uma re-significação de valores, fortalecendo o questionamento do conjunto da indústria cultural. Um exemplo é o discurso crítico de Cummunká, ao jornal e à própria vida moderna:

“O jornal é a expressão delirante do modo de vida moderno. É exercício freudiano e diário, destinado a descarregar dos subterrâneos da alma do homem urbano a carga de recalcamientos... Aos domingos, o operário cansado ou o burguês cheio de tédio vão com o jornal, a Mongólia ou a lua... Tudo o que não podem ver e realizar, o mundo e o heroísmo, o jornal lhes oferece. O jornal é o livro das multidões.. é o trem-fantasma posto a serviço desse turismo grotesco e imóvel das massas acorrentadas às suas cidades...” (CMK, p. 92-93)

Cembeaçu, por sua vez, analisava que *“uma consciência coletiva, manipulada pela técnica de propaganda, anulava qualquer veleidade de raciocínio individualista. A massa é que existia, não mais o homem. A massa sempre um monstro... É a era das massas! É a era do coletivo! É o instante da multidão!”* (CMK, p. 201). Através de Cembeaçu, Picchia reitera a ênfase presente no meio intelectual brasileiro, especialmente de direita, nos anos 20 e 30 no *“papel dirigente das elites e na natureza irracional das massas que justificavam plenamente a hierarquização da sociedade”*²⁰. Azevedo Amaral, por exemplo, afirmava que as massas jamais poderiam ter um papel positivo na construção da ordem política, pois eram concebidas como irracionais, explosivas, passionais, bárbaras e selvagens²¹. Visão da direita nacionalista que tinha como um dos inspiradores Vilfredo Pareto, que por sua vez, justificava o relegamento das massas a um papel político passivo, para além dos fatores já apontados por Azevedo Amaral, pela falta de capacidade de educar-se, falta de organização e pelos seus sentimentos inferiores²². Na lógica do discurso comparece o processo de desconstrução do sistema representativo liberal, e a consequente transferência da soberania política do “povo”, para as elites dirigentes que comporiam o estado corporativo.

Este diagnóstico sobre as massas é ampliado por Ambará: *“esse estágio de semi-cultura em que se encontram as massas que através do jornal, do rádio do cinema e da mais rápida circulação do homem, se apossam dos conhecimentos*

¹⁹ BRAIT, *Ironia ...*

²⁰ FAUSTO, *O Pensamento nacionalista ...*, p. 51.

²¹ BEIRED, *Sob o signo...*, p. 166.

²² BEIRED, *Sob o signo...*, p. 180.

superficiais e esparsos, sem a coordenação de um sistema” (CMK, p. 63-64). O estágio de semi-cultura é denominado por Ambará de “mediocracia” que consiste na “*infecção das massas pelos rudimentos descoordenados de cultura socializados pela técnica*”. Os meios de comunicação, através de explicações parciais de problemas políticos, sociais, econômicos são os componentes centrais na disseminação dos vícios, são os produtores da nova barbárie, “*a barbárie é o que está contra a ordem clássica*”. Tomados pela mediocracia, “*eles criticam e negam tudo: a estrutura política do Estado, o sistema da economia, os conceitos morais e estéticos. A hipertrofia do ‘eu’, acarretando um racionalismo excessivo, provoca a barbarização da massa e a sua turbulência*” (CMK, p. 65). A semi-cultura conduz o homem ao materialismo, ao individualismo e a perda da transcendência.

A música evidencia o processo. O samba para Cummunká demonstra a morte do sentido original da música entrevisto em Bach ou Mozart. “*Todos os sambas são idênticos. Os caraíbas começam a sofrer de uma franciscana indigência de imaginação acústica... As cidades eliminam a linha melódica, a qual é no fundo, a verdadeira substância e a razão da idéia musical*” (CMK, p. 21). A música urbana, sinônimo de moderna, estaria “*artificializada pela irrealdade da vida mecânica. É técnica não é espírito*” (CMK, p. 23). Através da mediocracia os homens urbanos tinham perdido o sentido das coisas, “*vivem fora da vida*” (CMK, p. 25)

Civilização Faústica e o Jardim do Éden

Cummunká comenta que a matriz intelectual da cultura ocidental vive a guerra e a racionalização fria e técnica dos elementos (CMK, p. 46). Para resolver este barbarismo semi-cultural é necessário vastas doses de cultura, o espiritualismo, que conduz ao verdadeiro conhecimento “*a alma cósmica das coisas em sua organização harmônica e divina*” (CMK, p. 67). A apropriação do discurso filosófico ocidental, na interdiscursividade irônica, amplia seus significados quando integrado com a materialidade de um modo de vida intocado pela tecnologia/ indústria, a integração plena homem/ natureza contraposta à fragmentária “vida fora da vida” da civilização urbana, pelo menos no imaginário/ estereótipo desejado no compartilhar com o leitor.

Viver fora da vida é o viver inconsciente, dos sonâmbulos do mundo (CMK, p. 251). Consciência que se esparge indefinida, retornando momentânea através da materialidade das coisas (CMK, p. 27), como na súbita e prosaica percepção da perda dos suspensórios ou do brilho dos botões do capitão Keller (CMK, p. 52), ou dos barulhos urbanos que despertam do devaneio o filósofo Carrão.

Ficar fora da vida é ser tomado pelo tédio como o anti-herói Menha, líder da expedição bandeirante. Após ser aprisionado pelos Xavantes e começar seu convívio com Maria Rosa/ Cendi, a mulher natural, empreende uma reflexão sobre seu passado e percebe apenas “*nervos em frangalhos e um enorme ceticismo na alma*”. Sua amante Suzana “*o clube, Trifino, os telefones, Gualterio, a Fábrica de Sedas & Cadarços, os bondes as amantes, tudo desfilou, em ângulos alucinantes, como uma parada de monstros pelo cérebro de Menha*” (CMK, p. 166), que é tomado pelo enjôo da “*vulgarização de todas as paisagens e de todos os mistérios da própria natureza dentro de uma sala escura e sufocante, cheia de tosses que*

espalham gripe e de bolinas que tornam o amor uma obscenidade". Seu ser é tomado por profunda repulsa sexual (CMK, p. 167). A crítica ao papel assumido pela "mulher urbana" possibilita, portanto, uma crítica conservadora às transformações das relações sociais na "civilização"²³.

A vida fora da vida, portanto, é a civilização. No dizer de Cummunká, uma "peste intelectual". O mundo da civilização é o do racionalismo frio e do artificial, impelido por mil demônios chamados "cobiça, lucro, vaidade, ambição do poder, cinismo, emulação, teorismos pedantes. Como resultado, inquietação, turbulência, agressão, apropriação, guerra". Doenças sociais sem cura, causadoras de um anarquismo espiritual, que condenam os povos à desgraça e a infelicidade (CMK, p. 136).

Ocorre assim a inversão. A missão de cunho civilizatório, da moderna bandeira propugnada por Gualtério, é negada em sua essência nos diversos discursos de Ambará e Cummunká. Este exemplifica,

"a suposta "adoção de processos de vida superior que oferecem a nós outros, pobre selvagens... mais de quatrocentos anos já nos mostraram com suficiência de que maneira os caraíbas ministram essa instrução. Felizmente Ambeaçu arrancou das nossas mãos as penas e os lápis da grande escola branca. É com o fuzil e a metralhadora que os caraíbas ensinam. Muito obrigado pela vossa civilização. Meus irmãos de há muito que estão fartos de serem 'civilizados'." (CMK, p. 138-139)

Inversão que se completa na conversão de Menha, sob a influência do mundo natural apresentado por Cendi, "*Civilização. Quanta mentira! Quanta convenção! O cerebralismo conduzia a vida fora da vida*" (CMK, p. 168).

Pichia, de forma romântica e conservadora, defende a harmonia com a natureza, estabelecendo uma forte clivagem entre o artificial e o natural. Na sua imaginária tribo Xavante, os desejos estão conectados a simples satisfação das necessidades materiais e espirituais. Menha é redimido no Jardim do Éden, que por sua vez nos remete, na sagração da natureza, ao mito fundador do "*Brasil-jardim do Brasil-paraíso*"²⁴. Nele o desenvolvimento tecnológico não assume importância vital, devendo estar submetido à quietude espiritual.

Tal não se daria com a civilização dos caraíbas. Esta civilização fáustica encontra-se escravizada pela sua própria criação. Assim, para o sábio Ambará, a ruptura com o ritmo clássico da vida teria sido motivada pela utilização errônea da máquina, "*que a máquina, criada para ser a passiva escrava do homem, trazendo-lhes maior conforto e poupando-lhe o esforço, transformou-se em algoz das massas, apossada como foi pelo capitalismo...*" (CMK, p. 173) A reflexão de Ambará apropria-se de Spengler - apropriação anunciada ironicamente no texto pelo caraíba

²³ PERKINS, Janet. Mother, bride and harlot: some reflections on woman-city symbolism. In: CENTENNO, Ivette (org.). *Utopia: mitos e reformas*. Lisboa: Acarte, 1993, p.156.

²⁴ CHAÚÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 62.

filósofo Carrão, “O Velho bruxo já vai citar Spengler” (CMK, p. 174) -, de *O Homem e a Técnica*, quase que literalmente, “a criação se subleva contra o criador. Assim como anteriormente o microcosmos-homem se subleva contra a natureza, assim agora o microcosmo-máquina se subleva contra o homem nórdico”²⁵. Se Spengler em seu modernismo reacionário procurava transplantar a técnica do mundo da Civilização para o mundo da Cultura, enfatizando a necessidade de religar organicamente técnica e alma cósmica na Kultur, Picchia em seu modernismo conservador²⁶ enfatiza o pessimismo acerca da técnica, desesperançado com a ruptura da ordem clássica/ordem política. Para o Xavante Ambará, a desilusão/descantamento é total, afirma, “essa civilização é perversa e demoníaca” (CMK, p. 177), o homem civilizado, “perdeu a sua humanidade... tornou-se um ser artificial, criando ao seu redor um ambiente artificial. Não soube refrear a potência de destruição e destrói para viver e vive para destruir. O mal agora é já irremediável...” (CMK, p. 177). Novamente Menotti Del Picchia dialoga com Spengler, “Todo o orgânico sucumbe a crescente organização. Um mundo artificial atravessa e envenena o mundo natural. A civilização se converteu ela mesma em uma máquina que faz tudo o que quer fazer maquinisticamente”²⁷.

As críticas ao progresso técnico-científico e a civilização, presentes no romance inscrevem-se no contexto assinalado por Paolo Rossi:

“Nos anos 30 as vozes da crítica à idéia de progresso tornam-se um coro grandioso... O temor diante de um mundo não controlável, a escravidão do homem contemporâneo, a responsabilidade das máquinas, a violação sacrílega da intacta natureza: esses temas, variadamente misturados entre si, tornaram-se outra ‘fé média’ dos intelectuais do Ocidente...”²⁸

Del Picchia re-significa esta tendência de uma época, onde a civilização é barbárie, o progresso é decadência, a vida urbana é a degeneração. A tribo Xavante aponta simbolicamente para a identidade brasileira, a tradição que, sem abandonar a sua organicidade, absorve a modernidade. A tribo Xavante, contra o fluxo violento de paixões e discursos da barbárie cidade elétrica, desejava o polifônico sincretismo emocional entre suas almas e as cores infinitas da natureza (CMK, p. 262).

O conflito entre civilização/natureza alastra-se para o decisivo embate entre cidade e sertão. A cidade é um ser em si, multiplicando-se no texto, de forma intensa, através de sentenças como “a cidade vibrava” (CMK, p. 269), “a cidade

²⁵ SPENGLER, Oswald. *El hombre y la técnica y otros ensaios*. Madrid: Espasa-Calpe, 1967, p. 160

²⁶ Para uma discussão do modernismo reacionário alemão e do pensamento de Oswald Spengler ver: HERF, Jeffrey. *Reactionary modernism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

²⁷ Menotti Del Picchia novamente dialoga com Spengler: “Todo o orgânico sucumbe a crescente organização. Um mundo artificial atravessa e envenena o mundo natural. A civilização se converteu ela mesma em uma máquina que faz tudo o que quer fazer maquinisticamente”. SPENGLER, *El hombre...*, p. 62-63.

²⁸ ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a idéia do progresso*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000, p. 126.

estava bêbada de violência” (CMK, p. 270). Picchia apela para uma certa tradição da literatura moderna, na qual a crítica à cidade fundamenta a crítica social²⁹. É no espaço da cidade que muitos intelectuais conservadores localizam o espaço de “*corrosão da ordem social*” e de “*quebra de costumes*”. A cidade constitui-se no local tomado pela multidão irracional, pela massa em frenesi, que exige “*a reação culta da cidade contra as forças selvagens do sertão*” (CMK, p. 271). Ela é o local que habita o monstro - “*aquela massa de homens formara um monstro elétrico e irracional, de muitas cabeças e de nenhum raciocínio*” (CMK, p. 260), incitado pela imprensa, para vingar o “*sequestro de Menha*” -, que assume vida própria, pressionando o governo através de constantes manifestações, rastilhos de greves operárias, protestos de universitários: “*tudo era ilógico, absurdo, como se os habitantes da cidade orgulhosa, cheia de escolas, de institutos científicos, fossem um bando de loucos*” (CMK, p. 261).

Neste movimento de desvario, a cidadela enlouquecida constrói a identidade do inimigo comum, o índio. A construção se dá através dos já mencionados agentes da mediocracia, as *mass media*, especialmente do discurso publicitário que transformou o ódio e a obsessão em consumo, “*em uma nota nova que era um absorvente derivativo para seu tédio, em mercadorias como a nova marca de cerveja ‘Cacique’, de cigarros ‘Tupiniquins’, de chapéus ‘A la bougre’*. No mercado insano, editores lançaram reedições do ‘Guarani’ e de ‘Iracema’; e até os poetas antropófagos publicaram novamente seus versos” (CMK, p. 272).

Apesar do esforço das elites brasileiras através das reformas urbanas em estabelecer controles técnicos e políticos dos fluxos populacionais, a cidade continuava sendo vista como local do artificial, de presença das massas na arena política, de discursos ideológicos importados, das diferenças e conflitos de classe, local da heterogeneidade que dissolve a nação. Picchia, assim como outros intelectuais modernistas autoritários como Plínio Salgado, corporifica os princípios materialistas nos setores sociais urbanos enquanto que as populações interioranas representam o “*princípio espiritualista*”³⁰. O Brasil real é o Brasil do Sertão, lá existe o paraíso, a espiritualidade mora no seio da natureza, como na tribo Xavante viceja a harmonia entre os homens, e a vida política estrutura-se organicamente através de uma transparente meritocracia. Picchia atualiza o “*discurso épico regional*” na procura da construção de uma identidade histórica³¹.

A descontrolada cidade seria coerentemente dominada pelo sertão, sem dramaticidade, com um exército disciplinado, organicamente organizado pelo “*imperativo da necessidade*” (CMK, p. 273). Desta forma, em uma série de atos sincopados de sabotagem de instalações militares estratégicas, seguido de um cerco fulminante, o sertão vence a civilização urbana/ industrial. Ironia final, no lugar do esperado botim ou da expansão imperialista, os xavantes impuseram um acordo

²⁹ PERKINS, Mother..., p. 156.

³⁰ BEIRED, *Sob o signo...*, p. 86.

³¹ Antônio Celso Ferreira. *op. cit.*, p. 269.

de paz, onde exigiam o compromisso de que o “homem branco” se curasse do mal do intelectualismo e de que nunca mais tentasse civilizar as populações indígenas.

No romance *Cummunká*, Menotti Del Picchia coloca em movimento discursos institucionalizados no imaginário social, procurando através da ironia questioná-los e/ou atualizá-los, objetivo fortalecido pelas dimensões utópicas do romance que almejam, de forma contumaz, a reordenação das relações humanas constituídas na “civilização”³². No romance a dimensão utópica do verde amarelismo³³ concretiza-se na exaltação simbólica da nação, natural, espiritual e harmônica, onde a tradição reafirma a ordem do ontem no reacionário mundo de amanhã³⁴.

RESUMO

Este artigo pretende analisar o romance de aventuras/romance utópico *Cummunká* de Menotti Del Picchia, publicado em 1938, procurando compreender as relações entre as construções utópicas, modernismo conservador e pensamento nacionalista autoritário.

Palavras-Chave: Menotti Del Picchia; Utopias; Modernismo Conservador.

ABSTRACT

This paper intends to analyse the adventures novel/utopian novel, *Cummunká*, by Menotti del Picchia, published in 1938, looking for to understand the relations between the utopian representations, conservative modernism and authoritarian nationalistic thought.

Keywords: Menotti Del Picchia; Utopia; Conservative Modernism.

³² RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*, Lisboa: Edições 70, 1991.

³³ Para a discussão do verde amarelismo, ver CHAUÍ, *Brasil...*, p. 31-45.

³⁴ Cabe observar que Menotti, após o repúdio inicial, gradualmente aproximou-se da nova ordem getulista, sendo inclusive nomeado editor em 1942 de um dos jornais “oficiais” do governo A Noite, de São Paulo, ver: VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo*. p. 145-179.

APONTAMENTOS SOBRE O PENSAMENTO DE CARL SCHMITT: UM INTELLECTUAL NAZISTA

Cândido Moreira Rodrigues¹

“Ao Estado como uma unidade essencialmente política pertence o jus belli, a possibilidade real de num dado caso, determinar, em virtude de sua própria decisão, o inimigo e combatê-lo. Com que meios técnicos a luta será travada, que organização das forças armadas existe, quais são as perspectivas de vencer a guerra, é aqui indiferente, enquanto o povo unido politicamente estiver pronto a lutar por sua existência e sua independência, sendo que ele mesmo determina, em virtude de decisão própria, em que consiste sua independência e sua liberdade”. ²

Carl Schmitt nasceu na Alemanha, em 1888. Torna-se doutor em direito já em 1910, momento a partir do qual começa a desenvolver sua crítica veemente ao liberalismo e ao sistema democrático parlamentar alemão, chegando a ser um dos maiores teóricos da ditadura, do regime de exceção e mesmo a integrar os quadros do partido nazista entre 1933 e 1936. Tributário dos escritores contra-revolucionários tem como referência principal a obra do espanhol Juan Donoso Cortés, fundamentalmente seu conceito de *decisão*³. Ao contrário da maioria dos intelectuais que aderem ao nazismo, Carl Schmitt não será um político descompromissado com o regime, mas sim reconhecido como um dos mais eminentes teóricos do direito de sua geração⁴.

Partindo de Donoso Cortés, Schmitt vai defender a idéia segundo a qual a soberania deve ser entendida como uma questão da *decisão* sobre um caso de exceção; a *ordem* e a *segurança* públicas devem ser *decididas* pelo Estado soberano tendo por base uma instrumentação jurídica como a lei marcial ou o estado de sítio.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. Desenvolve pesquisa financiada pela FAPESP na área de História do Brasil. É orientado pelo Prof. Dr. Milton Carlos Costa.

² SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992, p.71.

³ ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo*. 2. ed., São Paulo: Editora da Unesp, 1997. Ver mais sobre o decisionismo de Schmitt em: VALVERDE, Carlos. *Introducción general*. In: CORTÉS, Donoso. *Obras completas*. Tomo I. Madrid: BAC, 1970, p. 130.

⁴ WOLIN, Richard. Carl Schmitt: l'existencialisme politique et l'État Total. *Revue Les Temps Modernes*, Paris, n. 523, fév. 1990, p. 50-88.

Em Schmitt a ordem jurídica, tal como toda e qualquer ordem, deve necessariamente basear-se numa decisão e não em uma norma consensual. Daí a objeção ao liberalismo ser o cerne de sua crítica ao parlamentarismo de Weimar e é em função disto que ele defende a incompatibilidade da democracia com este sistema representativo. A soberania como criadora da ordem política e a idéia de que o esvaziamento do sentido do político ocorre como conseqüência da falta de um espaço autônomo de decisão sobre os critérios do agir político são os princípios de sua tese central de que a “*legitimidade política na sociedade da democracia de massas não se basearia mais em convicções de valores principais, senão única e exclusivamente na legalidade formal do procedimento*”⁵.

Estas questões são discutidas, inicialmente, em suas obras⁶: *A ditadura*, de 1921, *Teologia política*, de 1922, *A situação intelectual (espiritual) do sistema parlamentar atual*, de 1923 e *O conceito do político*, de 1927.

Para Carl Schmitt as questões da *ordem e segurança* devem ser frutos de uma *decisão* soberana e evidenciadas mais claramente em situações de exceção. Assim, quando surgem contradições no interior de um Estado ele próprio (Governo) é que deve contê-las, “*decidir o conflito*”, com vistas a suprimir a perturbação da segurança pública mesmo que para isto seja necessária a instalação da ditadura:

“*De forma geral, pode chamar-se ditadura a toda exceção de uma situação considerada como justa... uma exceção da democracia; uma exceção dos direitos de liberdade garantidos pela constituição, ... uma exceção da separação dos poderes ou bem... uma exceção do desenvolvimento orgânico das coisas.*”⁷

Partindo desta premissa Schmitt utiliza-se do artigo 48 da constituição alemã de 1919 para fundamentar sua visão sobre o estado de exceção. Para ele, de acordo com este artigo, se a segurança e a ordem públicas se alterassem e colocassem em perigo a integridade do Reich seria mais que natural que seu presidente adotasse medidas severas para o restabelecimento da “*ordem*”, não relutando em momento algum em *intervir* com ajuda das forças armadas. Neste caso, o próprio presidente estaria incumbido de delegar poder a uma comissão de ação (não limitada juridicamente) que atuaria mediante “*delegados comissariais*”. Tal seria o caso, segundo Schmitt, de uma clara ditadura comissarial, onde o presidente poderia adotar todas as medidas que fossem necessárias, entre as quais afigurava-se a de “*cobrir cidades com gases venenosos... para o restabelecimento da segurança e da ordem*”⁸.

A predominância do primado do político sobre o jurídico no pensamento de Schmitt torna-se mais evidente em sua obra *A ditadura* (1921), na qual toda noção de constitucional é colocada em questão e onde um dos principais pontos defendidos

⁵ FLICKINGER, Hans Georg. Apresentação. In: SCHMITT, *O conceito do político*, p. 26.

⁶ Os anos mencionados são os da publicação original da obra. Entretanto, trabalharemos com edições mais recentes.

⁷ SCHMITT, Carl. *La dictadura*. Madrid: Revista de Occidente, 1968, p. 194-195.

⁸ SCHMITT, *La dictadura*, p. 257-258.

diz respeito à incumbência do Estado de empregar meios “*extra-constitucionais*” para assegurar seus direitos não somente em relação à “*desordem interior*” mas sobretudo às “*ameaças exteriores*”. Neste caso, somente o Estado deveria deter o poder de decidir sobre a suspensão das condições normais de vida e declarar o estado de exceção.

Ao mesmo tempo em que para a efetivação das medidas de “*segurança e ordem*” não existiria limitação de poder, também seria importante que isto não significasse uma “*dissolução de toda a situação jurídica existente e, por sua vez, a transmissão da soberania ao presidente do Reich*”; seria, portanto, imprescindível que se levasse em consideração o fato de que tais medidas deveriam ter sempre um caráter factual, momentâneo, em casos extremos, de modo a não poderem efetivar-se em “*atos de legislação nem de administração de justiça*”⁹.

Entretanto, alerta Richard Wolin, a leitura desatenta desta questão faz Schmitt figurar como um defensor ou mesmo um “*teórico da legitimidade democrática*”, o que não é verdade e lembra que alguns escritores da década de 1920 se prestaram a tal interpretação (e também uma linha de revisionismo dos anos 80). Mas, o problema de tal leitura é que ela omite fatos importantes e inquietantes, tanto da biografia quanto da obra de Schmitt como, por exemplo, o caráter racista presente em seus escritos e mesmo sua ligação com o Partido Nazista, pontos que não abordaremos aqui, mas que certamente merecem um estudo aprofundado.

Legitimidade uncional: a ordem da legitimação

Wolin aponta Schmitt como o arquétipo do anti-normativismo alemão nos anos 20 e classifica seus escritos deste período como um ataque direto ao “*normativismo*” de Hans Kelsen, jurista positivista cujas idéias estavam muito em voga no período. Portanto, é o não-normativismo que caracteriza o pensamento schmittiano após a Primeira Guerra mundial e o que explica sua “*obsessão*” de um “*estado de exceção*”. Para Wolin, no decisionismo schmittiano o que menos importa é o seu conteúdo, a sua finalidade ou o seu sentido, do que a própria decisão¹⁰.

Outro ponto de Schmitt que merece atenção de Wolin é o que surge como uma aparente oscilação entre dois pólos à primeira vista inconciliáveis. A seu ver, por um lado, apresenta-se um Schmitt decisionista radical, para quem uma decisão “*é produzida do nada*” tomada *ex nihilo*, sem levar em consideração qualquer situação concreta do contexto sócio-histórico existente. Por outra parte, apresenta-se um Schmitt “*filósofo da ordem*” e incondicionalmente fiel à proteção, à garantia do sistema existente. Seu *status* como filósofo da ordem decorre “*logicamente de sua definição funcional (e tautológica) da legitimidade: uma dada ordem é ‘legítima’ se é reconhecida como tal pela maior parte dos cidadãos*”. Uma tal definição de legitimidade é decorrente, por sua vez, “*do abandono do normativismo por Schmitt*”, onde - “*na ausência de um conceito teórico de ‘justiça’ no qual uma ordem política possa ser medida, pautada - a única coisa na qual podia se apoiar era numa definição*

⁹ SCHMITT, *La dictadura*, p. 258.

¹⁰ WOLIN, Carl Schmitt...

funcional da legitimidade”. Em função disso, completa Wolin, “*essas duas posições à primeira vista inconciliáveis - decisionismo e filosofia da ordem - foram uma grande fonte de confusão: os diferentes críticos privilegiando um aspecto e excluindo o outro*”¹¹. Tal seria o caso de Karl Löwith (1999)¹², que produziu, em 1935, um excelente ensaio sobre Schmitt, mas enfatizando nele somente a questão do decisionismo.

Portanto, o cerne da questão em Schmitt reside também no seu “*existencialismo político*”. Existencialismo que lhe serviu como meio de conciliar decisionismo e filosofia da ordem e que, por vez, pode auxiliar na explicação sua relação com o nacional-socialismo em 1933. Período dominado por um sentimento de crise intimamente relacionado à “*extrema precariedade da situação política e econômica nos primeiros anos da República*”, é neste momento que afloram “*filosofias da crise*”, embora para Wolin não reste dúvida de que foi o existencialismo que teve maior repercussão. Trata-se aqui de um caso muito particular de “*existencialismo alemão*”, segundo ele muito em voga durante o período entre as duas grandes guerras, aquele que “*incita ao abandono de alternativas democrático-liberais e preconiza tendências claramente fascistas*”¹³. Como filosofia, este existencialismo, serviu de referência às reflexões sobre a “*crise do Ocidente*” elaboradas por intelectuais alemães, desde Nietzsche e que a obra de Spengler, *O declínio do Ocidente* (1923), havia formulado [as reflexões] de forma apocalíptica. Deste modo, para Wolin, “*a filosofia da crise parecia reforçar o pressentimento de Nietzsche: todos os valores tradicionais do Ocidente - quer sejam religiosos, éticos ou políticos - haviam perdido sua validade*”. De uma vez, ela reforçava a tese segundo a qual “*toda alternativa à ordem existente do mundo, se pretendia ser verdadeira, deveria necessariamente ser radical*”.

Para o existencialismo, o enfraquecimento de todos os valores tradicionais significava

*“que a existência humana se tornaria um valor em si e para ela mesma. Desta idéia advém o fundo não-normativista do decisionismo, na sua versão heideggeriana ou schmittiana: a decisão deve ser tomada ex nihilo - sem consideração alguma por valores paradigmáticos culturalmente dominantes e propensos a colocar uma vez mais a decisão autêntica na condição de ilegalidade, inautenticidade.”*¹⁴

Uma das questões que incomoda Carl Schmitt diz respeito ao que considera como sendo uma contradição presente na Constituição alemã. Sua contradição estaria em conferir ao presidente do Reich a faculdade de suspender toda ordem jurídica por um lado e, por outro, elencar um número de direitos fundamentais que poderiam ser suspensos. Ora, argumenta ele:

¹¹ WOLIN, Carl Schmitt..., p. 56.

¹² LÖWITH, Karl. Le décisionisme (occasionnel) de Carl Schmitt. *Revue Les Temps Modernes*, Paris, n. 544, nov. 1991, p. 15-50.

¹³ WOLIN, Carl Schmitt..., p. 58.

¹⁴ WOLIN, Carl Schmitt..., p. 59.

“É fora de propósito permitir ao presidente do Reich cobrir cidades com gases venenosos, ameaçar com pena de morte e expressar-se por intermédio de comissões extraordinárias considerando-se que, por outro lado, tenha que certificar-se de que pode permitir às autoridades civis... a proibição de periódicos. O direito sobre a vida e a morte está implícito, e o da suspensão da liberdade de imprensa explícito.”¹⁵

De acordo com o historiador Bernardo Ferreira, Schmitt não concorda com esta situação e sugere

“como alternativa à paralisia resultante dos compromissos liberais da carta de 1919, o exercício dos poderes de exceção que o artigo 48 da Constituição conferia ao presidente do Reich. A seus olhos, somente através da capacidade de decisão soberana do presidente seria possível enfrentar o quadro de crise vivido na República de Weimar.”¹⁶

Assim, para Schmitt os poderes presidenciais de urgência deveriam estar livres de entraves constitucionais. Em outras palavras, se a característica essencial da República de Weimar, quer dizer, sua identidade, repousava em sua Constituição, então Carl Schmitt demonstrou-se pouco interessado por aquela identidade. *“Ele pode ter sido o defensor de um sistema presidencial ditatorial, mas certamente não... da democracia de Weimar. Com efeito, a sutil distinção entre ditadura comissarial e soberana será rapidamente abandonada em sua obra”¹⁷*. A prova disso foi não ter se oposto à ditadura soberana de Adolf Hitler, em 1933. Daí a questão posta por Wolin: *“Onde estava pois nosso ardente defensor da democracia enquanto nós o procurávamos? Ele tinha se tornado o Jurista da Coroa do Terceiro Reich”¹⁸*.

É na obra *Teologia política* (1922) - uma das que tiveram maior repercussão - que Schmitt expõe de forma concreta sua teoria decisionista da soberania, ao definir o soberano como aquele que *“decide sobre o Estado de exceção”*, ou seja, pautado no *“conceito de soberania como um conceito-limite... que não se encaixa num caso normal”¹⁹*. O caso-limite é para Schmitt uma situação extrema, de perigo, onde a decisão passa de uma *existência possível à realidade*. Nesse caso, a decisão sobre o estado de exceção é tida como portadora de um sentido existencial superior ao da vida cotidiana:

“A existência do Estado mantém... uma indubitável superioridade sobre a validade da norma jurídica. A decisão liberta-se de qualquer ligação normativa e torna-se, num certo sentido, absoluta.”²⁰

¹⁵ SCHMITT, *La dictadura*, p. 260.

¹⁶ Consultar: CARL SCHMITT: trajetória política e idéias. In: Dicionário crítico do pensamento da direita. Rio de Janeiro: Tempo/ Faperj/ Mauad, 2000, p. 410.

¹⁷ WOLIN, Carl Schmitt..., p. 63.

¹⁸ WOLIN, Carl Schmitt..., p. 64.

¹⁹ SCHMITT, Carl. *Teologia política*. In: _____. *A crise da democracia parlamentar*. Tradução de Inês Lobhauer. São Paulo: Scritta, 1996, p. 87.

²⁰ SCHMITT, *Teologia política*, p. 92.

Em outras palavras, o estado de exceção representa em Schmitt a promessa de uma transformação existencial da vida [a qual para ele estava isolada na rotina quotidiana], sua elevação para um ponto mais alto. Para que isso ocorresse toda norma deveria ser destruída uma vez que representava o reinado do “conceitual”, do “abstrato”, do “ordinário”, onde a substância da vida e seu impulso não conseguiam emergir. Daí Schmitt definir imperativamente que

*“a exceção é mais interessante que o caso normal. O normal não prova nada; a exceção prova tudo; ela não só confirma a regra, mas a própria regra só vive da exceção. Na exceção, a força da vida real rompe a crosta de uma mecânica cristalizada na repetição.”*²¹

Nesse caso, o soberano desempenharia um papel importante pois decidiria “*não só pela existência do Estado emergencial extremo*”, mas também sobre o que deveria ser feito para “*eliminá-lo*”. De uma forma específica, o soberano mesmo se situando “*externamente à ordem legal vigente*” pertenceria a ela pois estaria incumbido de “*decidir sobre a suspensão total da Constituição*”²². Deste modo, com força e sem ambigüidade a decisão estaria revestida de uma realidade existencial superior. Em resumo, segundo Richard Wolin “*a filosofia política de Schmitt em sua maturidade é um decisionismo existencial, que se distancia cada vez mais do tribunal da razão a fim de poder proclamar impunemente verdades existenciais de uma ordem superior*”²³.

Carl Schmitt afirma que o Estado de exceção é adequado para a definição jurídica de soberania e que isso tem uma razão lógico-jurídica na medida em que o considera como diverso da anarquia e do caos; no sentido jurídico a ordem continuava subsistindo, embora mesmo não sendo “*uma ordem jurídica*”. Não se poderia esquecer, que a existência do Estado representava, neste caso, “*uma indubitável superioridade sobre a norma jurídica*” onde “*a decisão liberta-se de qualquer decisão normativa e torna-se... absoluta. No caso de exceção o Estado suspende o direito em função de um... direito à autopreservação*”²⁴.

Ao considerar o Estado o “*último árbitro*” das questões, ao subordinar a autonomia da esfera jurídica às “*raisons d’État*”, Schmitt retira à sociedade civil toda independência, toda potencialidade de oposição, fato este que aparece em sua crítica às instituições liberais. A idéia de ordem aliada ao pressuposto de que ao soberano cabe tal feito (pois é ele quem detém o monopólio da última decisão) é o ponto crucial nesta sua argumentação²⁵.

É importante não deixar de mencionar também que uma das idéias centrais em sua *Teologia política* é que todos os conceitos da moderna doutrina de Estado são

²¹ SCHMITT, Teologia política, p. 94.

²² SCHMITT, Teologia política, p. 88.

²³ WOLIN, Carl Schmitt..., p. 65.

²⁴ SCHMITT, Teologia política, p. 92.

²⁵ Daí sustentar que “*o caso de exceção revela... a essência da autoridade estatal. Nesse caso, a decisão distingue-se da norma jurídica e (formulando-a paradoxalmente) a autoridade prova que, para criar a justiça, ela não precisa ter justiça*”.

conceitos teológicos secularizados, na medida em que são produtos da sua “*evolução histórica, por terem sido transferidos da teologia à doutrina do Estado, na qual, por exemplo, o Deus todo-poderoso tornou-se um legislador onipresente, mas também [de] sua estrutura sistemática*”. Em outros termos:

*“Para a jurisprudência, o Estado de exceção possui um significado análogo ao do milagre para a teologia. Só com a consciência dessa situação consegue-se compreender o rumo da evolução das idéias da filosofia do Estado nos últimos séculos.”*²⁶

Por essa razão, um de seus objetivos principais era reintroduzir um elemento “*particular, pessoal e forte*” na política moderna, o qual havia, em sua ótica, caído no esquecimento com o “*eclipse do absolutismo político*”. Daí sua insistência em relação ao aspecto personalizado da exceção [excepcional], onde esta exerceria, na política moderna, um papel comparável ao milagre na religião, como observamos acima. Assim, a utilização de conceitos teológicos por Schmitt no campo da política não visa outra coisa senão o fortalecimento do político como *éter vital* do estado de exceção e o qual ocorreria somente através da ação de um soberano carismático que equivalesse ao monarca de direito divino da época absolutista²⁷.

O princípio de aplicação política da analogia, que está presente em seu pensamento é fruto de uma herança dos contra-revolucionários De Bonald, De Maistre e Donoso Cortés, o que é patente na medida em que define o Estado como um “*Deus ex machina*” e ao lembrar que a “*onipotência*” do legislador moderno não havia sido “*extraída da teologia só verbalmente*”.

Só se compreende a influência dos autores contra-revolucionários no pensamento de Carl Schmitt na medida em que visualizamos o cerne da objeção dos mesmos ao mundo secularizado. Podemos dizer que tal objeção desenvolve-se contra a perda de poder efetivo, depois do século XVII, dos dois pilares do Estado absolutista - Deus e o Soberano - que gozavam de uma posição de supremacia na sociedade. Pilares que seriam considerados mais fracos ainda pelas doutrinas secularizantes dos séculos XVIII e XIX, nas quais a idéia de Deus é suplantada pela do “homem” e a majestade do soberano é destituída e substituída pela noção de soberania popular. A conseqüência imediata disso, segundo o próprio Schmitt, foi que o elemento decisionista e personalista da noção de soberania, que vigorava até o momento (na pessoa do soberano) perdeu o efeito. Portanto, a partir daí tratava-se do prevalecimento do ateísmo, da desordem, em detrimento das virtudes transcendentais, do sentimento religioso tradicional de fundo católico.

O ponto principal da relação de Schmitt com o pensamento dos contra-revolucionários diz respeito ao aspecto da decisão presente na filosofia do Estado elaborada por eles. Segundo ele,

“o que a filosofia do Estado contra-revolucionária mais destaca é a consciência de que a época exigia uma decisão; com uma energia levada

²⁶ SCHMITT, Teologia política, p. 93.

²⁷ WOLIN, Carl Schmitt...

*ao extremo entre as duas revoluções de 1789 e 1848, o conceito de decisão passou a ocupar o centro de seus pensamentos. Em todos os lugares em que a filosofia católica do século XIX se expressou... ela expressou o pensamento da imposição de uma nova alternativa, que não admitia mediações...”*²⁸

Em outras palavras, o mérito dos católicos decorria do fato de terem combatido a situação e de não recuarem diante da necessidade de tirar uma conclusão lógica dela, que se resumia na efetivação da ditadura como salvadora do mundo, de um “*humanismo secular*” próprio daquela era considerada “*sem Deus*”.

A plausibilidade do conceito de decisão em Schmitt advém ainda do pensamento de Joseph De Maistre - “*o qual fala com entusiasmo da soberania, que para ele significa essencialmente decisão*”²⁹ - até chegar a Juan Donoso Cortés. Segundo Schmitt este defendia que o homem era mal e pecador por natureza, de modo que a vitória do mal era óbvia e natural e só um milagre conseguiria afastá-la. Esta idéia, aliada à batalha iniciada em fins do século XVIII [contra a Revolução Francesa] e desenvolvida durante o século XIX pautada no embate entre catolicismo *versus* ateísmo não era considerada apenas mais uma na história, mas sim o Armagedon, o fim dos tempos. Isso leva Donoso Cortés a compreender a ditadura como uma necessidade política e também teológica pois, para ele, o que estava em questão era a “*salvação da humanidade*”.

Para Karl Löwith, o fato de Donoso Cortés, “*ainda que piedoso católico*”, submeter suas próprias decisões ao Papa, em *última análise*, não agradava Schmitt. Entretanto, via nisto a importância histórica de Donoso como um homem de Estado que, tendo tomado conhecimento de que o tempo dos reis soberanos havia chegado ao fim, intensificou o “*decisionismo*” chegando à consequência radical de uma ditadura política. Ainda para Löwith, “*quando Schmitt diz que a essência do Estado se concentra necessariamente numa decisão absoluta, ‘tomada a partir do nada’ e que se justifica por si mesma, ele a caracteriza, de acordo com sua proposição, mas não de acordo com Donoso Cortés que, como cristão, tinha fé que somente Deus e jamais o homem poderia criar alguma coisa a partir do nada*”. Portanto, para Löwith, “*este nihilismo ativo é, sobretudo, próprio à Schmitt e à seus irmãos espirituais alemães do século XX. Donoso teria visto, sem dúvida, na decisão criada ex nihilo, um ato cômico horrível*”³⁰.

Por fim, a conclusão à qual Karl Löwith chega é a de que

“a decisão [em Schmitt] para o político não é - como no caso de uma decisão religiosa, metafísica ou moral ou, em geral, toda decisão

²⁸ SCHMITT, Teologia política, p. 121.

²⁹ Para De Maistre o Estado demonstra seu valor na medida em que apresenta uma decisão e a Igreja o seu na medida em que sua decisão é definitiva, inapelável. Deste modo, “*a infalibilidade é para ele (De Maistre) a essência da decisão inapelável, e a infalibilidade da ordem espiritual possui a mesma essência da soberania da ordem do Estado*”. SCHMITT, Teologia política, p. 122.

³⁰ LÖWITH, Karl. Le décisionisme (occasionnel) de Carl Schmitt. *Revue Les Temps Modernes*, Paris, n.544, nov. 1991, p.24.

*espiritual - , uma decisão por um campo de atuação [um domínio] determinado ou determinante, mas, não outra coisa que uma decisão pela decisão – pouco importa porque – porque de qualquer forma, ela é a essência do político.”*³¹

Decisão que seria tomada em caso de extrema urgência, a exemplo, numa guerra que exigisse do homem o “sacrifício de sua vida” pela nação onde, conseqüentemente o *status* político se tornasse determinante sobre o povo.

O significado atual dos pensadores contra-revolucionários para Schmitt está, de modo particular, “na conseqüência com que decidem”, tanto que a questão da legitimidade pouco importa a ele. Devemos destacar aqui, com Richard Wolin, que isto não provém de uma “convicção íntima”, mas, necessariamente, da lógica inerente à seu pensamento político, onde o maior peso recai sobre uma “decisão produzida do nada” excluindo, categoricamente, tudo o que diz respeito a uma determinada ordem legítima³².

A crítica à democracia parlamentar

No ambiente político de Weimar o jurista Carl Schmitt concentra sua crítica ao liberalismo, tem-no como o cerne de sua objeção ao parlamentarismo moderno e propõe a recuperação do conceito de soberania (sob a ótica da exceção) como ordenador da política e da sociedade.

Em sua obra *A situação intelectual do sistema parlamentar atual* enfatiza a idéia de que os elementos indicativos do sistema parlamentar como a “discussão” e a “publicidade” haviam perdido o sentido próprio transformando-se em ornamentos, o que era uma conseqüência de uma democracia de massas na em que as organizações partidárias haviam se transformado em máquinas eleitorais e seus parlamentos em palcos de barganhas de interesses. Tal quadro era, a seu ver, sinal de uma crise intelectual do sistema parlamentar, uma crise de bases filosóficas que comprometia decisivamente a integridade do modelo³³. Diz ele:

“O fato de a crença na publicidade e na discussão parecer hoje obsoleta, também me aterroriza; ... eu não vejo como o sistema parlamentar atual deveria encontrar suas novas bases se os princípios da discussão e da publicidade deixaram de existir. (...) Todas as disposições e normas parlamentaristas específicas só passam a ter sentido por meio destes princípios. Isso pode ser dito sobretudo do princípio constitucional ainda hoje reconhecido oficialmente, mesmo que praticamente desacreditado, de que o parlamentar depende de seus eleitores e de seu partido; pode ser dito das prescrições sobre a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar, a transparência das discussões no

³¹ LÖWITH, Le décisionisme..., p. 25.

³² WOLIN, Carl Schmitt..., p. 70.

³³ ARAÚJO, Cícero. Apresentação. In: SCHMITT, Carl. *A crise da democracia...*

*Parlamento, etc. Essas prescrições tornam-se incompreensíveis quando o princípio de discussão pública não possui mais credibilidade.*³⁴

Nesta crítica considera que o fato de o liberalismo ter compactuado com os sistemas parlamentares e ter feito da indecisão uma virtude da política contribuiria, inevitavelmente, para que a exceção ocorresse às escondidas, por obra de forças não definidas como poderes constitucionais, daí justificar imperativamente sua visão nos seguintes termos:

*“Pois se o Estado formalmente constituído toma como princípio de ação atingir, pela discussão, um patamar ideal de consenso ou acomodar os mais variados interesses, em detrimento de sua capacidade de decisão, outros agentes passam a decidir em seu lugar: ... as tais forças de mercado, os múltiplos interesses corporativos, etc.”*³⁵

Portanto, se para Schmitt o liberalismo em sua essência subvertia o direito do povo à autodeterminação e com isso grupos de interesses dos mais diferentes utilizavam as instituições em benefício próprio [embora Schmitt jamais tenha reconhecido valor à autonomia na discussão enquanto tal, pois a tinha como um entrave à aplicação eficaz da decisão soberana], ele entende que o mesmo [liberalismo] perde sua validade como princípio político para o mundo moderno e, portanto, deve ser substituído com urgência. Em outros termos, a “*lógica de seu raciocínio desenvolve-se sem falhas para resultar na noção de ditadura plebiscitária*”, onde, por exemplo, o povo alemão poderia ter a condição e o poder de escolher diretamente o seu governante.

É possível perceber que em Schmitt a crença no sistema parlamentar, num governo de discussão, pertencia ao mundo intelectual do liberalismo e não à democracia como regime:

*“Liberalismo e a democracia devem ser separados, para que se reconheça a imagem heterogeneamente montada que constitui a moderna democracia de classes.”*³⁶

Em síntese, lembra Bernardo Ferreira,

“a sua polêmica com o liberalismo estava dirigida contra os princípios em que, ao seu ver, se baseava na organização jurídico-política da Alemanha de Weimar: o parlamentarismo e o Estado de direito. Tanto num quanto no outro caso, o reconhecimento dos conflitos inerentes à existência política cedia lugar ao ideal de uma ordem auto-regulada: no parlamentarismo, através da transformação da decisão política no resultado final do confronto público de argumentos racionais; no Estado

³⁴ SCHMITT, Carl. A situação intelectual do sistema parlamentar atual. In: _____. *A crise da democracia...*, p. 04-05.

³⁵ ARAÚJO, Apresentação, p. 12.

³⁶ SCHMITT, A situação intelectual..., p. 10.

de direito, pela subsunção do conjunto da vida política a um sistema fechado de normas gerais e abstratas.”

Por essa razão ele entende que com as modernas democracias de massa os princípios de publicidade e discussão (presentes no parlamentarismo) perdiam o efeito. “*A tendência de interpretação das esferas do Estado e da Sociedade tornava inadequado o ideal do constitucionalismo liberal de limitação do poder do Estado*”³⁷, daí defender o exercício dos poderes de exceção pelo presidente do Reich.

De modo mais preciso, para ele a sociedade estava passando por três crises: a da democracia (pois “*na democracia só existe a igualdade dos iguais e a vontade daqueles que pertencem aos iguais*”); a crise do Estado moderno (que “*consiste na incapacidade da democracia humana e de massas de construir qualquer forma de Estado e muito menos um Estado democrático*”), e a crise do sistema parlamentar que “*consiste no fato de a democracia e o liberalismo terem se interligado por algum tempo*”. Para Schmitt, o bolchevismo e o fascismo eram antiliberais mas “*não necessariamente antidemocráticos*” de modo que mesmo eliminando-os não se superaria a crise do sistema parlamentar já que era produto de um contraste “*insuperável em sua profundidade, entre a consciência liberal do homem como indivíduo e a homogeneidade democrática*”³⁸. Neste caso, o que estava por trás de sua argumentação eram as premissas conceituais e jurídicas que serviriam de base ao Estado Total na Alemanha. Ao desqualificar as instituições liberais, principalmente as que garantiam os direitos individuais, Schmitt também desconsidera o indivíduo como referência para sua teoria política e o Estado passa a ser, inevitavelmente, descrito como única encarnação da verdadeira autoridade.

Por outro lado, de acordo com Wolin, esta idéia de Schmitt não é expressão da realidade, pois não podemos dizer que o Estado é a única encarnação do Direito “*já que o conceito de direito perde todo o seu sentido numa situação onde a virtude principal do soberano é a capacidade de formular decisões sem levar em conta nenhum precedente normativo ou jurídico*”³⁹.

O político e a homogeneidade

Durante o regime nazista o conceito de homogeneidade “democrática” em Schmitt daria lugar ao conceito do nacional-socialismo de homogeneidade racial.

No prefácio à segunda edição de *A situação intelectual do sistema parlamentar atual* (1926) Schmitt afirma que na verdadeira democracia estaria implícito que não só o igual deveria ser “*tratado igualmente*”, mas também, e como “*conseqüência inevitável, o não igual*” deveria ser “*tratado de modo diferente*”. Em primeiro lugar, a democracia deveria ter “*homogeneidade*” e, em segundo, se fosse preciso, “*eliminar*

³⁷ Consultar: CARL SCHMITT: trajetória política e idéias. In: Dicionário crítico do pensamento da direita, p.410.

³⁸ CARL SCHMITT: trajetória política e idéias. In: Dicionário crítico do pensamento da direita, p. 26. Daí deriva sua idéia de que nos grupos sociais que se organizam de forma democrática o “povo” só existe de forma abstrata, pois as massas são, na realidade, heterogêneas.

³⁹ WOLIN, Carl Schmitt..., p. 73.

ou aniquilar o heterogêneo”, ou seja, o “indivíduo”. Em razão disso, no pensamento schmittiano a força política de uma democracia se evidenciaria na medida em que ela mantivesse “à distância” ou afastasse tudo o que fosse “estranho e diferente” ou que, a seu ver, representasse uma “ameaça à homogeneidade”. Daí concluir que não se tratava “no caso da igualdade, de uma brincadeira abstrata, lógico-aritmética, mas sim da própria substância da igualdade” que poderia ser encontrada em “qualidades físicas e morais” como, por exemplo, nas do povo alemão. Portanto, para ele, já desde o século XIX a democracia se constitui “sobretudo da nacionalidade de um país em particular, da sua homogeneidade nacional” de forma que a igualdade só era “politicamente interessante e valiosa” na medida em que possuísse “uma substância, contendo... pelo menos a possibilidade e o risco de uma desigualdade”⁴⁰.

A erradicação do heterogêneo, do diferente, seria colocada de forma mais clara por Schmitt um ano mais tarde na obra *O conceito do Político* (1927), a partir das discussões a propósito da noção de amigo-inimigo, também central em seu pensamento.

O historiador Nicolas Tertulian também dedica algumas palavras sobre esta questão. Para ele,

“os princípios liberais da liberdade individual, do contrato e da concorrência, sancionam o pluralismo e a heterogeneidade das formações associativas, o que leva à decomposição da unidade e da homogeneidade do tecido social, que são, aos olhos de Schmitt, o fundamento da ‘democracia’ (na concepção particular que ele atribui a este conceito).”

Portanto, partindo da idéia de uma democracia fundada sobre a “homogeneidade” do corpo social, sobre a “identidade entre governantes e governados”, Schmitt nega “à uma sociedade politicamente pluralista, expressão de uma multiplicidade e de uma heterogeneidade de forças sociais, a qualidade de democrática”!⁴¹

Por outro lado, para Schmitt o que merece maior atenção no pensamento democrático não é a sua identificação com a vontade do povo, mas sim os termos práticos forjados para esta identificação, ou seja,

“os meios para moldar o controle do povo, que são: força militar e política, propaganda, domínio sobre a opinião pública por meio da imprensa, organizações partidárias, reuniões, educação do povo, escolas. A força política chega mesmo a formar, primeiro, a própria vontade do povo da qual ela deveria emanar.”⁴²

⁴⁰ SCHMITT, A situação intelectual..., p.10.

⁴¹TERTULIAN, Nicolas. Carl Schmitt entre catholicisme et national-socialisme. *Revue Les Temps Modernes*, Paris, n.589, août-sept. 1996, p. 134-136.

⁴² SCHMITT, A situação intelectual..., p. 29.

O que se observa neste ponto é a concepção do regime democrático não em termos efetivamente democráticos, mas ditatoriais. Note-se que os meios a serem utilizados para moldar a vontade do povo não são muito diversos dos empregados nos regimes políticos autoritários e totalitários no período da Segunda Guerra Mundial e mesmo posteriormente, inclusive no Brasil.

Outra questão decisiva em Schmitt refere-se à sua conceituação que traz à tona o esvaziamento do sentido do político *como consequência da falta de um espaço autônomo de decisão sobre os critérios do agir político*. De fato, a concepção desta perda de autonomia o conduz a elaborar sua tese de acordo com a qual “*a legitimidade política na democracia de massa não se basearia mais em valores principais, senão única e exclusivamente na legalidade formal do procedimento*”⁴³, ou seja, numa decisão justificada, ditadura!

Já em 1927 estabelece as bases conceituais de um pensamento que teria frutos durante o governo nazista. Em oposição às formas de neutralização do conflito político defendidas pelo liberalismo Schmitt supunha a *natureza conflituosa como constitutiva da vida política*, o que redundaria na idéia de que “*o político supõe um grau de associação/ dissociação entre os grupos políticos cuja intensidade resulta na distinção entre amigo-inimigo*”, mencionada anteriormente. Assim, para ele

*“quando um povo existe na esfera do político ele precisa... determinar por si mesmo a diferenciação de amigo e inimigo. Aí se encontra a essência de sua existência política. Se ele não tem mais a capacidade ou a vontade para esta diferenciação, ele cessa de existir politicamente.”*⁴⁴

A idéia segundo a qual o inimigo político é um inimigo público e contra o qual não é necessário ter ódio ou antipatia privada, também é própria de Schmitt. Estritamente, considera-o “*um conjunto de homens... segundo a possibilidade real, combatente, que se contrapõe a um conjunto semelhante. Inimigo é apenas o inimigo público*”⁴⁵.

Como se observa, tal ou qual pessoa torna-se inimigo em função de uma situação concreta em que o adversário é reconhecido como alguém potencialmente capaz de colocar em perigo a ordem pública, coletiva, de modo que contra tal indivíduo, ou grupo de indivíduos, existe a possibilidade extrema de uma guerra, a qual, segundo ele, “*não precisa ser algo cotidiano... nem... algo ideal ou desejável, contudo precisa permanecer presente como possibilidade real, enquanto o conceito de inimigo tiver sentido*”⁴⁶, ou seja, a guerra assume a condição de situação limite que revela se a nação possui ou não valor substancial. Enfim, a importância atribuída por Schmitt ao político é por definição antiuniversalista; é dividida (amigo-inimigo) e irreduzível a esquemas normativos. Para ele, a unidade política não poderia ser universal “no sentido de uma unidade englobando toda a humanidade e toda a

⁴³ FLICKINGER, Apresentação, p. 26.

⁴⁴ SCHMITT, *O conceito do político*, p. 76.

⁴⁵ SCHMITT, *O conceito do político*, p. 55.

⁴⁶ SCHMITT, *O conceito do político*, p. 59.

terra”, pois se tal ocorresse (o que levaria à extinção da diferenciação amigo-inimigo) “*não existiria mais nem política e nem Estado*”⁴⁷.

Tratar da essência do conceito do político de forma a reduzi-la às relações entre amigo-inimigo é pautar a análise por um ponto de vista, no mínimo, superficial, adverte o filósofo alemão Jürgen Habermas. Em sua visão, o que coloca em cheque a concepção de Estado constitucional-democrático é, antes de tudo, a perspectiva teológico-política presente no pensamento de Schmitt, onde todo conceito secularizado de política é rejeitado e, do mesmo modo, a idéia de um procedimento democrático como base de legitimação do direito.

*Em Schmitt, “a democracia, privada de seu elemento central, a discussão, reduz-se a uma pura e simples aclamação das massas reunidas. Ao pluralismo social ela [a teologia política] opõe o mito da unidade nacional inata. O universalismo dos direitos do homem e da moral humanista é, por outro lado, denunciado como uma hipocrisia criminosa.”*⁴⁸

Estado total

Não podemos deixar de mencionar que a sua crítica ao regime liberal repousa sobre bases cristãs-católicas. Em primeiro lugar, pelo fato de considerar que o liberalismo não construiu nenhuma teoria positiva do Estado, mas sim procurou “prender o político e subordiná-lo ao econômico” fundando, deste modo, as bases de uma doutrina de “divisão e do equilíbrio dos ‘poderes’, isto é, um sistema de obstáculos e controles de Estado que não se pode designar como teoria do Estado ou princípio de construção política”. Entretanto, Schmitt ressalta que “todas as autênticas teorias políticas pressupõem o homem ‘mau’,... como um ser dinâmico e perigoso e jamais não-problemático”, ao contrário do liberalismo. Isto se evidenciaria nas construções de pensadores políticos como “Maquiavel, Hobbes, Bossuet, Fichte ... de Maistre, Donoso Cortés”⁴⁹.

Em segundo lugar, considerando-se que a esfera do político, em última análise, é determinada “pela possibilidade real do inimigo”, Schmitt entende que um raciocínio otimista da natureza do homem conduziria à abolição da lógica política. Este pensamento funda-se a partir do nexos das teorias políticas que pautam-se em dogmas teológicos a respeito do pecado⁵⁰, a partir de suas aproximações teóricas, ou seja,

⁴⁷ WOLIN, Carl Schmitt..., p. 76-80. Ainda segundo este autor, em Schmitt “a ‘guerra’ é a última ‘condição limite’ existencial da política. Toda sua análise conduz, inevitavelmente, à justificação do ‘Estado Total’, cuja razão de ser é a eventualidade da guerra a qualquer instante. Daí o prevailecimento da distinção amigo-inimigo em política”.

⁴⁸ HABERMAS, Jürgen. Le besoin d’une continuité allemande: Carl Schmitt dans l’histoire des idées politiques de la RFA. *Revue Les Temps Modernes*, Paris, n. 575, juin. 1994, p. 130.

⁴⁹ SCHMITT, *O conceito do político*, p. 88.

⁵⁰ MEIER, Heinrich. *The lesson of Carl Schmitt: four chapters on the distinction between political theology and political philosophy*. Chicago: Chicago Press, 1998.

“o dogma teológico fundamental da pecaminosidade do mundo e dos homens conduz..., assim como a diferenciação de amigo-inimigo, a uma repartição dos homens, a uma ‘tomada de distância’, e torna impossível o otimismo indiferenciado de um conceito de homem de validade universal.”⁵¹

Segundo os estudos de Nicolas Tertulian, esta concepção cristã do pecado original, em que Schmitt se apóia, postula a graça divina como única via de salvação e é dela que ele tira a conclusão de que o homem está impossibilitado de chegar, por suas próprias forças, a um estado de paz e segurança. Na essência, *“uma tal antropologia pessimista é dirigida [por Schmitt] contra as ‘ilusões pacifistas’ sobre a possibilidade de suprimir a guerra ... e , de forma geral, contra a crença em que uma normatização racional... fosse possível”⁵².*

Segundo Heinrich Meier, quando Schmitt refere-se aos pensadores contra-revolucionários ele quer dizer que *“tal como um teólogo deixa de ser teólogo - quando não considera mais que os homens são pecadores ou necessitados de redenção e, por vez, não distingue o redimido do não redimido, o escolhido do não escolhido -, o pensador político também deixa de sê-lo quando não estabelece a distinção entre amigo-inimigo”.* Neste caso, para Schmitt, um teólogo só pode tornar-se um teórico político quando percebe a relação entre ambas as distinções (não pecador-pecador, amigo-inimigo) e estabelece a fronteira entre teologia e política, elabora isto teoricamente e desenvolve de maneira prática, tal como os contra-revolucionários.

A hostilidade em relação à lei ou, mais exatamente, o princípio de que a normatização jurídica dos conflitos sociais é impossível, é uma constante no pensamento schmittiano. Como bem observa Tertulian, para o jurista alemão,

“o século XIX, com a introdução do constitucionalismo liberal, caracterizado justamente pelo culto da ‘lei’ e pela ‘neutralização’ dos verdadeiros fatores de decisão (a vontade soberana do monarca ou do chanceler, no caso da Alemanha de Bismark) fora o berço do positivismo e do normativismo jurídico.”⁵³

Na ótica schmittiana, a verdadeira ‘legitimidade’ do poder executivo [a decisão] fora, portanto, progressivamente substituída pelo culto da legalidade, o que seria modificado somente pela vocação decisiva do Führer ou do líder, como no fascismo italiano, em relação ao qual Schmitt foi muito simpático. Segundo Tertulian,

“a experiência do fascismo que reabilitava o ‘Estado Forte’, capaz de impor, graças a seu ‘aparelho’, a vontade da coletividade nacional contra os interesses divergentes dos diferentes grupos sociais, mereceu sua aprovação, e ele concluiu por uma convergência entre ‘fascismo’ e

⁵¹ SCHMITT, *O conceito do político*, p. 91.

⁵² TERTULIAN, *Carl Schmitt...*, p. 135.

⁵³ TERTULIAN, *Carl Schmitt...*, p. 143-144.

‘democracia’, em nome de suas supostas recusas comuns dos valores da sociedade liberal.”⁵⁴

A mesma questão é assinalada por Heinrich Meier, ao demonstrar que já na década de 1920, Schmitt tem fé no “Stato Totalitário” de Mussolini de forma a compreendê-lo como “*o que decide soberanamente, o que é e o que não é político*”. Portanto, segundo Meier, Schmitt defendia um conceito de Estado totalitário que consistia em “*poder e força*” ou em “*qualidade e energia*”, para um regime que “*forneceria, comandaria, os interesses de um todo*” em detrimento dos interesses particulares da sociedade. Neste caso específico o Estado não decide simplesmente de uma forma neutra, mas sim como um Estado elevado (Terceiro Reich em Schmitt), e é justamente nisto que reside a sua supremacia (a qual advém do entusiasmo nacional, da energia individual de Mussolini, etc). O próprio Schmitt não hesitaria, já em 1923, “*em nomeá-lo como a principal força política que via naquele momento*” (a expressão da essência real do político)⁵⁵.

Para Nicolas Tertulian, o engajamento de Schmitt pelo nazismo foi uma decorrência natural da estrutura de seu pensamento, já bem desenvolvida na década de 1920. O fio condutor de seus escritos neste período e na década de 1930 é a polêmica desencadeada contra a ação do pensamento “*técnico-econômico*” sobre a sociedade, ou seja, a concepção liberal do mundo, aquela que se impôs no século XX, mas também o marxismo, cujo fundador considerou como “*o grande clérigo do pensamento econômico*”. Isso vem confirmar o que dissemos anteriormente. Para Heinrich Meier, a posição de Schmitt em relação ao caso específico da Igreja frente a situação é bem clara. No caso de uma guerra, mesmo que ela estivesse impossibilitada de declarar-se a favor de uma das partes, precisaria “*tomar posição*”, tal como o fizera na primeira metade do século XIX onde apoiou os contra-revolucionários Bonald, De Maistre e, posteriormente, Donoso Cortés.

É importante frisar que a relação de Schmitt com o catolicismo foi bem mais próxima do que se imagina. Sua repulsa ao liberalismo e à democracia baseou-se no fato de colocar em questão o que considerou como seus fundamentos histórico-espirituais. Como observou Tertulian, na obra de Schmitt, *Catolicismo romano e forma política* (1923), é estabelecida uma oposição entre o

“mundo do capitalismo e do socialismo moderno, regido pelo espírito do cálculo e pela hegemonia dos valores econômicos, e o mundo do catolicismo, onde as idéias de representação, de autoridade e de hierarquia, enraizadas na transcendência, têm seu poder constitutivo.”⁵⁶

Nessa obra, como em outros escritos, Schmitt expressa uma condenação severa também da modernidade, o que Tertulian considera como “*romantismo anticapitalista*”. Romantismo que

⁵⁴ TERTULIAN, Carl Schmitt..., p. 136.

⁵⁵ MEIER, *The Lesson of Carl Schmitt...*, p. 137-143.

⁵⁶ MEIER, *The Lesson of Carl Schmitt...*, p. 132.

*“se exprime sem levar em consideração o achatamento de valores da modernidade, sinônimo de desespirtualização e de transformação de valores políticos em simples auxiliares dos valores econômicos; que na nostalgia da verdadeira ‘política’... não se deixa seduzir pelo jogo dos cálculos puramente materiais, mas é inspirada por uma ‘Idéia’ e enraíza-se numa ‘transcendência’, de acordo com o exemplo do catolicismo romano.”*⁵⁷

A questão do anti-semitismo no pensamento schmittiano foi objeto de vários estudos, entre eles o de Jean-Luc Evard, onde aborda as aproximações e distanciamentos que caracterizam as relações entre ele [Schmitt], Ernest Jünger e Martin Heidegger, sob o Terceiro Reich e define que *“os três escritores aproximam-se como membros de um laboratório para a gestação de conceitos comuns – a ‘decisão’, o ‘Estado’ e o ‘nihilismo’*”⁵⁸.

Para Evard, em Schmitt o judeu é visto como um agente de subversão substancialmente estranho [étranger] ao povo alemão. *“Estranho às ciências jurídicas, à Alemanha, ao Ocidente (ou seja, para Schmitt, à catolicidade: à Roma como nome próprio e genérico da união das Igrejas cristãs-paulinas instituídas em nome da ‘fé’ contra a ‘Lei’*”⁵⁹. Em razão disso, compreende-se o porquê de sua crítica ao parlamentarismo voltar-se contra teóricos do direito público - onde não esquece jamais de sublinhar a posição dos mesmos como estranhos à *“tradição alemã”*, já que são de origem judia (Kelsen, Laban...) - , e imputar à tradição *“judia”* a responsabilidade de ter introduzido na teoria do direito os fermentos de sua *“decomposição liberal”*.

Podemos considerar, com Richard Wolin, que

*“os posicionamentos políticos de Schmitt têm como fundamento reafirmar a dimensão carismática perdida na vida política do século XX. Daí sua fascinação pela exceção como um tipo de caso limite existencial, sua preocupação pela soberania da decisão e a sua capacidade de restaurar o “élément personnel” em política, enfim, seu interesse pelo irracionalismo do mito político.”*⁶⁰

Considerações finais

Segundo Roberto Romano, em Donoso Cortés

“o povo é existência fugaz que não possui estabilidade, logo não garante nenhuma soberania. Sem esta última, não existe poder (soberano é o que manda, lembremos esta definição dada por Donoso, estratégica

⁵⁷ MEIER, *The Lesson of Carl Schmitt...*, p. 133.

⁵⁸ ÉVARD, Jean-Luc. Les juifs de Carl Schmitt. *Revue Les Temps Modernes*, Paris, n. 596, nov.-déc. 1997, p. 53.

⁵⁹ ÉVARD, Jean-Luc. Les juifs..., p. 74.

⁶⁰ WOLIN, Carl Schmitt..., p. 75.

*nas doutrinas sobre soberania no século XX, especialmente nas jurisprudências próximas ao nazismo), e sem poder desaparecem os vínculos sociais. Para o pensamento conservador, a soberania popular é o perigo e o grande vício do liberalismo e das luzes democráticas.”*⁶¹

A jurisprudência mais próxima ao nazismo da qual Romano fala se expressa na figura de Carl Schmitt, que compactua com boa parte das idéias elaboradas por Donoso Cortés, entre elas a que define o soberano como “aquele que decide sobre o Estado de exceção”⁶².

Enfim, a questão que se afigura como atual é a retomada do interesse pelo pensamento conservador, principalmente na Europa, coincidir com a “retomada dos movimentos fascistas que já chegaram ao governo, por exemplo, na Itália”⁶³, na Áustria e, em grande ascendência, na Alemanha. Considerando-se que Carl Schmitt, suas idéias e escritos recebem um interesse renovado é importante estarmos atentos.

Notória também é a ascendência de idéias desta natureza entre lideranças dos Estados Unidos servirem para fundamentar uma política de “segurança nacional” pautada na potencialidade da existência do inimigo permanente.

⁶¹ ROMANO, Roberto. O pensamento conservador. *Revista de sociologia e política*. Curitiba, n.3, nov. 1994, p. 26. Este autor salienta que em Donoso o poder não deve ser pautado pela Constituição pois “o governo das classes vencidas é o constitucional, o das vencedoras foi, é, será perpetuamente a monarquia civil ou a ditadura militar. Nunca os povos obedeceram gostosamente alguém que não fosse um ditador ou rei absoluto”.

⁶² SCHMITT, A situação intelectual..., p. 87.

⁶³ SCHMITT, A situação intelectual..., p. 29.

RESUMO

Apresentaremos um esboço de alguns pontos do pensamento do jurista alemão Carl Schmitt, fundamentalmente no período da República de Weimar e parte do regime nazista. Será dada maior atenção à sua relação com o conceito de *decisão* e como tal conceito permeou seus escritos em torno da crítica ao liberalismo/parlamentarismo de Weimar; atentaremos ainda para sua defesa da existência de um Estado Forte como produto da inevitabilidade existencial, da distinção social entre amigos-inimigos e de uma homogeneidade racial e “democrática”, idéias que serviram de esteio ao regime nazista. Tomamos como base de análise as seguintes obras suas em edições mais recentes: A Ditadura 1921, Teologia Política 1922, A Situação intelectual (espiritual) do sistema parlamentar atual 1923 e O Conceito do Político 1927. Objetivamos, com assim, contribuir para uma reflexão mais atenta a respeito de um certo “revisionismo schmittiano” que busca, por todos os meios, apresentá-lo como pensador democrático e minimizar sua ligação com o regime nazista, no período de 1933 a 1936 quando esteve ligado ao partido de Hitler. Com isso, se objetiva alertar para o reavivamento de suas idéias de extrema direita, sobretudo em países como Alemanha, Áustria, Itália e, mais recentemente, nos Estados Unidos. Na reflexão sobre pontos de seu pensamento, nos apoiaremos nos escritos de pensadores como Richard Wolin, Kal Löwith, Nicolas Tertulian, Heinrich Meier, Jean-Luc Evard, Jürgen Habermas e no Brasil, Roberto Romano e Bernardo Ferreira.

Palavras-Chave: Exceção; Nazismo; Intelectuais.

ABSTRACT

We are considering some points of the German jurist Carl Schmitt's thoughts, mainly during the Weimar Republic and part of the Nazi regime. We are drawing one's attention to his conception of decision and how this concept is slow in his writings about the critics to Weimar liberalism/parliamentary regime; we also considered his opinion of a strong state as a result of the inevitable existence and social difference between friends-enemies and its racial and “democratic” homogeneity, the Nazi regime was based on these ideas. We analyzed the following newer edition of his works: The Dictatorship 1921, Political Theology 1922, The Intellectual (spiritual) situation of the Parliamentary System nowadays 1923 and The Concept of a Politician 1927. Our aim is to contribute some things to be thought about a “schmittian revisionism” which leads people to think that he was a democratic thinker and to ride, to a certain extension, his connection with the Nazi regime, from 1933 to 1936, when he supported Hitler's Political Party. There fore we wish to revive his extreme right-wings ideas, mainly in countries as Germany, Austria, Italy, and more recently, in the USA. We based our study about some points of the Carl Schmitt thoughts on the works of: Richard Wolin, Kal Löwith, Nicolas Tertulian, Heinrich Meier, Jean-Luc Evard, Jürgen Habermas and Brazil, Roberto Romano e Bernardo Ferreira.

O NACIONALISMO DOS SKINHEADS BRASILEIROS

Alessandro Bracht¹

Introdução

O nacionalismo já serviu e continua servindo a muitos padrões. É fato que esse arlequim ideológico e usualmente ruidoso se prestou a tantas causas, que o passar do tempo tornou incapaz sua teorização unívoca e, no mais das vezes, como afirma Anderson, “qualquer antologia que ‘mapeie o terreno’ tem mais probabilidade de encontrar autores de costas uns para os outros, olhando para horizontes diferentes e obscuros, do que empenhados em um ordeiro combate de mãos dadas”². Não poderia ser de outra forma uma vez que, ao ser tomado para usos tão diversos, o nacionalismo sempre esteve - e continua estando - conformado à época e ao lugar. Assim sendo, ele deu base de sustentação aos regimes autoritários e totalitários de viés direitista que marcaram presença na Europa a partir dos anos 1920, aos populismos latino-americanos e às lutas de independência das colônias européias na Ásia e na África, sem nunca mudar de nome.

No tempo presente, mais precisamente após a dissolução do socialismo soviético, readquiriu forças e passou a ser usado como ferramenta essencial da extrema-direita européia ocidental, hábil em capitanear questões como o desemprego e as supostas desagregações cultural e racial causadas pela migração excessiva de terceiro-mundistas. Simplista e falaciosa, ela atingiu essencialmente corações e mentes da juventude sem perspectiva e carente de um discurso que indicasse a residência do problema e a forma de resolvê-lo. Segundo Hobsbawm:

“Seria tentador dizer: o que se está defendendo contra os estrangeiros são os empregos. Há alguma verdade nessa proposição. A grande base social dos movimentos racistas europeus, como a Frente Nacional Francesa, parece estar na classe trabalhadora nativa, os principais ativistas desses movimentos parecem ser jovens da classe trabalhadora - skinheads e similares. Uma longa era de emprego pleno ou praticamente garantido chegou ao fim, na década de 1970 na Europa Ocidental, e no fim da década de 1980 na Europa Central e Oriental. Desde então a Europa tem vivido novamente em sociedades com desemprego em massa e insegurança no trabalho. Além disso, (...) os mecanismos sociais que atribuíam a cada grupo nichos diferentes e não competitivos vêm-se desgastando, ou são politicamente inaceitáveis. A ascensão

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 17.

*relativamente súbita de partidos xenófobos, ou da questão da xenofobia na política, deve-se predominantemente a isso.*³

Os *skinheads* a quem faz referência Hobsbawm são parte de uma coletividade surgida a partir da segunda metade da década de 1960 na Inglaterra como uma subcultura jovem da classe operária⁴ e que o tempo e suas demandas transformou em exército jovem voluntário da direita radical. Do tempo original, aos *skinheads* das gerações seguintes restaram as referências visuais, o culto ao futebol e à cerveja e a violência, esta última transformada no presente de territorial - brigas de gangues e afins - em racialmente dirigida. A esses elementos foi adicionada uma orientação política, visível a partir do final dos anos 1970, de viés ultranacionalista e que acabou gerando a aproximação com grupos coordenados de extrema-direita, caso, por exemplo, do financiamento proporcionado pelo partido inglês National Front (NF) a atividades como concertos e gravações de discos do projeto musical *naziskin White Noise* entre 1980 e 1986. Teixeira da Silva, porém, afirma que os *skinheads*

*“são considerados pelas próprias organizações como escória e, portanto, futuramente descartáveis. A ação de tais naziskins (existem outros grupos skin, alguns de caráter anti-racista e mesmo os Redskins ou Anarco-skins, de orientação anarquista), muitos dos quais já freqüentavam a crônica policial por puro e simples vandalismo, tem o mérito, para as organizações, de não comprometê-las diretamente e de ostentar, simultaneamente, um caráter ‘espontâneo’ e não-coordenado.”*⁵

Mas a relação acima referida não é obrigatória. Existem grupos autônomos de *skinheads* abertamente devotados ao nacional-socialismo, tais como os *Hammerskins*, organização surgida na cidade de Dallas (EUA) em 1987, e o *Blood and Honour* (Inglaterra), herança deixada pelo ícone *white power* Ian Stuart Donaldson (falecido num acidente de carro em 1993), que contabilizam células em muitos países europeus, África do Sul e Austrália. Assim como existem organizações menores também devotadas à supremacia branca de curta durabilidade e ações violentas meramente ordenadas pela idéia de eliminação de judeus, negros, árabes e homossexuais ou da separação de tais etnias da raça nomeada pela extrema-direita de “pura”. Porém, seja qual for o modelo de conduta, é o nacionalismo que dá ânimo e permite a continuidade de tais idéias e ações. Um nacionalismo justamente interpretado, segundo Anderson, pela “metáfora maligna da metástase”⁶ e que traz como elementos justificadores noções de pertencimento na maioria das vezes inventadas.

³ HOBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, *Um mapa...*, 2000, p. 79.

⁴ CLARKE, John *et al.* Subcultures, cultures and class. In: HALL, Stuart & JEFFERSON, Tony (eds.). *Resistance through rituals*. London: Routledge, 1976, p. 13.

⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Fascismo e neofascismo: a questão da ressurgência nos anos 80/90. In: GUTFREIND, Ieda & REICHEL, Heloísa Jochims (coords.). *América Platina e historiografia*. São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 1996, p. 158.

⁶ ANDERSON, Introdução, p. 03.

A disseminação dos *skinheads* para além das fronteiras europeias levou consigo esse caráter nacional radicalizado, gerando, inclusive, um curioso sincretismo brasileiro inicialmente denominado de movimento ‘careca’ e que, com o passar do tempo, fundou grupos rivais, defensores de nacionalismos fortemente diferenciados no discurso e vagamente diversos nas práticas. É justamente sobre os *skinheads* brasileiros que o presente artigo se debruça, voltando especialmente suas atenções para os valores nacionalistas causadores de conflito e de comunhão e para as práticas dele emanadas. Em se tratando de um objeto em permanente construção, as fontes pesquisadas têm como centralizadores os produtos culturais dos *skins* do Brasil, tais como *fanzines*⁷, sítios eletrônicos, músicas e alguns raros depoimentos coletados pelo próprio autor, além do único livro publicado no Brasil sobre o assunto⁸.

Garotos do subúrbio

As limitações impostas pelo presente artigo impedem que a discussão sobre a origem dos *skinheads* brasileiros seja aprofundada. Entretanto, para que seja possível interpretar os dados que conformam seu suposto nacionalismo, é inevitável que se faça conhecer um pouco de sua origem. Em termos territoriais, os primeiros *skins* brasileiros surgiram em meio à pobreza material dos bairros da Zona Leste de São Paulo e nas cidades industriais que conformam o ABC paulista - Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. A época não pode ser exatamente precisada, mas em 1982, os *skinheads* paulistas recebiam um primeiro tributo musical: “Careca”, da banda Neuróticos, presente no disco *O começo do fim do mundo*, gravação de um festival de bandas *punk* ocorrido no Sesc - Fábrica de Pompéia, reduto cultural alternativo da cidade de São Paulo:

“Vamos para a guerra/ Juntar nossa força/ Careca! Careca!/ Não gostamos de racismo/ Não gostamos de fascismo/ Careca! Careca!/ Vamos para as ruas/ Demonstrar a nossa força/ Careca! Careca!/ Grite para todos/ O grito de guerra/ Careca! Careca!”⁹ Já segundo a versão de um *punk* contemporâneo a esse evento, “o primeiro ‘careca do subúrbio’ é o T., há dez anos (...) (mais ou menos 1981) ele já era ‘careca’. Na época só tinha o T., que era *punk* mas (...) andava de cabeça raspada, e era só. Depois surgem os ‘carecas do subúrbio’, um pessoal do fundão da Zona Leste (...)”¹⁰

Assim sendo, no princípio, os *skinheads* do Brasil não eram muito mais que os temidos *punks* da Zona Leste, ostentadores de cabeças raspadas como forma de

⁷ *Fanzine* é a contração das palavras *fan* e *magazine* (revista), ou seja, uma revista feita de modo artesanal pelo próprio fã e destinada aos demais fãs. O primeiro *fanzine* de que se tem conhecimento foi o *Sniffing Glue* (Cheirando cola) editado no auge do movimento *punk* na Inglaterra por volta de 1976. No Brasil, os *fanzines* são reproduzidos a partir de máquinas fotocopadoras.

⁸ COSTA, Márcia Regina da. *Carecas do subúrbio*. São Paulo: Musa, 2000 [1991].

⁹ O COMEÇO do fim do mundo. [São Paulo]: Gravações Sem Qualidade, 2001. 1 CD.

¹⁰ *Apud* COSTA, *Carecas...*, p. 55.

diferenciação em relação aos chamados *punks* da cidade, ou seja, aqueles que circulavam pelo centro de São Paulo e, a partir do crescimento numérico, passaram a incluir em seus quadros jovens de classe média; era o *punk* tornado moda e, portanto, inofensivo, algo que os garotos do subúrbio não aceitavam. Para eles, o pressuposto da pobreza era inevitável para alguém que pretendesse ser aceito como *punk*, tivesse ele cabeça raspada ou não. Costa indica que

*“nos subúrbios da cidade de São Paulo, (...) os ‘carecas do subúrbio’ começaram a se fortalecer enquanto uma ala radical do punk que se opunha (...) à transformação da roupas e artigos para serem vendidos em lojas e butiques e que, principalmente, tentava reafirmar do punk exatamente aqueles valores e posturas que acreditavam fazer sentido em relação à realidade em que viviam.”*¹¹

Mas a letra da canção citada anteriormente revela outro dado importante dos primeiros tempos: negar qualquer ligação com sintomas políticos de extrema-direita. Baseado nas poucas informações que aqui chegavam, a imagem que se tinha dos *skinheads* europeus era de uma total devoção ao nazismo e suas adjacências. Nada se sabia a respeito das origens subculturais operárias dos *skinheads* britânicos do final da década de 1960 ou das variantes existentes. A própria alcunha nacional - ‘careca’ - também servia como afastamento claro da conexão direta com a imagem generalizante do *naziskin* forâneo.

O passar do tempo trouxe consigo a acirramento das relações entre ‘carecas’ e *punks*. Brigas constantes e lutas territoriais ocorridas em apresentações em São Paulo de bandas estrangeiras pelas quais ambas as facções tinham predileção, em 1987 e 1988¹², determinaram a cisão final. Mesmo que, como Dick Hebdige indica, esses momentos tenham algo de mítico¹³, eles são bastante representativos do fato de que os encontros pacíficos não mais poderiam ocorrer. E se nas mentalidades rústicas desses jovens, o *punk* representava o ideal anárquico (mesmo que ele fosse construído a partir de uma mistura de senso comum e ralo conhecimento ideológico), os ‘carecas’ deveriam rumar para o extremo oposto, a caminho de uma identidade particular que os afastasse daquilo que era o *anarco-punk*. Assim, aliando informações do exterior que aportavam no Brasil com maior intensidade quando o final da década de 1980 se aproximava e o conservadorismo operário herdado de seus pais, os ‘carecas’ recriaram seus códigos de pertencimento. Tratava-se, pois, de uma mistura de nacionalismo difuso e subculturalidade, esta última muito próxima da relação estabelecida entre os *skinheads* britânicos dos anos 1960 e os referenciais da cultura operária inglesa que colaboraram para sua formatação original. Certamente menos natural e abrangente, mas indubitavelmente significativa. De acordo com Costa, na época referida, os ‘carecas’ “expressavam

¹¹ COSTA, *Carecas...*, p. 60.

¹² As bandas são, respectivamente, Ramones (EUA) e Toy Dolls (Inglaterra). Em ambos os eventos, os *skinheads* usaram do benefício da força física para impedir que os *punks* tivessem o direito à diversão.

¹³ HEBDIGE, Dick. Reggae, rastas and rudies. In: HALL & JEFFERSON, *Resistance...*, p. 50.

vários dos valores típicos dos trabalhadores de um modo geral, como a busca da dignidade, o respeito, o reconhecimento social, além de assumirem, freqüentemente, posturas moralistas e nacionalistas. Pertenciam, principalmente, a uma camada social que se via em posição de fragilidade frente à crise econômica, de instabilidade e de ‘lumpenização’¹⁴. É o que fica expresso em texto publicado no fanzine *Ordem e Progresso*, em forma de celebração:

“Acostumados com a dura realidade do dia-a-dia, nascidos e criados num ambiente proletário que sempre preservou a moral e a dignidade, desde o início os ‘carecas’ foram temidos pelos pilantras e boyzinhos que entraram no movimento punk no embalo, pois não eram revoltados com porra nenhuma, não conheciam a realidade suburbana e brasileira. Desde que apareceram, os ‘carecas’ foram respeitados pelo que representam até hoje: cultura e postura proletária e suburbana.”¹⁵

Antes de entrar nas questões ideológicas nacionais propriamente ditas, é necessário que sejam feitos dois esclarecimentos. O primeiro diz respeito ao fato da transitoriedade dos integrantes de movimentos juvenis, ou seja, o passar do tempo provoca tanto o afastamento de antigos integrantes como a aproximação de novatos. Este câmbio, não raro, trás para o interior da coletividade novas idéias ao mesmo tempo em que não permite o amadurecimento de outras que se encerram ou são relidas com o desligamento de participantes de uma geração anterior. O segundo traz em si o alerta de que o tempo minou a coesão interna dos *skins* brasileiros, gerando variantes que assumem o nacionalismo em perspectivas bastante diferenciadas, inclusive em casos nos quais estes mesmos *skinheads* sejam partícipes de uma única facção.

O que fica, como poderá ser constatado a seguir, é a impressão clara de que eles habitam a “*periferia da política*”, conceito cunhado pelo historiador catalão Xavier Casals Meseguer para definir os jovens neonazistas europeus - pouquíssimo ilustrados naquilo que supõe defender -, mas adequado também ao caso dos *skins* locais. A “*periferia da política*” seria, portanto,

“un área de difícil definición donde convergen lo que podríamos designar como ‘lumpempolítica’ - la actuación de grupúsculos y siglas de entidad minúscula -, la marginalidad juvenil (el mundo de enfrentamientos y rivalidades entre grupos de hinchas o bandas juveniles) y la violencia gratuita.”¹⁶

Não pode ser desconsiderado ainda o crescimento da influência exterior sobre as secções locais, ou seja, à medida que os anos passavam, a originalidade e relativa autonomia dos ‘carecas’ foi decrescendo em nome de uma aproximação maior com as idéias e práticas dos *skinheads* europeus e norte-americanos. Hoje,

¹⁴ COSTA, *Carecas...*, p. 71.

¹⁵ ORDEM e Progresso. Ribeirão Preto, n. 5, set.-out. 2001.

¹⁶ CASALS MESEGUER, p. 185.

existe uma clara rivalidade entre simpatizantes de um nacionalismo tolerante em termos raciais - grande parte dos 'carecas', seja os do Subúrbio ou do ABC, aceita negros e os filhos da imigração nordestina em seus quadros - e os defensores da supremacia branca, os *white power skinheads*, também devotados ao separatismo em nome de uma improvável pureza racial. Além disso, não é rara a migração de 'carecas' para as hostes pro-*white* assim com a inclusão nesses grupos de jovens oriundos de camadas privilegiadas da sociedade. As razões para tanto estão na própria natureza do discurso supremacista, importado da extrema-direita do hemisfério norte, mais capacitado a criar um sentimento de coesão a partir da identificação equivocada dos problemas e da possibilidade de solução dos mesmos, elemento o qual os 'carecas' não dispõem tão claramente, apesar de sutis aproximações com o Integralismo e com o Partido da Restauração da Ordem Nacional (PRONA).

Em função do que foi dito até aqui, não se pode olhar para os setores nacionais dos *skinheads* como configuradores de um movimento social, mas somente como grupos identitários marginais, insignificantes para o cenário político institucional. Pouco visíveis também em termos numéricos, os *skins* do Brasil alcançam visibilidade somente por conta da violência física e discursiva que praticam. São esses os momentos que os tornam publicamente identificáveis. No entanto, é em certo tipo de nacionalismo que eles procuram balizar e justificar o uso da força contra aqueles que são julgados a revelar como inimigos da nação. Daí a importância da identificação e reconhecimento de tais elementos, mesmo contando com a natural existência de limites a essa tarefa.

Raça, imigração e separatismo: áreas de conflito

Um princípio interessante para compreender a origem dos elementos que compõem o nacionalismo dos 'carecas' e *white power skins* passa por Isaiah Berlin: "*El nacionalismo es una inflamación de la conciencia nacional que puede ser, y lo ha sido a veces, tolerante e pacífico. Resulta de una herida, de una especie de humillación colectiva*"¹⁷. O sentimento de humilhação coletiva sugerido por Berlin pode ser interpretado de maneiras diversas, dependendo do grupo que dele faz uso. Tomando em conta exclusivamente os *skinheads* - e, portanto, deixando à margem a tolerância e o pacifismo sugeridos pelo historiador - os sujeitos causadores da humilhação são aqueles que, segundo parâmetros internos, se apoderam dos meios da vida social que eles julgam lhes pertencer como dignos representantes da nação, seja esta o Brasil integral ou um estado secessionista mais ao sul.

Existe, claro, alguma estranheza na presença dos *skinheads* em território brasileiro. Afinal, o Brasil possui bem pouco daquilo que alimenta a existência do ultranacionalismo europeu, por exemplo. Não se quer aqui dizer que os argumentos da extrema-direita da Europa tenham alguma validade no campo do real. Sua fonte mítica é clara. Jamais poderá se falar em raça pura ou cultura comum sem a inclusão das tradições inventadas. Mas não há como negar que é bem mais fácil

¹⁷ BERLIN, Isaiah. El retorno del bastón, sobre la ascención del nacionalismo. In: DELANOI, Gil & TAGUIEFF, Pierre-André (comp.). *Teorias del nacionalismo*. Barcelona: Paidós, 1993, p. 433.

disseminar idéias de superioridade branca, anti-imigração ou anti-socialismo em um espaço onde existe uma relação histórica longeva com tais temas e, inclusive, um senso comum capaz de fornecer um suporte mais amplo aos mesmos. Fosse tão simples, o artigo terminaria por aqui, restando apenas uma breve espera pela extinção total dos *skins* do Brasil por mera falta de razões para sua existência.

Mas os *skinheads*, de maneiras peculiares, conseguem transferir parte dos argumentos que sustentam a extrema-direita européia para o Brasil, recriando-os de forma a estarem em sintonia com aquilo que eles julgam ser a realidade brasileira. Um reforço a essa sincretização advém ainda de algumas criações próprias e que até se chocam com os ventos ideológicos que sopram a partir da Europa. Chocam-se, mas respeitam. É comum entre os ‘carecas’ a proposta interna de que a Europa é o lar dos brancos e, desta forma, a eles pertencem e que o Brasil, sendo um lar de todas as raças, as todas as raças pertence igualmente. A falta de perspectiva histórica é visível. Nesse ponto, os ‘carecas’ parecem desconhecer que, além dos indígenas, as demais “raças” que compõem a nação são resultantes de movimentos coloniais e migratórios.

A questão racial, porém, não é tida pelos *skins* do Brasil como apenas um embate entre a celebração e a negação pura e simples. Se uma rápida análise aponta para a polaridade absoluta entre ‘carecas’ e pro-*white skinheads*, um aprofundamento maior abre espaço para variantes nem sempre externadas com tanta intensidade. A linha simplista que separa racistas e não-racistas é por vezes subvertida por posicionamentos intermediários, tendo por base um tipo particular de visão histórica. RM, 23 anos à época da entrevista, ‘careca’ do grupo neo-integralista de Niterói (RJ) e um dos editores do *fanzine* *Avante!*, acredita que “O Brasil até raça própria tem, no caso o negro, o índio e o branco”¹⁸. Assim, ele e seus companheiros de causa renegam o racismo, aproximando-se da proposta definida por Lesser como a “teoria do triângulo”:

“uma ‘civilização’ criada a partir da ‘colisão das três raças’: africanos (pretos), brancos (europeus) e índios (nativos), onde a mistura dos povos que se encontravam dentro da área demarcada pelos limites do triângulo criou infinitas possibilidades genéticas.”¹⁹

A partir da declaração de RM., a noção um tanto peculiar de raça subscreve-a ao território de um Estado nacional e não à etnia: pertencem à “raça brasileira” aqueles indivíduos nascidos no Brasil e que para ele trabalham e produzem. A partir desses discursos o pressuposto da miscigenação se estenderia a todos os ‘carecas’ anti-racistas? Ou as “*infinitas possibilidades genéticas*” não seriam tão infinitas? O careca do subúrbio JB., mesmo renegando qualquer possibilidade de exclusão social por força da etnia, posiciona-se contra a mistura:

¹⁸ CARECAS Rio de Janeiro: depoimentos. Entrevistador: Alessandro Bracht. Niterói, 17 ago. 2002. 1 fita cassete (60 min.).

¹⁹ LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Unesp, 2001, p. 29-30.

“minha idéia é não pregar o preconceito sob nenhum aspecto pois isso é contra a lei. Racismo, creio que já falei, é diferente de discriminação racial. Eu não me misturo e não gosto da mistura pelo simples fato de interferir na cultura dos descendentes. Só isso. Preservação da espécie.”²⁰

A postura de S., 22 anos, residente em Porto Alegre, é algo parecida com a de JB.:

“A gente [o skinhead] preserva muito a origem e a tradição. O movimento é todo tradicional. A gente preserva a tradição do sul, gaúcha mesmo. E como a tradição parte da família, família branca, então eu quero dizer quem eu sou: eu sou assim, sou gaúcho, sou brasileiro, sou branco.”²¹

Em linhas gerais, as palavras de JB e S expõe um posicionamento bastante aceito entre os ‘carecas’: o projeto nacionalista deve incluir igualmente todas as raças que convivem no Brasil, desde que preservando as diferenças étnicas inerentes.

Essa subtolerância presente entre os ‘carecas’ não faz parte do programa defendido pelos *skinheads* do ‘poder branco’. Os alvos primeiros desses grupos são os negros e os nordestinos. Aqui, entretanto, surge um problema: pode o ódio dirigido aos imigrantes nordestinos ser classificado como de ordem racial? E, em caso positivo, o anti-semitismo também estaria aqui incluído? A partir de uma análise do discurso interno, a confusão apenas tende a aumentar. Os olhares do poder judiciário e da mídia tampouco ajudam, apesar da tendência de verem como racismo o preconceito dirigido a imigrantes do nordeste e a judeus. Em linhas simplistas, o negro é tratado como raça inferior dada à marginalidade e à malandragem inerentes, o nordestino como ladrão de empregos e subversor cultural - e aqui pode ser incluída a repulsa à miscigenação - e o judeu como o controlador da mídia e, conseqüentemente, da opinião pública, assunto este que será visto no subtítulo dedicado ao comunismo e ao sionismo. Dessa forma, são adicionados outros elementos que competem com o racismo puro e simples, mas que ajudam a conformá-lo como tal.

O discurso sobre a inferioridade negra é incômodo, quando não chocante. Em dois documentos de ordem interna, os *skins* supremacistas demonstram capacidade para subverter a ordem histórica dos fatos e transformar o presente em sua única fonte de argumentação, como se o passado escravista não mais incidisse sobre os eventos contemporâneos. O primeiro dos citados é a música “*Peste negra*”, da extinta banda paulista Brigada NS:

“Negro, negro, vê se te manca/ Cai fora do meu país/ Levando junto o teu samba/ Negro, negro, sai da minha nação/ Para abaixar o índice de ladrão/ Já estou cansado de te aturar/ E o teu fedor, ter de respirar/

²⁰ JB: depoimento. Entrevistador: Alessandro Bracht. São Paulo: 12 dez. 2001. 1 fita cassete (45 min.).

²¹ CARECAS Porto Alegre: depoimentos. Entrevistador: Alessandro Bracht. Porto Alegre, 22 dez. 2001. 1 fita cassete (60 min.).

Ainda és escravo e não podes reclamar/ Abaixo a cabeça, senão vai apanhar/ Negro, negro, sai do meu país/ Para me deixar mais feliz/ Negro, negro, cai na real/ ainda és primitivo/ É só um animal/ Na minha nação/ Tu não tens mais lugar/ De tanto procriar/ Agora tens que roubar/ Volte para a África, macaco desgraçado/ Não temos mais senzalas/ Para você vegetar”²²

O segundo, de autoria da organização Esquadrão NS, tem por base meros dados estatísticos, tradicionais cobertores de realidades construídas em longo prazo: “*Pode-se notar a ignorância negra. São 85 por cento dos presos gastando nosso dinheiro*”²³.

Nos dois casos apresentados, a fonte ideológica primordial parece advir dos Estados Unidos da América, país por excelência do poder branco. Foi a partir do sul dos EUA que, ainda no século XIX, surgiu o primeiro núcleo da Ku Klux Klan (KKK), depois expandido e dividido em dezenas de células. Lá também nasceram religiões pregadoras da superioridade branca, caso da Church of the Creator (COTC) na década de 1970. E apesar da Europa ter inúmeras organizações devotadas à mesma causa²⁴, a tolerância norte-americana a essas formas de manifestação é visível, o que permite uma divulgação mais intensa e regionalmente ampla da ideologia pro-*white*. Claro que não há uma leitura local dos teóricos racistas norte-americanos, como Louis Beam ou Willian Pearce. O contato se dá desde o discurso construído pelos *skinheads* a partir desses teóricos. Os *Hammerskins* tem como orientação primeira as 14 palavras de Beam, adaptadas ao idioma português pelo grupo *White Power Sul Skinheads* (WPSS): “*Precisamos assegurar a existência de nosso povo e um futuro para as crianças brancas*”²⁵. A simbologia adotada pelos WPSS é buscada diretamente na KKK e em outras organizações racialistas internacionais, algo que se verifica na totalidade dos grupos pro-*white* brasileiros pesquisados.

A discussão a respeito na presença nordestina é praticamente exclusiva aos *skinheads* de São Paulo. Entre os ‘carecas’, uma maioria de extrato suburbano, a presença de imigrantes e de seus filhos já nascidos em território paulista é um tema pessimamente resolvido. Não há postura clara e os precedentes são perigosos. É fato que existem *skins* herdeiros dos movimentos migratórios do nordeste, presença decisiva na construção do movimento operário do ABC paulista. Entretanto, entre estes, há quem contraditoriamente se mostre desfavorável à imigração ou mesmo negue sua origem regional. O ‘careca do subúrbio’ JC, filho de mãe nordestina,

²² BRIGADA NS. *O Retorno da velha ordem*. [São Paulo]: Divisão 18, 1998. 1 CD.

²³ ESQUADRÃO NS, 2002. Disponível em: <http://libreopinion.com/members/esquadrao_ns>.

²⁴ *A Blood & Honour*, a mais profusa das organizações juvenis do *white power* europeu, completou a formação de sua ideologia somente após a principal liderança, o músico e ativista Ian Stuart, ter visitado os Estados Unidos. Lá, ele foi recebido por integrantes da KKK e formou uma banda chamada Klansmen, criando sonoridades e escritos ao gosto americano e levando-as de volta à Inglaterra quando de seu retorno.

²⁵ “*We must secure the existence of our people and a future for white children*”. WHITE Power Sul Skinheads, 2002. Disponível em: <<http://www.libreopinion.com/members/wpss>>.

declarou em princípio dos anos 1990: “O problema é que eles aceitam ganhar qualquer coisa e aí os salários caem. A melhor coisa era desenvolver essas regiões para que eles ficassem lá. Eu sou uma pessoa que me esforço e devia ganhar mais”²⁶. Já MG., editor do fanzine *Protesto Suburbano* desde 1986 (desligou-se dos Carecas do Subúrbio em 2004), em carta enviada ao skin porto-alegrense RC., afirma que os primeiros defensores de posturas anti-imigração saíram do meio ‘careca’: “Até eu, apesar de ser pernambucano, me envolvi [no combate à presença nordestina] e inclusive saí na capa da finada e infame revista *Atenção*, numa foto muito antiga”. Na citada foto, MG. aparece ao lado de outros ‘carecas’, mão espalmada, fazendo a saudação típica do nacional-socialismo.

Distanciados das controvérsias internas dos ‘carecas’, os *white power skinheads* abominam a população de origem nordestina que habita São Paulo. Há algo de racial no conteúdo da repulsa. Fenotipicamente, os imigrantes nordestinos tendem a ter a pele mais escura, apesar do sotaque e da cultura serem as principais marcas distintivas. Assim, além de racialmente inferior, é muito comum seu uso como bode expiatório do desemprego e da desagregação cultural, como se São Paulo possuísse traços culturais homogêneos passíveis de dissolução através da presença “estrangeira”. Aqui, o pensamento nacionalista europeu contemporâneo está fortemente presente, como indica Stolcke ao definir a razão de eventos dessa ordem no velho mundo: “Um argumento citado para justificar contra os imigrantes é de que, além de tudo, ‘eles’ são diferentes culturalmente (...). Um grande número de imigrantes destruiria a ‘homogeneidade da nação’²⁷. Nesse sentido discorrem as músicas “Nosso estado”, da Frente Nacional, e “Migração”, da Brigada NS:

“Não podemos recuar/ A migração já passa do limite/ Somos paulistas, vítimas paulistas/ Não, não perca seu orgulho/ (...) Falam mal da invasão estrangeira/ Mas não enxergam a migração interna/ Nós nascemos aqui/ Não deixe que te roubem/ Seu emprego, sua garota, seu lugar/ Temos que lutar antes que seja tarde/ São Paulo jamais será dividido”²⁸

“Dia após dia/ Migram do nordeste/ Centenas de imundos/ Que são uma grande peste/ Nossa histórica cultura/ Está sendo esquecida/ Nosso povo se mistura/ Com essa espécie apodrecida/ Não, migração, não/ São Paulo está/ Ficando pequeno demais/ Amo São Paulo/ Quero viver em paz/ Migração diária polui o nosso estado/ Tenho de lutar/ Não vou ficar parado”²⁹

A violência que emana desse discurso acaba assumindo outras formas que não à agressão física dirigida a negros ou a nordestinos. Casos graves como o assassinato em Ribeirão Preto (SP) de um menino de rua negro a chutes por um *skinhead* de

²⁶ COSTA, Carecas..., p. 152.

²⁷ STOLCKE, Verena. Cultura europeia: uma nova retórica de exclusão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.22, jun. 1993, p. 22.

²⁸ PAULISTARUM Terra Mater. [São Paulo]: s.r., 1996. 1 CD.

²⁹ BRIGADA NS, *O retorno...*

apenas 16 anos, em 1993, sob o argumento de que extermínio de drogados, negros, nordestinos, prostitutas e homossexuais é um serviço prestado à Nação³⁰, e o envio de uma carta ao SOS Racismo (SP) com a foto de um policial branco apontando o fuzil para um negro seguido dos dizeres “*Aberta a temporada de caça às galinhas de Angola*”³¹, também em 1993, são fatos excepcionais. A repressão desencadeada por esses eventos assim como a divulgação de idéias pela *web* provocou um claro recuo de manifestações públicas de intolerância ao ‘outro’. Muito mais comum no tempo presente as brigas entre grupos rivais de ‘carecas’ e *white power skins* ou atos de violência contra homossexuais, especialmente em zonas de prostituição de travestis, que raramente denunciam a violência que sofrem, e atos de vandalismo em pontos de encontro tipicamente *gays*. O mais grave desses eventos ocorreu em fevereiro de 2000, quando um grupo de Carecas do ABC assassinou o adestrador de cães Édson Nérís da Silva a golpes de coturno e soco inglês somente porque ele circulava pela Praça da República, centro da capital paulista, supostamente de mãos dadas com seu companheiro. Legitimada por um fundo religioso, a exclusão de homossexuais é mais uma variante na composição do nacionalismo dos *skins* brasileiros, desta feita sem gerar rivalidades entre ‘carecas’ e *skinheads* supremacistas uma vez que não envolve a questão da raça.

O programa de exclusão de negros e nordestinos propalado pelos *skins* do ‘poder branco’ encaminha a questão do separatismo. Ao contrário da maioria dos ‘carecas’, unionistas e aceitadores da multiracialidade brasileira, mesmo quando contrários à miscigenação, os *skinheads* do ‘poder branco’ defendem a formação de um novo Estado e, conseqüentemente, de uma nação somente para a população branca. Mas entre esses mesmos *skins*, duas correntes separatistas distintas dividem a causa entre os defensores de um Estado formado pela junção de São Paulo com a região sul do Brasil - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (essa proposta, naturalmente, parte dos *skinheads* de São Paulo) e aqueles que desejam a formação de um país apenas com os três estados sulistas. A exclusão de São Paulo eliminaria certos problemas que não dizem respeito ao sul do Brasil, como a já citada imigração nordestina. Segundo Andrade,

*“há mais nordestinos em São Paulo do que em Salvador, Fortaleza ou Recife. A maior parte dessa população é formada por pessoas pobres que ocupam atividades de baixa especialização, ganhando salários inferiores, trabalhando em atividades refugadas pelos paulistas e vivendo em bairros periféricos pobres, em favelas (...)”*³²

O mesmo autor indica que o separatismo sulino combate “também São Paulo, por considerá-lo como Estado mais rico, um intermediário na exploração do Sul pelo Norte” e “Tem verdadeira aversão a Brasília, considerando-a como um câncer

³⁰ KAHN, Túlio & CARVALHO, Sandra Elias de. Dossiê Neonazismo. *Revista da História*, São Paulo, n. 129-131, ago.-dez. 1993/ ago.-dez. 1994, p. 246.

³¹ KAHN & CARVALHO, Dossiê..., p. 251.

³² ANDRADE, Manuel Correia de. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Unesp; São Paulo: Edusc, 1999, p. 172.

que suga o Brasil”³³. A banda Corrosão é o nome mais conhecido do separatismo no sul. O tema “Região Sul Livre” discursa nesse sentido:

*“Os três estados sulistas não podem carregar/ Essa cumplicidade de quem não quer ajudar/ O sulista trabalha, seu dinheiro some/ Das contas bancárias destes vermes em Brasília/ Não precisamos do poder centralizado/ Somos potência e não impotentes/ Vamos romper estas correntes e vencer/ Sou sulista, não quero ver minha gente morrer”*³⁴

Há, entretanto, uma questão de foro interno que incomoda os *skinheads* *pro-white* do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e reforçam a exclusão de São Paulo do projeto de secessão, ou seja, grande parte dos *white power* paulistas não seriam realmente herdeiros do sangue europeu, somente mestiços se fazendo passar por arianos.

Comunismo e sionismo: os inimigos da nação *skinhead*

Entre as tantas discórdias internas que assolam a improvável unidade dos *skinheads* brasileiros, pelo menos dois temas são capazes de colocar sob um mesmo teto ideológico a totalidade de seus integrantes. Tanto para ‘carecas’ como para *white power skins* o comunismo e o sionismo são inimigos a se eliminar em nome de um nacionalismo pleno e irrestrito. Antes de mais, porém, é de se pensar através de que formatos as informações quanto ao sionismo e o comunismo chegaram até os *skinheads*. Partir da premissa que tais formatos são numericamente variados - livros, *fanzines*, *websites*, músicas e oralidade - é ponto de partida e encaminha a idéia de que os métodos de absorção da mensagem se dão basicamente por meio dos próprios produtos culturais dos *skins*. São poucos aqueles que realizam a leitura direta de tratados político-filosóficos e históricos de orientação nacionalista e revisionista. E, pelo menos no caso brasileiro, é pouco usual a presença de intermediários ideológicos extra-grupais.

Assim sendo, compreender o ódio que cultivam os *skinheads* do Brasil pelo comunismo e pelo sionismo passa, obrigatoriamente, pelo tipo de apreensão que eles fazem de tais objetos. Quanto ao comunismo, pode-se afirmar que se trata de um processo combinatório no qual estão incluídos elementos da experiência socialista real, tomada pelos *skinheads* como fracassada, da teoria marxista e da suposta influência socialista sobrevivente através da esquerda trabalhista (leia-se Partido dos Trabalhadores e aliados), nos rumos da política nacional. Porém, é necessário dar medidas diferenciadas a cada um dos componentes dessa equação, cabendo ao último deles o peso maior para os *skinheads*.

Sobre a extinta União Soviética, RM vê nela

“o exemplo do comunismo posto em prática, o exemplo da desgraça que aquilo representa: o fim da religião, que é uma coisa fundamental

³³ ANDRADE, *As raízes...*, p. 169.

³⁴ CORROSÃO. *O Sul é o nosso país*. [Vitória/Porto Alegre]: Oi! Brasil Records/ Front 14 Productions, 2001. 1 CD.

para o ser humano, todo mundo tem que ter uma base espiritual, uma crença em Deus (...). Não deu certo, faliu um país que tinha tudo para dar certo. Além de doutrinariamente sermos radicalmente contra, na prática o comunismo não funciona. Os nacionalismos - o nacional socialismo e o fascismo - foram destruídos por guerra. Porque funcionaram. Você vê que a Alemanha era zero desemprego, a Itália, zero desemprego. Agora, o comunismo se autodestruuiu.”³⁵

O pensamento do ‘careca’ entrevistado representa a hiperidealização de sistemas políticos totalitários, comum entre todos os *skins*.

Em relação aos modelos socialistas internacionais sobreviventes, os *skinheads* também não demonstram condescendência alguma. A posição do grupo separatista *White Power Sul Skinheads* é sintomática:

“Todos nós sabemos que o comunismo é a negação completa da ordem cristã fundamentada na verdade revelada por Deus nos mandamentos e pregada pela Igreja. (...) Em Cuba, o comunismo avança mais do que nunca em sua obra de destruição dos últimos redutos da civilização cristã naquele país.”³⁶

Os *skins* ainda crêem que a sobrevivência do comunismo em solo brasileiro está garantida por seu poder de influência sobre o modo de pensar dos jovens. Tendendo a optar por modelos de conduta que ofereçam maior liberdade, em que a intensidade da vigilância disciplinar é menos ferrenha, não surpreendentemente a juventude sempre foi um campo de forte penetração dos ideais de esquerda. Assim, para os *skinheads* do Brasil, o comunismo se traveste de libertário/ libertino como forma garantir sua continuidade política:

“Vamos falar da nossa realidade, a realidade brasileira. Nós estamos totalmente contra o comunismo pelo que ele representa hoje no Brasil: drogas, aborto, homossexualismo. Você vê o exemplo dos políticos de esquerda. Então nós somos radicalmente contra o comunismo.”³⁷

RM, por certo, se refere aos políticos que levam a termo os debates a respeito da legalização do aborto, da descriminalização ou liberação da maconha e da união legal entre pessoas do mesmo sexo, usualmente filiados às siglas da esquerda nacional.

Já a questão do sionismo produz ataques generalizados por parte dos *skinheads* brasileiros. Em comum ainda o livro - ou de acordo com Lopez, a “*colagem de assuntos sem continuidade*”³⁸ - que dá a base histórica da resistência ao “poder

³⁵ CARECAS Rio de Janeiro.

³⁶ WHITE Power Sul Skinheads.

³⁷ CARECAS Rio de Janeiro.

³⁸ LOPEZ, Luiz Roberto. *Do Terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1992, p. 154.

sionista”: *Holocausto: judeu ou alemão?*³⁹, de S. E. Castan, tido pelos *skinheads* como verdade absoluta e, de certa forma, responsável pelo peculiar reconhecimento interno de que a mídia em todas suas formas populares, mas especialmente a imprensa, está concentrada nas mãos do sionismo⁴⁰. O que tornaria os sionistas capazes de controlar a opinião pública em termos favoráveis aos seus planos de dominação mundial, usando do Holocausto como moeda de troca nos momentos críticos. A perspectiva histórica proposta por Castan deu vazão a uma série de justos protestos contra o teor da obra. De *best-seller* de banca de jornal, *Holocausto: judeu ou alemão* tornou-se um livro proscrito e seu autor condenado em instância federal por crime de racismo. O que acabou lhe conferindo ainda mais legitimidade entre os *skins*.

As opiniões dos ‘carecas’ T. e L., neste depoimento registrado no início da década de 90, após a leitura por ambos de Castan, apontam esse credo irrestrito:

*“Bom, falando a verdade, houve deturpação também pelos judeus e pela imprensa. Esta era toda de judeus. Já tive informações que, na época, na Alemanha (...) era igual a isso que o Brasil está passando agora. Os caras andando todos com ‘carrinho bonitinho’, e os alemães ‘malhando’, não tendo nada.
(...)”*

Até hoje os judeus tentam deturpar essa imagem. Falaram que existia a câmara de gás, crematório. Só que está sendo provado por um cara, um cidadão que foi pesquisar, que não era verdade. O pessoal aprendeu na escola que o alemão era um monstro. Quanto ao Hitler, os negros também o aprovaram. Racismo só tinha contra judeu, sabe, era só eles.”⁴¹

Sendo o discurso de Castan, inevitavelmente importado do revisionismo histórico alemão, os argumentos que motivam o anti-sionismo dos *skinheads* brasileiros resultam similares àqueles usados na Alemanha e em demais países europeus, torna-se, assim, cabível para o Brasil o exemplo apresentado por Teixeira da Silva:

“(...) na Alemanha, as lideranças fascistas exercitam organizadamente o desafio à legislação contrária a apologia do racismo, ao denunciarem o Holocausto como mentira histórica. (...) Os teóricos da revisão histórica receberam um apoio inesperado das organizações ligadas à defesa dos palestinos, bem como dos próprios países islâmicos, interessados em demonstrar uma (...) manipulação, por parte de Israel,

³⁹ CASTAN, S. E. *Holocausto: judeu ou alemão?* Porto Alegre: Revisão, 1987.

⁴⁰ Os dois livros mais consumidos por *skins*, especialmente os europeus, são o anônimo *Os protocolos dos sábios de Sião* e *Mein Kampf*, de Adolf Hitler. No Brasil, tanto pela pouca dedicação à leitura como pela inacessibilidade a ambos, os *skinheads* não costumam usar da teoria da conspiração judaica-massônica-comunista para sustentar (sic) suas posições. Assim, entre os ‘carecas’ e *white power skins* locais, cada qual cumpre sua função destrutiva e os encontros não são combinados, mas coincidentes.

⁴¹ *Apud* COSTA, Carecas..., p. 149-150.

do genocídio judeu como arma incapacitante de qualquer crítica à política israelense no Conflito do Oriente Médio.”⁴²

Mais recentemente, protegidos pelo anonimato que somente a rede mundial de computadores pode oferecer, os ataques passaram a ser mais sistemáticos e agressivos. Enquanto, atualmente, os ‘carecas’ preferem evitar o assunto e as polêmicas dele provenientes, os *white power skinheads* aproveitam-se do recurso a *web* para promover seus ataques. Eis o que afirmam os integrantes da facção Esquadrão NS, formada a partir de São Paulo, no texto “Mídia sionista”:

“Devemos dizer não à mídia sionista. Eles destroem os verdadeiros valores, que são a família, a honra, a lealdade, o dever e o orgulho. E nos vendem os falsos valores, valores que já tomaram conta de quase todo o planeta, o status, a fama, a fortuna, a moda, a beleza, a riqueza pessoal acima de tudo, mesmo que seja necessário pisar em todos, até mesmo em pessoas da sua própria raça.

A mídia na verdade é uma grande corrompedora de menores, incitam a sexualidade infantil sem medir conseqüências, embora saiba quais serão pois na verdade querem acabar com o pátrio poder da família, tornar nossa sociedade um pandemônio, facilitando os atos de execução dos governantes já que o indivíduo que não respeita aos pais, por conseqüência, não respeitará o próximo. E isso de um modo geral é o início da verdadeira anarquia.”⁴³

Os fragmentos acima apresentados sintetizam, em boa parte, o pensamento *skinhead* em torno da improvável capacidade sionista de desintegrar uma nação, no presente caso a brasileira. Os entraves à vitória do nacionalismo, segundo o apresentado, não estariam em atingir diretamente a soberania nacional, apesar de suas capacidades para tanto, mas em atacar a pátria a partir de instâncias menores em termos de visibilidade e tão importantes como o próprio território (do Brasil, de São Paulo ou dos três estados sulistas), ou seja, a família - especialmente buscando o rompimento entre gerações - e mesmo o indivíduo em sua relação de dever para com o Estado nacional. A disseminação de liberdades através do monopólio midiático como a divulgação das drogas, do sexo precoce, da homossexualidade, idéias contrárias aos baluartes morais da nação, idealizados pelo pensamento de extrema-direita, faz do sionismo o grande inimigo do nacionalismo propalado pelos *skinheads*.

Parte dos males identificados pelos *skinheads* nas práticas sionistas e comunistas é de mesma ordem, está colocada no campo da moral. Por métodos diferenciados - a esquerda através do debate político e os judeus internacionais através do poder da mídia - divulgariam valores contrários ao conservadorismo nacionalista. Tornam natural aquilo que *skins* consideram antinatural; aborto, homossexualidade, sexo precoce ou mesmo a infidelidade conjugal e uso de drogas. Tais elementos

⁴² SILVA, Fascismo..., p. 157.

⁴³ ESQUADRÃO NS, 2002.

receberiam o banimento em uma sociedade idealizada pelos adeptos do ultranacionalismo. Para eles, a eliminação do comunismo e do sionismo daria conta de resolver boa parte dos problemas da nação. Assim pensam os *skinheads* a esse respeito, ainda que a maioria não tenha uma noção clara da nem origem dessas idéias e nem tampouco onde localizar provas que justifiquem esse pensar.

Conclusão

Mais complexo que buscar as origens do discurso intolerante dos *skinheads* brasileiros e das práticas dele oriundas é compreender o que faz que tantos jovens sintam-se atraídos por esse universo que, naturalmente, os condena a marginalidade e à perseguição legal. Nesse sentido, creio ser possível trabalhar com duas hipóteses que, conjuncionadas, oferecem algum sentido à total ausência de razão. A primeira delas diz respeito à natureza rebelde dos jovens. Na sanha da diferenciação e da afirmação, nem sempre as escolhas a esse respeito são as mais recomendáveis. Assim, as violências típicas dos *skinheads* assumem a função de torná-los temidos e com isso, dentro de uma perspectiva absolutamente interna, respeitados pelos demais setores da sociedade, especialmente aqueles que eles julgam combater.

A segunda refere-se às mazelas de ordem social que no Brasil não são poucas. Desemprego ou subemprego, falta de perspectiva para o futuro, educação paupérrima, só para citar aqueles que atingem mais severamente a juventude, são problemas de longa data para os quais o poder instituído não oferece solução. As mentes juvenis, cansadas de tamanha insolubilidade, acabam buscando alternativas simplificadoras para problemas complexos. E, como visto ao longo do presente artigo, o ideário de extrema-direita surge como um baluarte de segurança já que resolver os problemas passa pelo esforço de simplesmente eliminar os agentes sociais responsáveis. Tanto que, já foi dito, os ‘carecas’ perdem membros e posições para os quadros do ‘poder branco’, detentores de um discurso mais ordenado, no qual há uma definição clara do inimigo.

Vale a ressalva de que localizar as motivações para a existência e persistência dos *skinheads* no Brasil não é justificar suas ações a partir das incertezas naturais da juventude. Para certas coisas, a maturidade não precisaria ser necessária. Mas se a intolerância e a violência chocam-se com o primado da razão, há que se convir que a razão ocidental, por questões visíveis a olho nu, enfrenta uma crise de credibilidade cada vez mais intensa, o que permite a existência de humanos que odeiam outros humanos em função de seus aspectos físicos, culturais e mentais e, além disso, julgam-nos os agentes de toda a sorte de desgraças possíveis. Segundo Hobsbawm:

*“Como vivemos numa era em que todas as outras relações ou valores humanos estão em crise, ou, pelo menos, em algum ponto de uma viagem para destinos desconhecidos e incertos, a xenofobia parece estar se tornando a ideologia em massa deste fim de século. O que hoje une a humanidade é a negação do que a espécie humana tem em comum.”*⁴⁴

⁴⁴ HOBBSAWM, Etnia..., p. 282.

O historiador britânico refere-se mais especificamente à Europa e suas relações com o 'outro'. Mas, sinceramente, o que poderia fazer do Brasil um lugar tão diferente nesse sentido?

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a compreensão do nacionalismo radical celebrado pelos *skinheads* brasileiros a partir de suas construções ideológicas, das intra-rivalidades e das práticas, usualmente violentas dele emanadas. Sobre as fontes trabalhadas, foram privilegiadas as de foro interno (*fanzines*, depoimentos orais e *web sites*), uma vez que são elas que revelam com maior clareza a rede de referências usadas na formação dessa forma peculiar e radical de pensar a questão da nacionalidade.

Palavras-Chave: *Skinhead*; Nacionalismo; Violência.

ABSTRACT

This article aims at understanding the radical nationalism celebrated by the brazilian skinheads: its ideological constructs and its internal rivalries and practices (usually violent). On the sources used here, we privileged the internal ones (such as *fanzines*, personal interviews, and web sites) since they are the ones which clearly reveal the network of references employed in this peculiar and radical way of thinking the question of nationality.

Keywords: *Skinhead*; Nationalism; Violence.

EDWARD SAID: ENTRE A CRÍTICA LITERÁRIA E A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA¹

*Alarcon Agra do Ó*²

“(...) os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegamos.”
Italo Calvino

“Mas toda apresentação rápida de Said é parcialmente falsa.”
Leyla Perrone-Moisés

*Cultura e Imperialismo*³ remete, desde a primeira frase de sua Introdução, ao livro mais famoso de Said, o *Orientalismo*⁴. Os caminhos da preparação do livro mais antigo haviam suscitado em Said “idéias sobre a relação geral entre cultura e império”, as quais acabariam por ser, ao longo dos anos, elaboradas em algumas conferências, ministradas em meados dos anos 1980, nos EUA, Canadá e Inglaterra. Essas conferências tiveram o papel de dar espaço à transformação daquelas idéias, até então apenas sugeridas, num campo de investigação e de reflexão. Por outro lado, diz Said, as teses propostas no *Orientalismo* foram apropriadas por “estudos de antropologia, história e disciplinas de áreas específicas”, de sorte a que ele se viu estimulado a “ampliar a argumentação do livro anterior, de modo a descrever um modelo mais geral de relações entre o Ocidente metropolitano moderno e seus territórios ultramarinos”⁵.

Said estabelece então, com o seu livro célebre, um diálogo que é ao mesmo tempo de afirmação, ampliação e problematização. Ele parte de questões já enunciadas, experimenta o seu funcionamento no estudo de contextos mais dilatados, e, desse modo, põe à prova argumentos com os quais trabalha, e a partir dos quais construiu, para si, um lugar de destaque na cena cultural contemporânea. A primeira questão que ele levanta, acerca disso, diz respeito a

¹ Este texto consiste no material de apoio para uma discussão acerca da obra de Edward Said, realizada em algumas sessões da disciplina “Tópicos em Teoria da História”, ministrada pelos professores doutores Durval Muniz de Albuquerque Junior e Regina Beatriz Guimarães Neto, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, durante o 2º semestre letivo de 2004.

² Professor Assistente na área de Teoria e Metodologia da História da Unidade Acadêmica de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

³ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 11.

uma ampliação geográfica do objeto dos seus textos, no sentido de que eles vão se voltar para áreas que não são o Oriente Médio: ele escreve, então, acerca de “*textos europeus sobre a África, a Índia, partes do Extremo Oriente, Austrália e Caribe*”. Importa lembrar, entretanto, que desde o *Orientalismo* Said já havia deslocado, no que toca à análise levada a efeito nas suas obras, o sentido do recorte geográfico. Quando ele aponta, portanto, para uma ampliação do seu horizonte para além das fronteiras do Oriente Médio, é preciso que o leitor esteja atento para não cair no precipício da naturalização. O Oriente Médio, diria Said, não é um lugar inscrito apenas no chão, nas areias e no sol, ainda que essa base material seja importante para demarcar suas fronteiras; mais que isso, o Oriente Médio é a forma como certas áreas do planeta e certas experiências históricas foram nomeadas e classificadas, e mais importante do que apreender os seus limites num mapa na parede é entender a lógica que organiza aquela repartição singular⁶.

E é a isso que ele diz se dedicar, na sua reflexão acerca das relações entre cultura e imperialismo. Ele quer considerar “*esses discursos africanistas e indianistas, como foram chamados, parte integrante da tentativa européia geral de dominar povos e terras distantes, e portanto relacionados com as descrições orientalistas do mundo islâmico, bem como com as maneiras específicas pelas quais a Europa representa o Caribe, a Irlanda e o Extremo Oriente*”. Interessa-lhe pensar, nas suas fontes, o que as sustenta enquanto textos, ou seja, a sua organização retórica - e o que nela está enredado. Assim, Said procura ressaltar, nas suas análises, como textos são tramados a partir de enunciações aparentemente apenas *literárias* - no sentido de referentes apenas ao mundo imaginativo e expressivo do escritor -, mas que estão comprometidas com a invenção de mundos e de possibilidades de entendimento e de comunicação desses mundos. Por exemplo, Said menciona as referências ao mistério do Oriente, ou os estereótipos que são produzidos para certos grupos humanos (africanos, indianos, chineses etc.), ou mesmo “*as idéias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos*”, pelas quais seriam justificados os castigos dos mal comportados, a violência contra o outro que não somos “*nós*”⁷.

Já aqui Said faz ver algo da forma como seu trabalho é realizado. Ele embaralha as fronteiras entre a produção cultural e a dinâmica política, recusando (por exemplo) um certo caráter neutro e a-histórico da literatura. A seu ver, a construção do texto é dotada de uma espessura política da qual não se pode fugir. A escolha de imagens para a descrição dos ambientes em que as histórias ocorrem, ou a definição dos tipos dos personagens, tudo se faz a partir do acionamento de uma série singular de possibilidades do dizer, e o que é dito, imediatamente, lança-se ao mundo como uma máquina de significação. Nesse sentido, para Said, a literatura não é outra coisa a não ser a política se realizando enquanto textualidade, enquanto fabulação interessada do mundo. A ampliação do seu recorte geográfico se justifica, por sua vez, pelo fato de que as narrativas que são analisadas por Said, e que se voltam, por exemplo, para o Caribe, repercutem estruturas narrativas, ou enquadramentos imagéticos que funcionam também orientalizando, ou seja,

⁶ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 11.

⁷ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 11-12.

recortando limites para a experiência à qual se referem, dobrando-a a uma lógica, que é a da supremacia dos valores (que são construídos como) ocidentais sobre o mundo⁸.

Importa a Said, por outro lado, a resistência que é encontrada pelo homem branco no mundo que ele sonha submeter. Said ressalta, inclusive, que no seu *Orientalismo* não foi trabalhada “a reação ao domínio ocidental que culminou no grande movimento de descolonização em todo o Terceiro Mundo”. Seria importante, portanto, destacar não apenas as iniciativas armadas de recusa à dominação ocidental, mas, também, o que foi feito no âmbito da “resistência cultural”, a qual se deu em grande medida “com a afirmação de identidades nacionalistas”, e o que foi possível no “âmbito político, com a criação de associações e partidos com o objetivo comum da autodeterminação e da independência nacional”. Não se pode pensar o “contrato imperial”, diz Said, sem que seja reservado um espaço na reflexão para as práticas históricas pelas quais foi impossível a “relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não ocidental inerte ou passivo” - o que seria o desejado pela ação e pela imaginação européias. Como diz o próprio Said, “*sempre* houve algum tipo de resistência ativa e, na maioria esmagadora dos casos, essa resistência acabou preponderando”⁹.

São, portanto, dois grandes eixos, o que Said apresenta como sendo os temas do seu estudo em *Cultura e Imperialismo*; “um modelo geral de cultura imperial em âmbito planetário e uma experiência histórica de resistência contra o império”. A exploração desses dois fluxos, entrelaçados, faz com que os seus dois livros (*Orientalismo* e *Cultura e Imperialismo*) possam ser pensados não como uma continuidade, mas como dois momentos singulares de problematização de elementos cruciais para o entendimento do mundo contemporâneo. Cada um deles tem a sua mirada, o seu ângulo preferencial, e, por conseguinte, os seus efeitos¹⁰.

Para apresentar com mais cuidado o seu estudo, Said se propõe, antes de mais nada, a demarcar as fronteiras da idéia de cultura com a qual ele trabalha. Isso é fundamental, é preciso ressaltar, na medida em que será a partir da delimitação desse campo (entre outros procedimentos, é claro) que será possível compor o corpus a que se vai dedicar à análise¹¹.

Numa primeira direção, a cultura se refere à “todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos”. Essa forma de pensar a cultura implica, como se pode imaginar, em se estabelecer uma rede ampliada de pertencimentos; daí, podem ser pensadas como sendo do âmbito da cultura “tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a

⁸ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 11-12.

⁹ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 12.

¹⁰ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 12.

¹¹ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 12.

sociologia e a história literária". Composta a moldura mais ampla, dentro da qual Said consegue inserir um grande número de práticas culturais diversificadas, cumpre-lhe realizar ainda mais um recorte. Ele procura considerar a questão a que se dedica, realçando as condições de possibilidade de sua formulação e de seu enfrentamento - para, a partir daí focar a sua atenção na forma cultural que lhe pareça mais significativa. Para ser mais específico: na medida em que o estudo de Said, nesse momento, "*concentra-se nos impérios ocidentais modernos dos séculos XIX e XX*", ele procura analisar, sobretudo, "*formas culturais, como o romance*", que ele julga "*terem sido de enorme importância na formação das atitudes, referências e experiências imperiais*". O romance, diz Said, foi mais que simplesmente importante naquele instante; ele é considerado, aqui como "*o objeto estético cujas ligações com as sociedades em expansão da Inglaterra e da França são particularmente interessantes como tema de estudo*". Ele cita, para dar um exemplo, *Robinson Crusoe*, que é ao mesmo tempo o "*protótipo do romance realista moderno*" e, "*não por acaso*", uma narrativa que "*trata de um europeu que cria um feudo para si mesmo numa distante ilha não européia*"¹².

O modo como Said vai se dirigir a esses textos, no movimento do seu estudo, a seu ver, se distancia dos ritos da "*crítica recente*", na medida em que esta "*tem se concentrado bastante na narrativa de ficção, mas pouquíssima atenção se presta a seu lugar na história e no mundo do império*". É contra essa demarcação rígida de barreiras entre o exame dos textos literários e a possibilidade de uma investigação e de uma reflexão sobre a sua espessura histórica que Said se insurge. Para ele, a crítica textual é um humanismo, na medida em que o que ela coloca em questão não são apenas os textos, mas sim o drama da sua historicidade. História e literatura se misturam, na análise de Said, na medida em que, a seu ver, a narrativa é o solo comum em que os homens pensam a si e ao seu mundo, e expressam isso. Narrar, para Said, é o procedimento humano por excelência, e sua tese básica, nesse estudo sobre cultura e imperialismo, é a de que "*as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo*". As histórias são, além disso, "*o método usado pelos povos colonizados para firmar sua identidade e a existência de uma história própria deles*". É contando que os homens existem; e para entender a sua existência, é preciso observar as suas histórias, seus modos, seu estilo, suas tramas, seus personagens, sua ética¹³.

Said não deixa de ressaltar as dimensões materiais da dominação imperialista; como ele indica, o que se disputava nas relações entre os colonizadores e os colonizados é a terra, na mais ampla acepção do termo; "*mas*", diz ele, "*quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro - essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa*". O que vemos, o que sentimos, onde estamos imgeticamente - tudo é narrado, diz Said. Tudo é uma narrativa. As relações humanas podem ser pensadas, assim,

¹² SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 12.

¹³ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 13.

como a sucessão, o entrelaçamento e o entrechoque de narrativas, cada voz implicando no trabalho sobre outras vozes, muitas vezes até mesmo no seu silenciamento. A cultura e o imperialismo, enfim, têm nas narrativas uma de suas mais importantes conexões, sejam as narrativas comprometidas com a manutenção da lógica imperial ou com a sua crítica e superação¹⁴.

Numa segunda direção, para Said, *“quase imperceptivelmente, a cultura é um conceito que inclui um elemento de elevação e refinamento, o reservatório do melhor de cada sociedade, no saber e no pensamento”*. Nesse sentido, a cultura é aquilo que *“mitiga, se é que não neutraliza por completo, a devastação de uma vida urbana moderna, agressiva, mercantil, embrutecedora”*. Quem lê Dante ou Shakespeare, por exemplo, busca a partir daí *“acompanhar o melhor do pensamento e do saber, e também para ver a si mesma, a seu povo, sua sociedade, suas tradições sob as melhores luzes”*. Esse tecido elaborado de forma erudita acaba por se associar, *“muitas vezes de forma agressiva, à nação ou ao Estado; isso ‘nos’ diferencia ‘deles’, quase sempre com algum grau de xenofobia”*. Said, nesse momento, relaciona a construção de identidades com a existência dessa cultura superior, com os seus vínculos com a nacionalidade ou com o Estado. E, aí, duas questões são colocadas: por um lado, é preciso considerar que as potências imperiais e os povos dominados podem, cada um ao seu modo, executar o mesmo gesto, formando cada um para si um cânone que exclui, pela sua mera demarcação, o outro, tomando-o como inferior, como o que desconhece o que realmente é válido culturalmente. Por outro lado, Said aponta para a importância do estudo desses mecanismos, pela sua riqueza própria, mas também pelas implicações que deles decorrem. A valorização de um corpus canônico leva, diz Said, a alguns *“retornos”* a uma cultura e a uma tradição, as quais são construídas de forma mitificada, e junto das quais se postam *“códigos rigorosos de conduta intelectual e moral, que se opõem à permissividade associada a filosofias relativamente liberais como o multiculturalismo e o hibridismo. No antigo mundo colonial, esses ‘retornos’ geraram vários fundamentalismos religiosos e nacionalistas”*¹⁵.

Said insiste em destacar o quanto esse segundo conjunto de sentidos possíveis para a cultura implica em pensá-la como *“uma espécie de teatro em que várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente”*. Mais uma vez, ele encontra uma brecha para fazer entrar, no mundo das práticas culturais, a política, afirmando que: *“Longe de ser um plácido reino de refinamento apolíneo, a cultura pode até ser um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si”*, e, por exemplo, dos estudantes que são chamados, em contextos específicos da história de seus povos, à leitura de *“seus clássicos nacionais antes de lerem os outros, espera-se que amem e pertençam de maneira leal, e muitas vezes acrítica, às suas nações e tradições, enquanto denigrem e combatem as demais”*¹⁶.

Do ponto de vista de quem pensa cultura e política como tensões entrelaçadas da experiência histórica dos sujeitos e dos povos, que é o de Said, essa segunda

¹⁴ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 13.

¹⁵ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 13.

¹⁶ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 14.

versão da cultura apresenta uma dimensão que ele aponta como problemática: por ela, faz-se com que *“a pessoa não só venere sua cultura, mas também a veja como que divorciada, pois transcendente, do mundo cotidiano”*. E, no movimento de exploração dessa idéia, Said indica ao leitor como constrói para si um lugar como humanista que, no entanto, diverge do que é habitado por muitos *“humanistas de profissão”*. Esses, numa postura da qual Said se distancia, são *“incapazes de estabelecer a conexão entre, de um lado, a longa e sórdida crueldade de práticas como a escravidão, a opressão racial e colonialista, o domínio imperial e, de outro, a poesia, a ficção e a filosofia da sociedade que adota tais práticas”*. É interessante, nesse ponto do seu texto, como Said relata ter enfrentado, no seu estudo, algumas *“difíceis verdades”*, entre as quais a de que foram raros os artistas ingleses ou franceses, dos que ele admira, que *“questionaram a noção de raça ‘submissa’ ou ‘inferior’, tão dominante entre funcionários que colocavam essas idéias em prática, como coisa evidente, ao governarem a Índia ou a Argélia”*. Said quer fazer entender, justamente, que aquelas idéias eram *“amplamente aceitas, e ajudaram a propeler a aquisição imperial de territórios na África ao longo de todo o século XIX”*. E, mais, que elas fazem parte da dizibilidade de um sem número de obras literárias, as quais são, comumente, objeto de uma crítica literária, da qual Said se afasta, que é incapaz de pensar as idéias dos escritores acerca da expansão colonial como algo que é do campo da cultura, do campo da própria composição literária¹⁷.

O presente vivido, ou seja, a trama histórica na qual ele próprio compôs a sua trajetória como pessoa e como pensador da literatura, invade nesse ponto o texto de Said. Ele se diz incomodado com essa concepção de cultura, pela qual a política precisava ser deixada de fora, para além das margens do que se está estudando. Ele se diz como *“alguém que passou toda sua vida profissional ensinando literatura, mas que também se criou no mundo colonial anterior à Segunda Guerra Mundial”*, e, graças a isso, era-lhe desafiador pensar a cultura como entranhada nas *“suas filiações mundanas”*. Daí, é o que se pode depreender do texto de Said, ele construiu um dispositivo analítico que ultrapassa o campo da análise literária, ainda que o amplie e enriqueça, e caminha no sentido de transformar a prática do saber numa prática de si. É a sua relação com a literatura que está em questão, ele sendo aí leitor e profissional da análise literária - mas, também, o que está em questão é a sua própria invenção de si, é a possibilidade da invenção de uma outra narrativa sobre si próprio, que o desloque dos lugares comuns e o lance na surpresa do inesperado. É a isso que ele se refere, quando diz que sua prática analítica se faz a partir da consideração dos romances, e dos demais livros estudados, *“como objetos de análise porque, em primeiro lugar, eu os considero obras de arte e de conhecimento respeitáveis e admiráveis, que proporcionam prazer e são proveitosos para mim e para muitos outros leitores”*. Mas, para além disso, há um desafio em *“relacioná-los não só com esse prazer e esse proveito, mas também com o processo imperial de que fazem parte de maneira explícita e inequívoca”*. E, aí, o que cumpre fazer, insiste Said, não é *“condenar ou ignorar sua participação no que era uma realidade incontestável em suas sociedades”*; o que ele deseja fazer é sugerir *“que o que aprendemos sobre esse aspecto, até agora ignorado, na verdade aprofunda nossa*

¹⁷ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 14.

leitura e nossa compreensão dessas obras”. Ou seja: ele faz emergir de sua investigação uma nova leitura, e um novo leitor. E, porque não, um novo texto¹⁸. (C&I, 14-15)

* * *

Expostas as suas grandes teses, Said dedica-se a partir de então a “*expor brevemente*” o que pensa, “*recorrendo a dois grandes romances muito conhecidos*”. O primeiro será *Grandes Esperanças*, de Charles Dickens, publicado em 1861, que “*é basicamente um romance sobre a auto-ilusão, sobre as vãs tentativas de Pip se tornar um cavalheiro sem o árduo esforço ou a aristocrática fonte de renda necessários para tal papel*”. Na trama, tal como resenhada por Said, é central a relação entre Pip e Abel Magwith, um condenado que é deportado para a Austrália e tem a sua identidade definida para sempre por esse evento. A leitura de Said procura se distanciar da maioria das outras interpretações, as quais, segundo ele, apenas situam a obra “*totalmente dentro da história metropolitana da ficção inglesa*” - deixando de executar justamente o passo que ele, Said, crê ser mais importante, que é o de pensar a história ali contada sob as referências da dominação inglesa sobre a Austrália e, em termos mais gerais, sob as marcas das relações “*entre a Inglaterra e seus territórios ultramarinos*”. Ora, conforme lembra Said, a Austrália foi pensada desde o final do século XVIII, pela Inglaterra, como o lugar para onde se pudesse “*deportar um excedente populacional indesejado e irreprimível de criminosos*”, e a partir do qual se pudesse, por outro lado, substituir aquelas colônias “*que haviam sido perdidas na América*”. A Austrália moderna nasceu, assim, como um lugar de vidas que excediam o suportável na Inglaterra, mas também como um lugar de onde deveria se obter algum lucro. Seria na Austrália que um homem livre, abandonado à própria sorte, poderia prosperar, ainda que a sociedade inglesa criasse regras para essas trajetórias. Magwith, por exemplo, era alguém que precisava estar na Austrália para se redimir - se voltasse à Inglaterra, mesmo rico, não conseguiria uma inserção respeitável na sociedade, marcado que era pela sua identidade de antigo degredado¹⁹.

Said coloca, ao lado de *Grandes Esperanças*, o livro de Paul Carter intitulado *A estrada para Botany Bay*, no qual “*exploradores, degredados, etnógrafos, aventureiros em busca de lucro, soldados mapeiam o vasto continente relativamente vazio, cada qual num discurso que afasta, desloca ou incorpora os outros*”. Carter teria composto uma trama, diz Said, que se apresenta como “*um discurso iluminista de viagem e descoberta*”, ao qual se alia “*um conjunto de viajantes que escrevem suas narrativas (inclusive Cook), cujas palavras, mapas e intenções reúnem os territórios estranhos e os convertem gradualmente num ‘lar’*”. Em tal obra, a Austrália aparece dividida em duas: as cidades organizadas de forma racional são cercadas pela mata em desordem. Nesse cenário desenvolveu-se uma sociedade em que os cavalheiros

¹⁸ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 14-15.

¹⁹ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 15-16.

tenham o seu paraíso, tanto quanto os trabalhadores. Para Said, o que se dá, aí, em meio a essa fabulação específica acerca da Austrália, é a autorização, pela Inglaterra, do espaço de sua colônia, o qual é transitivo, no sentido de que depende das formas oriundas da metrópole para ter legitimidade, para entrar na linguagem. Carter teria, diz Said, incorporado vozes outras, na sua tentativa de narrar a Austrália, num movimento que não teria sido o de Dickens. Este último não esboçou nenhuma “preocupação pelos relatos australianos nativos”, nem tampouco “supunha ou prenunciava uma tradição literária australiana”. Quando Magwith não consegue voltar para a Inglaterra, ele apenas cristaliza em sua trajetória uma determinação que é própria do Império: “os súditos podem ser levados a lugares como a Austrália, mas não se permite que ‘voltem’ ao espaço metropolitano”. A metrópole é dos seus personagens naturais, não dos que transgridem e transitam²⁰.

Como se vê, Said analisa a trama de Dickens, contrapondo-a a de outras elaborações narrativas, num esforço de demonstrar que as escolhas efetuadas na composição das histórias têm implicações, na medida em que dão forma a visões de mundo, as quais atravessam a escrita e lhe sustentam e lhe dão sentido. Imaginar, como faz Said, que o texto de Carter, e outros, “se estendem sobre a presença relativamente atenuada da Austrália na literatura britânica oitocentista, exprimindo a plenitude e a identidade conquistada de uma história australiana que se tornou independente da história britânica no século XX”, mas que o texto de Dickens silencia acerca disso, centrando-se numa imagética que só vê a partir de Londres, implica em pensar que ali há dois modelos possíveis de tematização do diálogo entre o mundo do império e as áreas por ele dominadas. Said amplia as repercussões dessa sua análise ao ressaltar que a redenção de Pip se dá, também em meio à sua transformação, mas não em um “cavalheiro ocioso”, mas, sim, em um “ativo negociante no Oriente, onde as outras colônias inglesas oferecem uma espécie de normalidade que a Austrália nunca poderia oferecer”. Quando Pip se volta para o Oriente, há um deslocamento na narrativa que Said pontua como o surgimento de “uma outra estrutura de atitudes e referência para sugerir o intercâmbio imperial da Inglaterra por meio do comércio e das viagens no Oriente”. O negociante Pip se perde entre tantos outros como ele, visto que, na visão de Said, “quase todos os negociantes, os parentes instáveis e os forasteiros atemorizantes de Dickens mantêm uma ligação bastante normal e segura com o império”. No entanto, e essa é uma colocação preciosa para Said, nem sempre essa ligação foi tornada visível pela crítica. Apenas com a emergência de uma “nova geração de críticos e estudiosos - filhos da descolonização em alguns casos, beneficiários (como minorias sexuais, religiosas e raciais) de avanços nos direitos humanos em seus países” é que se tem conseguido realçar em textos literários daquela espécie sinais de que ali se pode pensar o que “era considerado um mundo inferior, povoado com gente inferior, de cor, apresentado como se estivesse aberto à intervenção de outros tantos Robinson Crusoe”²¹.

Deixando Dickens um pouco, Said chega ao final do século XIX, quando “o império já não é apenas uma presença nebulosa, nem se encarna na figura indesejada

²⁰ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 16-17.

²¹ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 16-17.

do criminoso fugitivo, mas passa a ser uma área central de interesse nas obras de autores como Conrad, Kipling, Gide e Loti”. E Said vai se deter justamente na obra de Conrad, em especial no livro *Nostromo*, de 1904, que é ambientado num país da América Central (o que diferencia esse livro dos anteriores do autor, cuja história se passava nas colônias africanas ou orientais), país esse que é objeto de cobiça pelas suas reservas de prata. Como destaca Said, há uma certa presciência em *Nostromo*, no sentido de que Conrad “*antevê a incontrolável insatisfação e os ‘desmandos’ das repúblicas latino-americanas (governá-las, diz ele citando Bolívar, é como arar o oceano), e assinala a maneira própria da América do Norte de influenciar as circunstâncias de forma decisiva, ainda que quase imperceptível*”. Num personagem, o financista Holroyd, Said vê cristalizada uma grande fração da retórica de que o governo norte-americano se vale, desde o fim da Guerra Fria (conforme diz Said, ela é marcada por “*seus auto-elogios desbragados, seu franco triunfalismo, suas solenes declarações de responsabilidade*”), para legitimar a supremacia norte-americana. E, o que parece ser mais instigante na análise de Said, ele vê, na construção do personagem Holroyd, o acionamento de imagens e modos de narrar o mundo e as identidades nacionais e individuais que compõem uma “*estrutura de sentimentos*”, à qual “*nenhum americano ficou imune*”. Essa retórica, que parece ser opaca à crítica tradicional, é ainda mais danosa porque já foi “*usada antes, não apenas antigamente (pela Espanha e Portugal), mas, com uma frequência ensurdecidamente repetitiva no período moderno, por ingleses, franceses, belgas, japoneses, russos e, agora, americanos*”²².

Não basta, entretanto, diz Said, “ler a grande obra de Conrad simplesmente como uma previsão bem antecipada do que vemos ocorrer na América Latina do século XX”. O que é mais importante, e certamente mais rico, é tentar acompanhar o impacto da narrativa de Conrad em outras narrativas (e Said cita as “concepções ocidentais do Terceiro Mundo” que podem ser encontradas em Graham Greene, V. S. Naipaul, Robert Stone, Hanna Arendt, “*autores de relatos de viagem, cineastas e polemistas*”, que apresentam “*o mundo não europeu aos públicos europeu e norte-americano*”, para análise, julgamento ou fruição estética do diferente), e colocar em questão o que constitui a narrativa de Conrad. Na leitura de Said, Conrad deu forma a uma versão irônica do imperialismo, mas de uma forma tal que a visão ocidental do autor “*está tão arraigada a ponto de cegá-lo para outras histórias, outras culturas e outras aspirações*”. O texto que Conrad dá a ler é a narrativa de um mundo “*totalmente dominado pelo Ocidente atlântico, onde toda oposição ao Ocidente apenas confirma o poder iníquo do Ocidente*”. É como se não houvesse saída, como se as áreas dominadas o fossem de forma radical e irreversível²³.

“Ele não podia entender que a Índia, África e América do Sul também possuíam vidas e culturas com identidades não totalmente controladas pelos reformadores e imperialistas gringos deste mundo, nem se permitir acreditar que nem todos os movimentos antiimperialistas de

²² SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 17-18.

²³ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 18-19.

*independência eram corruptos e marionetes a soldo dos senhores de Londres ou Washington.”*²⁴

Nesse ponto, para Said, está algo que é parte constitutiva de *Nostromo*, na mesma medida em que sua trama e seus personagens: trata-se da impossibilidade de Conrad de ver para além dos seus enquadramentos, ou, para dizer em outras palavras, Conrad ali expressa com a sua própria narrativa a dominação e a condescendência do império, que ele ironiza na sua história. *Nostromo* ilustra, assim, de duas formas, pela sua trama e pela intensidade de sentimentos que lhe sustenta, a dominação ocidental - e o seu contraponto, qual seja, a deslegitimação dos modos de ser dos povos submetidos.

Said tece assim a figura de um Conrad que é, ao mesmo tempo, imperialista e antiimperialista; Conrad é, também ele, personagem de uma narrativa que o ultrapassa e da qual ele emerge como autor, e isso o faz simultaneamente progressista ao denunciar os males do império e reacionário quando desacredita da capacidade dos povos dominados gerarem sua própria cultura, sua própria história. No seu movimento de ir ao passado e vir ao presente, e vice-versa, Said busca em falas e ações de “*muitos políticos e intelectuais ocidentais*” de hoje, nas quais as idéias de Conrad parecem ainda fazer eco. E isso serve a Said para criticar, por exemplo, as pretensões imperialistas em fazer dos países dominados democracias - o que é visto como algo impossível, o que aliás Conrad havia imaginado, na medida em que os projetos de imposição dos modelos ocidentais pecam desde a sua base “*porque envolvem os planejadores em mais ilusões de onipotência e enganosa satisfação consigo próprios (como no Vietnam), e porque, devido à sua própria natureza, falsificam as evidências*”²⁵.

Com tudo isso, Said crê ter fornecido ao seu leitor uma chave de leitura para *Nostromo*, a qual teria o mérito de fazer atentar para os “*seus grandes pontos fortes e suas limitações intrínsecas*”. *Nostromo* teria assim o papel de enunciar o caráter de sistema do imperialismo - no sentido de que relata a sua existência enquanto uma lógica que pressupõe a dominação e a submissão, ambas interdependentes uma em relação à outra. Com isso, aquele livro permitiu a elaboração de uma série de outras narrativas acerca do imperialismo, ou de algumas de suas facetas, nas quais fica patente que os dominados que mantêm relações ingênuas com a dominação são as brechas pelas quais se estabelecem “*a matança, a subversão e a interminável instabilidade política das sociedades ‘primitivas’*”. Said alerta, ainda, que em nenhuma das obras que ressoam essas tensões inicialmente colocadas em cena por Conrad são encontradas versões do imperialismo que retirem do Ocidente “*a fonte da ação e da vida significativa*”; ao contrário, todas elas silenciam acerca da multiplicidade, da inventividade e da legitimidade das práticas culturais das zonas dominadas, apenas dando-lhes visibilidade quando elas são corruptas ou degeneradas, ou mesmo irremediáveis²⁶.

²⁴ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 19.

²⁵ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 19-20.

²⁶ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 20-21.

O problema que decorre disso, aponta Said, é que Conrad não é nosso contemporâneo: ele escreveu “*durante um período de entusiasmo imperialista europeu largamente incontestado*”, o que não se dá com os escritores e cineastas do presente, os quais “*fizeram suas obras depois da descolonização, depois da revisão e da desconstrução da representação ocidental do mundo não ocidental*”, em suma, depois de séries de autores que alargaram e problematizaram o campo das relações entre os povos. Assim, insiste Said, as narrativas de Conrad pelo menos poderiam alegar em seu favor que estavam dialogando com uma base empírica mais visível, enquanto que os autores contemporâneos, que repercutem aquela lógica, apenas estão demonstrando a sua incapacidade de “*levar a sério as alternativas ao imperialismo, entre elas a existência de outras culturas e sociedades*”. Há quem consiga ultrapassar esses limites, mas em geral persistem as idéias de que a narrativa de Conrad é fiel à realidade, ou que a literatura produzida no final do século XIX e no começo do século XX, e que expressava nas suas narrativas a lógica imperialista, são duradouras porque sua lógica é perene. Said crê que não há desculpas para nenhuma dessas posições, na atualidade, justamente porque perdemos a inocência e não mais pensamos o mundo a não ser como um campo instável de jogos de poder e de interesse. No presente, diz Said, só é possível ter-se uma postura permanentemente crítica sobre o que se diz, ou que se faz, visto que se sabe que qualquer ação e qualquer pronúncia trazem em si, no seu ato mesmo, uma capacidade de significação que não é neutra nem passível de uma simples leitura binária (do tipo mal versus bem). O que está em jogo, no presente, é a nossa disposição em legitimar a multiplicidade, em firmar compromissos com a enunciação e com a experiência de tantas formas de organização social, de tradição e de histórias quanto seja possível, ou desejável, pelos grupos humanos²⁷.

* * *

Não vivemos mais no mundo em que Conrad e Dickens escreveram suas obras, e talvez a maior mudança esteja ligada à convivência presente, nos mesmos espaços, de populações heterogêneas, que desejam falar e ser ouvidas, mesmo no interior dos grandes centros urbanos ocidentais. E disso, diz Said, decorre a tese mesma do seu livro, que é a se que

*“essas populações e vozes já estão aqui faz algum tempo, graças ao processo globalizado desencadeado pelo imperialismo moderno; ignorar ou minimizar a experiência sobreposta de ocidentais e orientais, a interdependência de terrenos culturais onde colonizador e colonizado coexistiram e combateram um ao outro por meio de projeções, assim como de geografias, narrativas e histórias rivais, é perder de vista o que há de essencial no mundo dos últimos cem anos.”*²⁸

²⁷ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 21.

²⁸ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 22.

O cenário dos estudos sobre tais questões, no presente, diz Said, é marcado pela possibilidade de se estudar “a história e a cultura do imperialismo” de forma “não monolítica, descompartmentalizada, sem separações ou distinções reducionistas”, o que é novo. Não se pode esquecer “que tem havido uma irrupção desconcertante de discursos separatistas e chauvinistas” em diversos lugares, mas “essas reduções do discurso cultural na verdade comprovam a validade de uma energia liberacionista fundamental que anima o desejo de ser independente, de falar livremente e sem o peso da dominação injusta”. Para entender enfim o que se dá, é preciso recorrer à história – o que ele tenta fazer no livro –, pois só assim é possível dar conta da multiplicidade de formas culturais existentes, e ponderar as lutas pelo direito à própria voz²⁹.

Falando como palestino, Said alerta que o senso histórico implica em

*“ler o próprio lado, por assim dizer, mas também entender de que modo um grande artista como Kipling (poucos foram mais imperialistas e reacionários do que ele) apresentou a Índia com tamanha habilidade, e como, ao fazer isso, seu romance Kim não só derivava de uma longa história da perspectiva anglo-indiana, mas também, à sua revelia, anunciava que essa perspectiva era insustentável, na medida em que insistia na crença de que a realidade indiana demandava, e até suplicava, uma tutela britânica por tempo mais ou menos indeterminado.”*³⁰

Essa tensão subterrânea, que se manifestava não apenas nas escolhas que organizavam, em cada narrativa, o perfil ou o destino de cada personagem, mas, principalmente, na concepção mesma das obras, via o ocidente como o lugar que atribuía sentido ao oriente, dado que a este último só seria possível uma existência subordinada. Uma dimensão do imperialismo que é realçada por Said diz respeito aos laços entre as diversas experiências sociais e culturais que foram tecidos pela conquista européia de vastas áreas do globo – e ele insiste em pensar que os subordinados e os colonizadores viveram essa história juntos, construindo, mesmo sob regras hierárquicas desfavoráveis aos não europeus, “algo partilhado em comum”. Sob esse prisma, diz Said, é fundamental portanto tentar examinar o imperialismo pelas suas formas culturais concretas, explorando-as no entanto sempre num movimento que valorize sua historicidade³¹.

E, justamente no seguimento dessa argumentação, Said enuncia o que ele chama de seu método, o qual consiste em “enfocar ao máximo possível algumas obras individuais, lê-las inicialmente como grandes frutos da imaginação criativa ou interpretativa, e depois mostrá-las como parte da relação entre cultura e império”. A sua posição é a de que os escritores não são pensados como “mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica”, mas, sim, como personagens que existem “moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus”. Assim, o que ele chama de cultura, bem

²⁹ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 22.

³⁰ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 22-23.

³¹ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 22-23.

como as formas estéticas que nela são possíveis, serão relacionadas, na análise, à experiência histórica em que se dão, numa forma de se pensar a história em que o termo mais importante é o da relação. Serão praticadas escolhas, aí, como se pode imaginar: sempre há mais textos do que pode suportar um esforço analítico; algo sempre vaza para além do que é adequado cumprir quando de um estudo. Said alerta para obras que não foram trabalhadas por ele (e levanta um dado interessante: a proliferação de romances na França e na Inglaterra está ligada, a seu ver, ao papel desses países no imperialismo; como narrar é fundamental para o império, não é estranho que aqueles países “*tenham uma tradição ininterrupta de romances, sem paralelo no mundo*”), bem como para vários impérios que não foram discutidos; no entanto, diz ele, o conjunto das omissões não deve fazer entender que outras relações de domínio não tenham sido, ao seu modo, perniciosas. Apenas ele quis ressaltar a coerência e a importância cultural de uma relação singular de dominação, a qual sem dúvidas se sobressai pelos seus grandes impactos na história de vários povos, quer pela sua duração temporal, quer pelo seu alastramento pelo globo³².

A atenção mais detida aos impulsos imperialistas da Inglaterra, da França e dos EUA se sustenta, na argumentação de Said, por mais razões. A primeira delas diz respeito ao estatuto privilegiado que a noção de domínio ultramarino tem na dinâmica cultural daqueles três nações, sendo ela “*uma presença contínua*” nas suas expressões culturais, é algo sistemático, uma rede de “*atitudes e referências*” perceptível. Além disso, Said diz sentir-se como alguém que, “*oriundo do mundo árabe e muçulmano*”, viveu sempre na órbita de alguma daquelas nações; isso lhe permitiu, “*em certo sentido, viver nos dois lados e tentar intermediá-los*”. Foi a partir da consideração disso que foi possível o estudo entre cultura e imperialismo, “*um livro sobre o passado e o presente, sobre ‘nós’ e ‘eles’, e como todas essas coisas são vistas pelos vários partidos, em geral opostos e separados*”³³.

* * *

Said escreveu num mundo pós-Guerra Fria, e isso é para ele uma indicação a considerar, ainda mais do seu ponto de vista, freqüentemente destacado, que era o de “*um professor e intelectual com raízes no mundo árabe*”. Isso lhe fazia portador de “*uma série de preocupações muito particulares*”, as quais acabavam por repercutir nos seus textos. A primeira delas dizia respeito à “*sensação deprimente de que já vimos antes as atuais formulações da política americana*”, visto que sua lógica parece ecoar aquilo que outros impérios já disseram e fizeram ao mundo. As idéias de um apelo à nacionalidade, de hierarquia entre os povos, de que os norte-americanos têm o direito de intervir - quase sempre violentamente - sobre outros povos, para dar-lhes mais uma vez a direção certa, a idéia de que a ação americana é diferente (para melhor) das que já foram praticadas, anteriormente,

³² SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 23-24.

³³ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 24-25.

tudo isso parece uma atualização perigosa de algo já vivido. E, o pior, para Said, é o fato de que essa atualização tem tido “a colaboração surpreendente, mesmo que muitas vezes passiva, de intelectuais, artistas e jornalistas cujas posições no plano interno são progressistas e cheias de sentimentos louváveis, mas que viram o oposto quando se trata do que é feito no estrangeiro em nome deles”. Ao mesmo tempo crítico e esperançoso, Said crê que contar a história das aventuras imperiais pode dissuadir os homens do desejo de reproduzir essa lógica. Para ele, portanto, o pensamento tem o papel ético de contar de forma problematizadora o vivido, deslocando as perspectivas dos homens do presente, fazendo-os pensar na história como um campo tenso, em que a dominação e a resistência coexistem, uma atuando por sobre e por entre a outra. Ele quer, além disso, demonstrar que não há uma história melhor, uma trajetória mais digna, entre os dominadores ou entre os colonizados; há, apenas, a história que os homens conseguiram fazer e escrever, e cumpre sabê-la e pensá-la, para que a humanidade veja a si mesma nos seus limites, e não idealizando-se. No mínimo, isso serve para evitar salvacionismos, visões binárias do mundo, nas quais sempre há vilões e mocinhos, como se, por exemplo, entre o imperialismo ocidental e o nacionalismo terceiro-mundista não houvesse convergências ou possibilidades alternativas aos seus modelos totais. O que importa para Said é demonstrar o caráter histórico da realidade, ou seja, demonstrar que aquilo que chamamos de real é uma construção não linear e não monolítica das ações dos homens³⁴.

“Contudo”, diz Said, “a história é sombria e amiúde desalentadora”. E é preciso, para combater isso, lançar luzes sobre uma série de novas possibilidades de problematização disso a que nos acostumamos a chamar de oriente, em especial os estudos que enfatizam o olhar da mulher, que realçam a multiplicidade que se procura silenciar ora sob os enunciados do orientalismo, ora sob as marcas do nacionalismo árabe. É preciso, diz Said, abrir espaços para narrativas que se afastem dos modelos binários que opõem, simplesmente, imperialismo a nacionalismo, como se cada palavra dessas não escondesse horizontes plurais. Em suma, o que importa deslocar é a noção de identidade, a partir da qual há quinhentos anos se dão as relações entre os povos. Deveríamos abolir essa herança, abrir mão desse estilo de narrar o mundo e nós mesmos, fragmentando essa “tradição supostamente contínua” a que nos amarramos. Said propõe assim o estabelecimento de diálogos, de trocas entre experiências culturais, de sorte que a identidade seja ultrapassada e outras formas de constituição do eu e das sociedades possam ser pensadas. Afinal, cada grupo se vê como homogêneo apenas porque esconde de si próprio os mecanismos nem sempre pacíficos pelos quais essa homogeneidade foi construída. Ora, em grande medida “devido ao imperialismo, todas as culturas estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo”. Isso não quer dizer que as nações, por exemplo, não tenham graus de coesão maiores ou menores; quer dizer, apenas, que o seu estudo precisa considerar, com a necessária sensibilidade, a diversidade que somos, todos. Parece a Said muito mais interessante, nesse sentido, uma narrativa que dê conta dessa variedade,

³⁴ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 25-26.

dessa inventividade incansável, do que outra, que apenas demarque pontos fixos, e impeça o nomadismo dos seus personagens e leitores³⁵.

Por fim, diz Said, o seu texto “é o livro de um exilado”. Levado pela sua própria história, sobre a qual não exerceu controle, ele cresceu “como árabe com educação ocidental.” Isso lhe marcou, tornando-lhe alguém que é de dois mundos, um dos quais praticamente desapareceu durante o século XX. Sua trajetória, assim, foi a do deslocamento inclusive em relação aos elementos mais primários de sua socialização. Isso não o tornou outra coisa, diz ele, a não ser alguém que pôde construir entendimentos mais ampliados acerca dos “dois lados da divisa imperial”. Esse lugar de entremeio tem suas vantagens, e cria possibilidades. É que pensa, quando diz, dando um fecho a seu texto:

*“Talvez tudo isso tenha estimulado os interesses e interpretações aqui propostos, mas essas circunstâncias certamente me permitiram sentir como se pertencesse a mais de uma história e a mais de um grupo. Agora, cabe ao leitor decidir se é possível considerar tal condição como uma alternativa de fato salutar à sensação normal de pertença a uma única cultura e de lealdade a uma única região.”*³⁶

* * *

Said abriu com seu estudo várias possibilidades para o ofício do historiador. Não bastasse ter problematizado as relações entre oriente e ocidente, pela própria consideração de ambos os pólos dessa relação como tramas históricas, Said deu aos seus leitores várias lições metodológicas e éticas³⁷.

Enlaçar política e cultura; recolocar as questões do imperialismo; desconfiar de hierarquias entre as fontes; pensar a própria narrativa como elemento significativo; discutir os vínculos entre a dominação e a produção específica de certos textos; pensar o real como invenção da história, e não como seu a priori; fazer do presente a ontologia do pensável; desnaturalizar o geográfico; inserir-se no movimento do próprio pensar: seriam infinitas as contribuições de Said ao pensamento social,

³⁵ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 27-28.

³⁶ SAID, *Cultura e imperialismo*, p. 29.

³⁷ A bibliografia de Said em português é ampla, e também há à disposição do leitor interessado alguns textos sobre aquele pensador. A princípio, podem ser citados: BURKE, Peter. O humanista de vida dupla. *Folha de S. Paulo*, 30 nov. 2003, e PERRONE-MOISÉS, Leyla. Edward Said, um intelectual fora do lugar. *Folha de S. Paulo*, 29 jun. 2003. Ambos os textos (e muitos mais) estão disponíveis no arquivo eletrônico da Folha de S. Paulo, acessível a partir do endereço www1.folha.uol.com.br/fsp/arquivo.htm. Há, também, textos interessantes em: www.rebellion.org/said.htm; www.orozco.cc/Inicio/arab/said.htm; www.edwardsaid.org/modules/news/; www.mundoarabe.org/edward_said_articulos.htm, entre outros sítios. As memórias de Said também merecem ser citadas, porque além de chegar às nossas mãos sob a forma de um texto agradável e instrutivo, oferecem instigantes chaves de leitura para as suas obras: SAID, Edward W. *Fora do lugar: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ou os caminhos trilhados por ele de forma surpreendente, mesmo quando já experimentados por outros autores.

Além disso, merece ser destacado o seu compromisso ético e político para com a luta em prol de um mundo mais justo e menos desigual - um compromisso que não se baseia em crenças totalitárias, no silenciamento do outro, mas, sim, que se faz a partir de uma crença profunda no direito ao heterogêneo, no direito à vida. É difícil pensar em um interlocutor tão oportuno para a história e para os historiadores, nos dias que vivemos, em que o império parece não ter fim, e em que a violência e a intolerância parecem ter se naturalizado.

RESUMO

Este artigo reúne algumas rápidas considerações acerca de possibilidades abertas por Edward Said (1935-2003) para o trabalho do historiador.

Palavras-Chave: Teoria da História; Edward Said; História e Literatura.

ABSTRACT

This work brings some brief considerations are gathered concerning possibilities opened by Edward Said (1935-2003) for the historian's work.

Keywords: History Theory; Edward Said; History and Literature.

HISTÓRIA POLÍTICA, DISCURSO E IMAGINÁRIO: ASPECTOS DE UMA INTERFACE ¹

José D'Assunção Barros²

A historiografia do século XX, ao acenar com uma nova História Política que redefiniu seus objetos, suas fontes e metodologias, trouxe à tona duas das mais promissoras interfaces da historiografia moderna: de um lado o diálogo e a interação entre a História Política e a História do Discurso, e de outro o estudo do Imaginário como caminho importante para perceber as relações de poder e as suas correspondentes apropriações políticas. O presente artigo pretende examinar estes dois caminhos de inter-relações. Começaremos por discutir alguns dos aportes teóricos que envolvem a relação entre História e Discurso, e por avaliar os recursos metodológicos que têm se aberto para o historiador político no tratamento de suas fontes ao considerar as importantes contribuições que lhe chegaram através da Lingüística, das teorias da Comunicação e da Análise de Discurso.

Antes de mais nada, será importante lembrar aqui o contraste radical entre a Velha História Política que se fazia no século XIX e a Nova História Política que começou a emergir no último século, e que se viu particularmente revitalizada a partir das suas últimas décadas. Para considerarmos este contraste, será necessário termos em vista que o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da modalidade da História Política é naturalmente o enfoque no “Poder”. É o Poder, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou as resistências individuais no âmbito dos micro-poderes, e com tudo o mais que ao Poder se refere, o que constitui mais propriamente o território do historiador político. Mas de que tipo de Poder aqui falaremos? Teremos aqui uma primeira indagação, capaz de introduzir um estudo mais atento deste contraste entre a Velha e a Nova História Política.

Enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), a Nova História Política - principalmente nos seus desdobramentos de a partir dos anos 1980 - passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes

¹ O presente artigo remete, como referência principal, a um livro publicado recentemente pelo autor, e que se refere a um estudo das várias modalidades da História. Ver: BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Severino Sombra, em Vassouras (RJ), nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História.

presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante). Para além disto, a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História vista de baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o “indivíduo comum”, e que por isto mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. Assim, mesmo quando a Nova História Política toma para seu objeto um indivíduo, não visa mais a excepcionalidade das grandes figuras políticas que outrora os historiadores positivistas acreditavam serem os grandes e únicos condutores da História³.

Redefinida desta maneira, os objetos da História Política são todos aqueles que se mostram atravessados pela noção de “poder” em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade. Neste sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna a partir dos anos 1930 (Escola dos *Annales* e novos marxismos), com as últimas décadas do século XX começaram a retornar dotados de um novo sentido. A Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder - tudo isto começa a retornar a partir do final do século com um novo interesse.

Mas de outro lado, além destes objetos já tradicionais que se referem às relações entre as grandes unidades políticas e aos modos de organização destas macro-unidades políticas que são os Estados e as Instituições, adquirem especial destaque, por exemplo, as relações políticas entre grupos sociais de diversos tipos. A rigor, as ‘ideologias’ e os movimentos sociais e políticos (por exemplo, as Revoluções) sempre constituíram pontos de especial interesse por parte da nova historiografia que se inicia com o século XX. Por outro lado, tal como já ressaltamos, hoje despertam um interesse análogo as relações interindividuais (micropoderes, relações de poder no interior da família, relacionamentos intergrupais), bem como o campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do *discurso*. Em muitos destes âmbitos, são evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos, como a História Cultural, a História Econômica, ou, sobretudo, a História Social.

Este é um quadro sintético relacionado com um movimento de expansão que a História Política apresentou no decorrer século XX, e sobretudo nas suas últimas décadas, de modo a abarcar novos objetos a serem privilegiados pelos historiadores. Nossa intenção, a partir daqui será a de examinar como a História Política passou a se beneficiar de outro campo que também emergiu com especial vigor no século XX - este que se pode denominar de uma História do Discurso no sentido de que toma como fontes os discursos orais e escritos produzidos por uma Sociedade.

³ Um balanço da passagem da antiga História Política para a Nova História Política dos anos setenta pode ser encontrada em: LE GOFF, Jacques. A Política: será ainda a ossatura da História? In: *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1975 [1972]. Para um balanço da “História vista de baixo”, ver o texto de SHARPE, Jim. História vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992 [1991].

Como é nossa intenção enfatizar neste artigo a questão das fontes textuais - aquelas que estão registradas através da escrita - será particularmente conveniente compreendê-las neste primeiro momento por oposição às fontes orais.

Por oposição à História Oral, que trabalha com estas fontes orais mediadas pelo próprio historiador que são os depoimentos colhidos em entrevista, teríamos com a História do Discurso um tipo de história que é herdeiro daquelas práticas que têm ocupado a maior parte do fazer historiográfico até os dias de hoje: a historiografia baseada nos registros já existentes que foram deixados voluntária ou involuntariamente no passado – registros que, hoje o sabemos muito bem, podem ser de toda ordem, incluindo os objetos da cultura material e as imagens iconográficas, a natureza interferida pelo homem, os ambientes urbanos e a própria materialidade de uma cidade (que pode contar através do seu “discurso” histórias de longa duração), chegando por fim aos “textos” (ou, como se diz, às fontes escritas). O Oral pode ser situado em oposição, a princípio, ao Escrito. Cada um destes registros gera os seus próprios problemas.

A imprecisão do oral não nos deve enganar; se oralidade é território da ambigüidade e das contradições, também existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, contornando silêncios e falseamentos, revelando segredos que o próprio autor do texto não pretendia revelar, mas que escapam, finalmente, através da linguagem, dos modos de expressão, da súbita iluminação que se espalha pelo texto quando o confrontamos com um outro nesta prática que é hoje chamada de ‘intertextualidade’. Isto sem falar nas múltiplas vozes, na polifonia que pode ser extraída de um texto⁴.

Embora seja verdade, como dissemos, que tudo pode ser constituído em fonte histórica por um historiador habilidoso e que domine o seu *métier*, o fato é que ainda hoje o historiador tem cada vez mais oportunidades para trabalhar com os ‘textos escritos’ do que com outros tipos de fontes. Se a historiografia do século XX ampliou o seu conceito de fonte histórica para um mundo não-textual de possibilidades, também ampliou extraordinariamente os tipos de documentação escrita com as quais irá lidar. Não mais apenas as fontes institucionais e diplomáticas ou as crônicas oficiais que praticamente ocupavam todas as expectativas dos historiadores do século XIX - hoje qualquer texto pode ser constituído pelo historiador como fonte: o diário de uma jovem desconhecida, uma obra da alta literatura ou da literatura de cordel, as atas de reunião de um clube, as notícias de jornal, as propagandas de uma revista, as letras de música, ou até mesmo uma simples receita de bolo. Não há mais limites para os tipos de textos que podem servir como materiais para o historiador.

Contudo, houve uma mudança bastante sintomática na postura do historiador para com estes novos tipos de textos ou para com aqueles que lhe eram já tradicionais. Se antes os textos eram quase que exclusivamente utilizados como ‘testemunhos’ de onde os historiadores do século XIX procuravam extrair informações mais ou menos diretas (na maior parte dos casos de uma maneira ingênua que associava o documento histórico à idéia de “prova”), hoje as fontes

⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

textuais são também utilizadas como ‘discursos’ a serem decifrados em si mesmos. Um esforço de definir melhor o que vem a ser a ‘fonte histórica’ poderá ajudar a iluminar melhor esta distinção entre “testemunho” e “discurso”.

A *fonte histórica* é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma das duas funções acima explicitadas: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma ... é o próprio fato histórico. Vale dizer, neste último caso considera-se que o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado, a ser compreendido, a ser questionado. É neste sentido que diremos que a fonte pode ser vista como ‘testemunho’ de uma época e como ‘discurso’ produzido em uma época.

A historiografia, ao superar o positivismo ingênuo do século XIX, foi tendendo a valorizar cada vez mais esta dimensão da fonte histórica textual como ‘discurso’. Hoje, poderíamos dizer que a maior parte das práticas historiográficas insere-se em uma *História do Discurso* (ou, se quisermos, uma *História Textual*) que ampliou significativamente as suas possibilidades de análise do texto - particularmente com o contato interdisciplinar com a Teoria da Comunicação, com a Linguística e com a Semiótica, mas também com as possibilidades de serialização que se tornaram possíveis a partir dos métodos estatísticos (a possibilidade de análise de um texto ou de um módulo de informação no interior de uma série mais ampla, que lhe dá sentido e que tornam visíveis as permanências, e as variações).

Diante destes dois campos de perspectivas, um discurso qualquer pode ser analisado tanto a partir de uma ‘abordagem qualitativa’ como a partir de uma ‘abordagem quantitativa’, ou mais propriamente de uma ‘abordagem serial’ que examina documentos reunidos em série. Neste artigo, enfatizaremos as possibilidades qualitativas de um texto.

Um texto pode ser abordado qualitativamente de muitas maneiras. Os historiadores, os críticos literários, os linguistas, os psicanalistas, e quaisquer outros profissionais que dependam da interpretação de textos para o seu ofício (como é o caso também dos advogados e dos investigadores de polícia), não cessam de inventar novos modos de trabalhar sobre o texto, avançando para muito além daquilo que se encontra aparentemente exposto em sua superfície. As abordagens semióticas, por exemplo, hoje utilizadas por vários historiadores, enriqueceram muito as possibilidades de fazer um texto falar sobre coisas que o próprio autor do texto não pretendia dizer. Quando alguém utiliza determinadas expressões e palavras, já está dizendo algo ao bom analista de textos, independente dos sentidos que ele pretende atribuir às palavras. A presença de certas imagens em um discurso, a recorrência de determinadas expressões, a maneira de organizar uma narrativa, as referências intertextuais (a outros textos) - sejam estas voluntárias, explícitas, implícitas ou involuntárias - tudo isto fala por si mesmo, independente do ser falante que pronuncia o discurso.

Isto sem levar em consideração a possibilidade de contrapor textos diferenciados, de pôr as várias versões a respeito de um acontecimento a se iluminarem ou a se contradizerem reciprocamente. Estas contradições, é preciso notar, podem ser de grande valia para um historiador. Sem contar que as contradições existem internamente a um mesmo texto, trazendo à tona o caráter polifônico de certos discursos.

A riqueza de qualquer texto está sobretudo no fato de que ele é simultaneamente um 'objeto de significação' e um 'objeto de comunicação cultural entre sujeitos'. Estes dois aspectos na verdade se complementam: se por um lado o texto pode ser definido pela organização ou estruturação que faz dele uma "totalidade de sentido", por outro lado, ele pode ser definido como um objeto de comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário (ou entre um destinador e muitos destinatários).

A tentativa de avaliar o texto na sua primeira dimensão, a de 'objeto de significação', gera a análise interna ou estrutural do texto (que pode ser empreendida por aportes teóricos e metodológicos diferenciados, sendo a Semiótica uma destas possibilidades). Já a avaliação do texto como 'objeto de comunicação' implica na análise do contexto histórico-social que o envolve e que, de alguma maneira, atribui-lhe sentido. Neste caso, empreende-se a análise externa do texto, que também pode ser concretizada através de diferenciados aportes teóricos e metodológicos. Ainda com relação à sua análise externa, o texto também pode ser examinado do ponto de vista das intenções ou das motivações pessoais do autor que o produziu, ou daqueles que dele se apropriam imputando-lhe novos sentidos. A perspectiva mais útil para a História - e para a História Política em particular - é considerar mesmo o texto a partir da dualidade que o define enquanto 'objeto de significação' e 'objeto de comunicação'.

De acordo com esta visão complexa e multidimensional do texto, que se mostra a mais adequada para o historiador, podemos dizer que a análise de um discurso deve contemplar simultaneamente três dimensões fundamentais: o *intratexto*, o *intertexto* e o *contexto*. O 'intratexto' corresponde aos aspectos internos do texto e implica exclusivamente na avaliação do texto como objeto de significação; o 'intertexto' refere-se ao relacionamento de um texto com outros textos; e o contexto corresponde à relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve. São precisamente estas duas últimas dimensões que exigem que o texto, além de ser tratado como um objeto de significação em si mesmo, seja considerado também como objeto de comunicação.

A visão do texto a partir da tríplice abordagem do intratexto, do intertexto e do contexto é inegavelmente a mais rica para um historiador que pretende utilizar o discurso textual como fonte. Por outro lado, autores como Roland Barthes consideram o texto como um sistema auto-suficiente de signos cujo significado provém de suas inter-relações, e não de fatores externos como a 'intenção do autor' ou o seu 'contexto de produção'. Assim, para a perspectiva estruturalista de Roland Barthes as palavras, símbolos e imagens em interação criam sistemas de significados que repetem a estrutura da linguagem e refletem as funções sociais da mitologia. O resultado disto é que o texto poderia ser analisado sem uma

recolocação na sociedade que o produziu ou que o consome. Ou, dito de outra forma, a análise restringe-se neste caso apenas ao plano do intratexto.

Em que pesem as contribuições que o historiador possa extrair deste tipo de semiótica estruturalista que procura examinar o texto em si mesmo, desprezando as referências externas, a verdade é que sempre será muito importante para um historiador “contextualizar” o texto com o qual está trabalhando. Todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba. Uma época, uma sociedade, um ambiente social (rural, urbano), uma Instituição, uma rede de outros textos às quais o autor deverá se conformar, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero literário em que se inscreve o texto – tudo isto constrange o autor que escreve o texto, deixando nele suas marcas, a princípio indelévels, mas que devem ser pacientemente decifradas pelos historiadores e outros analistas de textos.

O conjunto complexo de fatores atrás mencionados – aspectos que constroem e motivam a produção de textos em uma dada direção e de uma determinada maneira, e não outras – não deixam de ser poderes que afetam os produtores de textos em muitas direções. Mas são também poderes dos quais procuram se apropriar os próprios produtores de textos e que geram verdadeiras lutas políticas no próprio interior dos discursos (questão à qual voltaremos mais adiante).

Além de um lugar de produção, todo texto tem também um destino. Pode ser, por exemplo, um determinado receptor ou grupo de receptores (os leitores de um jornal ou de uma obra literária, a população que é comunicada acerca das decisões régias através de um edito, e assim por diante). O receptor, mesmo que o autor ou produtor do texto não esteja plenamente consciente disto, ajuda também a escrever o texto. Quem escreve um texto acaba sem querer antecipando certas expectativas de quem irá recebê-lo, seja para contemplá-las ou para afrontá-las. Neste sentido, o receptor do texto não deixa de se inscrever na rede de poderes que ajudam a produzir e formatar o texto através do produtor aparente do discurso.

Sintetizando, para além do “produtor”, qualquer texto visa um “receptor” (ou um “lugar de recepção”), uma vez que ao ser produzido o texto sempre carrega uma “intenção” (uma mensagem que quer ser transmitida ou uma informação a ser registrada). É verdade que, em alguns casos, o texto não é produzido originalmente com vistas propriamente a um receptor, mas sim para contemplar determinada finalidade. Uma canção quer chegar a um público, um Edito quer chegar a um súdito, uma carta quer atingir um interlocutor ... mas os documentos cartoriais e paroquiais, a princípio, pretendem apenas registrar certas informações que serão necessárias oportunamente. O historiador pode lidar tanto com textos que visam ‘receptores’, como com textos que buscam cumprir determinadas ‘finalidades’. Grosso modo, pelo que pudemos ver até aqui, o triângulo da comunicação em que se insere todo texto tem estes três vértices: um lugar de produção, um conteúdo (intenção, mensagem), um lugar de recepção (ou de destino). O historiador deve lidar habilmente com cada um destes vértices e com a

sua interação (porque cada um deles se inscreve no outro, no sentido, por exemplo, de que o produtor do texto antecipa certas expectativas do seu receptor). Sobretudo, para a discussão que nos interessa neste momento - e que se refere às relações entre a História Política e o Discurso – vale lembrar que cada um destes três vértices, e a sua interação mesma, estão sempre afetados e envolvidos por relações de poder.

A estas três dimensões fundamentais do discurso que são o produtor, o receptor e a mensagem, poderemos acrescentar uma outra dimensão que é a da ‘intertextualidade’, a que já nos referimos anteriormente. Qualquer texto insere-se em uma rede de semiose, em uma rede de textos da qual ele extrai um pouco do seu sentido. Já fizemos notar que o próprio ‘gênero’ no qual se enquadra um texto (edito, crônica, poesia, norma jurídica) já estabelece automaticamente um primeiro nível de intertextualidade (o texto irá dialogar, quer queira o autor ou não, com as normas literárias e com o repertório de possibilidades que regem aquele gênero, mesmo que em alguns casos o autor pretenda afrontá-los). Depois aparecem as demais intertextualidades, menos ou mais visíveis do ponto de vista de quem produz o discurso ou de quem o recebe: o autor irá se referir explicita ou implicitamente a outros textos, e existirão também os textos que, mesmo sem o conhecimento do autor, estarão inscritos no seu discurso.

A questão da intertextualidade é naturalmente bastante complexa, uma vez que ela pode aparecer tanto no texto que o historiador se põe a analisar (as intertextualidades explícitas e implícitas inerentes à construção textual do autor do documento estudado) como também na própria análise do historiador, que na sua leitura do documento estabelece intertextualidades em diversos níveis. Por isso Eliseo Verón escreve que *“não se analisa jamais um texto: analisa-se pelo menos dois, quer se trate de um segundo texto escolhido explicitamente para a comparação, quer se trate de um texto implícito, virtual, introduzido pelo analista, muitas vezes sem que ele o saiba”*⁵.

A história da historiografia inscreve-se em um gradual aprendizado do historiador diante dos textos com os quais ele deverá lidar. Muito aconteceu desde as aproximações positivistas, especialmente preocupadas com as críticas interna e externa do texto mas ainda ingênuas no tratamento do discurso. A Psicanálise, a Lingüística, a Semiótica e as teorias da Comunicação revolucionaram as possibilidades de interpretar um texto, e destas revoluções o historiador de hoje se vale.

Como já se deve ter percebido, não existe certamente uma técnica única que possa ser aplicada à análise de texto para todos os casos. O primeiro contato do historiador com a sua fonte textual consiste, de qualquer modo, em fazer-lhe algumas perguntas fundamentais (já se disse que o documento só fala quando o historiador faz as perguntas certas). Se, como dissemos antes, a boa análise deve abranger simultaneamente o contexto, o intertexto e o intratexto, o historiador pode começar por identificar a procedência da fonte, a sua inserção em uma sociedade mais ampla, as condições de sua produção (aspectos que, se tivéssemos de resumi-los

⁵ VERÓN, Eliseu. *A produção do sentido*. São Paulo: Verbo, 1982.

em uma indagação primária, parecem perguntar ao texto: “de onde vens?”). Somente em seguida virão as perguntas que começam a perscrutar os caminhos internos do texto, ou a abrir as portas secretas de sua decifração. “Com quem falas”, “Do que falas?”, mas também “Sobre o que silencias?”. E, por fim, para mencionar esta questão tão cara ao Historiador Político que se debruça sobre a análise de um discurso textual, emergirá por fim aquela pergunta que dará substância à própria análise que pretende empreender: “Que poderes exerces, e que poderes te atravessam?”. Eis aqui o texto desnudado simultaneamente como usina de força e como arena na qual uma multiplicidade de poderes se digladiam, mesmo contra a mais aparente serenidade que por ventura possa estar proposta na sua superfície.

O conteúdo de um texto, cedo aprende o historiador, não pode se resumir à superfície de sua mensagem. Existem os entreditos, os interditos, os não-ditos, o vocabulário revelador. Se texto é falso, ou se ele mente, tanto melhor, pois o historiador poderá perguntar: “por que mentes?”. E o historiador político poderá aprofundar ainda mais esta pergunta, e indagar “que poderes se exercem através da tua mentira?”.

Não são raras as vezes em que o analista irá encontrar o que procura precisamente nas contradições de um texto, seja ao nível do intratexto (as contradições internas) ou ao nível do intertexto (as contradições que aparecem no confronto com outras fontes). Ao historiador, o texto costuma falar através dos seus detalhes mais insignificantes, como um criminoso que fala através das pistas que deixa escapar descuidadamente, ou como o paciente que revela ao psicanalista – sem disto se dar conta – detalhes íntimos de sua alma.

A Historiografia do Discurso (aqui entendida como a historiografia que examina os discursos inscritos nas fontes textuais para compreender a sociedade que os produziu) tem empregado inúmeras abordagens mais específicas e gerado múltiplos posicionamentos teóricos⁶. Além disto, o discurso pode ser tratado tanto *culturalmente*, conforme vimos até aqui, como *politicamente*, conforme veremos em seguida. Aqui abordaremos alguns dos mais profícuos diálogos que puderam ser estabelecidos por uma Nova História Política - que começava nas últimas décadas do século XX a se assenhorear de novos objetos e a investir em novas possibilidades de examinar o poder - e uma Nova História do Discurso, extraordinariamente enriquecida não apenas pelas disciplinas ligadas à Comunicação e à Lingüística, mas também pela contribuição de autores que passaram a examinar o Discurso ele mesmo como um espaço dentro do qual se dão diretamente as lutas políticas.

Neste novo e complexo caminho, um ponto fulcral é talvez a obra de Michel Foucault. Este filósofo que em algumas de suas obras se fez historiador foi talvez o primeiro a chamar a atenção de todos, de maneira mais enfática e claramente enunciada, para o fato de que não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou então as suas práticas.

⁶ Sobre algumas técnicas de análise do discurso narrativo, ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido e História*. Campinas: Papyrus, 1997.

Quando um historiador estuda a Roma Antiga, na verdade está estudando o que nos dizem as fontes a respeito da Roma Antiga. Dito de outra forma, está estudando neste caso discursos sobre a Roma Antiga. E estará estudando mais especificamente aqueles documentos da Roma Antiga que chegaram ao nosso tempo, e na verdade aqueles documentos, dentre estes, que o historiador resolveu constituir como fontes históricas. De alguma maneira, para complicar a questão, poderíamos dizer que a História também é a História dos Discursos dos Historiadores⁷.

A revolução de Michel Foucault no âmbito da História dos Discursos vai mais além, pois o filósofo-historiador chama atenção para a necessidade de uma ampliação da noção de discurso. Para além da Ciência, da Literatura e dos objetos culturais produzidos pelos sistemas de pensamento em suas formas mais explícitas, o corpo, a sexualidade, a loucura, a economia ou o Estado são, eles mesmos, discursos. Discurso será visto ainda como “a ordenação dos objetos [...] e não apenas como grupo de signos, mas como relações de poder”⁸.

Estas noções fundamentais permitiram ainda uma verdadeira revolução na História Política, pois interligavam a percepção de que o Poder não tem um centro único (isto é, não é apenas uma forma de repressão encaminhada a partir dos mecanismos estatais a serviço de uma classe dominante) e a idéia de que este Poder, que está por toda a parte inclusive sob a forma de micropoderes, aparece entranhado em diversas outras relações que coexistem no mundo humano: a família, a sexualidade, a amor, o parentesco, a produção, a comunicação através do uso da língua. Por isto, as relações de poder poderiam ser estudadas por meio de todos estes discursos que vão do discurso amoroso e da sexualidade às relações expressas no seio da família ou no âmbito da produção.

É interessante notar que esta análise política do discurso tal como é proposta por Foucault sugere que o historiador deva buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados. Este método genealógico, que busca o poder em todos os pontos da sociedade e não mais nos lugares congelados pelo aparato estatal, vai ao encontro, também, das abordagens que exigirão do historiador que este desenvolva uma meticulosidade, que passe a cultivar os detalhes, o acidental, aquilo que aparentemente é insignificante mas que pode, precisamente, compor com outros elementos a chave para a compreensão das relações sociais examinadas. Esta atenção ao detalhe e ao acidental é a mesma, também podemos lembrar, que será incorporada pela abordagem historiográfica conhecida como Micro-História.

É também digno de nota o fato de que a concepção de que o Poder está em toda a parte levou Foucault a acompanhar (e a re-intensificar) a extraordinária expansão das fontes utilizadas pelos historiadores do século XX. Todos os tipos de textos serão tomados como objetos (ou meios) pela análise foucaultiana - das memórias dos desajustados (ou considerados desajustados pelos sistemas médicos

⁷ Esta perspectiva foi desenvolvida e radicalizada por Keith Jenkins. Ver: JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001 [1991].

⁸ FOUCAULT, Michel. *Archaeology of knowledge*. New York: s.r., 1972, p.48-49.

e punitivos)⁹ até os diários de indivíduos anônimos, os registros criminais, as ordens de prisão, os relatórios médicos, sem desprezar uma documentação já tradicional em sua época como os tratados políticos e científicos (só que agora examinados não mais como objetos de uma História da Cultura tradicional, e sim como focos onde podem ser percebidas as relações de poder e as tecnologias de poder que se instauram nos discursos).

Não apenas responsável por uma hábil explicitação de que o que se deveria compreender como “discurso” vai muito além da noção habitual atribuída a este termo, Foucault é também um mestre na análise dos discursos propriamente ditos (sejam falados, ou escritos) - o que nos leva de volta às questões já colocadas sobre a inscrição dos lugares de produção e de recepção nos discursos produzidos por uma sociedade. Michel Foucault vai mais além, e pretende identificar os lugares de exclusão, de interdição, de controle que se inscrevem no discurso ou nos sistemas de normas que regem as práticas discursivas. Cumpre retomar *A Ordem do Discurso*, que enuncia claramente a sua hipótese primordial:

*“em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”*¹⁰

Assim, para além de focalizar o discurso como lugar de lutas sociais e de confrontos políticos, ou como um lugar onde se expressam estas lutas e estes confrontos (o que, já de per si, abre um verdadeiro leque de possibilidades para os historiadores do discurso em todas as especialidades), Foucault chama atenção para o fato de que o próprio discurso pode ser também aquilo porque se luta¹¹. Daí a sua preocupação em examinar os mecanismos de interdição que se afirmam nas práticas discursivas de uma sociedade - seja através dos objetos permitidos e proibidos (não se tem o direito de dizer tudo), dos rituais de circunstância (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), ou dos direitos diferenciados atribuídos aos sujeitos que falam (quem pode dizer o quê, sem sofrer a reprovação social ou até uma punição).

Analisar um discurso em toda a sua complexidade, portanto, envolve muitas e muitas coisas: desde as técnicas que visam enxergar a sociedade através do discurso, até as técnicas que visam enxergar os modos pelos quais a sociedade se apodera dos discursos. Trabalhar com o texto, conforme pode ser percebido, é muito mais difícil do que habitualmente parece. E o historiador deve seguir adiante na sofisticação de seus métodos de decifração do texto. Esta é uma de suas sinas,

⁹ É o caso da célebre obra organizada por Foucault que dá voz ao discurso de um parricida, e que desloca os ensaios interpretativos para as notas. Ver: FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1977 [1973].

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 8-9.

¹¹ “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 10.

desde Heródoto.

Para finalizar este bloco, ressaltaremos que a História do Discurso - com contribuições as mais variadas que não poderão ser todas descritas aqui - deve ser vista (ou foi vista aqui) como um campo complexo relacionado ao 'tratamento qualitativo de fontes textuais'. Mas é bom lembrar também que pode se falar em um "discurso iconográfico", e que os semiólogos e urbanistas têm examinado a própria Cidade, em sua complexidade, como um texto que pode ser lido. No fundo, o campo da História do Discurso é habitado ou visitado de uma maneira ou de outra por todos os historiadores. Por isto muitas vezes nem se fala nele como "campo". Para além disto, faz-se notar que muitas das observações que fizemos com relação ao discurso que encontra uma expressão no texto escrito também valeriam para o discurso que é apenas expresso oralmente e que, neste caso, algumas das implicações aqui discutidas têm beneficiado também o campo da História Oral.

*

Para além do Discurso, um outro campo que tem se afirmado como território aberto ao Historiador Político é o do Imaginário. As imagens - que de algum modo também constituem um discurso muito singular, seja na sua forma de imagens visuais, de imagens verbais, ou de imagens mentais - também se mostram ao historiador experimentados como arenas através das quais as mais diversas forças se colocam em confrontam. Acompanhando as observações que até aqui haviam sido feitas para o discurso textual, as imagens podem ser empunhadas como instrumentos de poder ou então se mostrarem como aquilo mesmo pelo qual se luta. Neste sentido, será oportuno discutir aqui também as interconexões possíveis entre a História do Imaginário e a História Política.

Antes de mais nada, cumpre notar que o historiador do Imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos e as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse - isto é, quando trabalha os elementos do Imaginário não como um fim em si mesmo, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. Longe de oferecer ao historiador apenas um interminável repertório de imagens, o imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de interconexões diversas. Estão aí as obras de Jacques Le Goff, mergulhando nas estruturas sociais através das imagens do Purgatório¹², ou de Georges Duby, compreendendo a visão tripartida da sociedade através do Imaginário do Feudalismo¹³.

Um exemplo pioneiro de conexão entre a História Política e a História do Imaginário, que remonta à terceira década do século XX, é a famosa obra em que Marc Bloch estuda *Os reis taumaturgos*¹⁴. O que Bloch está examinando neste

¹² LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Edições 70, 1990.

¹³ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Edições 70, 1971.

¹⁴ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

caso é a persistência de um determinado imaginário régio, de uma determinada crença popular em um aspecto muito específico e delineado que seria a capacidade dos reis franceses e ingleses de duas dinastias medievais curarem com um simples toque as “escrófulas” (sintomas visíveis de doenças pouco conhecidas na época). Marc Bloch decifra precisamente a imagem do “rei taumaturgo” e a sua apropriação política, investigando rituais e simbologias que com ela estariam relacionados. Não é portanto um modo genérico de sentir o que ele busca rastrear, o que caracterizaria uma obra mais como uma História das Mentalidades do que como uma História do Imaginário, mas sim a história de uma crença muito bem delineada e atrelada ao universo político e social de sua época, com base em um imaginário que tem uma história a ser decifrada e que foi se entranhando na maneira medieval de conceber uma realeza que dialoga com a sacralidade.

Tem sido aliás um campo bem significativo para os historiadores políticos esta investigação sobre a apropriação política do imaginário religioso, ou, em alguns casos, a constituição de um imaginário político que se entrelaça com um imaginário religioso. Da mesma forma que existe um “imaginário religioso”, cada sociedade desenvolve também o seu “imaginário político”, como aquele que Ernst Kantorowicz estudou em *Os dois corpos do rei*¹⁵. A idéia presente na Inglaterra e na França do Antigo Regime de que o “rei não morre jamais”, ou de que a própria sociedade constitui um “segundo corpo do rei”, pode estar, segundo o historiador polonês, interconectada com um imaginário cristão ao mesmo tempo que a determinadas motivações políticas, percebendo-se aqui uma rede de múltiplas interações a serem desvendadas pelo historiador.

É também oportuno lembrar que um determinado Imaginário Político pode ser em certos casos produto de desenvolvimentos de longa duração, adaptando-se a tradições que remontam a séculos, ou em outros casos mostrar-se produto de processos históricos circunscritos a curtas durações. Em muitos casos, um circuito de elementos do Imaginário Social pode ser produzido ou apropriado por circunstâncias políticas específicas ou, ainda, mesmo por uma bem calculada arquitetura do poder. Também não são raros os casos em que o Imaginário encontra um leito em determinadas condições sociais, ou que se adapte a certas motivações políticas. Na Espanha Medieval do século XIII, para dar um exemplo mais recuado, os sábios e juristas do rei Afonso X elaboraram a imagem de que “o rei é a cabeça, o coração e a alma do reino”. Este imaginário tem muito a ver com a maneira medieval de conceber a sociedade como um organismo (que teria no rei a sua cabeça), mas tem a ver também com uma determinada maneira de governar. Porque não só a cabeça, órgão que comanda de cima, ou só o coração, órgão que rege a vida de dentro, ou só a alma, que está em toda a parte? O que está por trás desta hábil estratégia de unir estas três imagens em uma única metáfora?. Um estudo inserido na História do Imaginário poderia elaborar perguntas desta ordem¹⁶.

¹⁵ KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁶ BARROS, José D'Assunção. *As três imagens do rei: o imaginário régio nos livros de linhagens e nas cantigas trovadorescas (Portugal e Castela, século XIII)*. Niterói: UFF, 1999 (Tese de Doutorado em História), p.40.

Cada sociedade, ou cada sistema político pode produzir um imaginário do governante que lhe seja mais apropriado. À estruturação do poder absolutista francês no século XVII, por exemplo, adaptou-se com muita eficácia a imagem do Rei-Sol difundida por Luís XIV. Outrossim, a história nos oferece inúmeros imaginários régios: o rei taumaturgo, o rei-sábio, o rei santo, o rei encoberto, apenas para citar alguns.

Os horizontes abertos por uma busca da compreensão do imaginário político são na verdade inúmeros. Os modos como o poder é representado - por exemplo em termos de “centro” e de “periferia” - ou como a estratificação social materializa-se em imagens como a de um espectro de alturas em que as classes sociais mais favorecidas são chamadas de “classes altas” ... eis aqui algumas imagens sociais e políticas que podem passar a fazer parte da vida de uma sociedade. Imagens como estas têm se entranhado a tal ponto nos discursos políticos e nas representações as sociedades modernas fazem de si mesmas que, não raras vezes, os próprios analistas políticos esquecem que temos aqui imagens espacializadas que são elas mesmas produtos de confrontos, de imposições silenciosas, de ideologias que se infiltram sutilmente nos discursos. Foi atento a questões como esta que Georges Duby, por exemplo, buscou recuperar precisamente o imaginário que estava por trás dos padrões de organização da sociedade feudal em *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*¹⁷.

Um último exemplo pode mostrar que as imagens, as cosmovisões e os símbolos não remontam sempre e necessariamente a processos de formação mais longos e estabelecidos no plano das mentalidades de longa duração. Muitas vezes, todo um sistema de Imaginário pode ser produzido também por circunstâncias políticas, por necessidades sociais e até locais, por artimanhas da poesia e da literatura, por arquitetura política pensada ou intuída, ou pode mesmo ser ocasionado por grandes eventos que caem como raios na vida das sociedades. Durante o período Nazista na Alemanha do século XX, por exemplo, um riquíssimo Imaginário foi construído em umas poucas décadas em torno da suástica, da imagem do super-homem de raça pura, da simbologia do Reich e do papel do Führer no centro ou no topo deste imaginário político. Temos aqui um Imaginário que aflora repentinamente, mesmo que recolhendo materiais seculares como as idéias pangermanistas e as hostilizações anti-semitas.

De qualquer modo, eis aqui um campo promissor para a História Política. Tal como o Discurso, a Imagem fez-se território de ação para o Historiador Político que soube ultrapassar as tradicionais investigações históricas que se restringiam a examinar os sistemas mais visíveis de dominação ou o aparato estatal e institucional mais óbvio. O Poder, tal como procuramos mostrar, também se exerce através dos Discursos e das Imagens. E as próprias imagens e os próprios discursos são, no fim das contas, territórios estratégicos pelos quais os homens lutam no estabelecimento de suas relações sociais e políticas.

¹⁷ DUBY, *As Três Ordens ...*

RESUMO

Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados a Nova História Política que se desenvolveu ao longo do século XX, enfatizando mais particularmente o Discurso e a Imagem como objetos privilegiados para a análise das relações de poder. O artigo remete a obra recentemente publicada pelo autor deste texto, cujo principal objetivo é o de elaborar uma visão panorâmica das diversas modalidades da História nos dias de hoje.

Palavras-Chave: História Política; Poder; Discurso; Imaginário Político.

ABSTRACT

This article attempts to discuss some aspects related to the New Political History, emphasizing the Discourse and the Image as objects privileged objects for the study of the power relationships. The article refers to a recently publicized work of the author of this text, with principal subject was to elaborate a panoramic view of the various fields in which ones the historical knowledge is divided nowadays.

Keywords: Political History; Power; Discourse; Political Imaginary.

AS FUNDAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DA TURISMOLOGIA

Elio Chaves Flores¹

“Um dia será necessário fazer um estudo antropológico sobre esta estranha criatura, o turista, uma espécie gerada pela facilidade de comunicações e da qual se nutre uma indústria crescente. Como o sertanejo, o turista é antes de tudo um forte.”

Moacyr Scliar, *Dicionário do viajante insólito*².

“Odeio as viagens e os exploradores. E eis que me preparo para contar minhas expedições. Mas quanto tempo para me decidir! Quinze anos passaram desde que deixei o Brasil pela última vez, e, durante todos esses anos, muitas vezes planejei iniciar este livro; toda vez, uma espécie de vergonha e de repulsa me impediram. E então? Há que narrar minuciosamente tantos pormenores insípidos, acontecimentos insignificantes? (...) Entretanto, esse gênero de relato encontra uma aceitação que para mim continua inexplicável. A Amazônia, o Tibete e a África invadem as lojas na forma de livros de viagem, narrações de expedição e álbuns de fotografias em que a preocupação com o impacto é demasiado dominante para que o leitor possa apreciar o valor do testemunho que trazem.”

Claude Lévi-Strauss, *Tristes trópicos*³.

Introdução

O conhecimento científico que se produz no tempo presente não pode prescindir do legado cultural que possibilitou as estruturas das revoluções embrionárias da modernidade. Um conhecimento novo herda, pelo menos, as dúvidas e as respostas insatisfatórias daquele que foi capaz de superar. Essa idéia de superação não pode deixar de considerar os próprios mitos que a modernidade criou para explicar fenômenos laicos, profanos e mundanos, sem apelo a quaisquer divindades: a neutralidade axiológica das ciências, a isenção dos pesquisadores em relação aos fatos e a governabilidade em torno dos interesses coletivos. Penso que se deve partir da hipótese de que aquilo que deveria ser (no campo da ciência, da história e da política) pode se processar na dialética das necessidades e dos antagonismos sociais. Por conhecimento novo entende-se a turismologia, vista como a ciência

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História e Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

² SCLAR, Moacyr. *Dicionário do viajante insólito*. Porto Alegre: LP&M Editores, 1995.

³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955].

social das viagens que, para fazer avançar a prática turística, necessita de aportes teóricos de outras ciências. O diálogo proposto com a historiografia tornaria possíveis novas pesquisas sobre o legado patrimonial e as heranças históricas. Os estudos e análises sobre a cultura política e suas relações com as conjunturas econômicas permitiriam compreender os limites e as possibilidades do planejamento e da gestão das políticas públicas. A dimensão teórica desse trabalho tem como pressuposto pensar historicamente o turismo no Nordeste oriental (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) considerando a gestão patrimonial e a educação dos sentidos. Desse modo, pretende contribuir para os estudos turismológicos numa época de dramáticas sensibilidades históricas para a economia política do Nordeste brasileiro.

A ciência nova e os destinos científicos

A ciência interessada tem sido uma vocação para aqueles que sabem separar a pesquisa e o ensino da ideologia, da política e do proselitismo. Podemos dizer que ciência, ideologia e política são três fenômenos calculáveis, historicamente datados, passíveis de interesses e paixões, mas apenas a ciência tem a sua radicalidade na razão, na dúvida sistemática diante da tradição e dos costumes de que uma determinada sociedade construiu para si mesma. Por isso, as ciências humanas não poderiam deixar de abraçar esse gosto emotivo pelo futuro e acolher com agrado a ciência nova que habita entre nós, a ciência do turismo. Seria preciso reconhecer que a cientificidade e a disciplinaridade, no âmbito dos estudos turísticos, já possuem uma maturidade de, pelo menos, duas décadas. As próprias denominações para a ciência nova, teorologia, turismologia e ciência social das viagens ainda não estão completamente assentadas, fora do mundo acadêmico. Também seria preciso reconhecer que, ao contrário da geografia e da economia, a contribuição da história ou mesmo a aproximação epistemológica dos historiadores com os turismólogos ainda é muito restrita.

A contribuição dos historiadores à ciência do turismo não pode ser menos do que ocorreu com a revolução historiográfica do século 20 que se apropriou dos métodos etnográficos (etnologia, etnografia e antropologia) para inventar a história cultural ou, como se reconhece mais recentemente, a história social da cultura. A dívida é impagável, embora ainda existam aqueles que se sentem um tanto constrangidos com as categorias de análise da galáxia estruturalista e dos fundamentos edificantes da vida cotidiana balizados pelo capitalismo, um modo de produção simplesmente burguês e rigorosamente refratário ao passado. Ora, o turismo não deixa de ser o filho pródigo de Cronos não podendo, portanto, ser devorado, posto que somente ele poderá festejar a arqueologia histórica, as antiguidades oriental, africana, européia e americana, os medievos por toda a parte, as modernidades barrocas e revolucionárias, as contemporaneidades profiláticas, enfim, a paisagem inconsútil de um mundo à deriva de si mesmo, amarrado apenas pela história. Mas essa história sem o historiador seria apenas caos e imensidão, infinitude procrastinada, sem sentido como diria Max Weber. Ruínas em duração, corpos decompostos à espera de biografias, revoluções patrimoniais, memórias sociais, volições científicas: eis as dimensões mais caras

de uma ciência nova que não pode prescindir da história para se legitimar perante a sua própria reflexão.

Assim, a pesquisa histórica, que se renova a partir de contextos historiográficos específicos, torna-se pertinente à turismologia quando consegue elucidar os saberes históricos produzidos por homens e mulheres no tempo. Com efeito, os saberes e práticas históricas podem ser difusos e um tanto caóticos para os profissionais e cientistas do turismo. Por isso mesmo, a apropriação de um pensamento histórico calcado na experiência da prática social requer procedimentos teóricos e metodológicos coerentes com o que se pode chamar de patrimônio historiográfico (historiografias clássica e contemporânea).

Quais seriam os primeiros postulados de uma ciência nova no campo do conhecimento contemporâneo? Ciência nomotética ou ciência idiográfica? Ciência da natureza ou ciência do espírito? Se essas antigas divisões do conhecimento ainda valerem alguma coisa, poderíamos compreender a Turismologia como ciência da realidade, das realidades particulares, sendo, portanto, uma ciência do *ethos* (costumes, hábitos, identidades) e não exatamente do *logos* (leis, proposições, regularidades). O resultado disto chamar-se-ia então Turismografia. Mas a questão não é o nominalismo que, a rigor, afirma-se no decurso dos anos e não pela teimosia neologista de um determinado pesquisador. O que é mesmo visceral é a enorme tarefa teórica e metodológica de se pensar o turismo historicamente. Para isso é necessário que se coloquem à disposição aportes científicos de outras ciências mais usadas em anos.

Nesse caso, as contribuições sociológicas, antropológicas e historiográficas para a formação e estruturação de uma ciência nova, que tem como pressuposto os fundamentos e os saberes da prática turística, não podem ser descartados. Uma ciência, vale dizer, um saber teórico e metodologicamente especializado supõe não simplesmente projetos, práticas e fazeres cotidianos; mas, antes de tudo, a elaboração de um pensamento racional (metodizado), que somente pode se mostrar inteligível pela narração do que se pesquisou. Ninguém viaja se não tiver algum interesse e a viagem está para o turismo assim como o tempo está para a história: partir, chegar; ficar, ver, escutar, sentir; contextualizar, contemporizar, memorizar; voltar, contar, dizer, narrar, encantar, enfim, tornar-se sujeito do seu próprio ócio.

Começemos, pois, pelo mais fácil: pensar historicamente o turismo não pode ser possível sem a referida problematização, verificação de hipóteses e a construção da republicanidade da própria pesquisa, isto é, os resultados devem ser públicos e devem se somar aos bens coletivos da comunidade.

Parto do pressuposto de que tanto o operador de turismo (o guia de turismo, por exemplo) quanto o turismólogo (o pesquisador, por exemplo) se apropriaram de um pensamento histórico coerente, por isso, passo a considerar que ambos trabalham o turismo como ciência – oram no turismo, logo pensam o turismo. Nesse caso, o argumento de Karl Marx parece-me elucidativo do prazer científico, um tanto raro nas faculdades e universidades brasileiras:

“Posto que também sou cientificamente ativo, uma atividade que raramente posso realizar em comunidade imediata com outros, então

sou ativo socialmente porque o sou enquanto homem. Não apenas o material da minha atividade - como a própria língua na qual o pensador é ativo - me é dado como produto social, a minha própria existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social.”⁴

Essa notável análise do jovem Marx, então com 26 anos, torna-se tão atual na medida em que o turismólogo não pode deixar de considerar afetividades e fruições científicas (tempos e lugares) em que a própria ciência do turismo não prescinde do processo ressurreicional da natureza, o ambientalismo dos movimentos sociais, ou, nas palavras calcinantes de Marx, “o humanismo da natureza levado a efeito”. Por isso, as teses marxianas, sobre a sociedade capitalista e suas contribuições à crítica da economia política, são imprescindíveis à turismologia e aos profissionais da prática turística.

Os profissionais do turismo deveriam ler *O Capital*, a principal obra de Karl Marx? Não vou responder peremptoriamente senão demonstrar uma dose de realismo no campo das ciências sociais e, especialmente, na história. A nova geração de pesquisadores (falo do Brasil) está demasiadamente distante do marxismo clássico e, por isso mesmo, cai, muitas vezes, num viés culturalista estéril. Para a ciência do turismo não resvalar na vala comum da inocência epistemológica penso que, além dos *Manuscritos*, acima citado, outros escritos clássicos seriam fundamentais, havendo boas traduções em português⁵.

Do ponto de vista biográfico, não se deve esquecer que Karl Marx (1818-1883) morou na Inglaterra entre 1849 e 1883 sendo, portanto, contemporâneo de Thomas Cook (1808-1892), o pregador batista responsável pela transição do turismo romântico para a economia turística. Com efeito, sempre exilado e viajante compulsório, Karl Marx nunca foi turista, suas inúmeras viagens foram situações de atavismo revolucionário junto aos trabalhadores e seus órgãos associativos. Thomas Cook, pelo contrário, ao realizar as primeiras viagens de lazer para os operários ingleses, visava afastá-los dos vícios, das bebidas e dos conflitos com os capitalistas e com a repressão burguesa. Decerto que são duas atitudes de salvação - política e religião - somente explicadas pela simultaneidade dos tempos sociais da Era Vitoriana (1837-1901), na duração das utopias revolucionárias e das crenças no futuro.

No que concerne à historiografia contemporânea, isto é, aquela cujos grandes historiadores ainda estão vivos ou desapareceram nos últimos 25 anos, as contribuições mais significativas recaem nos escritos de Fernand Braudel e de Eric Hobsbawm. A opção por esses historiadores, e não por quaisquer outros, está

⁴ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 107, grifos do autor.

⁵ *A Ideologia Alemã* e as *Teses sobre Feuerbach* (1845-1846); *A Miséria da Filosofia* (1847); *Manifesto Comunista* (1848). Dado que a prática turística é originária das tensões dos mundos do trabalho e do capital e, por consequência, das hierarquias sociais e espaciais das sociedades capitalistas e burguesas, sugiro também o pequeno (em volume) e excelente (em conteúdo) livro de Leandro Konder, *Os sofrimentos do homem burguês*. Ver: KONDER, L. *Os sofrimentos do homem burguês*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

seguramente assentada no fato de que, independente de seus lugares epistemológicos na ciência da história (pesquisa e ensino), eles são representativos dos grandes debates historiográficos - capitalismo, revoluções, cultura material e modernidade – no decorrer da segunda metade do século 20. Portanto, passo a seguir, a discorrer sobre suas principais aflições e resoluções e no que, a meu ver, eles têm de mais singulares para os itinerários científicos entre historiografia e turismologia.

Temporalidades e cultura material

O francês Fernand Braudel (1902-1985) pretendeu explicar a história por aquilo que chamou de vida material, civilização material ou cultura material. São expressões bastante elucidativas para o profissional do turismo que precisa lidar com o patrimônio material e a frágil duração humana. Braudel deu por título a uma de suas principais obras o nome de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, cuja divisão em três volumes dá conta de uma grandiloquente história moderna e contemporânea: as estruturas do cotidiano, os jogos das trocas e o tempo do mundo.⁶ Herdeiro de uma escola historiográfica (os Annales) que, justamente com ele, tornar-se-ia uma tradição histórica contemporânea, a história social, Fernand Braudel vinha, desde que escreveu a sua tese no final de década de 1940, construindo um novo modelo explicativo para o tempo histórico. Braudel superou, de fato, a concepção cronológica da história política que contava os eventos a partir de datas sucessivas num ritmo mais ou menos previsível de causa e efeito. Para ele, há tempos históricos, durações existenciais, temporalidades que se entrecruzam e aí estão homens e mulheres que fazem e sofrem a história.

Braudel pensa primeiro uma história de tempo extensivo (longa duração) que se transforma lentamente sem que os viventes percebam exatamente essas mudanças. Esse conceito parecia agradar Braudel: uma história quase imóvel (ele repetirá várias vezes) cujos ciclos são incessantemente recomeçados, como se olhássemos no horizonte a imensidão das águas oceânicas sem as tempestades ocasionais. Acima dessa história, outra mais ritmada pelas forças das profundezas sociais e econômicas, uma história social, dos grupos, agrupamentos e das classes. O historiador continua usando a metáfora das águas para explicá-la melhor: as ondas revoltas que vêm do fundo e que levantam o conjunto da vida. Essas ondas são as economias, os Estados, as sociedades, as civilizações, as matrizes culturais. Um andar acima, a história dos acontecimentos, mais política, mais apaixonada, na dimensão do indivíduo e de seus interesses e necessidades imediatas. Para Braudel, essa dimensão histórica, sendo a mais apaixonante, mais breve, também seria a mais rica em humanidade e, por isso mesmo, a mais perigosa e nervosa. Voltemos à imagem das águas dos oceanos: uma agitação de superfície na qual se percebe as espumas flutuantes que as marés elevam em seu poderoso movimento de cheias e vazantes. Esses três níveis escalonados - geohistória, história social e história ocorrencial - vistos pela duração poderiam ser compreendidos por uma

⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. 3 Vols. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

multiplicidade de tempos assim sintetizados: tempo geográfico, tempo social e tempo individual⁷.

Pesquisar e ensinar para os jovens, transpor a ciência para as urgências e exigências da juventude, era uma preocupação de Fernand Braudel. No início da década de 1960, ao escrever um manual para alunos que estavam iniciando os estudos universitários, Braudel preconizava “*desfilar a história como uma lanterna mágica*” onde era necessário descobrir a perspectiva, “*a realidade do tempo vivido, as direções e significações que ele implica, as sucessões que, marcando-o, o balizam e lhe dão uma primeira fisionomia reconhecível*”. Contar e narrar a história seria, portanto, ensinar a olhar as paisagens no tempo, as vistas de conjuntos humanos, as palavras apropriadas para cada ciência:

*“ao lado da aprendizagem do tempo, impõe-se igualmente a aprendizagem do vocabulário: aprender a jogar com as palavras, de maneira precisa, as abstratas e as concretas... Com as noções-chave: uma sociedade, um Estado, uma economia, uma civilização. (...) E parece-me necessário que, aos dezoito anos, nossos jovens estejam iniciados nos problemas atuais da economia e sociedade, nos grandes conflitos culturais do mundo, na pluralidade das civilizações.”*⁸

Esse programa braudeliano parece ainda vigoroso meio século depois. Uma ciência nova teria, de fato, as condições epistemológicas necessárias para levá-lo adiante.

A prática turística demonstra que as civilizações não morrem, são antes as sombras dos viventes, os percursos de homens e mulheres que viveram, que tiveram, fizeram e sofreram a história. Fernand Braudel, ao partir do princípio de que este conceito se define em relação às ciências humanas e aplicadas, dirá que as civilizações são espaços, sociedades, economias e mentalidades coletivas. Então seria o caso de delimitar esse último conceito para o contexto do turismo: “*Em cada época, certa representação do mundo e das coisas, uma mentalidade coletiva dominante anima, penetra a massa inteira da sociedade. Essa mentalidade que dita as atitudes orienta as opções, arraiga os preconceitos, inclina os movimentos de uma sociedade, é eminentemente um fato de civilização*”. De modo que heranças remotas, crenças, mitos e costumes se alojam no inconsciente coletivo, pois, “*esses valores fundamentais, essas estruturas psicológicas, são seguramente o que as*

⁷ BRAUDEL, Fernand. Prefácio. In: _____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Vol. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p. 9-14. Os rápidos argumentos contidos nesse prefácio, que data de 1949, receberiam mais tarde, no ano de 1958, um tratamento teórico mais elaborado no confronto intelectual entre Braudel e a antropologia estrutural, capitaneada por Claude Lévi-Strauss. Em defesa de suas posições, Braudel publicaria um texto que se tornou famoso, “*História e Ciências Sociais: a longa duração*”, e que marcaria a concepção braudeliana de história para as gerações seguintes. Sobre os tempos da história, a história e outras ciências do homem e história e tempo presente, o autor publicaria uma importante coletânea de artigos no final da década de 60. Ver a tradução portuguesa em: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

⁸ BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 13-16.

civilizações têm de menos comunicável em relação umas às outras, o que as isola e melhor as distingue”⁹.

Outra importante contribuição do historiador Fernand Braudel, que pode ser apropriada e confrontada pelas análises turismológicas recentes, seria o seu entendimento sobre o fenômeno do capitalismo, afinal, pelo que se sabe até agora, não há turismo fora do padrão capitalista de acumulação. Braudel pretendeu explicar as escalas do capitalismo (os mundos do dinheiro e do trabalho) a partir de três processos: 1) *a economia de mercado*, com seus mecanismos de produção, circulação, trocas de mercadorias e necessidades inventadas, consideradas “*realidades nítidas e transparentes*” como as bolsas, os bancos, as lojas, as fábricas, as feiras. Foi diante desse espetáculo privilegiado que teria começado “*o discurso constitutivo da ciência econômica*”; 2) *a vida material ou civilização material*, seria uma zona de opacidade que se estende sob o mercado como uma atividade de base, rente ao chão, cujo volume na economia parece ser fantástico, à margem das estatísticas e dos censos. Seria preciso creditar à parte informal da economia, da troca dos produtos e dos serviços, uma enorme quantidade de “*fatos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço*”; 3) *o capitalismo de exceção*, acima dos demais, erguendo-se através de hierarquias sociais ativas, como os grandes empresários, exportadores, financistas, investidores, enfim, um capitalismo sempre multinacional nas suas entranhas. Essas hierarquias sociais ativas, segundo Braudel, fazem vacilar a ordem estabelecida, criam anomalias e turbulências e “*têm maneiras muito suas de tratar de seus assuntos*”¹⁰. Esse último capitalismo fascina Braudel pelo seu grau de monopólio, pela crueldade de sua própria prosperidade. Mas parece ser o fenômeno da cultura material aquilo que mais se presta para a ciência da história e, não menos para a ciência do turismo. Com efeito, Braudel faz um comovente apelo para que nenhum pesquisador esqueça do fundamento básico da ciência que abraça:

“Vida material são homens e coisas, coisas e homens. Estudar as coisas - os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, a definição de aldeia ou cidade -, em suma tudo aquilo que o homem se serve, não é a única maneira de avaliar sua existência cotidiana. Também o número dos que partilham as riquezas da terra faz sentido. (...) Perante estas realidades básicas, pouco falta para que tudo pareça secundário. O certo é que é das pessoas que temos de partir. Só depois poderemos falar das coisas.”¹¹

A partir da concepção braudeliana de ver a história do capitalismo como marés sucessivas (fluxos e refluxos) e de uma Revolução Industrial que partiu a história dos homens (as rupturas revolucionárias), pode-se estabelecer os seguintes postulados para os estudos turismológicos: 1) o turismo de mercado tem como referenciais históricos as hierarquias sociais do dinheiro e do trabalho (o presente se apropria do passado); 2) o turismo material se consolida pelas orientações

⁹ BRAUDEL, *Gramática das civilizações*, p. 31-44.

¹⁰ BRAUDEL, *Civilização material...*, v. I, p. 11-14.

¹¹ BRAUDEL, *Civilização material...*, v. I, p. 19-20.

políticas e hierarquias das matrizes culturais, patrimoniais e memorialísticas (o presente celebra o passado); e, 3) o turismo excepcional do alto capitalismo constitui atividade exclusiva (monopolista) das elites patronais, detentoras das grandes fortunas, e das hierarquias estatais, responsáveis em parte pela venda da história (o presente esnoba o passado). Não seria demasiado lembrar que a prática turística, tal qual uma história renovada, não prescinde de realidades históricas e de realidades presentes, conforme disse Braudel. Com efeito, é sempre no tempo presente que as tábuas da verdade são escritas, as viagens começam e os retornos carimbados:

“Sairíamos do mundo encantado da história retrospectiva para irmos dar nas paisagens do presente que não temos que reconstituir: elas se oferecem ao nosso olhar em sua riqueza e sua confusão. Tal viagem nada teria de ilógico: a finalidade secreta da história, sua motivação profunda, não é a explicação da contemporaneidade?”¹²

Essa é uma questão de raiz para o turismólogo e para o operador do turismo: do tempo e espaço presentes (aqui e agora) para trás, da história para o patrimônio, da historicidade para a memória e não o contrário.

Historicidades modernas e revolucionárias

Eric Hobsbawm é um historiador inglês que por uma razão imperial nasceu em Alexandria, no Egito, em 1917, mesmo ano da revolução bolchevique que derrubou o império czarista russo. Contemporâneo dos grandes traumas históricos do século 20, Hobsbawm tornou-se um especialista na história do marxismo e revoluções sociais que marcaram a modernidade. Sua grande produção historiográfica coloca-o como um protagonista da história intelectual dos últimos 50 anos. Começaria a sua análise justamente a partir de uma de suas indagações, “*o que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?*”, num de seus brilhantes artigos. A resposta de Hobsbawm parece ser adequada a uma preocupação turismológica:

“Admito que, na prática, a maior parte do que a história pode nos dizer sobre as sociedades contemporâneas baseia-se em uma combinação entre experiência histórica e perspectiva histórica. É tarefa dos historiadores saber consideravelmente mais sobre o passado do que as outras pessoas, e não podem ser bons historiadores a menos que tenham aprendido, com ou sem teoria, a reconhecer semelhanças e diferenças.”¹³

¹² BRAUDEL, *Civilização material...*, v. III. p. 575. Para o turismólogo em formação que desejar um panorama mais contextual sobre as grandes discussões historiográficas do século 20, em torno de Fernand Braudel, sua escola e sua herança intelectual, dois livros de François Dosse são imprescindíveis. Ver. DOSSE, F. *A História em migalhas: dos Annales à nova história*. São Paulo: Editora Ensaio, 1992. DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

¹³ HOBBSAWM, Eric. O que a história tem a dizer-nos sobre as sociedades contemporâneas? In: _____, *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 36-48.

Não seria, na verdade, esse impulso cognitivo que o praticante do turismo quer experimentar quando viaja e foge de seu cotidiano supostamente inexorável? Encantar-se com as diferenças mais radicalmente humanas e se reconhecer, enternecido, numa continuidade histórica de experiências significativas da sua própria ancestralidade parece ser a utopia do cultivador do ócio, o turista. Na sua autobiografia, escrita nos primeiros anos do século 21, Eric Hobsbawm traça um mapa de suas viagens familiares e intelectuais. Ele abre o livro comentando uma antiga fotografia enviada por uma amiga quando ainda eram crianças no ano de 1922: “O passado é um país estranho, mas deixou suas marcas nos que o habitaram”¹⁴. Mas não basta revisitá-lo a partir da memória emotiva do historiador idoso que, inadvertidamente, deixa cair uma lágrima experiente naquela foto amarelada pelo tempo. Seria preciso mapear essa nação estranha e, então, o velho Hobsbawm escreve uma das passagens mais belas da historiografia contemporânea:

*“Sem esse mapa, como poderíamos seguir os caminhos de toda uma vida através de suas paisagens cambiantes, ou compreender o motivo e o momento em que hesitamos e tropeçamos, ou de que maneira vivemos entre as pessoas com cujas vidas as nossas se entrelaçaram e das quais dependiam? Essas coisas não esclarecem apenas as vidas individuais, mas o mundo inteiro.”*¹⁵

De fato, entre 1922 e 2002, oitenta anos se passaram e apenas a mente historiadora que sobreviveu o fim do século e viu de perto revoluções, impérios arruinados, colapsos econômicos, pôde testemunhar “a era mais revolucionária da história”.

Com efeito, não apenas a experiência histórica de Eric Hobsbawm, protagonista do século 20, é fundamental para a turismologia. A sua produção historiográfica é constituída por um conjunto de pesquisas que permite compreender os processos dos grandes deslocamentos populacionais, dos fluxos de capitais e da intensificação das práticas do capitalismo concorrencial, nas quais a indústria do turismo emergiu como uma invenção da própria modernidade. Nas temporalidades históricas estudadas, organizadas à base de uma trilogia narrativa, “era das revoluções, era do capital e era dos impérios”, Hobsbawm traça um grande panorama, um mapeamento de síntese das revoluções políticas, sociais e econômicas entre 1789 e 1914¹⁶. Um pouco mais tarde, ele escreveria um quarto volume sobre a

¹⁴ HOBBSAWM, Eric. *Tempos Interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 15. Na verdade, a frase citada por Hobsbawm, é uma leve modificação da grande tese de outro pesquisador inglês, D. Lowenthal, que na década de 80, sustentou a idéia de que o passado era um país estrangeiro. Para ele, a nostalgia tornou o país estrangeiro - obviamente o passado - o portador da indústria mais saudável de todas, a saber, a indústria turística. LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Referindo-se aos Estados Unidos e à vulgarização da história a partir da explosão dos parques temáticos, Lowenthal emitiu uma crítica mordaz: “os atavios da história agora enfeitam o país inteiro”. Sobre a indústria da tradição e a exploração da nostalgia, ver: URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel; SESC-SP, 2001, p. 143-80.

¹⁵ HOBBSAWM, *Tempos Interessantes...*, p. 15-22.

¹⁶ As referências mencionadas daqui por diante constam nas várias edições brasileiras. HOBBSAWM,

avassaladora história do século 20, que considerou como uma era historicamente breve e extremada¹⁷. Devem também ser destacados os estudos de Eric Hobsbawm sobre a evolução da música negra americana, os sons jazzísticos do século 20 e, o traumático mito político das sociedades ocidentais, o nacionalismo¹⁸. De modo que essa historiografia parece-me praticamente obrigatória nos cursos de turismo, sem a qual a explicação histórica não passará de um conteúdo estéril e ausente das grandes polêmicas contemporâneas.

Importante para a prática turística é perceber os resultados do que Hobsbawm chamou de uma “dupla revolução” - a revolução burguesa (francesa) e a revolução industrial (inglesa) - que seria inaugural da modernidade política e econômica, de modo que “os deuses e os reis do passado eram impotentes diante dos homens de negócios e das máquinas a vapor do presente”. Mais espetacular ainda para a turismologia é perceber a dimensão histórica do desenvolvimento do turismo nos estertores do capitalismo concorrencial e comunicacional com o avanço das ferrovias. Com efeito, se, como disse Hobsbawm, a ferrovia é a filha das minas de carvão do norte da Inglaterra, pode-se dizer que o turismo é o filho primogênito das ferrovias. Com isso, as viagens se tornaram, mais do que uma necessidade intrínseca do mundo burguês e urbano, um sólido costume de descanso e ócio por alguns dias ou semanas. A narrativa de Hobsbawm impressiona pela beleza descritiva do processo:

“Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. (...) A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralla da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia.”¹⁹

Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁸ Ver: HOBBSAWM, Eric. *História social do jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁹ HOBBSAWM, *A era das revoluções*, p. 59-69. A velocidade máxima praticada nas primeiras ferrovias era surpreendentemente rápida, pois, chegava-se até 60 milhas, 96 quilômetros, por hora. A maturidade técnicas dessas velocidades custou a ser superada e isso facilitou as viagens e os transportes, a aproximação entre cidade e campo, as regiões pobres às ricas e, no que concerne mais visceralmente ao turismo, separou de forma radical a espacialidade do trabalho e do lazer. Estima-se que, por volta de 1875, havia nos quatro continentes (Europa, Ásia, África e América) 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros (transportando 1.371 milhões de passageiros), meio milhão de vagões de carga (transportando 715 milhões de toneladas de mercadorias).

Outra dimensão elucidativa para a compreensão do turismo moderno, pelo menos entre 1848 e 1875, é, sem dúvida, aquilo que Eric Hobsbawm chama de “o drama do progresso”, cuja mentalidade mais duradoura no campo ideológico parece ter sido a inevitabilidade da ordem, a inexorabilidade da história e o dogma do trabalho. Tratava-se, com efeito, de um drama econômico e tecnológico com “o ferro derramando-se em milhões de toneladas pelo mundo, estradas de ferro cortando continentes, cabos submarinos atravessando o Atlântico, a construção do Canal de Suez, as grandes cidades como Chicago surgidas do solo virgem do Meio-Oeste americano, os imensos fluxos migratórios”. Mais do que uma metáfora do capitalismo, o drama do progresso viajaria até o outro século como uma “nostálgica busca pela certeza”²⁰.

A historicidade desse processo permite que se compreenda a natureza e a complexidade social das viagens. Ora, se consideramos a turismologia como uma “ciência social das viagens”, então podemos colocar as contribuições de Hobsbawm nesse sentido. Para ele, seria necessário distinguir o significado das viagens para os pobres e as massas, para as classes médias burguesas e para os magnatas, homens de negócio e aristocratas. Assim, a “forma característica de viagem para o pobre era a migração”, uma viagem por necessidade econômica e raramente prazerosa. Mas um naco de arcadismo pode ser visto em certos registros autobiográficos de artesãos vitorianos que testemunham viagens a pé, caminhadas campestres, por períodos restritos. Com o tempo, artesãos e homens do campo passaram a ficar mais dias nas cidades, além dos negócios nos mercados e feiras, esticando vícios e prazeres.

Lembremos que uma ideologia secular se impunha cada vez mais às classes sociais, independente de status e dinheiro, onde o próprio turismo religioso se profanava em mercadoria. Além do mais, o capitalismo industrial permitiu um fenômeno econômico que, não somente mudaria as relações no mundo do trabalho, mas lançaria as bases de novos direitos sociais: as “pequenas excursões mecanizadas” para as massas trabalhadoras a partir do “turismo organizado”. Nesse processo sobressai a individualidade de Thomas Cook, o primeiro a vender ócio e viagem de prazer, antes de se tornar uma das grandes fortunas do período vitoriano²¹. Os setores burgueses, especialmente as classes médias, passaram a praticar a viagem de verão com a família, onde os mais ricos preferiam as estações das águas. Em pouco menos de vinte anos, as classes médias britânicas faziam das viagens de férias a explosão dos passeios na beira do mar surgindo, assim, os melhoramentos litorâneos, as pousadas e hotéis em profusão e as primeiras intervenções públicas no disciplinamento do fluxo e hospitalidade dos turistas. Hobsbawm considera esse fenômeno como tipicamente “de classe média e de baixa classe média” e que o descanso anual era de fato “uma instituição burguesa”. Mas também não se pode esquecer que o ócio das altas rodas do poder modificava-

²⁰ HOBSBAWM, *A era do capital*, p. 21-25.

²¹ Hobsbawm parece dar pouca importância às consequências práticas de Thomas Cook, vendo-o apenas como mais um empresário vitoriano. Também desconheço estudos no Brasil sobre Thomas Cook e o contexto vitoriano. Sobre o “turismo moderno” uma boa síntese encontra-se em: REJOWSKY, Mirian (org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph Editora, 2002, p. 41-70.

se com certo apelo aos esnobismos aristocráticos. Era notório na Europa continental o culto ao prazer, a estilização do tempo livre, os hotéis de luxo, os cassinos e os bordéis para magnatas do novo dinheiro e para homens de governo dos velhos impérios. Em meio a tudo isso, um mundo noturno desabrochava e, mais do que qualquer outra coisa, a mentalidade burguesa com seus nichos de consumismo e gula, apontava uma tendência secular, assim vista por Hobsbawm:

“(...) entretanto, o fígado era o grande nivelador, e as estações das águas minerais atraíram uma boa quantidade de ricos não-aristocráticos e profissionais de classe média, cujas tendências para comer e beber demasiadamente eram reforçadas pela prosperidade.”²²

Parece que uma história do balneário marítimo ainda está por se fazer dada a sua importância no padrão do lazer e turismo modernos, especialmente porque essa prática se disseminaria nos trópicos a partir do imaginário sol e mar, sombra e água fresca. A origem do turismo no sol tropical é datada do final do século 19, mais exatamente em 1896, com o início de Miami, nos Estados Unidos, como um balneário de sol e mar, ao contrário dos balneários europeus, calcados em praias terapêuticas e tonificantes do Oceano Atlântico, “*as margens tônicas*”²³.

Assim, para a ciência social das viagens, enfocar o turismo como um fenômeno de classes e de distinção de classes torna-se fundamental. Nesse caso, Hobsbawm aponta três fatores que seriam decisivos: a educação formal e universalista (escolarização), a disseminação dos esportes (competição e lazer) e a valorização da vida cotidiana (informação, cultura, costumes). Decerto que, entre 1875 e 1914, três grandes inovações produziram um turismo que, além de ser organizado, passou a ser visto como uma necessidade social e uma importante atividade econômica. São elas: 1) a indústria publicitária permitiu vender antecipadamente o lugar a ser visitado (a excitação pela viagem); 2) os modernos jornais e revistas passaram a descobrir lugares e paisagens encantadoras (a sedução dos paraísos); e, 3) a fotografia e o cinema fizeram com que as pessoas pudessem se ver nos lugares e paisagens e ainda fantasiar sobre eles (viagem de corpo e alma). Essas pequenas revoluções culturais e as transformações tecnológicas produziram a quebra de tabus e de tradições arraigadas²⁴.

Pode-se aventar que até mesmo o turismo foi um aspecto importante para romper alguns costumes patriarcais na virada do século 19 para o século 20, dado que

²² HOBSBAWM, *A era do capital*, p. 216-219.

²³ BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru: Edusc, 2003, p. 21-29. Um texto notável a esse respeito sobre os balneários ingleses, é o do sociólogo John Urry. Ver: URRY, J. O turismo de massa e a ascensão e queda do balneário marítimo. In: _____. *O olhar do turista...*, p. 33-94. Sobre o turismo litorâneo no Brasil, as pesquisas se concentram em estudos de caso (ecologia e ocupação da orla marítima). No decorrer da década de 1990, apenas uma dissertação de mestrado focalizou a história do turismo. Essa situação levou uma pesquisadora a indagar: “*Onde encontrar, então, o panorama histórico do turismo no Brasil?*” Para ela, parte significativa das pesquisas acadêmicas em turismo, inclusive o turismo litorâneo, “*não apresenta uma forte fundamentação teórica, conceitual, histórica e, por vezes, metodológica*”. Ver: REJOWSKY, Mirian. *Turismo e pesquisa científica*. Campinas: Papirus, 1996, p. 95-103.

²⁴ HOBSBAWM, *A era do dos impérios*, p. 233-269.

essas novidades não eram exatamente refratárias às mulheres. Pelo contrário, Thomas Cook tinha predileção em organizar viagens exclusivas para mulheres, saindo da Inglaterra para o continente. Mais do que para os homens a viagem de prazer e ócio para as mulheres, especialmente para as das classes médias urbanas, teria um inconfundível simbolismo de libertação²⁵. Essa indústria avassaladora produziria viagens de descobertas, encontros amorosos e o despertar de sexualidades fugidias. Hobsbawm não deixa de lembrar a importância dos estudos freudianos desse período e o desenvolvimento de uma tradição psicanalítica e psicológica sem precedentes que, com grande esforço de pesquisa, delimitou no âmbito do capitalismo, “o enorme poder, ubiqüidade e multiformidade do impulso sexual”²⁶.

Para concluir esses aspectos analisados das historicidades modernas, na abordagem de Eric Hobsbawm, destacaria uma coletânea de ensaios que ele organizou escrevendo também a introdução e o capítulo final. Nessa obra, Hobsbawm sistematiza o conceito de “tradição inventada”, um dos pressupostos fundamentais para o estudo e análise do turismo cultural e patrimonial no contexto das tradições modernas. Assim, por tradição inventada

*“entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.”*²⁷

Desta forma, os elementos do passado, remotos ou recentes, passam a ser usados e reconstruídos no limites das lutas políticas contemporâneas. O próprio presente vai sendo feito e inventado de acordo com o vasto repertório da história e dos feitos e artefatos do passado que, se herdado constitui uma apropriação e, se descartado, forma um deliberado esquecimento. Exemplos mais cabais dessas tradições seriam as lutas e discursos em torno do dogma do trabalho e do seu avesso, o direito ao ócio²⁸.

²⁵ Embora não discuta diretamente a mulher no contexto do turismo, mas o espaço público da mulher moderna, ver o trabalho da historiadora Michelle Perrot. PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

²⁶ HOBSBAWM, *A era do dos impérios*, p. 376-377.

²⁷ HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). Introdução. In: _____ & _____. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-25.

²⁸ Essa questão crucial que atravessa o turismo, trabalho e ócio, foi discutida num texto que se tornou marginal na economia política. O autor, Paul Lafargue, foi um enigmático revolucionário e ativista político, casado com a filha de Karl Marx, que se suicidou com a mulher em 1911. Para ele, a máquina concederia os lazeres e a liberdade para os trabalhadores e, o apego ao trabalho (que viu como uma nova religião), ao contrário, não passaria de uma paixão extravagante. Não por acaso, Lafargue mudou duas vezes o título do panfleto, de “direito ao lazer” para “direito ao ócio” e, finalmente, *Direito à preguiça: refutação da religião de 1848*: “Se, extirpando o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se lavantasse em sua força terrível, não para exigir os Direitos do Homem, que não passam dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o Direito ao Trabalho, que não passa do direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proíba

Portanto, essas tradições inventadas - o turismo não seria um excepcional laboratório de tradições? - não são exatamente aleatórias ou ingênuas, antes são sempre afirmadas a partir de “*uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas*”²⁹. Pode-se dizer que, tal como o turismo, o estudo da invenção das tradições não pode ser separado do contexto e das historicidades sociais, pois se trata de uma problemática que pressupõe várias abordagens científicas, numa palavra, exige a interdisciplinaridade para ser elucidada. Nesse caso, a transversalidade, temática e metodológica, parece se impor nas ciências da realidade, não como novidade mas como reconhecimento da “*pluralidade de conhecimentos*”³⁰.

Alguns exemplos dessas tradições modernas parecem muito óbvios para nós um século depois. Entre 1870 e 1914, por exemplo, formou-se uma “cultura futebolística” com uma constituição de cima para baixo: da aristocracia para a burguesia, da burguesia para as classes baixas urbanas e operárias. As ocasiões esportivas passaram a fazer parte das festividades públicas, lembre-se das primeiras olimpíadas da era moderna em 1896. As invenções políticas se disseminaram em torno do nacionalismo e da luta de classes: bandeiras, hinos, canções, desfiles patrióticos, paradas militares, monumentos aos heróis nacionais, celebração dos mártires da causa operária, dia do trabalho, os gostos e as modas urbanas de extração popular.

Com efeito, essas práticas predominaram em menos de 50 anos, como disse Hobsbawm, “*não apenas no esporte, mas nos costumes e cultura material em geral, dada a força do esnobismo entre as classes médias e dos valores do aprimoramento e progresso pessoal entre as elites da classe operária*”. Portanto, não seria errôneo afirmar que, na medida em que a prática turística se assentava como um negócio nas sociedades capitalistas avançadas, mais ela se afirmava no vasto pragmatismo da “*produção em massa de tradições*”³¹.

Gestão patrimonial e educação dos sentidos

Com efeito, se pensarmos na prática turística no Nordeste do Brasil e, especialmente no Nordeste oriental (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), não é exatamente ao passado colonial que devemos indagar, mas a esse “*mosaico regional*”, na feliz expressão de Manuel Correia de Andrade³². Esse passado

o trabalho além de três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um novo universo. Mas como exigir de um proletário corrompido pela moral capitalista uma decisão viril? (...) Preguiça, tenha piedade de nossa longa miséria! Preguiça, mãe das artes e das virtudes nobres, seja o bálsamo das angústias humanas!”. LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999, p.112.

²⁹ HOBSBAWM & RANGER, *A Invenção das Tradições*, p. 14.

³⁰ Remeto essa discussão ao belo trabalho de Peter Burke. BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 11-24.

³¹ Ver especialmente o último capítulo de HOBSBAWM & RANGER, *A Invenção das Tradições*, p. 271-316.

³² Ao que tudo indica a expressão Nordeste oriental remonta à década de 50, quando pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais publicaram a série monográfica *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental*. Entretanto, ao explicar o “*mosaico regional*” do Nordeste, Manuel

patrimonial, estético e social está à nossa frente, cara a cara, rico, indigno e violentamente histórico. É preciso partir do óbvio e admitir que não escolhemos esse nosso passado, que conta o peso dos mortos, as infâmias raciais, as carnificinas sociais. Muitas vezes, nele, achamos somente memória histórica e arqueologia dos saberes. Não, isso é um equívoco unidimensional. A história está aqui, somos nós mesmos, homens e mulheres do tempo presente, duração para trás e para frente, herdeiros de uma colonialidade - colonização, colonialismo e colonizado - que não se finda pela estatística econômica, que se impõe a reflexão turismológica da gestão pública.

Por que a panacéia de se pensar apenas no turista se todas as pesquisas indicam que o turismo começa apenas quando há distribuição de renda? Para que trabalhar duro, apalavrar o turista, se o nepotismo impera na coisa pública? Para que estudar, pesquisar e refletir (jantar o fenômeno noite após noite) se a especialidade não é respeitada na prática turística? Para quem serve o turismo se não sabemos cuidar das nossas coisas e lugares? E menos ainda de nossas crianças e velhos? De que adianta vociferarmos contra as perdas regionais (obviamente que jamais teremos uma Avenida Paulista) e acusarmos um modelo de federação sabidamente frágil e barroco?

Parece não ser uma boa fórmula fundamentar as políticas públicas para o turismo anunciando sempre a metafísica dos costumes e a retórica de uma boa vontade sem restrições. O gestor público deve iniciar e terminar a gestão patrimonial considerando como primeiro patrimônio as pessoas, os seus recursos e os seus destinos humanos (moradores, heranças e turistas). Ora, são as pessoas socialmente existentes e não o mercado ou o destino paradisíaco que são meio e fim da prática turística. No contexto republicano, existir significa, segundo Paul Ricouer, “*escapar a toda produção, a toda manipulação*” e ainda não se incluiu na nossa cultura política a prova da convicção na gestão pública. *Administrar a coisa pública na dimensão do turismo não é se apegar à teoria da justiça, mas trabalhar política e cientificamente no “círculo da demonstração”*³³.

O testemunho e a experiência de Eduardo Yáziqi sobre o aparelhamento da administração social e o planejamento espacial do turismo levam-nos a seríssimas reflexões sobre a urgência da gestão republicana da Coisa Pública. Ele sustenta que o maior problema para o turismo no Brasil não é exatamente a escassez de recursos nem a economia parcialmente dependente, mas sim as mentalidades,

Correia de Andrade fala sempre da Região da Mata e do Litoral Oriental que, a seu ver, “*estende-se desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, sempre ocupando terras situadas a leste da região nordestina*”. Das quatro grandes regiões consagradas pela tradição (Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte), pelo menos três delas são constitutivas do Nordeste oriental, onde, não raras vezes, a caatinga divisa com a praia e a chegada ao sertão não dura mais do que duas horas de automóvel. De modo que, na dimensão do turismo, penso ser mais adequado trabalhar com a categoria Nordeste oriental, abrangendo os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, desde o Ceará-Mirim até a foz do Rio São Francisco. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Editora da UFPE, 1998, p. 23-57.

³³ RICOUER, Paul. O círculo da demonstração. In: _____. *Em torno ao político*. São Paulo: Edições Loyola, 1995, p. 129-142.

que se traduz numa incapacidade assustadora para o “planejamento das coisas banais”. A concepção predominante nos planos de governo, segundo Yázigi, é a constituição de gavetas burocráticas, que separam a economia, a cultura, o turismo e a animação. De sorte que, na maioria das vezes, os gestores públicos não são bons combatentes e naturalizam a pobreza, a degradação do território, as tecnologias erradas e o mau uso da memória. Ainda, segundo Yázigi, para “a maioria dos prefeitos do Brasil, o turismo assemelha-se à fada-madrinha, que de repente transforma a abóbora em carruagem. Eles pretendem ser seus tutores, mas de pronto percebem que a magia não é possível. A bem da verdade, minhas consultorias revelaram não só que eles nem sabem por onde começar (sem visão de processo), como se limitam a ingenuidades inócuas”. Essas atitudes quixotescas do querer ser ao crer que já se é, ou seja, do trágico ao cômico, só podem merecer do especialista em turismo “compaixão ou represália”³⁴. Constata-se, pois, que a república turística (federação, estado, município) não existirá sem uma revolução nas mentalidades, a partir das gestões municipais.

Com efeito, parece que repudiamos conservadoramente o futuro, sempre inescapável e fugidio, como se fôssemos incapazes de apressá-lo, de dar resolução às enormes tarefas históricas do presente. Pois se o turismo for apenas memória, pedra e cal, ecologismo de escoteiro e libido à inglesa (*summer, sun and sex*) devemos odiar visceralmente o turismo. Se for assim, e se parte da sociedade contentar-se em que seja assim, então seria melhor advogar o cinismo ético de uma vez por todas. No lugar das escolas públicas nos bairros, abrir-se-ão casas de prazeres íntimos gendrados (arquitetura tropical, claro) com cursos sistemáticos do tipo “bundinha na garrafa” regulados, financiados e fiscalizados pelo governo, logo, públicos, gratuitos e de qualidade. No capítulo especialmente escrito para a sexta edição de seu clássico livro, Manuel Correia de Andrade denunciou a existência de “escolas de formação de prostitutas” para o turismo e o aumento vertiginoso da prostituição infantil numa economia regional de “oferta turística”³⁵.

Na perspectiva de uma economia de novo tipo, uma política pública não pode desconsiderar que o deslocamento de pessoas e de suas derivadas satisfações de lazer e recreação constitui uma necessidade cultural de sociedades complexamente urbanizadas e, portanto, da civilização industrial. A improvisação das práticas turísticas não condiz com a importância do turismo para a economia e para o conjunto da sociedade. Um exemplo a ser lembrado de gestor público seria o do ministro socialista francês Jean Zay que, ainda na década de 1930, insistia com os prefeitos de departamentos para que criassem políticas de turismo consistentes para as suas comunidades, que pensassem e fizessem com elas, que considerassem a felicidade das pessoas e o desenvolvimento social e econômico. Jean Zay, político

³⁴ YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. 3. ed. São Paulo: Global, 2003, p. 153-63.

³⁵ “Estes fatos são provocados pelo desemprego generalizado e agora intensificado devido ao processo de globalização e ao neoliberalismo, assim como aos baixos salários. Em entrevista, uma prostituta de menor idade afirmou que se prostituía porque em uma noite com um ‘gringo’ ganhava mais do que em um mês como empregada doméstica em casa de família, com direito a salário mínimo, e demais, na casa de família também era usada sexualmente sem direito à remuneração”. ANDRADE, Manuel Correia de. O Nordeste e o impacto da globalização. In: _____, *A terra e o homem no Nordeste*, p. 227-240.

e homem público, partia do pressuposto de que era preciso popularizar o turismo pela educação e pela cultura, fortalecendo, assim, o lazer e a recreação locais. Parece um tanto evidente que, nos marcos sociais e políticos do tempo livre, não se pode pensar recreação e lazer com equipamentos culturais e espaços escolares fechados nos feriados e fins de semana. Uma educação dos sentidos não se realiza sem um mínimo de protagonismo social³⁶.

Seria tão difícil para um prefeito e sua equipe planejarem e executarem uma política dessa natureza? Organizar o banal, prover o legítimo, administrar o óbvio talvez seja o bordão mais elementar de uma gestão pública capaz de inventar o turismo. Olhemos em nossa volta: Tambaba, a praia de naturismo com tradição no Nordeste foi inventada para aqueles que venceram o dragão da vergonha de si. Se os operadores privados do turismo podem pensar em indústria e serviços de turismo, cabe ao gestor público a preocupação com a construção da sociedade do lazer e da recreação nas temporalidades livres. Esta seria, portanto, a cultura política do turismo popular que, nesse início de milênio, poderia se opor à hegemonia da natureza comercializada ou da venda do passado que, muitas vezes, recebe o nome da moda: turismo sustentável³⁷. Essa seria a perspectiva de um gestor público exemplar:

“o homem que trabalha tem necessidade de se recriar durante estas horas de lazer. Para responder a esta necessidade, o turismo, que é uma das formas mais saudáveis e mais agradáveis da vida ao ar livre, deve ser colocado ao alcance de todos durante os fins de semana e as férias.”³⁸

Portanto, se a obrigação do trabalho (depois evoluiria para um direito) insere-se nas exigências históricas das sociedades urbanizadas, o direito ao lazer, nas férias e finais de semana, deve ser arrolado nas prerrogativas dos direitos civis (incorporando a noção mais democrática de direitos da pessoa e não do indivíduo) e, por isso mesmo, inalienável, intransferível e imprescritível. E, sempre falando nos marcos das lutas econômicas e culturais do modo capitalista de acumulação,

³⁶ Essa discussão pode ser vista em: BOULLÓN, Roberto C. *Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista*. Bauru: Edusc, 2004, p. 127-50.

³⁷ Não se pode perder de vista a tese dos críticos do turismo sustentável de que, na prática turística, o fetichismo da mercadoria é potencializado na monumentalização da própria barbárie. Nesse sentido, a sétima tese sobre a história, de Walter Benjamin, paira como uma ira talmúdica sobre os operadores do turismo: todos os bens culturais têm origem no triunfo dos dominadores. Dito isso, o turismo sustentável seria levado a efeito, ainda, pela espetacularização da paisagem e domesticação da cultura, numa clara e evidente apropriação do visual e do estético. Tal seria a tese de Immanuel Wallarstein, de que o capitalismo - a civilização capitalista - tem conseguido seduzir até suas vítimas e oponentes. Ver críticas ao turismo sustentável em: OURIQUES, Helton Ricardo. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Editora Alínea, 2005, p. 49-67; RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A. & CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 55-62.

³⁸ Circular de Jean Zay para os prefeitos de departamentos franceses, Direção dos Esportes, Lazer e Educação Física do Ministério da Educação Nacional, março de 1939. A construção de parques públicos, equipamentos comunitários, isenção de impostos no período de férias, financiamento de viagens e recreação foram medidas tomadas na década de 1930, na França, que inventaram o turismo social e a sua rentabilidade. Ver: BOYER, *História do turismo de massa*, p. 141-147.

se as propostas democráticas se realizarem na dimensão plural da cultura, o turismo “*poderá ser fonte de fecunda renovação*”, como disse Ulpiano Bezerra de Meneses, ou, o contrário, apenas facilitará “*a pasteurização exigida pelo mercado*”. Ainda segundo o historiador uspiano, seria necessário “*desfetichizar o campo da cultura*”, pois mesmo que lamentemos a estupenda eficácia do comércio de prazeres e emoções nas invenções turísticas, devemos sempre lembrar que “*o eixo da compreensão terá que estar, não nas coisas, mas nas relações da sociedade com as coisas e, mais ainda, dos homens entre si, na sociedade*”³⁹.

Nesse sentido, parece não haver nenhuma resistência epistemológica ao fato de que o turismo é um fenômeno civilizacional das sociedades capitalistas (urbanas e industriais). Já falamos disso na segunda parte dessas reflexões. Retomaria apenas na dimensão das políticas públicas para o turismo e de uma educação para os sentidos, uma vez que as realidades que Paul Ricouer chamou de utensílios, instituições e valores, são consideradas as linhas de eficácia da educação política nos destinos turísticos. Mais do que instrumentos, máquinas e equipamentos, os utensílios adquiridos e inventados são “*testemunhos culturais duráveis*”. Nas sociedades turísticas, os utensílios são objetos prospectivos, planificáveis, planejados e, doravante, governantes e governados, somos responsáveis pela sua regulação e seus destinos coletivos. O filósofo entende que, na escolha coletiva dos utensílios, deve ser sublinhada a intervenção das políticas públicas. Por outro lado, mais do que um conjunto de hierarquias e siglas, as instituições regulam as relações sociais de modo normativo, formam o complexo do direito mais caracteristicamente abstrato. Entretanto, as instituições não perdem as suas marcas sociais e se representam no político, isto é, no “*exercício da decisão e da força no nível da comunidade*”. Segundo Ricouer, a originalidade do fenômeno político não pode ser confundida com os usos técnicos e econômicos dos utensílios, uma vez que a decisão política e o exercício da força pelo poder público nunca podem ser adquiridos, precisam ser constantemente negociados e estão sempre à prova do tempo, vale dizer, das ansiedades humanas. Quando se pratica o turismo parece haver certa evasão ingênua das realidades hobbesianas, e não se opera com a lógica de que “*a dinâmica institucional está ligada a estruturas determinadas, irredutíveis a todas as outras: as do poder*”.

Por fim, arrolemos os valores, tão concretos quanto os utensílios e tão evidentes quanto as instituições, dado que são “*a substância mesma da vida de um povo*”. Nesse sentido, cada grupo histórico é portador de uma escolha existencial e se define pela sua singularidade ética ligada “*a uma tradição, a uma memória, a um enraizamento arcaico*”. Com efeito, “*é só pelo conjunto das atitudes concretas, modeladas pela imaginação valorizante, que o fenômeno humano se realiza historicamente*”⁴⁰. Ora, o turismo não seria para nós, contemporâneos da virtualidade, o misterioso destino de uma diversidade de línguas e literaturas, de experiências morais e políticas, de espiritualidades e volições? Enfim, de finitudes históricas que também serão as nossas? Talvez não seja nenhuma ironia advogar

³⁹ MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os ‘Usos Culturais da Cultura’: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI; CARLOS. & CRUZ, *Turismo...*, p. 88-99.

⁴⁰ RICOUER, Paul. Tarefas do educador político. In: _____. *Em torno ao político*, p. 145-60.

que a prática e os saberes turísticos possam ainda nos levar à condição republicana, sem demônios e sem tristes fins⁴¹.

Ao término dessas reflexões sobre as contribuições historiográficas para a turismologia que, insisto, trata-se de uma ciência nova e não de uma disciplina ou conjunto de técnicas operacionais de viagem e hospitalidade, apenas enfatizarei a tendência do estado da arte na historiografia brasileira. Decerto que ainda são indicações precárias, mas não invalidam o desejo de uma caminhada partilhada e necessária.

Apesar da falta de diagnóstico e de trabalhos de síntese, pode-se dizer que os historiadores brasileiros ainda relutam em perceber o turismo como um objeto de estudo e de pesquisa. Não quero com isso desconhecer as importantes contribuições em coletâneas recentes que apenas realçam essa inequívoca raridade⁴². Essa perspectiva soa um tanto contraditória tendo em vista que a produção historiográfica brasileira não ficou alheia à revolução historiográfica dos franceses e alhures. Ao contrário, talvez seja no Brasil que a recepção historiográfica sobre novos objetos e novas fontes tenha se verificado com maior intensidade. Mas esse processo intelectual de conhecimento novo não foi capaz de gerar uma intervenção social em projetos e ações para as comunidades potencialmente turísticas, isto é, para os moradores das cidades históricas brasileiras e, especialmente, as nordestinas. Pelo menos, nos últimos anos, alguns esforços teóricos redundaram em conjuntos de textos e mesmo livros onde predomina a focalização da historiografia que discute patrimônio e história cultural⁴³. Entretanto, parece ser ainda muito pouco pelo significativo avanço da turismologia brasileira que, mesmo assim, recebe críticas pela insistência nos modelos analíticos, pela inconsistência teórica no que se refere

⁴¹ FLORES, Elio Chaves. *A condição republicana: eventos de ironia e sátira*. João Pessoa: Editora Manufatura, 2003, p. 19-44.

⁴² Ver REJOWSKY, *Turismo no percurso do tempo*. Dos seis autores que participam da coletânea, dois são historiadores de formação. Em outra coletânea que discute a interpretação, com *status* de disciplina para os estudos de turismo, dos doze autores, uma historiadora participa com dois artigos: Doia Freire. Ver: FREIRE, D. História oral, memória e turismo cultural. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 121-30. FREIRE, D. Oficinas de cultura e turismo em Minas Gerais: o exercício do olhar local. In: MURTA & ALBANO, *Interpretar o patrimônio...*, p. 193-200. Outra importante coletânea, publicada em dois volumes, dos 31 autores que assinam os artigos, apenas dois são historiadores. Ver: CAMARGO, Haroldo Leitão. Fundamentos multidisciplinares do turismo: história. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2003, p. 33-83. SERRANO, Célia Maria de Toledo. O “produto” ecoturístico. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. Vol. 2. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2003, p. 203-34. Outra coletânea de ensaios significativos, rica no diálogo entre sociólogos, antropólogos, museólogos (conta com dois historiadores), é a de Regina Abreu e Mário Chagas. Ver: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

⁴³ Ver: FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2002. MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003. Algumas questões teóricas e ensaios sobre literatura de viagem constituem as reflexões do dossiê Viagens e Viajantes, na *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH - Associação Nacional de História, v. 22, n. 44, 2002, p. 267-392.

à economia política e pela adesão ideológica ao turismo capitalista, uma espécie de miraculosa água benta para as economias regionais⁴⁴.

No tocante ao Nordeste oriental, as contribuições da historiografia parecem ainda menos promissoras para a turismologia e para a prática turística. Com apenas um Programa de Pós-Graduação consolidado (Pernambuco) e dois em fase implantação (Paraíba e Rio Grande do Norte), embora com vários cursos de história nas universidades públicas federais e estaduais, a comunidade de historiadores do Nordeste oriental sente-se ainda presa às raízes do estadualismo, do municipalismo e das parentelas oligarquizantes de um século que não é o nosso. Se alguma superação pudesse vir desses recortes jurisdicionais - para além das gestas dos latifúndios e das Casas Grandes e Sobrados historiados nos panegíricos dos Institutos Históricos - seria a de radicalizar os pressupostos ginzburgianos da circularidade das culturas, os conflitos e as lutas de classe culturais⁴⁵.

Embora correndo o risco da simplicidade e do enquadramento teórico, prática suscetível a qualquer ensaio introdutório, pode-se dizer que a historiografia existente no Nordeste oriental deita raízes regionais em duas principais vertentes teóricas: de um lado, os furtadeanos que, apoiados pelas teses de Celso Furtado sobre o desenvolvimento regional brasileiro, conseguiram transitar da economia política para a cultura material dos canaviais e dos sertões; de outro lado, os gilbertianos que, herdeiros da história social de Gilberto Freyre e de sua vasta narrativa, ajuntados com certa francesia foucaultiana, descortinaram brilhantemente muitos discursos, ditos e palavras mas ainda deixam-nos à espera das grandes teses sobre os processos e as realidades tangíveis. Diria mesmo que essas tradições historiográficas são inescapáveis à pesquisa e ao ensino do turismo na região oriental. Por outro lado, penso que as contribuições de Mário de Andrade são imprescindíveis para se pensar o turismo no Nordeste oriental, especialmente as suas propostas de políticas culturais e a dimensão, peculiar ainda hoje, de patrimônio espiritual anotado nas suas viagens etnográficas pelo Norte e Nordeste do Brasil⁴⁶.

Considerações Finais

Deve-se reconhecer que, em várias ocasiões, os turismólogos convocaram os cientistas da natureza e os cientistas sociais para a enorme jornada que se tem pela frente: a construção de uma ciência nova cujos resultados só podem fazer avançar o turismo social e culturalmente democrático⁴⁷. Cabe, portanto, aos poderes

⁴⁴ Ver OURIQUES, *A produção do turismo*, especialmente o capítulo "Produção Científica em Turismo: síntese crítica", p. 69-90.

⁴⁵ Ver: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁶ Pretendo estudar as contribuições do autor paulista pelas suas viagens e análises etnográficas ao Nordeste e sua intuição progressista (ou seria revolucionária?) sobre o patrimônio cultural e espiritual das comunidades etnografadas, pois, ele mesmo se identificava como um aprendiz de turista. Ver: ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

⁴⁷ Destaque para o Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo, que teve por

públicos, uma apropriação e aplicação mais rápida dos conhecimentos produzidos para que os roteiros regionais de turismo se insiram na economia política. Para que essas paisagens regionais e locais não apenas encantem os turistas e os visitantes, mas, que antes de tudo, sejam dignos de produtores de república entre os seus moradores e viventes.

Não há como negar que, para o Nordeste Oriental, essa perspectiva paira como um axioma: estamos condenados ao turismo (e ao turista) que pode vir a ser - ainda não o é - um dos pilares de sustentabilidade da cidadania numa sociedade também condenada a ser multicultural e multirracial. De fato, ainda não existe prática turística republicana nem democracia racial e nem democracia econômica. Mas, como não evocar aqui a quarta tese benjaminiana sobre o curso da nossa existência: nas fáusticas lutas sociais um sol se levanta no céu da história para iluminar coisas brutas e materiais, “*sem as quais não existem as refinadas e espirituais*”⁴⁸. Esse seria o tempo vivo da transformação. Nesse caso, pesquisar o fenômeno turístico (tarefa dos turismólogos), adotar os princípios republicanos na gestão patrimonial (condição para os gestores públicos) e praticar um turismo social e ao mesmo tempo segmentado que produz renda e rentabilidade (espaço dos operadores e das comunidades) não deixam de ser poderosos elementos de superação dos preconceitos raciais, sociais e regionais, tão aviltantes na economia política do Brasil contemporâneo.

Com efeito, parece não ser mais nenhum absurdo afirmar que o acesso às viagens e ao turismo está inscrito no constitucionalismo brasileiro e deve ser preocupação dos governos afirmativos como um direito: um direito social básico como a saúde, educação, moradia e segurança. Pois, somente quando o cidadão consegue fazer turismo é que ele começa, na feliz expressão de Paul Lafargue, “*a praticar as virtudes da preguiça*”. E que virtudes seriam essas que se inscrevem nos manifestos revolucionários? Todas aquelas proporcionadas pela história que, numa ação cupida sem precedentes, flecham o olhar do ser protagonista para o livre pensamento, a espiritualidade, o diálogo consigo (de si para si), a interpretação das heranças e tradições culturais e, por último, sem ser o menos importante, para o encantamento com o Outro, saudade rediviva de uma viagem que jamais se finda. Uma cultura escolar turismológica seria, portanto, a capacidade de construir uma educação dos sentidos, pública e patrimonial, para que crianças e jovem não sucumbam no esquecimento de si mesmos, o mais grave sintoma de uma amnésia social cultivada pelos profetas da Mão Invisível, o Mercado. Uma utopia propedêutica levanta os nossos olhos do chão amargurado do Agora: não há como negar que no mais árido dos desertos mentais ainda é possível a educação pela pedra, a pedra removida do meio do caminho.

título *Sol e Território*, realizado de 16 a 22 de julho de 1995, na Universidade de São Paulo, cujo presidente foi o saudoso Milton Santos.

⁴⁸ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. (Obras Escolhidas, v. I). São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 223-224.

RESUMO

O conhecimento científico que se produz no tempo presente não pode prescindir do legado cultural que possibilitou as estruturas da modernidade esclarecida. Um conhecimento novo herda, pelo menos, as respostas insatisfatórias daquele que foi capaz de superar. O presente trabalho parte da hipótese de que aquilo que deveria ser (no campo da ciência, da história e da política) pode se processar na dialética das necessidades e dos antagonismos sociais. Por conhecimento novo entende-se a turismologia, vista como a ciência social das viagens. O diálogo proposto com a historiografia tornaria possível novas pesquisas sobre o patrimônio e as heranças históricas. A dimensão teórica desse trabalho tem como pressuposto pensar historicamente o turismo no Nordeste oriental (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) considerando a gestão patrimonial e a educação dos sentidos.

Palavras-Chave: Historiografia; Turismologia; Patrimônio.

ABSTRACT

The scientific knowledge that it is produced in the present times cannot abstract of the cultural legacy that made possible the structures of the illustrious modernity. A new knowledge inherits, at least, the unsatisfactory answers of that was capable to overcome. The present work include the hypothesis that what should be (in the field of science, history and the politics) it can be processed in the dialectics of the needs and the social antagonisms. As a new knowledge we can understand tourism studies viewed as the social sciences of the trips. The dialogue proposed with the historiography would turn possible new researches on the patrimonial legacy and the historical inheritances. The theoretical dimension of the work here proposed has as presupposition to think about the tourism historically considered in the oriental Northeast (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas) covering the patrimonial administration and the education of the senses.

Keywords: Historiography; Tourism Studies; Patrimony.



REVELANDO A RELIGIOSIDADE VIKING

DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis. *Deuses e mitos do norte da Europa*. Tradução de Marcos Malvezzi Leal. São Paulo: Madras, 2004, 222 p.

Johnni Langer¹

Recentemente vem ocorrendo um grande resgate da cultura Viking. Dezenas de livros, documentários, eventos acadêmicos e descobertas arqueológicas vem demonstrando o valor da Escandinávia para o estudo da formação do Ocidente Medieval e Moderno, bem como a desmitificação de muitos estereótipos e fantasias². Dentre todas as áreas de investigação, algumas das mais promissoras são os estudos de mitologia e religião pré-cristã, extremamente importantes para se entender o posterior processo de estruturação da mentalidade religiosa na Europa.

Uma das mais famosas pesquisadoras de mitologia germânica é a inglesa Hilda Davidson, autora do clássico *Gods and Myths of Northern Europe*, originalmente publicado em 1964 e que agora recebe a primeira tradução para a língua portuguesa³. Esta obra se tornou um marco das investigações na área, tanto por

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor da Universidade do Contestado (SC) e da UNICS (PR). Membro da ABREM, da SBEC, do Grupo BRATHAIR de Estudos Celtas e Germânicos e do GIMI - Grupo Interdisciplinar de Mitologia e Imaginário. E-mail: <johnnlanger@yahoo.com.br>.

² A mais famosa fantasia relacionada aos habitantes da Escandinávia Medieval é o capacete com chifres ou asas laterais. Outros estereótipos envolvem o suposto uso de crânios dos inimigos como taças para bebidas; vestimentas grosseiras de origem animal; alimentação com carne crua; hábitos semelhantes aos trogloditas. Sobre essas falsas imagens dos Vikings ver: LANGER, Johnni. *Rêver son passé*. In: GLOT, Claudine & LE BRIS, Michel. (org.). *L'Europe des Vikings*. Paris: Éditions Hoëbeke, 2004, p. 166-169; LANGER, Johnni. *The origins of the imaginary Viking*. *Viking Heritage Magazine*, Gotland University, n. 4, 2002, p. 6-9. Para detalhes sobre a origem e popularização dos estereótipos durante o século XX, consultar: LANGER, Johnni & SANTOS, Sérgio Ferreira dos. *Fúria odínica: a criação da imagem oitocentista sobre os Vikings*. *Varia Historia*. Belo Horizonte, UFMG, n. 25, jul. 2001, p. 214-230. Durante o Oitocentos, até mesmo intelectuais de nosso país imaginaram vinculações com os Vikings, demonstrando a larga utilização ideológica destes guerreiros com os nacionalismos. Sobre o assunto ver: LANGER, Johnni. *Vikings no Brasil? Nossa História*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, n. 3, jan. 2004. Entre os estudos recentes que procuram desmitificar a violência dos Vikings, destacamos a obra da historiadora canadense Roberta Frank, especialmente em: FRANK, R. *Viking atrocity and skaldic verse: the rite of the Blood-Eagle*. *English Historical Review*, London, abr. 1984, p. 332-343. Outro livro britânico que também discute o legado dos Vikings para o mundo ocidental é *The Viking World*, organizado pelo arqueólogo James Graham-Campbell. Ver: GRAHAM-CAMPBELL, J. (ed.). *The Viking world*. London: Frances Lincoln, 2001. A palavra Viking provém do nórdico antigo *víkingr* e era aplicada na Escandinávia Medieval somente para os piratas, aventureiros e guerreiros que saíam para alto mar. Os escandinavos não se autodenominavam com essa expressão. Conf. BYOCK, Jesse. *Viking age Iceland*. New York/London: Penguin Books, 2001, p. 11-12.

³ Este livro de Hilda Davidson apresenta alguns problemas de interpretação que poderiam ser sanados com uma revisão recente. Por exemplo: “*Odin aparece pendurado na árvore em uma antiga pedra esculpida na Suécia, junto a cenas que parecem pertencer à história da obtenção do hidromel*” (p. 123). A imagem citada é a estela de Hammar I, da ilha de Gotland, que na realidade representa o

seu caráter sistematizador quanto pela utilização de diversos tipos de fontes, sejam elas históricas (documentos e livros de caráter nobiliárquico/institucionais), literárias, epigráficas, iconográficas e arqueológicas. A obra é dividida em oito capítulos, seguidos de uma interessante relação de referências onomásticas e de um índice remissivo.

No início da obra, Davidson discute suas vinculações teóricas e influências metodológicas. Partidária de Mircea Eliade e Georges Dumézil, a autora defendia o estudo do mito para o entendimento da sociedade, da estrutura política e cultural dos povos durante a História. Para ela, somente o estudo comparado do mito poderia fornecer elementos para os pesquisadores contemporâneos conseguirem entender a motivação e o significado simbólico destas narrativas para as sociedades antigas. Assim, Davidson realizou um estudo comparativo do panteão escandinavo com as formas míticas mais antigas, como os germanos do período das migrações, procurando encontrar padrões em comum entre os simbolismos míticos destas sociedades⁴.

No primeiro capítulo, *O mundo dos deuses do Norte*, a autora discute questões genéricas relacionadas com as fontes sobre a mitologia germânica: a poesia dos *skálds* na Escandinávia pagã, a questão da influência do referencial cristão na literatura do período pós Era Viking, as estruturas míticas da *Edda* em Prosa e Poética. Trata-se de uma parte essencial para aqueles que ainda não tem um conhecimento detalhado sobre a temática, tanto quanto uma importante introdução na crítica de fontes manuscritas da Idade Média (heurística medieval).

O segundo capítulo, *Os deuses da batalha*, dedica-se à interpretação dos cultos religiosos relacionados ao mais importante deus do panteão germano-escandinavo, Óðinn (Odin). Aqui, a autora inclui-se em uma interpretação historiográfica muito importante na medievalística nórdica, a de que os cultos no mundo germânico não eram centralizados, sem organização de uma instituição central, não hierarquizados, sem uma fé comum, variáveis conforme a região e a classe social⁵. O deus Óðinn era o mais cultuado pelos nobres e reis (*konungars*), sendo por isto

sacrifício de um guerreiro e não o deus Óðinn (conf. LANGER, Johnni. Morte, sacrifício humano e renascimento: uma interpretação iconográfica da estela Viking de Hammar I. *Mirabilia - Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval*, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://www.revistamirabilia.com/>>). Outro trecho polêmico é: “As mesmas características podem ser reconhecidas nos Vikings mais tarde, e ajudam a explicar por que, embora brilhantes guerreiros, eles não faziam conquistas duradouras e seus ganhos logo esvaeciam” (p. 182-183). Diversos estudos recentes demonstram que as capacidades bélica, estratégica e militar dos Vikings eram muito mais sofisticadas do que se acreditava durante a década de 1960, e que os mesmos efetuaram conquistas de longa duração. Conf. GRIFFITH, Paddy. *The Viking art of war*. London: Greenhil Books, 1995, p. 13-37, 209-211.

⁴ Recentemente Hilda Davidson procurou encontrar similitudes entre as mitologias dos povos Celtas e Germanos, seguindo o modelo teórico de Georges Dumézil. Ver DAVIDSON, H. *Myths and symbols in pagan Europe: early scandinavian and celtic religions*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1988. DAVIDSON, H. *The lost beliefs of Northern Europe*. London: Routledge, 1993. DAVIDSON, H. *Roles of the Northern goddess*. London: Routledge, 1998.

⁵ Aqui podemos citar outros historiadores que possuem trabalhos com as mesmas interpretações: BOYER, Régis. *Yggdrasill: la religion des anciens scandinaves*. Paris: Payot, 1981. DUBOIS, Thomas. *Nordic religions in the Viking age*. Philadelphia: Pennsylvania Press, 1999. SØRENSEN,

mesmo a principal divindade na literatura escandinava, associado com a magia e a guerra. Seu culto estava associado com sacrifícios violentos e personagens marciais como as *valkyrjor* (valquírias), as virgens condutoras dos guerreiros mortos em batalha para o palácio de *Valhöll* (Valhala, “salão dos mortos”).

Outro destaque na interpretação da autora é para os *berserkir* (“os que portam camisas de urso”), guerreiros fanáticos dedicados ao culto de Óðinn, utilizados amplamente como mercenários e guardas de elite na Escandinávia da Era Viking. Este mesmo deus volta a ser interpretado em outro capítulo do livro (*Os deuses dos mortos*), onde Davidson dedica-se a resgatar aspectos relacionados com funerais e magia, inclusive analisando a figura de Óðinn como xamã⁶. Outra importante questão enfocada pela autora é a disputa entre algumas crenças religiosas nas sociedades nórdicas, especialmente entre os cultos odínicos e os relacionados à fertilidade⁷.

O próximo capítulo, *O deus do Trovão*, dedica-se ao estudo da mais popular deidade entre os Vikings, *Pórr* (Thor). Herói relacionado na luta contra as forças do caos e especialmente vinculado com fenômenos atmosféricos e árvores, este deus foi o favorito dos camponeses e agricultores, a exemplo dos colonos da ilha da Islândia.

As divindades relacionadas com a fertilidade são resgatadas no capítulo 4 (*Os deuses da paz e da abundância*). O deus *Freyr*, associado com os reis, e sua irmã *Freyja* são os mais importantes. *Freyja* recebia importantes cultos mesmo após a introdução do cristianismo na Escandinávia, além de possuir toda uma série de mitos associados com a vida após a morte dos guerreiros. Também *Freyja* era envolvida com um tipo de magia conhecida como *seiðr* (“canto”), possivelmente influenciada pelo xamanismo lapônico e que era utilizado para fins proféticos, curativos e de fertilidade ou prosperidade da comunidade em questão. O *seiðr* também foi representado nas fontes literárias como uma magia negativa, utilizada para fins maléficis ou destrutivos. Assim, a deusa *Freyja* possuía dois aspectos principais tanto na religiosidade quanto no pensamento mitológico: relacionada aos princípios de perpetuação das famílias e outro mais terrível, ligado à morte.

Algumas divindades mais obscuras e pouco conhecidas foram analisadas por Hilda Davidson em outro capítulo (*Os deuses enigmáticos*), como *Baldr*, *Bragi*, *Íðunn*, *Mímir*, *Forseti*, e especialmente *Loki*. Este último deus foi uma figura extremamente complexa, enigmática, sinistra e, às vezes cômica, especialmente

Preben Meulengracht. Religion old and new. In: SAWYER, Peter (ed.). *The Oxford illustrated history of the Vikings*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

⁶ A influência do xamanismo nos cultos escandinavos vem sendo reforçada por vários estudos modernos, como PÁLSSON, Gísli. *The textual life of savants: ethnography, Iceland, and the linguistic turn*. Switzerland: Harwood Academic, 1995. BLAIN, Jenny. *Nine worlds of Seid-magic: ecstasy and neo-shamanism in north european paganism*. London: Routledge, 2002. MUNDAL, Else. Coexistence of Saami and Norse culture – reflected in an interpreted by Old Norse myths. *11th International Saga Conference*, Sydney, 2000.

⁷ Sobre a disputa de cultos na sociedade escandinava e seu reflexo na mitologia e em questões de gênero, consultar: LANGER, Johnni. Guerreiras de Óðinn: as valkyrjor na mitologia Viking. *Revista Brathair de Estudos Celtas e Germânicos*, v. 4, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.brathair.com/Revista/N7/Guerreiras_de_Odinn.pdf>.

citado e representado iconograficamente pelas fontes do período cristão, associado diretamente com Satanás. Por sua vez, o deus Baldr foi interpretado por Davidson a partir de uma perspectiva diferenciada. Não existem evidências de um antigo culto a Baldr antes da Era Viking, o que leva alguns pesquisadores a afirmarem que foi um mito criado pelo cristianismo, ou como sugere a autora, um antigo herói que foi divinizado.

O capítulo *O começo e o fim* apresenta algumas considerações sobre cosmogonia (a criação do universo e dos seres), segundo a mitologia germânica, além das concepções escatológicas (o fim dos tempos). Assim como para muitas crenças de origem indo-européia e euro-asiáticas, os Vikings acreditavam que a estrutura física do universo e mesmo as noções de tempo e destino, estavam intimamente relacionadas com uma árvore, denominada de *Yggdrasill*. O mais interessante porém, fica por conta das narrativas do fim do mundo, conhecidas por *Ragnarök*, onde todos os principais deuses morrem. Neste momento específico, Davidson rompe com muitos pesquisadores, negando a influência do referencial cristão na elaboração destas narrativas, que para ela teriam conotações essencialmente paganas.

A última parte do livro é *A despedida dos antigos deuses*, um balanço acerca das características gerais da religiosidade nórdica e do período de transição para o cristianismo. Parte dos elementos míticos e religiosos dos Vikings era relacionados com o ambiente geográfico em que viviam, ou mesmo explicado por ele, enquanto que o restante foi intimamente ligado às estruturas jurídicas, políticas e econômicas da sociedade nórdica. Um momento muito interessante é a discussão que a autora estabelece acerca do público dos mitos: a receptividade das narrativas orais dependia da classe social e da região em que a mesma foi propagada. A falta de uma organização central favoreceu a variação de cultos e crenças. Para a autora, o *individualismo* da religiosidade Viking foi a maior causa de seu declínio com a chegada da nova fé, o cristianismo. Com a mudança do estilo de vida dos homens nórdicos, a partir do século X, o paganismo já não oferecia os mesmos vínculos sobrenaturais, confortos materiais e satisfações cotidianas que antes.

Infelizmente a obra apresenta diversos problemas de editoração. Em primeiro lugar, a tradução cometeu muitos erros como “*Palácio dos derrotados*” (a tradução mais correta do inglês para o português seria ‘salão dos que morreram em batalha’, p. 206); “*Oseburg*” (o correto é Oseberg, p. 114); “*Destruição dos poderes*” (Consumação dos destinos dos poderes supremos, p. 203); “*100 d.C.*” (na realidade seria século IX d.C., p. 115); “*Odin (...) perfurado por uma espada*” (*Gungnir* é uma lança, p. 122); “*deflagrando*” (inaugurando, p. 146); “*eterna representação*” (eterno retorno, p. 172); “*um tanto patética*” (um tanto estranha, p. 81). Algumas frases traduzidas não tem sentido nenhum, como em “*A serpente mundial, enrolada ao redor da terra, embaixo do mar, que é uma mudança livre em Ragnarok*” (p. 201). O correto seria traduzir a última frase por: liberta-se no Ragnarök. Erros de impressão permeiam toda a obra, como “*poetior*” (posterior, p. 55), “*durane*” (durante, p. 166), “*sepente*” (serpente, p. 201). O tradutor também não seguiu nenhum critério para a transcrição de termos do nórdico antigo, pois enquanto a obra original conserva os mesmos, a edição brasileira optou por adaptar alguns

(como Odim, que na maioria das adaptações ao português é Odin; Freir, o correto seria Freir ou Freyr; Tor, a grafia mais recomendada seria como nas línguas germânicas modernas, Thor), enquanto que em outras ocasiões as palavras permaneceram na versão original (a exemplo de seiðr, seiðkona, Niðhöggr, Yggdrasill).

Esperamos que outras importantes obras relacionadas com a História e a mitologia da Escandinávia futuramente venham a ser traduzidas em língua portuguesa, mas que tenham uma editoração e tradução muito mais criteriosa, não somente beneficiando os pesquisadores de medievalística, mas também a todos os que têm interesse em estudos de sociedades e culturas históricas em geral.

NORMAS EDITORIAIS

1. A revista *Sæculum* aceita para publicação artigos, comunicações, resenhas, entrevistas e memórias (palestras, depoimentos, documentos e fontes) na área de História.
2. Todos os trabalhos deverão ser encaminhados em disquete de 3½ polegadas ou CD-ROM (compatível com padrão IBM PC) e duas cópias impressas para:

Comissão de Editoração - Sæculum

Departamento de História
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Conjunto Humanístico - Bloco V
Campus I - Cidade Universitária
Castelo Branco - João Pessoa - PB
CEP 58051-970 - Brasil

3. A primeira página deve conter o título do trabalho, nome do autor e, no rodapé, seu vínculo institucional e titulação e, quando necessário, indicação de entidade patrocinadora da pesquisa que o originou ou evento em que foi apresentado. A divulgação de e-mail para contato com os leitores é opcional mas, quando houver, deve constar nesta nota.
4. Na segunda página do trabalho deve constar um resumo em português (máximo de 250 palavras) e sua versão para o inglês (*abstract*), além de três palavras-chave e três *keywords*.
5. Os artigos deverão ter no máximo 20 (vinte) páginas, ser digitados em Editor de Texto *Word for Windows* versão 97 ou posterior, com a seguinte formatação: fonte *Times New Roman* corpo 12; espaço entre linhas de 1,5; margens de 2,5 cm; papel A4.
6. As notas de rodapé devem ater-se ao mínimo necessário, não excedendo o total de 40 (quarenta). Devem ainda seguir a seguinte formatação: fonte *Times New Roman* corpo 10; espaço entre linhas simples; e um máximo de 8 (oito) linhas em cada nota.
7. Caso o trabalho contenha imagens, essas não poderão exceder o número de 5 (cinco) e deverão ser enviadas em arquivos independentes, no formato JPEG ou TIFF, com resolução mínima de 300 dpi e dimensões máximas de 15 cm x 21 cm, com escala de cinza de 256 tons. A revista *Sæculum* não publica imagens coloridas. O local de inserção das imagens no corpo do texto deve ser indicado por legenda (Ex.: “Figura 1”, etc., etc.).
8. As resenhas deverão ter no máximo 5 (cinco) páginas, e devem versar sobre obra publicada no Brasil ou no exterior, durante os últimos dois anos. Tanto estas como as demais categorias de trabalho devem seguir as indicações de digitação e normatização estabelecidas para os artigos.
9. Traduções devem ser acompanhadas da autorização do autor.

- 10.** As referências bibliográficas das citações, obras e autores comentados devem ser feitas apenas em notas de rodapé, através do sistema numérico, segundo normas da ABNT (NBR 6023: ago. 2002). A revista *Sæculum* não publica bibliografias ao final dos trabalhos.
- 11.** Em anexo ao trabalho devem constar endereço postal, endereço eletrônico e telefones (fixo e celular), para possível contato durante a fase de editoração.
- 12.** Todos os textos serão submetidos à análise de um ou mais membros do Conselho Editorial, para a verificação de aspectos ligados ao conteúdo, forma e pertinência dos temas. Os trabalhos que não contemplarem as normas editoriais não serão avaliados para publicação nem devolvidos aos autores.

AGRADECIMENTOS

A Comissão de Editoração da revista *Sæculum* agradece a colaboração dos colegas abaixo relacionados, que contribuíram na elaboração desta edição como pareceristas *ad hoc*:

Carla Mary S. Oliveira (DH/ PPGH/ UFPB)

Elio Chaves Flores (DH/ PPGH/ UFPB)

Gustavo Tavares da Silva (DH/ PPGH/ UFPB)

Jaldes Reis de Meneses (DH/ PPGH/ UFPB)

José Ernesto Pimentel Filho (DH/ PPGH/ UFPB)

Maria do Céu Medeiros

Paulo Tarso Cabral de Medeiros (DCS/ PPGS/ PPGF/ UFPB)

Regina Célia Gonçalves (DH/ PPGH/ UFPB)

Wellington José de Oliveira Pereira (DECOM/ PPGS/ UFPB)

**Solicitamos permuta
Rogamos scambio
Nous sollicitons l'échange de numéro
Exchanged requested
Wir bitten um Austausch**

Os textos aqui publicados são
de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente,
o ponto de vista deste periódico, da Comissão de Editoração
ou da Universidade Federal da Paraíba.

Esta revista foi impressa nas oficinas gráficas da Editora Manufatura,
em papel Pólen 80g/m² (miolo) e papel Supremo 240g/m² (capa),
com tiragem de 300 exemplares, em junho de 2005.
Sua editoração utilizou os *softwares* Adobe PageMaker 7.0 e CorelDRAW! 10.0.
O corpo do texto foi composto com a fonte Souvenir Light BT,
e na capa foram utilizadas as fontes Castellar e Friz Quadrata.